



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA**

ELSO SOARES LEITE

**A “SAÍDA OU NÃO DO ARMÁRIO” COMO ACONTECIMENTO
DISCURSIVO NA MÍDIA *ONLINE* BRASILEIRA: AS IDENTIDADES DE GÊNERO
LGBT NOS EFEITOS DE SENTIDOS ENTRE SABERES E PODERES.**

SALVADOR

2019

ELSO SOARES LEITE

**A “SAÍDA OU NÃO DO ARMÁRIO” COMO ACONTECIMENTO
DISCURSIVO NA MÍDIA *ONLINE* BRASILEIRA: AS IDENTIDADES DE GÊNERO
LGBT NOS EFEITOS DE SENTIDOS ENTRE SABERES E PODERES.**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras, da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para a obtenção parcial do título de doutor em língua e cultura.

Área de Concentração: Línguas, Linguagens e Culturas Contemporâneas.

Subárea: Texto, Discurso e Cultura.

Orientadora: Iracema Luiza de Souza

SALVADOR

2019

ELSO SOARES LEITE

**A “SAÍDA OU NÃO DO ARMÁRIO” COMO ACONTECIMENTO
DISCURSIVO NA MÍDIA *ONLINE* BRASILEIRA: AS IDENTIDADES DE GÊNERO
LGBT NOS EFEITOS DE SENTIDOS ENTRE SABERES E PODERES.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do
Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para o
título de doutor em língua e cultura.

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Iracema Luiza de Souza- Orientadora (UFBA)

Prof. Dr. Elmo Santos (UFBA)

Prof.^a Dr.^a Marcela Paim (UFBA)

Prof. Dr. Gilberto N. Telles Sobral (UNEB)

Prof. Dr. Erivelton Nonato de Santana (UNEB)

Dedicatória

À minha família, pelo apoio e paciência constantes.
À minha orientadora, Iracema Luiza, uma amiga, um exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

Durante a realização deste trabalho, ocorreram muitos acontecimentos que, se não fosse a minha fé em Deus, em meus Orixás e nos guias de Luz, juntamente com o incentivo, o apoio e a colaboração de amigos e familiares, certamente, este trabalho não seria possível. Portanto, sem levar em consideração a ordem de importância dos aqui mencionados, agradeço:

Primeiramente, a Deus, pela presença constante em minha vida, iluminando todos os meus passos.

Ao Pai Mané, a Juvenal boiadeiro e a todos os amigos de luz e de fé.

À minha mãe, Luzia Soares, a pessoa mais especial de minha vida.

À minha irmã Francisca e ao meu sobrinho João Henrique, pelas ações e palavras sábias que me fortaleceu e me incentivou, o tempo todo, na realização deste trabalho. Obrigado por tudo.

A meu pai Edgar Leite, um ser humano fantástico, minha admiração, meu espelho de vida, *in memoriam*.

À minha professora, amiga, paciente e incentivadora, Iracema Luiza de Souza, que me mostrou o universo da Análise do Discurso pechetiana por meio do aguçar do meu olhar pesquisador e analítico para o objeto de estudo investigado, de forma orquestrada.

Ao professor Elmo Santos, que sempre me apoiou e me incentivou a fazer o curso de doutoramento, desde a instância da seleção às fases de conclusão.

Aos demais professores do curso de Doutorado em Língua e Cultura, pelas contribuições teóricas, diversificadas, contribuindo em nosso crescimento intelectual.

Aos colegas-amigos, Aline Estrela, Ivana Nascimento, Verena Abreu, Ludimilla, Lenilza, Samuel, Adenilton, entre outros, pelas conversas de incentivo e a ajuda nos momentos difíceis, sobretudo Aline Estrela, cuja colaboração e amizade não há como mensurar, apenas, agradeço-a imensamente.

Ao amigo Jorge Eduardo, pelas palavras de incentivo e de força, cotidianas.

Ao eterno irmão-amigo, Josemar Tônico, *in memoriam*.

Ao meu amigo e companheiro de todas as horas, sobretudo ao longo das madrugadas de estudo, o meu cachorro Bidú.

Os dois amores

*Jovem encantador,
Dize-me: por que, triste e suspirante, erras
Nestes reinos aprazíveis? Peço-te, dize-me:
Qual o teu verdadeiro nome? “Meu nome é o Amor.”
Então, o primeiro virou-se para mim,
E gritou-me: “Ele mente, porque o nome dele é a Vergonha”.
Eu é quem sou o Amor, e costumava estar aqui
Sozinho, neste belo jardim, até que ele chegou.
Como um intruso durante a noite. Sou eu o verdadeiro Amor, que anima de
uma chama mútua os corações dos rapazes e das moças.
Então, suspirando, o outro disse: “Segue tua fantasia, Porque “eu, eu sou o
Amor que não ousa dizer seu nome””.*

Alfred Douglas, 1894.

RESUMO

No mundo contemporâneo, a mídia *online* tem sido um dos dispositivos comunicacionais mais utilizados nas sociedades ocidentais para noticiar matérias jornalísticas sobre questões relacionadas a corpos, gêneros e sexualidades. Por sua natureza interdisciplinar, essas questões temáticas se relacionam a outros campos do saber, como os estudos discursivos, os estudos culturais e os estudos *queer*. Assim, esta pesquisa, de natureza qualitativa documental, objetiva analisar aspectos do funcionamento do discurso da mídia *online* brasileira acerca da “saída ou não dos sujeitos LGBT do armário”, materializado em textos jornalísticos. Para tanto, traçamos o nosso percurso teórico-metodológico a partir dos pressupostos teóricos da Análise do Discurso pecheviana atrelado a procedimentos metodológicos oriundos da pesquisa qualitativa documental. O nosso *corpus* analítico se constitui por sequências discursivas recortadas do interior dos textos jornalísticos selecionados nas fases de seleção e coleta de dados. Os textos jornalísticos foram coletados e selecionados da mídia *online* brasileira contemporânea que versam sobre a temática a “saída ou não do armário”. Para alcançarmos o objetivo proposto, fizemos, primeiro, a revisão de literatura sobre os pressupostos teórico-analíticos da Análise de Discurso, de linha francesa, a partir das contribuições teóricas de Michel Pêcheux e da teórica brasileira, Eni Orlandi, entre outros. Na sequência, fizemos leituras e tecemos algumas discussões a respeito de questões relacionadas às sexualidades e aos gêneros, sob a égide dos aportes epistemológicos da Teoria *Queer*. Por fim, examinamos os aspectos do funcionamento do discurso da mídia online brasileira sobre a “saída ou não do armário” como acontecimento discursivo. Para tanto, observamos, inicialmente, se a temática da “saída ou não do armário” no discurso midiático, trata-se de uma formação ideológica. Em seguida, analisamos em qual formação discursiva, heteronormativa ou não-heteronormativa, as sequências discursivas, que constituem o nosso corpus analítico, inscrevem-se para que as sexualidades não normativas sejam “visibilizadas” no discurso midiático a partir do gesto performativo de “saída ou não do armário”. Os resultados nos mostram que há, no funcionamento discursivo midiático, a retomada ou a reprodução de dizeres e de sentidos que, historicamente, estigmatizaram e marginalizaram as pessoas das sexualidades não normativas, como sendo “anormais”, “ilegítimas”, “desviantes”, “subversivas” e “abjetas”. Além disso, constatamos, também, a existência de discursos “inversos”, “subversivos”, discursos de resistência, portanto, a existência de discursos *queer* no arquivo da mídia *online* brasileira contemporânea. Observamos, também, que, embora haja uma maior incidência de pessoas “fora do armário”, há uma parcela significativa que ainda “prefere” estar no “armário”. Isto ocorre como forma de se evitar ser vitimado por algum tipo de violência homofóbica ou LGBTfóbica. Nesta discussão, percebemos que há, no funcionamento discursivo da mídia eletrônica, uma incidência significativa de pessoas LGBT que “cedem” à injunção da heterossexualidade compulsória.

Palavras-chave: Sexualidades. Gêneros. Discurso. Identidade. Armário.

ABSTRACT

In the contemporary world, online media has been one of the most widely used communicational devices in western societies to report journalistic articles on body, gender and sexuality issues. Due to their interdisciplinary nature, these thematic issues relate to other fields of knowledge, such as studies. discursive studies, cultural studies and queer studies. Thus, this research, of qualitative documentary nature, aims to analyze aspects of the functioning of Brazilian online media discourse about the “exit or not of LGBT subjects from the closet”, materialized in journalistic texts. Therefore, we trace our theoretical-methodological path to from the theoretical assumptions of Pechetian Discourse Analysis linked to methodological procedures derived from qualitative documentary research. Our analytical corpus is constituted by discursive sequences cut from the inside of the journalistic texts selected in the selection and data collection phases. The journalistic texts were collected and selected from contemporary Brazilian online media that deal with the theme of “leaving or not coming out of the closet”. In order to reach the proposed objective, we firstly reviewed the literature on the theoretical-analytical assumptions of Discourse Analysis, based on the theoretical contributions of Michel Pêcheux and the Brazilian theorist, Eni Orlandi, among others. Following this, we made readings and made some discussions about issues related to sexualities and genders, under the aegis of the epistemological contributions of Queer Theory. Finally, we examine the aspects of the Brazilian online media discourse functioning about the “exit or not from the closet” as a discursive event. To this end, we initially observed whether the theme of “coming out of the closet” in media discourse is an ideological formation. Then, we analyze in which discursive, heteronormative or nonheteronormative formation, the discursive sequences, which constitute our analytical corpus, are inscribed so that non-normative sexualities are “made visible” in the media discourse through the performative gesture of “exit” or not from the closet”. The results show us that there is, in the discursive functioning of the media, the resumption or reproduction of words and meanings that, historically, have stigmatized and marginalized people from non-normative sexualities, as being "abnormal", "illegitimate", "deviant", “Subversive” and “abject”. In addition, we also find the existence of “inverse”, “subversive” discourses, resistance discourses, therefore, the existence of queer discourses in the archive of contemporary Brazilian online media. We also note that while there is a higher incidence of people "out of the closet", there is a significant proportion who still "prefer" to be in the "closet". This occurs as a way to avoid being victimized by some kind of homophobic or LGBT phobic violence. In this discussion, we realize that there is, in the discursive functioning of electronic media, a significant incidence of LGBT people who “give in” to the injunction of compulsory heterosexuality.

Keywords: Sexualities. Genres. Speech. Identity. Wardrobe.

RESUMÉN

Dans le monde contemporain, les médias en ligne ont été l'un des moyens de communication les plus largement utilisés dans les sociétés occidentales pour publier des articles journalistiques sur des questions relatives aux corps, aux sexes et aux sexualités, en raison de leur nature interdisciplinaire, qui se rapportent à d'autres domaines de la connaissance, tels que les études. études discursives, études culturelles et études queer. Ainsi, cette recherche, de nature documentaire qualitative, vise à analyser des aspects du fonctionnement du discours des médias en ligne brésiliens sur la "sortie ou non des sujets LGBT du placard", matérialisés dans des textes journalistiques. À cette fin, nous avons tracé notre chemin théorique et méthodologique à partir des hypothèses théoriques de l'analyse du discours pechéien liées à des procédures méthodologiques découlant d'une recherche documentaire qualitative. Notre corpus analytique est constitué de séquences discursives découpées à l'intérieur des textes journalistiques sélectionnés lors des phases de sélection et de collecte de données. Les textes journalistiques ont été rassemblés et sélectionnés parmi les médias en ligne brésiliens contemporains qui traitent du thème quitter ou ne pas sortir du placard. Pour atteindre l'objectif proposé, nous avons tout d'abord examiné la littérature sur les hypothèses théoriques et analytiques de Discourse Analysis, je suis parti des contributions théoriques de Michel Pêcheux et du théoricien brésilien Eni Orlandi, entre autres. Ensuite, nous avons fait des lectures et discuté de questions liées aux sexualités et aux sexes, sous l'égide des contributions épistémologiques de la théorie queer. Enfin, nous examinons les aspects du discours des médias en ligne brésiliens sur la sortie ou non du placard en tant qu'événement discursif. À cette fin, nous avons tout d'abord observé si le thème sortir du placard dans le discours des médias était une formation idéologique. Ensuite, nous analysons dans quelle formation discursive, hétéronormative ou non hétéronormative, s'inscrivent les séquences discursives qui constituent notre corpus analytique, de sorte que les sexualités non normatives soient visibles dans le discours médiatique à travers le geste performatif de sortie. ou pas du placard. Les résultats montrent qu'il existe, dans le fonctionnement discursif des médias, la reprise ou la reproduction de mots et de significations qui, historiquement, ont stigmatisé et marginalisé des personnes issues de sexualités non normatives, comme étant "anormales", "illégitimes", "déviantes", "subversif" et "abject". En outre, nous trouvons également l'existence de discours «inversés», «subversifs», de discours de résistance, donc l'existence de discours étranges dans les archives des médias en ligne brésiliens contemporains. Nous notons également que, même si le nombre de personnes sorties du placard est plus élevé, une proportion significative d'entre elles préfèrent encore être dans le placard. Cela permet d'éviter d'être victime d'une forme de violence homophobe ou phobique. Dans cette discussion, nous réalisons qu'il y a, dans le fonctionnement discursif des médias électroniques, un nombre important de personnes LGBT qui cèdent à l'injonction de l'hétérosexualité obligatoire.

Mots-clés: sexualités. Genres. Discours Identité Cabinet

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Trans.
AD	Análise do Discurso
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
CID	Código Internacional de Doenças
CUS	Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade
DF	Distrito Federal
FD	Formação Discursiva
FI	Formação Ideológica
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes.
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros.
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
HSH	Homens que fazem sexo com homens
ILGA	Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersex
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros.
LGBTs	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros e Intersex.
LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Trans, Intersexos e Queer
MAM	Mulheres que amam mulheres
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PGR	Procuradoria Geral da República
PM	Polícia Militar
SD	Sequência Discursiva
SP (Turis)	São Paulo Turismo
STF	Supremo Tribunal Federal
TJ	Trajetos Temáticos
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
RESÚMEN	xix
1. INTRODUÇÃO	13
2. SEÇÃO II – SEXUALIDADES, SABERES E PODERES	47
2.1. Sexualidade: um inventário do Ocidente.....	48
2.2. O dispositivo da sexualidade e o biopoder.....	52
2.3. A heteronormatividade e a heterossexualidade compulsória.....	58
2.4. A homossexualidade e o sujeito homossexual – invenções do século XIX.....	62
2.5. A construção da homofobia.....	74
2.6. O poder do “Armário Epistemológico”.....	86
2.7. Preconceito, discriminação e estigma: dispositivos homofóbicos.....	92
2.8. O evento do <i>Stonewall Inn</i> e seus efeitos sobre o “ <i>Gay Pride</i> ”.....	99
2.9. O Surgimento do Movimento do Orgulho <i>Gay</i> no Brasil.....	102
2.10. A “saída do armário da mídia brasileira” em o <i>Lampião na Esquina</i>	110
3. SEÇÃO III – DO FEMINISMO À TEORIA QUEER	117
3.1. O movimento feminista em suas três fases.....	118
3.2. Desconstruindo o sexo e o gênero a partir da metafísica da tradição.....	119
3.3. A performatividade de gênero por Judith Butler.....	121
3.4. A Teoria <i>Queer</i>	127
3.5. Os Estudos Culturais e a teorização <i>queer</i>	131
4. SEÇÃO IV – MÍDIA, DISCURSO E ARMÁRIO	137
4.1. O Discurso da Mídia – o encontro entre a estrutura e o acontecimento.....	139
4.2. A ordem discursiva midiática.....	141
4.3. De repente na mídia online, um acontecimento... Alguém “sai do armário”.....	143
4.4. O “armário” no discurso da mídia <i>online</i> brasileira: uma discussão <i>queer</i>	149

5. SEÇÃO V – ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	153
5.1. A Pesquisa Qualitativa e a AD.....	154
5.2. O dispositivo da interpretação.....	157
5.3. Seleção e coleta de dados da pesquisa.....	158
5.4. O <i>corpus</i> analítico.....	162
5.5. Análise e discussão sobre a formação ideológica (FI).....	173
5.6. Distribuição e organização do <i>corpus</i> de acordo com as (FD).....	175
5.7. Distribuição e organização do corpus de acordo com os trajetos temáticos....	179
6. SEÇÃO VI – ANÁLISE DOS ASPECTOS DO FUNCIONAMENTO DO DISCURSO DA MÍDIA ONLINE BRASILEIRA.....	184
7. CONCLUSÃO.....	197
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	200
ANEXOS.....	209

1. INTRODUÇÃO

Todos nós sabemos da impossibilidade de se pensar o mundo contemporâneo em segmentações estanques, em que se objective isolar do mundo da política e da linguagem. Sabemos, também, que estamos imersos num universo multicultural em que mudanças de ordem, sociopolítica, econômica, cultural e tecnológica se refletem no cotidiano das comunidades locais e globais. Essas mudanças surgem no bojo dos movimentos políticos e culturais de feministas, gays, negros e de outros segmentos subalternizados, os quais suscitam várias reflexões e estudos no meio acadêmico e intelectual. Tais reflexões e estudos trazem novas questões e posicionamentos que engendram o deslocamento da análise dos fenômenos da linguagem para o terreno das questões étnicas e culturais. É nesse contexto que os conceitos de sociedade, cultura, sujeito social e identidade, antes caracterizados como fixos, estáveis e homogêneos, estão hoje em total processo de redefinição. Sobre o assunto, Silva declara:

A teoria cultural e social pós-estruturalista tem percorrido os diversos territórios de identidade para tentar descrever tanto os processos que tentam fixá-la quanto aqueles que impedem sua fixação. Têm sido analisadas, assim, as identidades nacionais, as identidades de gênero, as identidades sexuais, as identidades raciais e étnicas (2009:84)

Moita Lopes (2003), em “Discurso de identidades”, nos apresenta uma série de estudos acerca dos efeitos das práticas discursivas na constituição das identidades sociais de gênero, raça, idade, sexualidade e profissões no espaço das instituições, sobretudo na escola e na família. Segundo ele, o discurso é o espaço de construção de identidades sociais, o que implica pensar o discurso a partir do aspecto da alteridade e da situacionalidade. Isso nos faz pensar que todo uso de linguagem implica numa ação humana de uns em relação aos outros, em determinado contexto de interlocução. A título de ilustração, o autor nos mostra que uma mulher, por exemplo, pode não apenas ser lésbica, mas também, professora

universitária, branca, pertencente à classe média, católica, e assim por diante. Outras mulheres, lésbicas ou não, podem possuir outros traços identitários, em diferentes práticas discursivas. Seguindo esse raciocínio, podemos afirmar que nossas identidades sociais são construídas por meio de nossas práticas discursivas com o outro, isto é, pela alteridade.

Nesse sentido, Moita Lopes (2003) nos diz que as identidades sociais, na contemporaneidade, não podem ser mais pensadas como entidades fixas, homogêneas e essencialistas. Embora se saiba que essa concepção essencialista ainda continue reverberando nas práticas discursivas da atualidade. Em contrapartida, há, na atualidade, uma forte tendência em se pensar sobre as identidades sociais, sobretudo as sexuais e as de gênero a partir das contribuições teóricas de pesquisadores dos estudos culturais contemporâneos. Esses estudos nos ajudam a compreender sobre a multiplicidade e a diversidade de gêneros sociais no mundo atual. No entender de Hall (2009), ao invés de pensarmos sobre a identidade como um fato já concluído, acabado, devemos pensá-la como uma produção que nunca está completa, que está sempre em processo, sempre se constituindo, dentro e não fora da representação. Isto implica pensar a identidade como uma construção que se constitui dentro e não fora do discurso, ou conforme nos diz Hall:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma 'identidade' em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui uma identidade sem costuras, inteiraça, sem diferenciação interna (2009:109)

Daí, podemos afirmar que as identidades sociais são construídas no interior das práticas de representação. As representações, como toda prática de linguagem, são práticas de significação. E como as práticas discursivas são práticas de significação, assim sendo, as representações se dão por meio das discursividades.

Em relação a isso, mencionamos os processos de constituição de sentidos que ocorrem no funcionamento do discurso. Na mesma discussão, Woodward nos diz

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar (2009:17).

No entender de Hall (2009), é através do modo como representamos as coisas, nos diferentes espaços socioculturais, que elas adquirem significados. Com efeito, podemos dizer que as representações se dão por meio do uso da linguagem em diversas situações comunicativas, tais como nos discursos produzidos pela mídia. De acordo com isso, Costa (2011:62) afirma que “a mídia é compreendida como uma prática discursiva identitária”. Assim, a mídia trabalha com discursos que produzem determinados efeitos de sentidos no imaginário social. Sobre o imaginário, Costa (2011:62) diz “[...] é preciso salientar que ele atua na construção de identidades, que leva em conta não só a memória, mas também a imaginação; é um complexo de sentimentos, emoções, conhecimentos presentes em qualquer tempo”. A esse respeito, Baczo, afirma:

[o imaginário social] se expressa por ideologias e utopias, que se materializam em símbolos, alegorias, rituais e mitos. Através dessas textualizações, erigem-se visões de mundo, modelam-se condutas e estilos de vida, em movimentos contínuos ou descontínuos de preservação da ordem vigente ou de introdução de mudanças. Para o autor, a imaginação social, além de fator regulador e estabilizador, também é a faculdade que permite que os modos de sociabilidade existentes não sejam considerados definitivos e como os únicos possíveis, e que possam ser concebidos outros modelos e outras fórmulas (1985:403).

Por meio dessas reflexões, afirmamos que a mídia trabalha com discursos que produzem representações da realidade, de modo que elas sejam assimiladas

como efeito de verdade¹ no imaginário social. Essas representações, produzidas pela mídia, podem construir, reconstruir, moldar, afirmar, negar, mostrar ou silenciar, no imaginário social, as identidades de sujeitos sociais, pertencentes às minorias sociais, tais como os negros, os índios, os homossexuais, os nordestinos, entre outros. De forma geral, os discursos que a mídia produz se dão de acordo com os mecanismos de controle social, isto é, “os discursos se realizam por meio de certas regras e normas, próprias da ordem do discurso” (FOUCAULT: 2009a). Em relação a isso, Foucault postula:

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seus acontecimentos aleatórios, esquivar sua pesada e terrível materialidade (2009a: 09).

Ao falar de sua “ordem discursiva”, Foucault (2009a) se refere às normas que selecionam, organizam, regulam e redistribuem os discursos. Para o autor, a ordem do discurso representa “um conjunto de procedimentos que tem por função de exorcizar poderes e perigos, refrear o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2009a: 02). Dentre esses procedimentos, o autor destaca a interdição. Segundo Foucault (2009a), a interdição é um mecanismo de poder que serve para controlar ou suprimir determinados discursos em determinado lugar e circunstâncias, por razões ideológicas. Além da interdição, Foucault (2009e), também nos acrescenta sobre outros mecanismos de poder, como a negação, a censura e a normalização.

Na visão de Foucault (2009a), todos esses procedimentos funcionam, de forma orquestrada, em um único dispositivo que ele denominou como dispositivo da sexualidade. Portanto, embora denominado no singular, o dispositivo deve ser compreendido de modo pluralizado, ou conforme o próprio Foucault nos diz

¹ Para Charaudeau (2009:49), o *efeito de verdade* está mais para o lado do “acreditar ser verdadeiro” do que para o do “ser verdadeiro”. Surge da subjetividade do sujeito em sua relação com o mundo, criando uma adesão ao que pode ser julgado verdadeiro pelo fato de que é compartilhável com outras pessoas, e se inscreve nas normas de reconhecimento do mundo.

É que os dispositivos da sexualidade não são apenas de tipo disciplinar, isto é, não atuam unicamente para formar e transformar o indivíduo, pelo controle do tempo, do espaço, da atividade e pela utilização de instrumentos como a vigilância e o exame. Eles também se realizam pela regulação das populações, por um biopoder que age sobre a espécie humana, que considera o conjunto, com o objetivo de assegurar sua existência. Questões como as do nascimento e da mortalidade, do nível de vida, da duração de vida estão ligadas não apenas a um poder disciplinar, mas a um tipo de poder determinado que se exerce ao nível da espécie, da população com o objetivo de gerir a vida do corpo social. O que não significa que as estratégias e táticas de poder substituam o indivíduo pela população. (2009c: 12).

Assim, o dispositivo da sexualidade se constitui por um conjunto heterogêneo de mecanismos e estratégias de poder, cujos objetivos são o gerenciamento e controle dos corpos, de modos de ser e de populações. O dispositivo funciona sobre a sexualidade humana e o gênero social por meio do princípio de biopoder (isto é, pela regulação dos corpos e pelo regimento da vida). É por meio do dispositivo da sexualidade, tal qual um dispositivo do biopoder, que se instaura, a partir do século XVIII nas sociedades capitalistas ocidentais, uma biopolítica das populações. Segundo Foucault (2009 d), o dispositivo da sexualidade age sobre os corpos, as práticas sexuais, as sexualidades por meio do conjunto de saberes e poderes das ciências médicas, da psiquiatria, da psicologia, do sistema jurídico e da pedagogia. Decerto, é o dispositivo da sexualidade que nos faz compreender, a princípio, sobre a constituição histórico-discursiva da tríade sexo-corpo-gênero, da produção das sexualidades e da constituição das identidades sociais e sexuais.

Por ser um dispositivo de saber-poder, o dispositivo da sexualidade põe em funcionamento, nas sociedades capitalistas ocidentais entre os séculos XVIII, XIX, XX, o binarismo e o heterossexismo. O binarismo, enquanto sistema classificatório e hierárquico, opera por meio de dicotomias como: heterossexual/homossexual; homem/mulher; macho/fêmea/ normal/anormal;/ legítimo/ilegítimo;/ normal/patológico, entre outros. Com base nisso, Foucault (2009a) em sua História da Sexualidade I nos explica, sob o viés arqueológico e genealógico, sobre a constituição as anomalias sexuais, sobretudo a homossexualidade, o hemafroditismo e a transexualidade. De acordo com Foucault (2009e: 233), “foi por volta de 1870 que os psiquiatras começaram a constituir a homossexualidade como

objeto de análise médica: ponto de partida, certamente, de toda uma série de intervenções e de controles novos”. Sobre isso, Foucault comenta

É o início tanto do internato dos homossexuais nos asilos, quanto da determinação de curá-los. Antes eles eram percebidos como libertinos e às vezes como delinquentes (daí as condenações que podiam ser bastante severas – às vezes o fogo, ainda no século XVIII – mas que eram inevitavelmente raras). A partir de então, *todos* serão percebidos no interior de um parentesco global com os loucos, como doentes do instinto sexual. Mas, tomando ao pé da letra tais discursos e contornando-os, vemos aparecer respostas em forma de desafio: está certo, nós somos o que vocês dizem, por natureza, perversão ou doença, como quiserem. E, se somos assim, sejamos assim e se vocês quiserem saber o que nós somos, nós mesmos diremos, melhor que vocês (2009e: 233-234, grifos do autor).

Assim, paralelamente ao crescente interesse do discurso médico sobre a homossexualidade, surgiram também manifestações homossexuais que visavam expor sua realidade, sua verdade. Desta feita, é por meio dessas manifestações que os homossexuais construíram e, ainda constroem os discursos em que eles falam sobre si mesmos, sobre sua verdadeira sexualidade, principalmente através da literatura. Em outras palavras, embora as instituições médico/psiquiátrica, religiosa e jurídica tenham produzido saberes e dizeres que instituíram os homossexuais como doentes, loucos, desviantes, pecadores. Há, nesse mesmo ínterim, a produção de discursos em que os próprios homossexuais manifestam a vontade de expor sua própria verdade, isto é, a “verdade” sobre o seu sexo, o seu desejo e sua essência enquanto seres humanos.

Para Soares (2006), durante muitos anos ao homossexual é imposto o silêncio, a invisibilidade. Na visão de Orlandi (2007c), o silenciamento é, também, uma forma de significar, pois, o silêncio, em determinado lugar e momento socio-histórico, produz sentidos. Logo, o silenciamento, assim o é, por conta da determinação social, quer dizer, o que está estabelecido socialmente e politicamente determina o que via ser silenciado. Por certo, o silenciamento é um não-dito ou um interdito. Nesse sentido, podemos dizer que o silêncio imposto aos homossexuais, ao longo da história, é um silêncio que calou sua voz e interditou sua existência.

Na visão de Louro (2007:27), “a produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade. Uma rejeição que se expressa,

muitas vezes, por declarada homofobia”². Segundo Borrillo (2009), o termo homofobia apareceu nos Estados Unidos no ano de 1971, porém sua inserção nos dicionários europeus só aconteceu no final dos anos 1990. O autor afirma que “a homofobia é a atitude de hostilidade para com os homossexuais”. No entanto, o autor nos diz “embora seu primeiro elemento seja irracional ou mesmo o ódio em relação a gays e lésbicas, a homofobia não pode ser reduzida a isso” (BORRILLO, 2009:15). As manifestações do preconceito e da intolerância em relação a essas pessoas advêm da violência simbólica (por meio do uso da linguagem) e da violência física, promovida por diversos tipos de lesões corporais, principalmente as práticas de homicídio. No entender de Velho (1996: 10), a “violência não se limita ao uso de força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza”. Assim, difamações, xingamentos, injúrias, desprezo são formas de violência que são utilizadas para que uma pessoa possa não somente se sentir ferida e fragilizada (psicologicamente), mas também hostilizada e inferiorizada. Esse tipo de violência, conforme Bourdieu (2014) trata-se de violência simbólica (aquela que se manifesta pelo uso de linguagem – injúria, difamações, xingamento, desprezo). . A esse respeito, Eribon comenta

[...] os *gays* vivem um mundo de injúrias. A linguagem os cerca, os encerra, os designa. O mundo os insulta, fala deles, do que dizem de si. As palavras da vida cotidiana tanto quanto as do discurso psiquiátrico, político, jurídico, atribuem a cada um deles e a todos coletivamente um lugar – inferiorizado – na ordem social, mas essa linguagem os precedeu: o mundo de injúrias está ali antes deles, e deles se apodera antes mesmo que possam saber o que são (2008:75).

Mais adiante o autor, acrescenta,

Bem jovem se aprende que há pessoas que podem ser xingadas de “viado” ou de “sapatão”, e um dos efeitos mais temíveis e mais eficazes dessa injúria é que ela opera como um ato de censura, como a formulação de um interdito que se endereça a todos pelo fato de editar, garantir e reforçar a norma heterossexual, barrando o acesso àquilo que é estigmatizado pela linguagem (ERIBON, 2008, p.83).

² O termo “homofobia” é um neologismo cunhado pelo psicólogo clínico George Weinberg (1972) que é usado para definir sentimentos negativos (medo, raiva) em relação a homossexuais e à homossexualidade.

Para Bourdieu (2014), a violência simbólica acontece, muitas vezes, em concomitância de manifestações de violência física, desde a agressões físicas à práticas de homicídio. No entender do autor, mesmo que esses dois tipos de violência não ocorram numa mesma instância, a violência física, na maioria dos casos, decorre da prática frequente ou recorrente da violência simbólica. De acordo com o estudo de Avelar (2014), “a violência toma os mais diferentes contornos tal sua urgência e alcance”. Avelar (2014) é um pesquisador brasileiro que investiga a violência no âmbito das políticas públicas de segurança para as populações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT³). Os crimes de ódio contra a população LGBT no Brasil têm crescido de forma vertiginosa, nos últimos anos. E isso é um dado preocupante e que tem sido um assunto muito difundido pela mídia brasileira, como podemos ver nas seguintes reportagens:



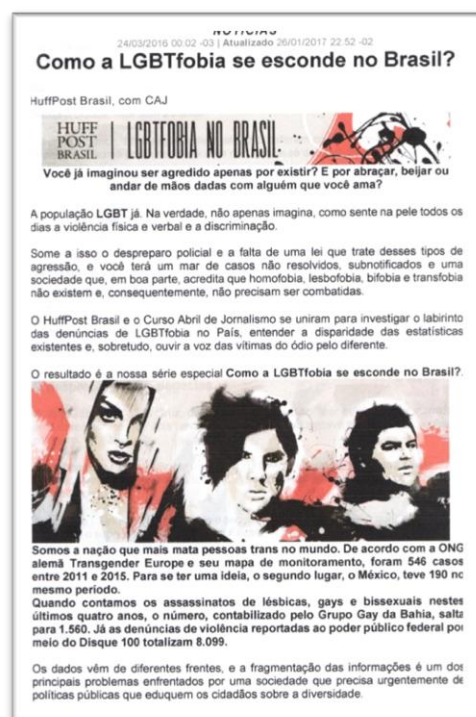
(Fig.1– Estadão em Salvador, junho de 2016).



(Fig.2 – Estadão em São Paulo, fevereiro de 2016).

³ Em junho de 2008, na I Conferência Nacional de Políticas Públicas para GLBT foi posta em discussão da mudança da sigla GLBT para LGBT, como já adotado no cenário internacional. Para estudiosos de gêneros e ativistas do movimento do Orgulho LGBT explicam que essa mudança ocorreu no intuito de reconhecer a atuação e privilegiar as identidades lésbicas como uma forma de reparação ou de reconhecimento do processo histórico de invisibilidade pelo qual foram submetidas. É importante salientar que, ainda hoje, muitos estudiosos e documentos oficiais utilizam diferentes siglas, como GLBT, GLBTT, LGBT, entre outros, de modo a poder expressar e representar a integração de variadas identidades sociais e de gêneros, mesmo sabendo que todas as siglas não dão conta de todas as categorias identitárias existentes no mundo contemporâneo (FACCHINI, 2005).

Podemos observar, tanto na sequência discursiva (SD-1) “Mulher é morta na frente da namorada após reagir a ofensas homofóbicas” (ver fig.1) ⁴, quanto na (SD-2) “Polícia investiga morte de dois professores por homofobia na Bahia” (ver fig.2) ⁵ que o assunto “homofobia” é um problema grave na sociedade brasileira. Vejamos que esse assunto é noticiado em duas reportagens jornalísticas produzidas no mesmo ano, o ano de 2016, porém em diferentes momentos constitutivos, a primeira, em mês de fevereiro, e a segunda no mês de julho. Além dessas duas reportagens, encontramos outras que, também, noticiam sobre violência homofóbica no Brasil, conforme vemos nas sequências discursivas (SD-3 e SD-4) presentes nas seguintes manchetes:



(Fig.3 – Huffpostbrasil, março de 2016).



(Fig. 4 – Huffpostbrasil, junho de 2018).

A sequência discursiva da primeira reportagem (SD- 3) “Como se esconde a LGBTfobia no Brasil?”⁶ é uma manchete de uma matéria jornalística que aborda sobre a violência, o preconceito e a discriminação que tem vitimado a população brasileira LGBT no Brasil contemporâneo. Já a segunda sequência discursiva (SD-4)

⁴ Ver anexo I.

⁵ Ver anexo II.

⁶ Ver anexo III.

“11 estados aderiram ao Pacto Nacional de Combate à LGBTfobia, da segunda reportagem (ver fig.4), refere-se ao Pacto Nacional de combate a LGBTfobia no Brasil, tendo a adesão em 2018 de 11 estados do Brasil. Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), os dados estatísticos sobre a violência contra pessoas LGBTs chegou a 445 no ano de 2016, trinta por cento a mais que no ano de 2016. Segundo Saez (2016:18), “O Brasil é o país latino-americano que mais “assassina” pessoas LGBT no mundo, sobretudo os travestis. Isso é um dado preocupante, um verdadeiro problema social e político que ameaça a existência da população LGBT num país que se destaca no cenário mundial por realizar a maior parada gay. Contraditoriamente, é o país latino-americano que possui um alto índice de homicídios que acometem pessoas da comunidade LGBT. Em virtude disso, muitos homossexuais, preferem não revelar sua orientação sexual, sua identidade sexual. Compreendemos essa “preferência” como sendo um tipo de “coerção social” que as sociedades heterossexistas impõem, visível ou invisivelmente, aos homossexuais. Com efeito, a maioria dos homossexuais “prefere” ficar dentro do “armário”. Segundo Sedgwick,

O “armário” é compreendido como um dispositivo de regulação da vida de gays e lésbicas que concerne, também, aos heterossexuais e seus privilégios de visibilidade e hegemonia de valores. Para a pesquisadora norte-americana, “armário” ou o “segredo aberto” marcou a vida gay/lésbica no último século e não deixou de fazê-lo mesmo após o marco de *Stonewall*⁷ em 1969 (2007:19, grifo da autora).

De igual maneira, Sedgwick (2007:26) afirma “o armário é a estrutura definidora da opressão gay no século XX”. Sedgwick (2007:26) observa que a imagem do “assumir-se confronta regularmente a imagem do armário, e sua posição pública sem ambivalência pode ser contraposta como uma certeza epistemológica salvadora contra a privacidade equivocada oferecida pelo armário”. Sem dúvida, a “Epistemologia do Armário” de Sedgwick (2007) nos apresenta uma consistência abrangente nas discussões contemporâneas sobre questões relacionadas à cultura

⁷ De acordo com Castells (1999), a conhecida Revolta de *Stonewall* ocorrida num bairro de Nova York em 27 de junho de 1969 em que gays lutaram contra policiais que fizeram mais uma incursão violenta num bar gay, é considerada o ponto de partida para o movimento de liberação gay nos Estados Unidos.

e à identidade *gay*. Apesar disso, a autora salienta que não podemos exaltar o “armário”, pois, trata-se de um dispositivo heteronormativo⁸. A nosso ver, o “armário *gay*” é um dos mecanismos ou dispositivos pertencentes ao dispositivo da sexualidade, postulado por Foucault (2009a). Assim, o “armário *gay*” é um dispositivo que funciona, objetivando aprisionar, vigiar e invisibilizar as sexualidades não hegemônicas. No entender de Sedgwick (2007:19), “o ‘armário’ ou o ‘segredo aberto’ marcou a vida *gay*/lésbica no último século e não deixou de fazê-lo mesmo após o marco de *Stonewall* em 1969”.

Na visão da pesquisadora norte-americana, “o armário é compreendido como um dispositivo de regulação da vida de gays e lésbicas que concerne, também, aos heterossexuais e seus privilégios de visibilidade e hegemonia de valores” (SEDGWICK, 2007:19). De certa forma, o armário procura fazer alusão ao espaço onde as pessoas homossexuais se escondem e se sentem seguras, em decorrência das repreensões, as interdições e da violência, física e/ou simbólica, os quais eles possam estar expostos.

Nesse sentido, Sedgwick (2007) nos diz que, por mais que uma pessoa “assuma” sua homossexualidade, ela sempre estará no “armário” para alguém, seja no plano profissional ou pessoal. Para a autora, isso acontece porque há situações em que os homossexuais escondem “estrategicamente” sua homossexualidade para que sejam mais aceitos e respeitados, socialmente. Diante disso, podemos dizer que o “armário” pode ser compreendido como um “entre-lugar”, isto é, um lugar onde o privado e o público convivem harmoniosamente. Desse modo, o “armário” pode ser pensado como um lugar fechado e aberto ao mesmo tempo, um lugar que pode ter portas ou não, que pode ter chave ou não. Logo, um lugar movente, múltiplo, um lugar onde se permite o trânsito, o deslocamento, o deslize, o devir.

Na opinião de Spargo (2017:26-27), “estar dentro ou fora “do armário” é um movimento discursivo que demarca o lugar social, a posição-sujeito, por meio do qual os gays e as lésbicas ocupam no contexto de sua política sexual”. “Sair do armário” evoca emergir do confinamento e do ocultamento para o espaço público, significa sair clandestinidade para a afirmação pública. Nesse sentido, “sair do armário” é um ato político que, ao proporcionar uma maior visibilidade social das

⁸ De acordo com Warner (1993), é por meio da noção de heteronormatividade que a heterossexualidade é instituída como única possibilidade, legítima e natural, de expressão identitária e sexual. Com efeito, a homossexualidade passa a ser a orientação sexual “desviante” e/ou “subversiva”, uma vez que é aquela que vai de encontro à heteronormatividade.

pessoas pertencentes à comunidade LGBT, fortalecendo a política identitária em prol da diversidade sexual. Assim sendo, o movimento de “saída do armário” é um gesto político de resistência. “Sair do armário” é um contra-discurso de enfrentamento em relação ao discurso hegemônico heteronormativo, fortemente presente nas sociedades ocidentais na contemporaneidade. Para as sociedades ocidentais heterossexistas, ancoradas em práticas culturais heteronormativas, a visibilidade dos homossexuais nos espaços sociais, representam uma ameaça ao discurso hegemônico contemporâneo. Assim, o discurso sobre o fenômeno discursivo da “saída do armário gay”, é um discurso que se dá no interior das relações de poder. Para Foucault (2009c) “o poder não existe em si, porém o que existem, de fato, são práticas ou relações de poder”. Em relação a esse caráter relacional do poder, Foucault nos apresenta as seguintes considerações:

As relações de poder funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. Daí a importante e polêmica ideia de que o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que têm o poder e, de outro, aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra o seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de força (2009c: XIV).

Na concepção de Foucault (1995:248), “não há poder sem resistência, sem escapatória, em inversão eventual”. As relações de poder implicam em espaços de luta, em campos de disputas entre dominantes e dominados. Diante das malhas do poder das sociedades heterossexistas, os discursos de resistência produzidos pelos homossexuais que se “ousam” “sair do armário” são discursos que vão de encontro ao discurso da hegemonia heterossexual. Com efeito, esses discursos são vistos, nas sociedades ocidentais, heterossexistas, como um discurso de “contrapoder”. Para Louro (2008), atualmente, ampliaram-se as instituições que são autorizadas a

normatizar, a definir padrões e delinear saberes e práticas que fortalecem a hegemonia da heterossexualidade nas sociedades ocidentais. Na sociedade brasileira, destacamos a instituição midiática. No Brasil, a ideologia heteronormativa se manifesta são manifestados em diferentes práticas sociais e em diferentes situações de comunicação, sobretudo nos discursos da mídia. A mídia e suas tecnologias são, a nosso ver, lugares discursivos por meio dos quais se constroem e se cristalizam sentidos de uma sociedade marcada por relações de poder desiguais. Nesse sentido, Brittos e Gastaldo comentam

De um lado, os meios de comunicação distribuem uma cultura (não raro já presente no mundo da vida, mas que é industrializada, o que pressupõe incorporada aos moldes capitalistas) que tende a reforçar os limites da sociedade de consumo, o que implica em condutas que atendem aos interesses do poder, já que marcadas por um controle social. De outro lado, as tecnologias midiáticas espalham-se pelos mais diversos espaços, passando a integrar a sociabilidade, vendendo posturas definidas como adequadas e confirmando lógicas que podem acabar sendo introjetadas pela subjetividade (2006:121).

Diante disso, afirmamos que a depender do modo como a mídia *online* representa os sujeitos sociais, tais como os homossexuais, por meio de seus discursos, que podemos verificar de que maneira eles podem ser “vistos” ou “imaginados” pelo público leitor, ou até mesmo, do público telespectador, em se tratando da mídia televisiva. Nesse sentido, a mídia constrói as formações imaginárias do público leitor/telespectador, por meio do que ela noticia ou representa, discursivamente, em seus textos jornalísticos, sejam eles impressos e/ou digitalizados. Para Orlandi (2007b: 32), “são formações imaginárias que se constituem a partir das relações sociais e que, funcionando discursivamente, evidenciam a imagem que se faz de um operário, de um presidente, de um pai, etc”.

As formações imaginárias se dão por meio das ideologias que interpelam os indivíduos em sujeitos que falam através de seus discursos. Segundo Orlandi (2007b: 31), “a ideologia é a interpretação do sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários”. São os mecanismos imaginários se constituem por meio dos efeitos de sentidos. Os efeitos de sentidos, produzidos pelos textos midiáticos, determinam a constituição das identidades dos sujeitos, por eles, noticiados, tais quais os

homossexuais. No momento atual, a mídia *online* brasileira tem publicado algumas matérias que versam sobre a homossexualidade, principalmente, quando alguém, celebridade ou não, “sai do armário”, conforme vemos nas seguintes manchetes:



(Fig. 5 – Exame, abril de 2015).



(Fig.6 – Diarionline, fevereiro de 2018).



(Fig. 7 – BBC NEWS BRASIL, abril de 2013).



(Fig. 8 – Olhar digital, outubro de 2015).



(Fig. 9 – Razões para Acreditar, em 2018).



(Fig. 10 – MetroJornal, janeiro de 2018).

As sequências discursivas pertencentes às manchetes das matérias jornalísticas ilustradas são:

SD-5: “Devo assumir que sou gay no ambiente de trabalho?”⁹;

SD-6: “Ator da Globo assume ser gay em público: estava maltratado, humilhado”¹⁰;

SD-7: “Gays enfrentam dilema para sair do armário em Brasil ‘polarizado’”¹¹;

SD-8: “Cresce o número de gays que usam o Facebook para ‘sair do armário’”¹²;

SD-9: “Bisavô sai do armário aos 95 anos: ‘Eu nasci gay e fui gay a vida inteira’”¹³;

SD-10: “Ricky Martin revela porque decidiu sair do armário e assumir sua sexualidade”¹⁴.

Podemos observar, em todas as (SD) manchetes das matérias jornalísticas, ilustradas (ver fig.5, fig.6, fig.7, fig.8, fig.9 e fig.10), que, apesar da existência do “armário”, como dispositivo de poder hegemônico, não há como interditar as pessoas que “decidem” sair do “armário”. Isso nos mostra que a interpelação da heteronormatividade realizada sob a operacionalização do “armário” não se dá de forma eficaz em que todos cedem à injunção à heteronorma. Essa constatação é

⁹ Ver anexo V.

¹⁰ Ver anexo VI.

¹¹ Ver anexo VII.

¹² Ver anexo VIII.

¹³ Ver anexo IX.

¹⁴ Ver anexo X.

algo que muito nos interessa neste trabalho que visa à análise discursiva de materialidades jornalísticas da mídia online que versam sobre a “saída ou não do armário”. Nas etapas de coleta e de seleção do *corpus* analítico, encontramos uma quantidade significativa de matérias que versam sobre a “saída do armário” como acontecimento discursivo contemporâneo.

Do mesmo modo, constatamos a existência de outras matérias em que outras pessoas LGBT “preferem” não visibilizar suas sexualidades não-heterossexuais publicamente. Isto é, há pessoas que “preferem” não “sair do armário”, seja por razões pessoais seja por circunstanciais. De acordo com Sedgwick (2007), para muitos homossexuais, o submeter-se ao “armário” está calcado na falta de amparo social e de garantias políticas que lhes proporcionem segurança pública e uma maior aceitação social. Por essa via, o “armário” não só significa um lugar onde há a garantia de proteção em troca do silêncio, do sigilo, do segredo que não se pode revelar como também um lugar onde se atesta a prática discursiva produzida pela sujeição de alguns homossexuais à heterossexualidade compulsória.

Para Pino (2007:160), a heterossexualidade compulsória ou a heteronormatividade é entendida como uma “obrigação social de se relacionar amorosa e sexualmente com pessoas do sexo oposto”. Decerto, esse é um mecanismo de normatização, baseado nos princípios ideológicos heterossexistas, mais discutidos e combatidos pela teoria *queer*. Nos estudos contemporâneos sobre gênero, destaca-se a contribuição da Teoria *Queer*¹⁵, desenvolvida a partir do final dos anos 1980, por uma série de pesquisadores e ativistas sobre a questão da diversidade sexual. Dentre eles, destacamos os trabalhos de Butler (1993; 2003; 2008) que nos propõe refletir, de forma “desconstrutiva”, sobre o pensamento cartesiano que alinha os conceitos de sexo, de sexualidade e de gênero como sendo conceitos similares.

No pensamento da tradição, o sexo, a sexualidade e o gênero são determinados biologicamente, ou seja, são determinados de acordo com as genitálias sexuais dos seres humanos. Na concepção de Butler (1993:12), “o sexo, assim como o gênero, são construções sociais, produzidos, culturalmente e discursivamente”. Na visão da autora, essas construções são atravessadas por

¹⁵ O termo inglês *queer* é antigo e tinha, originalmente, uma conotação negativa e agressiva contra aqueles que rompiam normas de gênero e sexualidade. Recentemente, foi adotado e ressignificado pelo conjunto de teóricos que, em oposição aos estudos de minorias, decidiu privilegiar uma perspectiva crítica sobre os processos normalizadores (LOURO, 2001:546).

relações de poder que visam normatizá-las com base na ideologia heteronormativa. Esta ideologia aparelha todas as instituições político-sociais e culturais pertencentes às sociedades ocidentais capitalistas modernas.

É a interpelação ideológica heteronormativa que incide sobre os indivíduos “sexuados” a fim de torná-los sujeitos “normalizados” sexualmente, como sendo sujeitos heterossexuais, mesmo que aparentemente. Nesse sentido, podemos dizer que as normas regulatórias do sexo são responsáveis por materializar a diferença sexual dos corpos dos indivíduos como efeito da interpelação ideológica heteronormativa. A interpelação ideológica heteronormativa visa a sustentação da naturalização da heterossexualidade como sendo a única sexualidade capaz de promover a reprodução humana. Assim, as sexualidades não-heterossexuais são vistas como “não-naturais”, “anormais” e “subversivas”. Esses sentidos produzem e fortalecem discursos preconceituosos e discriminatórios sobre as pessoas de sexualidades dissidentes, o que os tornam vulneráveis à violência homofóbica. Para tentar atenuar essa problemática, os teóricos *queer* se propõem em discutir e refletir sobre novas formas de significar e de existir das sexualidades que não correspondem à sexualidade normativa, isto é, à heterossexualidade como norma. A proposta dessa teoria é dar um novo significado ao termo *queer*, passando a entendê-lo como uma prática de vida que se contrapõe às normas socialmente aceitas. Segundo Louro (2008, p.38), o termo “*queer* pode ser traduzido por estranho, ridículo, excêntrico, raro, extraordinário”. Mais que isso, para Louro,

[...] a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler (2007), a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homófobos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido. Esse termo, com toda a sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora (2008: 38-39).

No entender de Louro (2008:39), “a política *queer* está estreitamente articulada à produção de um grupo de intelectuais que, ao redor dos anos de 1990, passa a utilizar esse termo para descrever seu trabalho e sua perspectiva teórica”. Segundo a autora, “a teoria *queer* pode ser vinculada às vertentes do pensamento ocidental contemporâneo que, ao longo do século XX, problematizaram noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação”. Nessa perspectiva, os sujeitos “*queer*” surgem da reflexão, da análise crítica e da desconstrução de autores pós-estruturalistas, tais quais: Althusser (1969), Michel Foucault (2009 d), Judith Butler (2003), Sedgwick (2007), Hall (2009), Woodward (2009), Silva (2009), entre outros. Esses teóricos discutem e “desmistificam” a hegemonia do heterossexual em relação ao homossexual, preceito oriundo de uma visão patriarcal, uma corrente hetero-centrada no princípio de produção e reprodução.

Além disso, os teóricos pós-estruturalista insistem na ideia de que a noção de sujeito social e discursivo é criada por meio de discursos da linguagem e da cultura. Na perspectiva da teoria *queer*, o ato de alguém “sair do armário” é um ato performativo. É a performatividade da linguagem em torno do “assumir-se LGBT” por meio das materialidades textuais jornalísticas *online* publicadas, no Brasil, ao logo das décadas do no século XXI, que nos possibilita compreender o modo como às identidades de gênero se constituem no funcionamento discursivo da mídia. Para tanto, esse objetivo está atrelado ao objetivo principal da pesquisa que é o de analisar os aspectos do funcionamento dos discursos em torno do (*coming out* – “sair do armário” em Inglês) ou em torno do (*in closed* – “ficar ou permanecer no armário” em inglês) compreendidos como acontecimentos discursivos midiáticos.

Todas as reflexões teórico-metodológicas, aqui arroladas, corroboram no desenvolvimento deste trabalho de pesquisa intitulado “A ‘saída ou não do armário’ como acontecimento discursivo na mídia *online* brasileira: as identidades de gênero LGBT nos efeitos de sentidos entre saberes e poderes”. Este trabalho se insere no debate contemporâneo e interdisciplinar dos estudos sobre as questões sobre sexualidade e gênero social. Essas questões ocupam um lugar privilegiado nas discussões e reflexões contemporâneas acerca da constituição dos sujeitos sociais de suas identidades culturais. É por meio do dispositivo da sexualidade de Foucault (2009e) que podemos compreender como os indivíduos de sexualidades não-heterossexuais constroem, discursivamente, suas subjetividades e suas identidades de gênero.

Este dispositivo funciona no interior da ordem discursiva da mídia *online* brasileira para dizer sobre as sexualidades “dissidentes” que são visibilizadas nas materialidades textuais jornalísticas que versam sobre a “saída ou não do armário”. Nesse processo de visibilidade, as sexualidades dissidentes “saem do privado” e se tornam entidades públicas, logo, entidades políticas. Portanto, acreditamos que essa pesquisa favorece o acesso aos conhecimentos fundamentais que promovem uma maior criticidade e politização acerca das sexualidades e da multiplicidade de gênero existentes no mundo social contemporâneo.

Assim, esta pesquisa contribui, significativamente, para a construção de novos conhecimentos, novas reflexões e novos questionamentos que promovem novas formas de olhar e de ver as sexualidades e os gêneros na contemporaneidade. Os novos olhares e formas de significar as sexualidades e os gêneros contemporâneos produzem novos conhecimentos e reflexões que se constituem, discursivamente, a partir do interior e do exterior às instituições científicas e de ensino, em seus diferentes níveis.

Pesquisas acadêmicas realizadas por Almeida (2009), Silva (2008), entre outros, revelam o quão as sexualidades não normativas são silenciadas pelos discursos oficiais educacionais. Esses discursos se constituem com base na ideologia heteronormativa que circunscreve a pedagogia de ensino. Com efeito, os indivíduos passam a ser educados a fim de que adotem o modelo heteronormativo como seu modelo de vida. As ações educativas baseadas em uma pedagogia normalizadora produz uma hierarquização sexual e social dos indivíduos que promove a desigualdade, a discriminação e a segregação no interior das instituições de ensino.

Isso é um fato preocupante, pois os estudantes que não aceitam seguir o modelo heteronormativo como seu modelo de vida, certamente, passam a ser alvo de preconceito, discriminação e homofobia, dentro e fora dos ambientes educacionais. Diante disso, não há dúvida sobre a importância das produções científico-acadêmicas que se ocupam de questões relacionadas às sexualidades e aos gêneros perante o fenômeno da homofobia ou LGBTfobia. De acordo com Junqueira (2007), é importante compreendermos as instituições educacionais como espaços privilegiados para a superação de ações discriminatórias e violentas, no que diz respeito à sexualidade e a identidade de gênero.

Na visão do autor, essa compreensão não objetiva fazer uma defesa de uma minoria que se julga vitimizada, mas, sim, combater toda e qualquer forma de relação sexista, desigual, opressora e hierarquizada que afetam toda a comunidade escolar. Para tanto, é imprescindível que informações esclarecedoras e conscientizadoras sobre os atuais estudos e pesquisas de sexualidade e gênero cheguem e circulem nos ambientes educacionais. Para Louro (2008b), essas informações propiciam, no espaço educacional, reflexões que ajudam a minimizar ou suprimir práticas que promovem a desigualdade, o preconceito e a discriminação.

A segunda importância refere-se ao trabalho da mídia *online* brasileira como instituição construtora de sentidos sobre a realidade que, a nosso ver, deve contemplar a diversidade de pensamento da sociedade contemporânea. No entanto, a mídia brasileira, ao longo da história, tem produzido discursos sobre os sujeitos homossexuais a partir de sentidos que os instituem como “doentes”, “anormais”, “pecadores”, “promíscuos”, “desviantes” e “marginais”. Infelizmente, até hoje, esses sentidos são retomados, interdiscursivamente, pela memória do dizer no momento em que discursos sobre as homossexualidades são proferidos na atualidade.

Ao utilizarmos a interdiscursividade como categoria de análise, torna-se possível identificar quais os discursos que atravessam o discurso da mídia *online* brasileira sobre os sujeitos LGBT que enunciam sua “saída ou não do armário”. Por meio da interdiscursividade, podemos constatar, no funcionamento do discurso midiático, a presença de discursos produzidos em diferentes formações discursivas como: a (FD) médica, a (FD) religiosa, a (FD) jurídica, a (FD) libertária, (FD) subversiva (FD) da resistência e a (FD) *queer*. Por exemplo, se constatarmos que há no discurso da mídia sobre a “saída do armário” há a presença de um discurso homofóbico, podemos entrever nesse discurso traços ideológicos do discurso machista ou patriarcal, do discurso religioso e do discurso médico-psiquiátrico.

Assim sendo, a mídia tem o poder de criar imagens e representações sobre os sujeitos LGBT por meio de discursos que podem positivá-los ou negativá-los, de acordo com suas condições de produção. Portanto, a depender da forma como a mídia produz os seus discursos, ela tanto pode colaborar na construção de uma sociedade mais justa, humana e democrática e ajudar no combate ao preconceito e a todas as formas de violência que atingem as minorias sociais. Inversamente, a mídia também pode ajudar a legitimar ou a reforçar processos de estigmatização e

de marginalização sobre as pessoas da comunidade LGBT, bem como contribuir para o crescimento da homofobia ou LGBTfobia no Brasil.

A realização da dissertação de mestrado intitulada “O Discurso da mídia sobre a homossexualidade nas instituições militares”, desenvolvida no curso de Mestrado em Linguagens e Representações da Universidade Estadual de Santa Cruz, nos mostrou como a mídia produz e reafirma discursos heteronormativos que são “consumidos” sem nenhuma problematização ou questionamentos por parte dos sujeitos, levando-os a uma consciência “naturalizada” da realidade. Com efeito, percebemos que esse fato não interfere apenas na conduta e nos padrões de vida dos indivíduos considerados normais no seio social, mas também apresenta incidência nas relações e na visão de que os ditos “anormais” têm de si próprios e dos modos de subjetivação do qual fazem parte.

No entender de Gregolin (2003:97) “a mídia é construtora de imagens simbólicas, participando ativamente, na sociedade atual, da construção do imaginário social, no interior do qual os indivíduos percebem-se em relação a si mesmos e em relação aos outros”. Assim, de acordo com as condições de produção midiáticas o leitor é interpelado discursivamente, a partir do ele vê e/ou do que lê na materialidade midiática. Essa interpelação o leva a evidenciar discursos e sentidos que se dão pela retomada de outros discursos e sentidos constituídos no movimento da história. Portanto, esse trabalho dissertativo nos despertou um maior interesse em continuar a estudar e pesquisar, qualitativamente, a homossexualidade na mídia, sob o viés discursivo. Essas considerações nos conduzem aos **questionamentos**:

- 1- Como se dá o funcionamento do discurso da mídia *online* brasileira contemporânea sobre o gesto performático-discursivo da “saída ou não do armário gay” realizado por pessoas pertencentes à comunidade LGBT?
- 2- De que forma a mídia *online* brasileira contemporânea tem representado, discursivamente, os sujeitos LGBT que ela noticia, em seus textos jornalísticos, sobre da temática da “saída ou não do armário gay”? Com efeito, como se dá a constituição das identidades de gênero dos sujeitos LGBT no funcionamento discursivo midiático?

No interior desses dois questionamentos, há outros que também norteiam o desenvolvimento desta pesquisa, a saber:

- 3- O que é e como funciona o dispositivo da sexualidade foucaultiano?
- 4- Os conceitos de heteronormatividade, heterossexualidade compulsória e homofobia podem ser compreendidos como dispositivos da sexualidade?
- 5- O “armário epistemológico” de Sedgwick (2007) é um dispositivo de poder derivado do dispositivo da sexualidade?
- 6- Quais são as formações discursivas a que a mídia online brasileira se filia para produzir seus discursos sobre a “saída ou não do armário gay” enquanto acontecimento discursivo da contemporaneidade?
- 7- A “saída do armário gay” é revelada, no funcionamento discursivo midiático, como um gesto performativo que produz efeitos e sentidos que positivizam e favorecem as pessoas LGBT no Brasil?
- 8- A “saída do armário gay” é revelada, no funcionamento discursivo midiático, como um gesto performativo que produz efeitos e sentidos que negativizam e desfavorecem as pessoas LGBT no Brasil?
- 9- A “entrada ou permanência no armário” é revelada, no funcionamento discursivo midiático, como uma ação estratégica de sobrevivência das pessoas LGBT em razão da LGBTfobia no Brasil ?
- 10-A “entrada ou permanência no armário” é revelada, no funcionamento discursivo midiático, como um posicionamento discursivo que promove à injunção dos sujeitos LGBT à heterossexualidade compulsória.

11-A performatividade de Butler (2003) é uma noção que nos possibilita compreender o processo de construção das identidades de gênero LGBT no funcionamento do discurso da mídia *online* brasileira?

12- A mídia *online* brasileira contemporânea produz discursos sobre os sujeitos LGBT de forma que eles sejam vistos, no imaginário social, como sujeitos compulsoriamente heterossexuais?

Esta pesquisa surge da tentativa de buscar respostas a esses questionamentos. Assim, temos **como objetivos gerais**:

- 1- Analisar aspectos do funcionamento do discurso da mídia *online* brasileira contemporânea sobre o gesto performático-discursivo da “saída ou não do armário gay” realizado por pessoas pertencentes à comunidade LGBT.
- 2- Analisar de que forma a mídia *online* brasileira contemporânea tem representado, discursivamente, os sujeitos LGBT que ela noticia, em seus textos jornalísticos, sobre da temática da “saída ou não do armário gay”. A partir disso, compreender como se dá a constituição das identidades de gênero dos sujeitos LGBT no funcionamento discursivo midiático.

Como objetivos específicos, temos:

- 3- Compreender o que é e como funciona o dispositivo da sexualidade foucaultiano;
- 4- Investigar se os conceitos de heteronormatividade, heterossexualidade compulsória e homofobia podem ser compreendidos como dispositivos da sexualidade;
- 5- Investigar se “o armário epistemológico” de Sedgwick (2007) é um dispositivo de poder derivado do dispositivo da sexualidade;

- 6- Analisar as formações discursivas a que a mídia online brasileira se filia para produzir seus discursos sobre a “saída ou não do armário gay” enquanto acontecimento discursivo da contemporaneidade;
- 7- Investigar se a “saída do armário gay” pode se revelada, no funcionamento discursivo midiático, como um gesto performativo que produz efeitos e sentidos que positivizam e favorecem as pessoas LGBT no Brasil;
- 8- Investigar se a “saída do armário gay” pode se revelada, no funcionamento discursivo midiático, como um gesto performativo que produz efeitos e sentidos que negativizam e desfavorecem as pessoas LGBT no Brasil;
- 9- Investigar se a “entrada ou permanência no armário” pode ser revelada, no funcionamento discursivo midiático, como uma ação estratégica de sobrevivência das pessoas LGBT em razão da LGBTfobia no Brasil;
- 10- Investigar se a “entrada ou permanência no armário” pode ser revelada, no funcionamento discursivo midiático, como um posicionamento discursivo que promove à injunção dos sujeitos LGBT à heterossexualidade compulsória;
- 11- Verificar se a performatividade de Butler (2003) é uma noção que nos possibilita compreender o processo de construção das identidades de gênero LGBT no funcionamento do discurso da mídia *online* brasileira;
- 12- Investigar se a mídia *online* brasileira contemporânea produz discursos sobre os sujeitos LGBT de forma que eles sejam vistos, no imaginário social, como sujeitos compulsoriamente heterossexuais.

Em termos metodológicos, essa tese delinea-se nos princípios da pesquisa qualitativa documental, ancorados nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso pechetiana (doravante, AD). Segundo Orlandi (2010:25), “a análise de discurso leva em conta a tomada em consideração da materialidade do

texto e a construção de dispositivos de interpretação”. Com efeito, a autora propõe a construção de um dispositivo de interpretação para desenvolvermos o trabalho de análise de discurso. Para Orlandi (2010:26), “os dispositivos são de dois tipos: dispositivo teórico da interpretação e dispositivo analítico da interpretação”. Assim, para desenvolvermos as análises e discussões em torno de nosso corpus analítico, constituído por sequências discursivas oriundas dos textos extraídos da mídia online brasileira, foi preciso construir o nosso dispositivo da interpretação (ORLANDI, 2007b).

O nosso dispositivo teórico se constitui dos aportes teórico-metodológicos da Análise do Discurso pechetiana (doravante, AD), aliados aos procedimentos metodológicos da pesquisa qualitativa. Esses procedimentos se baseiam nos processos de descrição e de interpretação de dados operacionalizados na etapa de análise do *corpus* da pesquisa. O dispositivo da interpretação, postulado por Orlandi (2007b), funciona como um movimento de batida uníssona, realizado entre a descrição e a interpretação. Assim, o objetivo do dispositivo da interpretação é mostrar como os sentidos se constituem no funcionamento do discurso da mídia online brasileira sobre o fenômeno performativo de “saída ou não do armário”.

Partimos da hipótese de que, no funcionamento do discurso da mídia sobre a “saída ou não do armário gay”, são evidenciados os mesmos sentidos pejorativos e depreciativos que foram atribuídos à homossexualidade e ao sujeito homossexual, ao longo da história. Esses sentidos são evidenciados, no funcionamento discursivo, pelo movimento de retomada dos já-ditos ou os pré-construídos sobre a homossexualidade e os homossexuais, realizado nos dizeres proferidos no jogo entre a atualização e a memória. Com efeito, supomos que há, no funcionamento dos discursos contemporâneos sobre as homossexualidades “reveladas”, uma maior incidência de sentidos que as instituem como sendo “doença”, “pecado”, “desvio”, “promiscuidade”, “marginalidade”, “anormalidade”, “transgressão”.

Esses sentidos servem para expressar preconceito e a discriminação em relação à homossexualidade. Da mesma forma, que esses sentidos justificam os porquês das manifestações homofóbicas ou LGBTfóbicas ocorridas, cotidianamente, no Brasil. Além disso, supomos que há, também, no funcionamento discursivo, outros sentidos interditados ou silenciados sobre as sexualidades dissidentes por força da influência da ideologia heteronormativa que, a nosso ver, faz parte da ordem discursiva midiática. A mídia é, de acordo com Charaudeau (2009, p.29),

“uma máquina de fabricar o sentido social”, ou seja, é um campo fecundo de práticas discursivas que produzem e fazem circular infinitos efeitos de sentido na sociedade.

Daí a importância da AD como a base teórica que alicerça o processo de análise do funcionamento discursivo dos textos jornalísticos da mídia *online* brasileira, publicados nos anos 2000. Para Orlandi (2007a: 15), a AD é um campo teórico nos estudos da linguagem que procura “compreender a língua fazendo sentido e, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história”. Desse modo, na perspectiva da AD, “o estudo da linguagem não pode, pois, estar apartado da sociedade que a produz”. E para tanto, a análise do discurso, trata de definir seu objeto de estudo, discurso, justificando, de acordo com Orlandi,

Do ponto de vista da significação, não há uma relação direta do homem com o mundo, ou melhor, a relação do homem com o pensamento, com a linguagem e com o mundo não é direta assim como a relação entre linguagem e pensamento, e linguagem e mundo têm também suas mediações. Daí a necessidade da noção de discurso para pensar essas relações mediadas. Mais ainda, é pelo discurso que melhor se compreende a relação entre linguagem/pensamento/mundo, porque o discurso é uma das instâncias materiais (concretas) dessa relação (2007b: 12).

No entender de Orlandi (2007b: 12), “o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. Para a AD, a linguagem é concebida em termos de práticas de significação e não, apenas, como um instrumento de comunicação. O que interessa a AD é compreender como os sentidos se constituem através do funcionamento da língua e isso, só se torna possível por meio da análise de seu objeto, o discurso. Como o discurso se constitui da articulação do linguístico com o histórico-social, isso nos permite dizer que os sentidos produzidos no funcionamento da língua se dão a partir de elementos que se encontram em sua exterioridade, tais quais: o contexto sócio-histórico, o sujeito e a ideologia.

Orlandi (2009a: 17), afirma: “o discurso é o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para sujeitos. Por outro lado, Orlandi (2007b, p.28) comenta: “pela noção de ideologia [...] introduz-se a ideia da incompletude da linguagem, da falha”. No

entender da autora, é por meio da incompletude e da falha na relação da língua com a ideologia que os sentidos se dão, pois, “se a linguagem e a ideologia fossem estruturas fechadas, acabadas, não haveria sujeito, não haveria sentido” (ORLANDI, 2007b, p.27). Portanto, na visão de Orlandi (2007b, p.27), “o sentido, para AD, não está fixado a priori como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há a determinação histórica”.

Portanto, para compreendermos o funcionamento do discurso, isto é, “para explicitarmos as suas regularidades, é preciso fazer intervir a relação com a exterioridade, ou seja, compreendermos a sua historicidade, pois o repetível em nível do discurso é histórico e não formal” (ORLANDI, 2007b: 27). Desse modo, para a realização desta pesquisa, desenvolvemos uma metodologia estruturada em três diferentes fases as quais correspondem aos capítulos que estruturam esse trabalho científico. Na primeira fase, foi realizada uma revisão da literatura sobre Análise do Discurso (AD), sobre as questões acerca das sexualidades e da constituição identitária dos gêneros a partir dos estudos culturais e dos estudos *queer*.

Na segunda fase, houve a coleta e a seleção de enunciados provenientes de matérias jornalísticas sobre o fenômeno discursivo da “saída ou não do armário gay”, publicadas nos anos 2000. Na terceira fase, realizamos as análises parafrásticas e polissêmicas das sequências discursivas recortadas do interior dos textos jornalísticos, a fim de se evidenciar, a partir da formação ideológica dada, as formações discursivas a que eles pertencem. Nessa etapa, agrupamos e organizamos as sequências discursivas de acordo com duas formações discursivas: a (FD) heteronormativa e a (FD) não-heteronormativa.

A noção de formação discursiva (FD) é de fundamental importância na AD, uma vez que é ela que nos permite compreender o processo de produção dos sentidos e a sua relação com a ideologia. Orlandi (2007a: 44) comenta: “[...] é pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes”. Para Orlandi (2007a: 32) o dizer não é propriedade particular: “As palavras não só são nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas nossas palavras”. Nesses termos, é fundamental pensar o discurso pelo viés da interdiscursividade, que sustenta a possibilidade de todo dizer. Encerramos a seção

com a análise e discussão sobre a distribuição e a organização das sequências discursivas de acordo com os trajetos temáticos, por nós, delimitados.

No desenvolvimento de nossa pesquisa, elegemos os pressupostos teóricos da Análise do Discurso, de Michel Pêcheux, por meio dos aportes teóricos dos seguintes autores: Althusser (1969), Pêcheux (1969; 1997a; 1997b; 1997c; 2008; 2010), Courtine (2006), Foucault (1982; 2009a; 2009b; 2009c; 2009 d; 2009e; 2009f; 2010), Mazière (2007), Guilhaumou e Maldié (2010) e Orlandi (1987; 2007a; 2007b; 2007c; 2008). Em relação às discussões sobre sexualidade, gênero e relações de poder recorreremos às contribuições teóricas de Bourdieu (2014), Butler (2003), Colling (2013), Eribon (2008) Foucault (2009c; 2009 d; 2009e; 2010), Green & Polito (2006), Junqueira (2007), Louro (2001; 2007; 2008a; 2008b) Miskolci (2009a; 2009b; 2012), Prado e Machado (2008), Salih (2012), Sedgwick (2007), Spargo (2017). Sobre mídia, discurso e identidade, recorreremos aos trabalhos de Charaudeau (2009), Gomes (2003), Gregolin (2003), Hall (2009), Marcondes Filho (1989), Moita Lopes (2002; 2003), Navarro (2003; 2006; 2010), Silva (2009), Trevisan (2004), Woodward (2009), entre outros.

No que se refere à organização do trabalho, temos cinco seções distribuídas entre as partes da introdução e da conclusão. Na primeira seção intitulada “Sexualidade, Gênero e Poder” realizamos uma explanação teórica sobre as questões relacionadas aos sexos, às sexualidades e aos gêneros a partir da leitura genealógica foucaultiana. Para Foucault (2009 d) a sexualidade é uma construção discursiva e cultural que deve ser analisada a partir das relações de poder que a atravessam. O autor analisa a sexualidade a partir de um dispositivo de poder que ele cunhou de dispositivo da sexualidade. É o dispositivo foucaultiano que rege as sexualidades, sobretudo as sexualidades não normativas. Estas devem ser regidas e controladas para evitar os seus “terríveis” poderes. Por meio do dispositivo da sexualidade abordamos sobre a constituição da ideologia heteronormativa, o funcionamento da heterossexualidade compulsória e a construção da homofobia.

Partimos da hipótese de que essas três noções (heteronormatividade, heterossexualidade compulsória e homofobia) são dispositivos de poder que fazem parte do dispositivo da sexualidade. Por essa via, entendemos essas noções como dispositivos de poder engendrados por um dispositivo de poder matriz, o dispositivo da sexualidade. É o dispositivo da sexualidade que “inventa” as noções de homossexualidade e de sujeito homossexual no século XIX. Na visão de Katz

(1996:23), a heterossexualidade é, também, considerada uma invenção do século XIX. Segundo o autor a heterossexualidade é pensada no momento em que a ciência psiquiátrica descreve a homossexualidade.

Foram a psiquiatria, as ciências médicas, as instituições religiosas e o sistema jurídico que produziram, ao longo da história, saberes-poderes que instituíram a homossexualidade como sendo “doença”, “desvio”, “pecado”, “promiscuidade” e “marginalidade”. A nosso ver, esses sentidos continuam se reverberando no discurso da mídia *online* contemporânea sobre as sexualidades não normativas. Assim sendo, entendemos que a mídia *online* contemporânea retoma esses sentidos por meio da memória discursiva que opera na constituição de todo dizer que se atualiza no processo formativo dos discursos. Sabemos, pois, que a retomada de sentidos pejorativos, historicamente institucionalizados, sobre a homossexualidade e os sujeitos homossexuais podem colaborar no reforço da prática do preconceito e da violência homofóbica ou LGBTfóbica. Essas práticas têm vitimado milhares de pessoas LGBT, cotidianamente, no Brasil. Sobre isso, comentamos, em uma subseção à parte, sobre as noções de preconceito, discriminação e estigmatização, as quais as postulamos como dispositivos de poder que engendram a construção e o funcionamento da homofobia ou LGBTfobia.

Entendemos, neste trabalho, todos os dispositivos de poder como derivados do dispositivo da sexualidade foucaultiano, inclusive o do “armário epistemológico” de Sedgwick (2007). Nesta pesquisa, concebemos o “armário epistemológico” como um dispositivo da sexualidade que engendra e rege a produção das práticas sociais, sobretudo as discursivas, sobre as sexualidades dissidentes na contemporaneidade. Em nossa compreensão, o “armário” é um dispositivo da sexualidade heteronormativo. Por esse viés, entendemos, também, que a ordem discursiva da mídia *online* brasileira contemporânea se circunscreve na ideologia heteronormativa. Constatamos, em nossas análises, que a mídia se filia a duas formações discursivas para produzir os seus discursos sobre a “saída ou não” das pessoas LGBT do “armário”. Assim, temos a (FD) heteronormativa e a (FD) não heteronormativa como formações discursivas a que a mídia online brasileira se filia para produzir os seus discursos sobre a “saída ou não do armário” como acontecimento discursivo. Essas formações discursivas são consideradas critérios que nos ajudam a constituir e a organizar o nosso *corpus* analítico. Fechamos a primeira seção, discutindo sobre a rebelião de *Stonewall Inn* nos Estados Unidos e seus efeitos sobre os posteriores

Movimentos do Orgulho Gays, lá e acolá. A rebelião do *Stonewall Inn* é considerada, até hoje, um marco na vida da população LGBT no mundo inteiro. Como consequência dessa revolução, começam a surgir nos Estados Unidos e em outros lugares do mundo, grupos e movimentos LGBT, inclusive no Brasil. Portanto, fechamos a seção tecendo algumas considerações históricas relevantes sobre a formação dos primeiros grupos e movimentos LGBT no Brasil. Para tanto, tecemos algumas considerações histórico-discursivas sobre o jornal *Lampião na Esquina*, considerado como a primeira mídia impressa brasileira confeccionada para o público LGBT no Brasil. Em nossa compreensão, esse jornal representa o movimento de “saída da mídia brasileira do armário”, no momento histórico extremamente difícil no país, marcado pela censura, repressão e opressão da ditadura militar.

A segunda seção intitulada “Do feminismo à Teoria *Queer*”, falamos sobre a constituição da teoria *queer*, dada a partir da confluência dos estudos feministas, dos estudos gays e lésbicos e dos estudos culturais pós-estruturalistas. Nessas teorizações, contemplamos as contribuições teóricas de Butler (2003) sobre as questões de sexualidade e gênero, inclusive sobre a performatividade de gênero; de Foucault (2009a; 2009b; 2009c; 2009 d; 2009f) sobre questões pontuais sobre sexualidade e poder; Derrida (2004) sobre o conceito de “desconstrução”.

Estas postulações teóricas contribuem, epistemologicamente, na constituição da Teoria *Queer*, teoria abordada na quarta subseção desta segunda seção. Segundo Miskolci (2009b), a teoria *queer* surge nos Estados Unidos, na década de 1980, com o propósito de promover uma discussão desconstrutivista acerca da fixação e da essencialização de sentidos que instituíram à heterossexualidade sexualidade “norma”. Além disso, a teoria *queer* objetiva desconstruir o paradigma binário de gênero; a hierarquização das sexualidades e dos gêneros realizada com base na ideologia heteronormativa; e a associação às sexualidades não normativas como sendo sexualidades “abjetas”.

De certo modo, a teoria *queer* nos aponta para novas configurações de gênero, possibilitando aos indivíduos a construção de suas próprias identidades, no universo da diversidade e da multiplicidade. Encerramos a seção com o texto sobre os Estudos Culturais e a teorização *queer*. Neste texto, tecemos algumas reflexões teóricas sobre os conceitos de identidade cultural na pós-modernidade, segundo a visão de Hall (2009), Moita Lopes (2002; 2003), Silva (2009), Woodward (2009),

dentre outros. sobre as questões acerca das identidades culturais na pós-modernidade.

A terceira seção intitulada “Mídia, discurso e Armário”, discorremos sobre a produção discursiva da mídia, levando em consideração a ordem discursiva instituída em suas condições de produção. Assim, iniciamos a seção com uma discussão breve sobre o conceito de discurso por meio da díade pechetiana, estrutura e/ou acontecimento. Posteriormente, tecemos algumas considerações importantes sobre a ordem discursiva midiática, mostrando, ilustrativamente, como ela funciona conforme a ideologia heteronormativa que ela institui em suas condições de produção. A quarta subseção, trata-se de uma análise discursiva ilustrativa, realizada em torno da capa da revista *Exame*, cuja manchete principal constitui-se em torno da (SD) “Chefe, sou gay”. Por fim, encerramos a seção com um texto que discute sobre a importância da mídia *online* brasileira como o lócus de construção de discursividades contemporâneas sobre o “armário” epistemológico.

Na quarta seção, fazemos uma apresentação detalhada sobre os aspectos teórico-metodológicos desta pesquisa de caráter qualitativo-discursiva documental. Assim, iniciamos a seção com uma discussão breve sobre a relação dialógica entre os procedimentos da pesquisa qualitativa e os aportes teórico-metodológicos da Análise do Discurso pechetiana. Em seguida, comentamos sobre a importância do dispositivo da interpretação, proposto por Eni Orlandi (2007a; 2007b; 2007c) na realização do trabalho de análise discursiva sob o ponto de vista metodológico. É com base no dispositivo da interpretação que realizamos, na seção posterior, a análise discursiva de nosso *corpus* analítico. Antes de comentarmos sobre o *corpus* da pesquisa, comentamos sobre os processos de seleção e de coleta de dados. Nesta etapa, informamos sobre os dez textos jornalísticos selecionados e coletados na internet por meio de alguns *sites* jornalísticos brasileiros. Estes textos foram mencionados no quadro número um (consultar páginas 161 e 162).

O nosso *corpus* analítico, abordado na subseção posterior, se constitui de oitenta sequências discursivas (SD), selecionadas e recortadas do interior dos textos jornalísticos selecionados e coletados na etapa anterior. Após a seleção das sequências discursivas organizadas no quadro dois (disponibilizado entre as páginas 166 a 173). Na subseção seguinte, discutimos teoricamente sobre a temática “a saída ou não do armário” como sendo uma formação ideológica por meio da qual podemos entrever, nas análises, diferentes gestos de interpretação. As duas últimas

subseções tratam sobre a distribuição e a organização das sequências discursivas (do *corpus*), primeiramente, de acordo com as formações discursivas (FD); e, em seguida, de acordo com os trajetos temáticos definidos a partir do tema-pivô, “a saída ou não do armário”.

A última seção da tese trata da análise dos aspectos do funcionamento da mídia *online* brasileira sobre a “saída ou não do armário” como acontecimento discursivo. Nesta seção, observamos que há, no funcionamento do discurso midiático, a produção de diferentes gestos de leitura, os quais produzem diferentes efeitos de sentidos sobre o fenômeno discursivo a “saída ou não do armário gay”. Os efeitos de sentidos direcionam o movimento interpretativo dos discursos para um determinado ponto de vista e, não para outro. A mídia trabalha com essa finalidade. Ela produz textos a partir de determinados discursos cujos sentidos são pensados para que a interpretação ocorra de uma forma prevista e estável.

A fixação da interpretação em uma determinada direção acontece por meio da repetição ou da retomada de dizeres e sentidos ditos e esquecidos, feitos pelo movimento de memória que os atualizam na instância da enunciação. Esse processo de repetição de dizeres e sentidos ditos e esquecidos que são retomados nos discursos do momento presente caracteriza o funcionamento da performatividade da linguagem, conforme Butler (2003). Portanto, é a repetição dos “modelos” de subjetividade e de identidades de gênero “normalizados” que “introjetam”, no imaginário social, os modelos preconizados, pelas sociedades ocidentais contemporâneas, como modelos “corretos”, “adequados” e “desejáveis”. Dessa forma, a construção das subjetividades e das identidades de gênero é perpassada por dispositivos de biopolíticos normalizadores que operam em função das demandas político-sociais das sociedades capitalistas contemporâneas, tal qual a sociedade brasileira.

Por meio da interpelação ideológica heteronormativa, a sociedade brasileira vai construindo sujeitos “dóceis”, “domesticados”, cujas identidades são instituídas como “normais”, “legítimas”, “adequadas” e “desejáveis”. No entanto, aqueles que “resistem” à interpelação heteronormativa passam a ser vistos e rotulados como “anormais”, “desviantes”, “dissidentes” e “indesejáveis”. Devido a isso, passam a ser interditados, silenciados, ou mesmo, eliminados do convívio social. Por isso, a mídia brasileira, enquanto aparelho ideológico do Estado funciona com base em uma ordem discursiva heteronormativa. Com efeito, a mídia *online* brasileira produz

discursos sobre as pessoas LGBT que “revolvem” “sair do armário”, ou não, por meio de materialidades jornalísticas que, de modo sutil, promovem a representação dessas pessoas de modo que elas sejam ou pareçam ser heterossexuais.

Em outros termos, a mídia trabalha com discursos heteronormativos que configuram as pessoas que ela representa ou noticia a partir de uma “emolduragem” heterossexual. Assim sendo, a mídia trabalha de modo a representar ou a noticiar pessoas “sexuadas” como sendo pessoas heterossexuais, constituídas, compulsoriamente. A heterossexualidade compulsória é um dispositivo de poder que funciona por meio da ordem discursiva da mídia brasileira em meio ao seu sistema simbólico de representação, a fim de “emoldurar”, “enquadrar”, “normalizar” as sexualidades dissidentes no processo de criação dos produtos midiáticos.

Esse dispositivo é utilizado, recorrentemente, na mídia brasileira para que haja uma maior “aceitação” dos sujeitos homossexuais representados em suas materialidades. De acordo com algumas pesquisas, essa estratégia midiática é muito evidente nos produtos midiáticos construídos no início do século XX, sobretudo na televisão brasileira, por meio de programas e de novelas. Antes disso, a mídia já “falava” sobre as pessoas LGBT em suas materialidades, porém através de sentidos que os representassem de forma caricaturada, estereotipada e marginalizada. Para a mídia brasileira do século XX, esses sentidos eram os mais “adequados”, “desejados” e “aceitos”, pelo público em geral, para representar os sujeitos de sexualidades não normativas.

Ainda hoje, em pleno século XXI, percebe-se que os sentidos de “anormalidade”, “aberração”, “desvio”, “doença”, “pecado”, “abjeção”, ainda são atribuídos às pessoas não-heterossexuais, discursivamente. Esses sentidos continuam se reverberando no funcionamento do discurso da mídia online brasileira sobre as pessoas LGBT que “saem ou não do armário gay”. Assim sendo, podemos afirmar que a mídia brasileira contemporânea continua veiculando representações discursivas sobre pessoas LGBT, a partir de sentidos pejorativos e preconceituosos. Certamente, essas representações colaboram para fortalecer a naturalização da heterossexualidade, a coerção da heterossexualidade compulsória e a legitimação da homofobia.

Por outro lado, a mídia *online* brasileira contemporânea, também, contempla, em suas materialidades, discursos e sentidos *queer* que ajudam a positivar as pessoas LGBT na sociedade brasileira contemporânea. A mídia *online* brasileira

publica textos jornalísticos que relatam, de forma valorativa e positiva, o movimento de “saída de alguém do armário” como uma ação que positivizam as pessoas LGBT que “resolvem” visibilizar suas sexualidades. Por outro lado, há outras pessoas LGBT que têm vontade de “sair do armário”, mas veem essa ação como negativa ou desfavorável às suas vidas. Assim, “preferem” “entrar ou ficar dentro do armário”, mesmo que circunstancialmente.

Em alguns casos, as pessoas LGBT dizem “preferir” ficar “no armário” como uma forma de evitarem ser vitimizadas pela violência homofóbica ou LGBTfóbica. Desse modo, o “ficar ou permanecer no armário” pode ser compreendido como uma estratégia de sobrevivência das pessoas LGBT diante da homofobia ou LGBTfobia. Por vezes, o “ficar ou permanecer no armário” propiciam uma “emolduragem” dessas pessoas para que elas sejam vistas como heterossexuais. É a interpelação da heterossexualidade compulsória que incide sobre os sujeitos LGBT, fazendo com que “prefiram” manter em “segredo” suas sexualidades dissidentes.

Em todas as análises, percebemos que o gesto performativo de “sair ou não do armário” não faz com que as pessoas sejam vistas como possuidores de uma única identidade social ou sexual. Isso comprova o que dizem os atuais estudos culturais sobre as identidades dos sujeitos contemporâneos que não podem ser mais vistas como fixas, únicas e essenciais. Em vez disso, as identidades culturais, na contemporaneidade, são construções históricas, culturais e discursivas. Identidades de toda a natureza que compõe o panorama atual do mundo globalizado. a construção identidades de gênero como novas possibilidades de ser e de viver no mundo contemporâneo. Nesse contexto, as identidades sociais, sexuais e as de gênero devem ser concebidas, de fato, como são construções que estão sempre em processo, isto é, como construções contínuas, fluidas e multiformes. Isto é, são construções que estão em um processo ininterrupto de um verdadeiro devir a ser.

2. SEÇÃO II – SEXUALIDADES, SABERES E PODERES.

A sexualidade humana tem sido objeto de estudo e de investigação nas sociedades ocidentais desde o século XVII. No entanto, é no século XIX que a sexualidade passa a ser um objeto científico de grande interesse por parte de cientistas, médicos, religiosos e educadores na busca de um saber sistematizado sobre o sexo e a sexualidade. De uma dimensão fundamental da vida à subjetividade humana, a sexualidade se apresenta aqui como uma experiência histórica, como um complexo dispositivo engendrado por saberes e poderes instaurados pelas instituições científicas, médicas, jurídicas e políticas do século XIX no ocidente.

Indubitavelmente, essa experiência histórica singular vem se constituindo, como objeto de saber relativo a uma “dimensão fundamental da experiência humana”, num constructo teórico de suma importância para a compreensão das identidades modernas. Assim, ao longo desta seção, discorreremos sobre noções de sexualidade relacionadas às questões de saber-poder postuladas por Michel Foucault. Para Foucault (2009e), a sexualidade é um dispositivo de poder que se constitui historicamente e circunstancialmente.

Esse dispositivo, cunhado por Foucault (2009e) como dispositivo da sexualidade, compõe os modos de existência dos sujeitos, assim, os modos de construção das subjetividades e das identidades. Nas discussões tecidas nesta seção, contemplamos as noções de heteronormatividade, de heterossexualidade compulsória e de homofobia. A partir dessas noções, discorreremos sobre o “armário” enquanto objeto epistemológico que interfere na constituição das discursividades contemporâneas sobre a visibilidade, ou não, das sexualidades dissidentes por meio do discurso midiático. Finalizamos esta seção, com os textos sobre o evento de *Stonewall Inn* e seus efeitos sobre o surgimento de grupos e de movimentos em prol das questões LGBT nos Estados Unidos e em outras partes do mundo. Em nosso caso, centralizamos as nossas discussões sobre os movimentos ou Paradas do Orgulho LGBT no Brasil após *Stonewall Inn*, e com a “saída do armário” da imprensa gay através do Jornal *Lampião na Esquina*.

2.1. Sexualidade: um inventário do Ocidente.

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca, E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções. [...]. O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe, como não deve existir e à menor manifestação fá-lo-ão desaparecer – sejam atos ou palavras.

(FOUCAULT, 2009e).

Essas palavras de Michel Foucault (2009e), presentes na epígrafe acima, sevem-nos como um ponto de partida para refletirmos sobre a sexualidade como uma “invenção histórica”, como nos diria Bourdieu (2014:144). E, enquanto tal, a sexualidade deve ser pensada como uma prática discursiva em torno de uma vontade de verdade sobre o sexo e o sujeito sexual, produzida no movimento dos sentidos, entre os saberes e os poderes, instituídos, em diferentes momentos e lugares na história. Em se tratando do contexto histórico a que Foucault (2009 d) se refere na epígrafe, trata-se do período compreendido entre os séculos XVIII e XIX, época em que as sociedades ocidentais, passaram a discursivizar sobre o sexo, a sexualidade e o sujeito sexual, somente a partir dos imperativos morais cristãos.

Segundo Foucault (2010b: 71), esses imperativos, preconizados pela moral cristã, se constituem por princípios baseados nas concepções de: “casamento, monogamia, sexualidade para a reprodução, e de limitação e desqualificação do prazer”. Nessa lógica, estavam na base do regime de verdade sobre o sexo e a sexualidade das sociedades ocidentais, dos séculos XVIII e XIX, princípios baseados: na família cristã, no patriarcado, no sexo como uma prática exclusivamente para a reprodução e na sexualidade como algo que devia ser,

constantemente, vigiado, controlado, confiscado e, acima de tudo, interditado. De acordo com Foucault (2009e: 230), no período vitoriano, “poder falar da sexualidade se podia muito bem e muito, mas somente para proibi-la”. Apesar de relatar em sua “História da sexualidade I – a vontade de saber” sobre as proibições e as interdições em torno do sexo e da sexualidade no século XIX o autor rejeita a suposta “hipótese repressiva” que deveras os tenha circunscrito em tal época. Na opinião de Spargo,

Foucault rejeita essa “hipótese repressiva” e alegou que, a partir do século XIX, as evidências apontavam não para a proibição de falar sobre a sexualidade, mas para uma notável proliferação de discursos sobre a sexualidade. Então, o que era, ou é, a sexualidade? Um componente essencial do argumento de Foucault é que a sexualidade não é um aspecto ou fato natural da vida humana, mas uma categoria da experiência que foi construída e que tem origens históricas, sociais e culturais, mas não biológicas. Essa concepção de sexualidade é difícil de assimilar, parece contraintuitiva. A sexualidade, assim como o gênero, parece simplesmente estar *aí*, mas também parece especial, pessoal, uma questão relativa a nossos “desejos profundos” – quem queremos, o que queremos, como queremos. É algo dentro de nós, uma propriedade, *nossa* propriedade. Por outro lado, tanto investimento na crença de que a sexualidade é natural não significa que ela seja. Isso não quer dizer que Foucault descartasse qualquer dimensão biológica, mas sim priorizava o papel das instituições e dos discursos na construção da sexualidade (2017: 15, grifos da autora).

Na perspectiva foucaultiana, o sexo e a sexualidade foram àquilo que as sociedades ocidentais, sobretudo no final do século XIX, instaram a falar, a discursivizar, construindo, assim, uma *scientia sexualis*. Para Spargo (2017:16), a “*scientia sexualis*” do Ocidente, como Foucault a chamava (em contraste com a “*ars erótica*” da cultura de países como China, Japão e Índia, e do Império Romano, cuja base era a multiplicação dos prazeres), obstinava-se em encontrar a (vergonhosa) verdade sobre a sexualidade e, para isso, utilizava o processo da *confissão* como método-chaveou conforme Foucault comenta

Nossa civilização, pelo menos à primeira vista, não possui *ars erótica*. Em compensação é a única, sem dúvida, a praticar uma *scientia sexualis*. Ou melhor, só a nossa desenvolveu, no decorrer dos séculos, para dizer a verdade do sexo, procedimentos que ordenam, quanto ao essencial, em função de uma forma de poder-saber rigorosamente oposta à arte das iniciações e ao segredo magistral, que é a confissão (2009e: 66, grifos do autor).

Ao longo da história, a técnica da confissão é algo que sempre esteve presente nas práticas religiosas ancoradas numa atmosfera de devoção interior. Por meio da confissão, os católicos exerciam um exame de consciência contando os seus pecados ao padre, sobretudo os pecados do sexo. Nesse contexto confessional, os católicos produziam uma narrativa sobre a própria sexualidade, narrativa essa que passava a ser interpretada pelo padre, figura de autoridade. O ato de “narrar” ou de “confessar-se” é considerado um “ritual de discurso”, pois o sujeito que confessa é o mesmo que “fala” de si em seu próprio discurso.

Segundo Foucault (2009e), esse “ritual discursivo” do “confessar-se” é um ritual que se desenvolve numa relação de poder, pois, só se confessa com a presença do outro, seja esse outro um interlocutor seja um sistema simbólico de representação. Nesse sentido, a confissão pode ser compreendida como uma “fala” assujeitada, bem como uma posição-sujeito, privilegiada ou não, na ordem dos discursos. Modernamente falando, a prática da confissão engloba muitos procedimentos conhecidos que incitam o sujeito a falar, a produzir um discurso de “verdade” sobre si. Com efeito, Foucault, comenta

O problema é o seguinte: como se explica que, em uma sociedade como a nossa, a sexualidade não seja simplesmente aquilo que permita a reprodução da espécie, da família, dos indivíduos? Não seja simplesmente alguma coisa que dê prazer e gozo? Como é possível que ela tenha sido considerada como o lugar privilegiado em que nossa “verdade” profunda é lida, é dita? Pois o essencial é que, a partir do cristianismo, o Ocidente não parou de dizer “Para saber quem és, conheças o seu sexo”. O sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, juntamente com o devir de nossa espécie, nossa “verdade” de sujeito humano. [...]. A confissão, o exame de consciência, toda uma insistência sobre os segredos e a importância da carne não foram somente um meio de proibir o sexo ou de afastá-lo o mais possível da consciência; foi uma forma de colocar a sexualidade no centro da existência e de ligar a salvação ao domínio de seus movimentos obscuros. O sexo foi aquilo que, nas sociedades cristãs, era preciso examinar, vigiar, confessar, transformar em discurso (2009e: 229-230, grifos do autor).

A prática da confissão se constitui, até hoje, uma prática que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo (FOUCAULT, 2009 d). A confissão é considerada é um dos mecanismos mais utilizados e valorizados no mundo contemporâneo enquanto mecanismo que incita a produção de discursos, saberes e “verdades”. Atualmente, temos como técnicas de confissão a prática religiosa

confessional, o método interrogatório e de inquérito, a consulta médica, a narrativa psicanalítica e a escrita de si. O discurso sobre a sexualidade produz efeitos de “verdade” sobre o próprio indivíduo que, sobre ele, enuncia.

Há discursos veiculados na mídia sobre as sexualidades e os gêneros são discursos que são produzidos com base na técnica da confissão, como as reportagens criadas com discurso direto ou indireto, as entrevistas, os depoimentos, os documentários, os monólogos autobiográficos etc. Esses discursos operam, por vezes, no interior de jogos simbólicos nos quais se constituem identidades baseadas na regulamentação de saberes sobre o uso que as pessoas fazem de seu corpo, de sua alma, de sua vida. Por meio das confissões são produzidos discursos normalizados e disciplinadores de controle e de vigilância.

Vigilância permanente sobre os indivíduos por alguém que exerce sobre eles um poder. Um poder que é exercido por um mestre-escola, um chefe de oficina, um médico, um psiquiatra, um diretor de prisão, entre outros. Essas pessoas exercem o seu poder sobre aqueles que vigiam e, ao os vigiarem constroem um “saber” sobre os mesmos. Para Foucault (2009e: 102), “a análise de uma formação de certo tipo de saber sobre o sexo, tão tem termos de repressão ou de lei, mas em termos de poder”. Nesse sentido, Foucault (2009c) postula a noção de “saber-poder”. Essa noção, segundo ele, estrutura-se em torno de uma normatização, “em termos do que é normal ou não, correto ou não, do que se deve ou não fazer”. Na compreensão de Silva,

A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa (2009: 83).

A respeito da negação, Foucault (2009e: 93), explica que o poder se exerce sobre o sexo com a finalidade de rejeitá-lo, excluí-lo, recusá-lo, ocultá-lo, mascará-lo ou barrá-lo. Desse modo, o poder sobre o sexo se dá por meio da linguagem, no uso do vocábulo “não”. O uso do “não” ao sexo é serve para que ele seja impedido, limitado ou, completamente ausente, em condições dadas. Em relação à censura,

Foucault (2009e: 94) nos explica que ela ocorre por meio da interdição sob três formas: “afirmar que não é permitido, impedir que se diga e negar que exista”. Por meio da censura, Foucault (2009e: 94-95) afirma “a lógica do poder sobre o sexo seria a lógica paradoxal de uma lei que poderia ser enunciada como injunção de inexistência, de não manifestação, e de mutismo”. Com base nesses procedimentos, Foucault (2009e), postula sobre um instrumento de poder que interfere na constituição das identidades sexuais dos sujeitos, sendo eles/elas hetero ou homossexuais, chamado de “dispositivo da sexualidade”.

2.2. O Dispositivo da sexualidade e o biopoder.

A questão do poder surge para Foucault inicialmente em 1971, no seu famoso discurso de sucessão de Jean Hyppolite e de ingresso no *Collège de France*, intitulado *L'Ordre du Discours*. Nessa obra, a referida temática aparece ainda arraigada à noção negativa do poder, mas nas suas entrelinhas já se verificam os horizontes de seu projeto genealógico. Foucault percebe nesse discurso o exercício de um poder como limitação ao discurso. Para Foucault, a produção do discurso na sociedade seria controlada, organizada e selecionada por vastos processos, cujo objetivo principal residiria em fazer desaparecer os poderes e os perigos e evitar a materialidade do acontecimento. Dessa maneira, começa a se esboçar o nascimento de uma genealogia do poder, na superação do método arqueológico, através de uma limitação ao discurso imposta sob três processos principais: a interdição da palavra, a partilha da loucura e a vontade de verdade.

Para Foucault, as regiões vigiadas e controladas nas práticas sócio-discursivas de nossa sociedade são as da sexualidade e as da política. Na compreensão do autor, são essas as regiões em que “o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns de seus mais terríveis poderes” (FOUCAULT, 2009e: 9-10).

A sexualidade, para Foucault (2009e), surge em um jogo de ordem discursiva engendrado por um dispositivo de poder que se constitui historicamente e

circunstancialmente. Trata-se do dispositivo da sexualidade, uma ferramenta analítica genealógica que regula e produz discursos sobre o sexo, a sexualidade, o corpo e a vida. É o dispositivo da sexualidade que institui o controle das significações acerca das sexualidades, da normatização dos corpos, dos modos de existência dos sujeitos, logo, da produção das subjetividades e das identidades sócio-culturais. Segundo Foucault (2009e), esse dispositivo seria o meio pelo qual a sexualidade é produzida e regida, bem como o sexo (ato sexual), disciplinado, ou conforme ele postula

Através deste termo ‘dispositivo’ tento demarcar [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discurso, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em sua, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes termos (2009e: 244).

Foucault (2009e: 93-94) diz “o poder seria, necessariamente, aquilo que dita à lei, no que diz respeito ao sexo. O que significa, em primeiro lugar, que o sexo fica reduzido, por ele, a regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido”. Assim, o dispositivo da sexualidade é um mecanismo de saber-poder que funciona para reger, controlar e disciplinar o sexo e a sexualidade dos indivíduos. Esse dispositivo se constitui por meio de regras e normas circunscritas em torno de princípios biopolíticos. Com base nos postulados foucaultiano, Revel comenta

O termo “biopolítica” designa a maneira pela qual o poder tende a transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica – por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornarem preocupações políticas (2005: 26, grifos da autora)

Nesses termos, compreendemos a biopolítica como um tipo de governabilidade que se apresenta como uma tecnologia de poder que se aplica a

uma “população”. Essa tecnologia funciona por meio do agenciamento de um conjunto de biopoderes que incidem na vida de todos os indivíduos que constituem uma população. A biopolítica se exerce, tecnologicamente, à vida de todos os indivíduos a partir de saberes e poderes que instituem normas e regras que se aplicam no mundo do trabalho, na linguagem, nos corpos, nos afetos e, principalmente, na sexualidade. Por essa via, entendemos o dispositivo da sexualidade como um mecanismo do biopoder, tal qual uma tecnologia da biopolítica. No entender do Foucault (2009e: 183-184), uma das formas de se pensar a biopolítica como o tipo de governabilidade que se constitui, por meio de bases legais, como um modelo de governabilidade institucional, tal qual o Estado.

Nesse sentido, faz-se necessário mencionar o trabalho do filósofo francês, Louis Althusser (1969) em *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Althusser (1969). Essa obra, produzida entre as décadas de 1960 e de 1970 do século passado, discute a questão do sujeito, relacionando-o à reprodução capitalista das relações de produção. Nessa discussão, Althusser (1969:09) afirma: “a condição última da produção é, portanto, a reprodução das condições de produção”, ou conforme ele nos diz

[...] a reprodução da força de trabalho exige não só uma reprodução da qualificação desta, mas, ao mesmo tempo, uma reprodução da submissão desta às regras da ordem estabelecida, isto é, uma reprodução da submissão desta à ideologia dominante para os operários e uma reprodução da capacidade para manejar bem a ideologia dominante para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que possam assegurar também, pela palavra, a dominação da classe dominante” (1969 :21).

Para o filósofo marxista, é com a dominação dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) que a elite burguesa reproduz sua lógica de dominação, exclusão e desigualdade às classes menos favorecidas. Essas classes oferecem sua força de trabalho – produção – em troca do capital (salário) e se submetem, ideologicamente, às estratégias hegemônicas que reproduzem o discurso burguês através dos AIE. Segundo Althusser, o Estado:

[...] é uma máquina de repressão que permite às classes dominantes (no séc.XIX à classe burguesa e à classe dos proprietários de terras) assegurar a sua dominação sobre a classe operária para submeter ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista) (1969:31).

Assim, o Estado compreendido em torno de seus Aparelhos Ideológicos e os Aparelhos repressivos, garante a manutenção da ideologia dominante burguesa. Eribon comenta:

[...] convém notar que Althusser fala [...] da divisão do trabalho entre as classes e do papel que nisso cabe aos indivíduos pela “ideologia”, como se estivessem naturalmente em seu lugar, ligando-os, assim, às funções sociais que lhes são destinadas. Mas é evidente que podemos transpor suas observações para outras realidades sociais, tais como a divisão sexual, a hierarquia entre os sexos e as sexualidades (2008:77).

Nesse sentido, a ideologia dominante sustenta os interesses sociopolíticos da classe dominante a qual se circunscreve na ordem do patriarcado. Nessa perspectiva, podemos dizer que a ideologia dominante, que se reproduz por meio do Estado, passa a funcionar através da heterossexualidade como norma. Nesta perspectiva, sexo e a sexualidade são regulados ou normalizados por meio da interpelação ideológica heteronormativa. O funcionamento da interpelação ideológica heteronormativa opera através do dispositivo da sexualidade hegemônico engendrado nas sociedades burguesas ocidentais. Nesse sentido, o sexo e a sexualidade se torna alvo do poder hegemônico instado pelas sociedades ocidentais capitalistas. Nas sociedades ocidentais capitalistas, quem detém o poder hegemônico é a classe dominante, isto é, quem possui o poder hegemônico é a classe dominante, instituída como classe burguesa.

De acordo com Gramsci (1977:162) a hegemonia é concebida, nas sociedades modernas, em termos de lutas hegemônicas travadas entre grupos sócio-políticos e culturais, diametralmente opostos, em suas ideologias e em seus discursos. Para Gramsci (1977) a hegemonia é o domínio de poder, pleno e total, do grupo ou classe sócio-política e econômica que detém o poder-capital, sobre aquele que não o possui. As lutas hegemônicas, para Gramsci (1977), não são lutas em termos de “guerras” bélicas, mas, sim, são lutas são travadas por duas ordens

discursivas: a ordem discursiva do proletariado (da classe trabalhadora) e a ordem discursiva da classe capitalista burguesa. Sobre isso, Oliveira comenta.

Afinal o capitalismo e a burguesia possuem uma visão de mundo que lhes é favorável e que é desfavorável para as classes subalternas. Essas classes, por meio da estrutura controlada pelo capitalismo e pela burguesia, acabam adotando uma visão de mundo que não é sua. O que as classes subalternas precisam fazer, então, para se tornarem as classes dirigentes da sociedade? Precisam exatamente, fazer valer a sua visão de mundo. E isso só é possível por meio do que Gramsci chama de duas lutas hegemônicas, ou seja, entre duas visões de mundo, entre a visão de mundo burguesa e a visão de mundo dos trabalhadores [...] (2013:27).

É ordem discursiva hegemônica, que funciona: de um lado para sustentar e fortalecer, o *status quo* das classes dominantes; e, por outro, serve, também, como uma máquina de dominação, opressão e repressão em relação às classes dominadas. Nesse sentido, a hegemonia se dá por meio do binarismo instado pelas lutas de poder entre duas classes: a classe dominante e a classe dominada. O binarismo é um sistema de classificação e de divisão que funciona de acordo com os objetivos e os interesses de quem detém o poder de lhe constituir como mecanismo hegemônico.

Assim sendo, compreendemos a noção de hegemonia a partir funcionamento do discurso capitalista e burguês, constituído pelo poder ideológico, instituído pela classe dominante, para a sua sustentação e manutenção de dominação. Para Thompson (1998), as hegemonias são relações de dominação, discursivas, baseadas no consenso de que é por meio da coerção. A coerção, é uma prática discursiva que pode ocorrer de forma sutil ou não, tem a finalidade de promover a naturalização de práticas e relações sociais instituídas como “normas”. Ou, até mesmo, como “modelos” a que todas as pessoas devem seguir e concordar sem contestar, para que sejam, de fato, reconhecidos e pertencentes a uma dada sociedade. Desse modo, a hegemonia funciona como um mecanismo discursivo que visa dominar a forma de pensar e de agir dos membros das classes subalternas, de modo que eles passem a crer que os discursos hegemônicos são discursos que também lhes pertencem. Em seu texto sobre Gramsci, Oliveira comenta

Dessa forma, para um grupo social assegurar sua hegemonia, ele precisa difundir suas ideias junto aos grupos que lhe são próximos e criar consenso em torno delas. Daí a importância estratégica da Igreja, da escola, da universidade e dos órgãos da imprensa no processo de construção da hegemonia. Entretanto, o uso da força é também necessário para a manutenção da hegemonia. [...] Se um grupo social perder a hegemonia e, mesmo assim, se mantiver no poder, terá que se manter por meio da coerção, mas terá prazo de validade. Sem o consentimento, baseado apenas na coerção, o poder não se sustenta durante muito tempo (entenda-se “muito tempo” aí de um ponto de vista histórico) (2013: 39, grifos do autor).

Para Foucault (2009e), a gênese da repressão, da interdição e da censura, presentes na ordem discursiva da sociedade burguesa do século XIX, é explicada por meio da análise genealógica discursiva sobre os efeitos do poder hegemônico instado nas sociedades capitalistas no século anterior. Com base nisso, Foucault (2009e) parte da hipótese de que a repressão rigorosa em relação ao sexo se constitui como um mecanismo de controle e de disciplina sobre os corpos sexuados dos trabalhadores das fábricas, mediante os interesses capitalistas.

O discurso da moral-cristã produzido pela classe burguesa capitalista, no final do século XVIII e no decorrer do século XIX, interpela os operários das fábricas têxteis de modo que passam a construir suas subjetividades e suas identidades sexuais por meio da linguagem da moral e do controle social dos corpos. Assim, suas práticas sexuais passam a ser controladas e limitadas, liberadas apenas e sua finalidade for a reprodução. Essa estratégia de disciplina e de controle dos corpos dos operários funciona muito bem na época da revolução industrial na Europa.

Ao limitarem ou vetarem sua liberdade sexual, os operários passavam a ser mais produtivos em seu trabalho fabril, uma vez que poupavam sua força física que poderia estar comprometida com a atividade sexual deliberada. Por outro lado, Foucault (2009e) nos relata que o sexo, o desejo e os prazeres eram assuntos que pertenciam à vida burguesa. Entretanto, para todos os efeitos, a sociedade burguesa do século XIX tinha que ser vista como um modelo de sociedade, baseada nos princípios morais-cristãos. Tais princípios preconizavam os discursos conservadores e heterossexistas fundamentados nos preceitos instituídos pelo casamento heterossexual, pela formação da família cristã e pela prática sexual com a finalidade da reprodução. Além disso, são esses princípios que constrói a história da heterossexualidade como uma sexualidade padrão e normativa que funciona como um dispositivo de poder engendrado pela ordem discursiva heteronormativa.

2.3. A heteronormatividade e a heterossexualidade compulsória.

Por heteronormatividade, entende-se a produção de práticas e códigos heterossexuais, sustentada pelo casamento monogâmico, amor romântico, fidelidade conjugal, constituição de família (esquema pai-mãe-filho (a) (s)). Na esteira das implicações da aludida palavra, tem-se o heterossexismo compulsório, sendo que, por esse último termo, entende-se o imperativo inquestionado e inquestionável por parte dos membros da sociedade com intuito de reforçar ou dar legitimidade às práticas heterossexuais.

(FOSTER, 2001).

A nosso ver, a heteronormatividade é uma ideologia constituída por saberes-poderes instituídos pela medicina, pela biologia, pela religião, pela política e pelo sistema jurídico, os quais determinam padrões de conduta e de forma de pensar. Essa ideologia institui padrões que devem ser seguidos por todos aqueles que fazem parte do mundo social. Para Miskolci (2012: 43), a heteronormatividade é “a ordem sexual do presente, constituída com base no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo”. No entender de Borba (2015: 96) a heteronormatividade se constitui por uma miríade de “regras” e “normas” que estruturam e organizam a vida social, com base na concepção ontológica da heterossexualidade como sendo a sexualidade hegemônica. Nesse sentido, a heterossexualidade é vista como uma ordem social e discursiva que o estatuto de normatizar e reger a estrutura e a organização da vida social com base na matriz heteronormativa.

Segundo Seidman (2009) o conceito de matriz heteronormativa consiste em uma estrutura reguladora, rígida e inteligível que se constitui de mecanismos de poder coercitivos, como a repressão e a interdição. Esses mecanismos que fazem com que a heterossexualidade seja concebida como obrigatória na sociedade. Na visão de Butler (2003), a matriz heteronormativa é sistema constituído por um conjunto de pressões, expectativas e restrições sociais que, por meio de esquemas de inteligibilidade, impõe ideologicamente que o sexo e o gênero das pessoas devem ser nomeados de acordo com o seu sexo “biológico”. Nesta base, todos os seres humanos devem ser heterossexuais conforme o binarismo homem/mulher,

portanto, são pessoas que devem sentir atração sexual por pessoas do sexo e gênero opostos. Sobre isso, Lewis explica

A matriz heteronormativa é também uma matriz de inteligibilidade, uma maneira de entender, interpretar e reconhecer o mundo e as vidas. Ao não ser “inteligível” dentro das prescrições da matriz heteronormativa – ao não ser cisgênero e heterossexual, com práticas e performances heteronormativas – as pessoas não são reconhecidas como pessoas no sentido pleno (2017: 176, grifos da autora).

De igual modo, Warner (1983) reitera ao afirmar que é a noção de heteronormatividade que institui a heterossexualidade como única, legítima e natural expressão identitária e sexual reconhecida pelas sociedades heterossexistas. O heterossexismo é um conceito advindo da concepção sexista, biologizante e binarista. O binarismo é um conceito que, *a priori*, baseia-se na divisão binária do sexo, da sexualidade e do gênero, instituída pela concepção biologizante do sexo com base nas diferenças das genitálias que caracterizam os seres humanos, apenas, como homens ou mulheres. Aliado à lógica binarista e à noção de heteronormatividade, temos outro conceito importante: a heterossexualidade compulsória.

Em seu estudo, Lewis (2007:170) nos esclarece que o conceito de “heterossexualidade compulsória se desenvolveu, inicialmente, ao final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, por feministas lésbicas e ativistas do movimento para a liberação gay”. Tanto o feminismo quanto a liberação gay criticavam a heterossexualidade compulsória, a qual se tratava de um mecanismo de assujeitamento que produza, essencialmente, sujeitos heterossexuais. Esse assujeitamento se dá por meio da interpelação ideológica heteronormativa que transforma os indivíduos sociais sexuados em sujeitos heterossexuais. A heterossexualidade compulsória é um conceito cunhado em 1980 pela feminista Adrinne Rich ao realizar uma análise sobre a experiência lésbica visando constatar quais sentidos lhe são atribuídos no convívio social. Para tanto, a feminista utilizou como critério de análise uma escala que poderia identifica-los como sendo algo desviante, odioso ou indiferente.

Os resultados desse estudo apontam para o fato de que as mulheres, em geral, são convencidas de que o casamento e a orientação sexual e o desejo voltados para os homens são inevitáveis. Isto ocorre devido à interpelação ideológica do discurso romanesco heterossexual a que as mulheres são, constantemente, impingidas, desde a infância a fase adulta. A interpelação ideológica se dá pela leitura de livros de contos de fada, de romances literários, bem como pela repetição de imagens e discursos heteronormativos produzidos pelos meios de comunicação de massa.

Por meio da injunção à heterossexualidade compulsória, as mulheres são aprisionadas psicologicamente e agem de modo a se ajustarem ou a se enquadrarem ao modelo de sexualidade prescrita. De acordo com a feminista, a injunção à heterossexualidade compulsória também se aplica aos homens, porém de modo diferente em relação às mulheres. Em se tratando do público masculino, a heterossexualidade compulsória se dá por meio da ocultação ou do “mascaramento” de sua sexualidade, sobretudo se ela for uma sexualidade não normativa. A maioria dos homossexuais “ocultam” ou “mascaram” sua homossexualidade como uma forma estratégica de evitar que sejam vítimas de atos homofóbicos.

Nesse sentido, a homofobia pode ser considerada uma forma de expressão da heterossexualidade compulsória. Com isso, a heterossexualidade compulsória se apresenta como uma estratégia heteronormativa que induz a inserção de sujeitos não heterossexuais para que vivam sua sexualidade em anonimato, em segredo, no privado, enfim, no “armário *gay*”. A heterossexualidade compulsória é uma imposição coercitiva para que todos os seres humanos sejam ou que pareçam ser essencialmente, heterossexuais. A heterossexualidade compulsória é a exigência para que todos os sujeitos sejam heterossexuais para que sejam “reconhecidos” e “aceitos” nas sociedades ocidentais heteronormativas.

Importante dizer que há uma diferença entre a heterossexualidade compulsória e a heteronormatividade, embora eles sejam completamente inter-relacionados e dialogam entre si paralelamente. No século XIX, a heteronormatividade era concebida praticamente como se fosse a forma teórica da prática da heterossexualidade compulsória. Assim, esses dois termos eram concebidos como sinônimos, pois o que os interessaram é a normatização de todos os indivíduos com a finalidade de homogeneizar suas subjetividades e suas identidades sexuais e suas identidades de gênero com base na

heteronormatividade. Com isso, todos os seres humanos, heterossexuais ou não, passaria a se ver, a se comportar e a viver como se fossem heterossexuais, não havendo a possibilidade de expressão de nenhuma outra sexualidade não heterossexual.

Modernamente, o conceito de heteronormatividade implica em uma nova ordem social e política por meio da qual se exige todos, heterossexuais e homossexuais, organizem suas vidas a partir do “modelo” de vida heterossexual. Nesta nova acepção, considera-se que os indivíduos não-heterossexuais podem ser “reconhecidos” “aceitos” e vistos como “coerentes”, no mundo social, desde que se identifiquem com a heterossexualidade como “modelo” de vida. Segundo Pino (2007:160), tanto a heteronormatividade, bem como a heterossexualidade compulsória, podem ser entendidas como uma “obrigação social de se relacionar amorosa e sexualmente com pessoas do sexo oposto”. Portanto, os indivíduos que não seguem ou desviam da norma heterossexista passam a ser vistos como “anormais”, “desviantes”, “subversivos” e “não naturais”.

Nesse sentido, a homossexualidade passa a ser a orientação sexual “desviante” e/ou “subversiva”, uma vez que é aquela que vai de encontro à heteronormatividade. Britzman (1996:79) compreende a heteronormatividade como “uma obsessão com a sexualidade normalizante, através de discursos que descrevem a situação homossexual como desviante”. Para Miskolci (2012: 15), a heteronormatividade seria “a ordem sexual do presente, na qual todo mundo é criado para ser heterossexual, ou – mesmo que não venha a se relacionar com pessoas do sexo oposto – para que adote o modelo da heterossexualidade em sua vida”. Em nosso entendimento a heteronormatividade é o mecanismo de poder ideológico que funciona como um “dispositivo da sexualidade”. É o dispositivo da sexualidade que produz, historicamente e discursivamente, tanto a heterossexualidade quanto a homossexualidade.

De acordo com Katz (1996: 23), a invenção histórica da heterossexualidade vincula-se a história americana da homossexualidade. Katz (1996: 23-24) presume, no início dos anos 1980, que os termos heterossexualidade e homossexualidade são construções histórico-discursivas que dizem respeito a diferentes formas de dominar, pensar, avaliar e organizar socialmente os sexos e seus prazeres. De certo modo, Katz (1996) coaduna com ideia de Foucault (2009e) de historicizar a heterossexualidade assim como o filósofo francês o fez em relação à

homossexualidade ou à sexualidade de modo geral. Para Katz (1996), tratar a heterossexualidade como uma invenção histórica do século XIX é uma forma de contestar o pensamento essencialista acerca de uma sexualidade eterna, única e normalizadora. No entender do autor, “a heterossexualidade é tão antiga quanto à procriação e a luxúria de Adão e Eva, eterna como o sexo e a diferença entre os sexos daqueles primeiros seres humanos” (KATZ, 1996:25). Segundo Katz (1996:24), o surgimento tanto do heterossexual quanto do homossexual está dialeticamente relacionado à história da homossexualidade.

2.4. A homossexualidade e o sujeito homossexual – invenções do século XIX.

A homossexualidade e o sujeito homossexual são invenções do século XIX. Se antes as relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas como sodomia (uma atividade indesejável ou pecaminosa à qual qualquer um poderia sucumbir), tudo mudaria a partir da segunda metade daquele século: a prática passava a definir um tipo especial de sujeito que viria a ser assim marcado e reconhecido. Categorizado e nomeado como desvio da *norma*, seu destino só poderia ser o segredo ou a segregação – um lugar incômodo para permanecer. Ousando se expor a todas as formas de violência e rejeição social, alguns homens e mulheres contestam a sexualidade legitimada e se arriscam a viver fora de seus limites. A Ciência, a Justiça, as igrejas, os grupos conservadores e os grupos emergentes irão atribuir a esses sujeitos e a suas práticas distintos sentidos. A homossexualidade, discursivamente produzida, transforma-se em questão social relevante. A disputa centra-se fundamentalmente em seu significado moral. Enquanto alguns assinalam o caráter desviante, a anormalidade ou a inferioridade do homossexual, outros proclamam sua normalidade e naturalidade – mas todos parecem estar de acordo de que se trata de um “tipo” humano distintivo.

(LOURO, 2008).

A homossexualidade não é algo novo no comportamento humano. É um tema que sempre esteve presente na história da humanidade. Segundo Dagnese (2000: 11), “vários relatos de historiadores de culturas antigas evidenciam datar o relacionamento sexual entre pessoas do mesmo sexo tanto quanto a própria existência humana”. Segundo Soares (2006), a homossexualidade já existia em sociedades pré-históricas cujas relações entre pessoas do mesmo sexo faziam parte

dos rituais de passagem masculina. Segundo esses estudos relatados na obra de Spencer (1999), o homossexualismo como ritual de passagem masculina das sociedades pré-históricas era exercitado por meio da penetração dos tios maternos nos jovens de idade entre 12 e 13 anos, uma vez que o esperma de seu tio era essencial para se tornarem fortes, e assim passar da infância para a fase adulta. Na Grécia, segundo Spencer (1999), o “amor grego” era um ideal, um espaço privilegiado da homossexualidade. Dagnese comenta:

A pederastia militar também sempre existiu na Grécia desde tempos antigos. Ainda que as várias fases da antiga civilização grega apresentassem posicionamentos por vezes diversos quanto à questão homossexual, variando de intensidade, a permissividade social sempre existiu. Em Esparta a pederastia fazia parte da educação, sendo recomendado aos jovens da aristocracia que tivessem amantes do mesmo sexo. O hábito mais usual referente à homossexualidade era o de senhores terem jovens rapazes, aos quais deviam ensinar os métodos do sexo. Tais jovens eram muitas vezes indicados pela própria família para tal função (2000:14).

Mais adiante, Dagnese acrescenta:

Sem dúvida o que mais impressiona ao se analisar a homossexualidade na antiguidade é o fato de, salvo raríssimas exceções, todos os grandes nomes daquela época, sejam filósofos, políticos, soldados ou poetas (entre outros, a saber: Platão, Aristóteles, Sócrates, Aristófanes e Alexandre o Grande) terem mantido relações homossexuais ou tratado destas em suas obras de maneira receptiva (2000:14).

Na sociedade romana, havia separação rígida entre escravos e cidadãos, “havia tolerância entre escravos e seus senhores, podendo estes ter os seus rapazes preferidos”. Havia a exigência de que os senhores só podiam tomar o papel apenas ativo do coito, como forma de menosprezar a função sexual passiva, instituída como uma função sexual exercida pelo sexo feminino. Não só na Grécia Antiga e em Roma, foi constatada, nos estudos históricos e antropológicos, a existência de relações homossexuais de forma natural, mas também no Oriente, como na Índia e na China. Na Índia, o sexo não era visto para procriação, mas para obtenção de prazer e poder, de tal maneira que a relação entre semelhantes era

natural. Para os indianos, esse tipo de relação era normal, pois proporcionavam prazer. Para eles, o prazer se relacionava ao misticismo, pois, na cultura indiana, com os orgasmos seria possível compreender os enigmas de seu deus.

A China também concebia as relações homossexuais de forma natural. Para os chineses, a homossexualidade era influenciada por seus imperadores, sendo que cada imperador tinha inúmeros “favoritos”. Assim, havia uma grande disputa na corte para se tornar um favorito, pois tal posição possibilitava riqueza e prestígio. A visão que todos esses povos tinham em relação à homossexualidade foi alterada com o surgimento do cristianismo. O cristianismo passou a condenar toda e qualquer forma de atividade sexual estéril, isto é, toda a prática sexual que não fosse para a finalidade da procriação. Nesse sentido, a homossexualidade passou a ser um dos “alvos” de condenação do cristianismo. Segundo Dagnese

Se a antiguidade fora marcada pela tolerância e ritualização das relações entre pessoas do mesmo sexo, é correto afirmar que a Idade Média, guiada pelo cristianismo, este sobre pilares do judaísmo, foi o período da ignorância, da obscuridade da civilização e do direito (e não apenas para os homossexuais). [...] A Europa, do século IV até o Renascimento, assistiu implacável perseguição não apenas aos homossexuais, tido como graves pecadores, contrários aos desígnios divinos e co-responsáveis pelos males do mundo, produtos da ira de Deus, como todos os sodomitas em geral. Isto é, mesmo marido e esposa que praticassem sexo anal eram perseguidos (2000:16).

Para Okita (2007: 49-50), é a partir do século XVII que o cristianismo patriarcal reina nas sociedades capitalistas. A homossexualidade passa a entrar em conflito com instituição ‘família’. Essa instituição, na visão capitalista, é o que sustenta e serve de base para manter o sistema. A família que se pode provê-lo através da reprodução de mão-de-obra barata. Na compreensão de Okita (2007:51), “a família patriarcal é composta de modo a evitar a livre expressão da sexualidade”. Segundo Foucault (2009 d: 23), é no século XVII que “seria o início de uma época de repressão própria das sociedades burguesas [...]”. Assim, a família no patriarcado, passa a ser concebida como uma instituição heterossexual que tenta oprimir todos os impulsos homossexuais dos seus membros. Segundo Foucault (2010:64), “o cristianismo teria imposto às sociedades antigas a regra da monogamia”. Para o autor, é o cristianismo que institui a heterossexualidade como

uma sexualidade normal e natural, pois, é a única capaz de promover a reprodução humana. No entender de Okita, a instituição “família” passa a ser ameaçada com a existência da homossexualidade, ou conforme ele mesmo nos diz

A família era concebida como a base para a transferência da herança da sociedade patriarcal e para a manutenção da linhagem familiar, impõe virgindade e monogamia à mulher, para que o pai tenha a certeza de que seus herdeiros são filhos dele; e, além disso, [...], A família como base de reprodução para fornecer uma força de trabalho e soldados, tanto como reserva de força de trabalho, composta pela mulher. O casamento se torna uma obrigação na qual a linhagem dos ascendentes tem que ser perpetuada (2007:50).

Foi por volta de 1870 que os psiquiatras começaram a constituir a homossexualidade como objeto de análise médica: ponto de partida, certamente, de toda uma série de intervenções e de controles novos (FOUCAULT, 2009e: 233). De acordo com autor, todos os comportamentos sexuais que fogem à “lei da natureza”, começaram a ser estudados incansavelmente pela ciência, pois estas manifestações sexuais apresentam uma ameaça ao costume moral e à raça. Por outro lado, Foucault (2009e) também comenta que, o advento do capitalismo não obrigou o sexo a calar-se ou esconder-se.

Em vez disso, desde o século XVI até o XIX (século que marca o nascimento das ciências humanas), o sexo foi incitado a se confessar e a se manifestar por meio das instituições: a família, a Igreja, o Estado, e dos saberes como a Medicina, o Direito, a Sociologia, a Psicologia e a Psiquiatria. Foi criado, na época, um conjunto de categorias, apoiado nas ciências médicas e psiquiátricas, no sentido de instituir as práticas sexuais que fogem ao padrão de “normalidade” (a heterossexualidade), assim sendo, a homossexualidade é uma inversão da normalidade, ou mesmo, um desvio do comportamento considerado normal. Para Butler (2008: 96), quando o sexo se torna um lugar de poder, “ele se torna um objeto de discursos legais e reguladores”. Segundo Louro,

Redobra-se ou renova-se a vigilância sobre a sexualidade, mas essa vigilância não sufoca a curiosidade e o interesse, conseguindo, apenas, limitar sua manifestação desembaraçada e sua expressão franca. As perguntas, as fantasias, as dúvidas e a experimentação do prazer são remetidas ao segredo e ao privado. Através de múltiplas estratégias de disciplinamento, aprendemos a vergonha e a culpa; experimentamos a censura e o controle. Acreditando que as questões da sexualidade são assuntos privados, deixando de perceber sua dimensão social e política (2007: 27).

Nesse sentido, a homossexualidade é categorizada, judicialmente, como uma “irregularidade sexual”, por ser definida pela ciência médico-psiquiátrica, como um tipo de “transtorno mental”, representando aquilo que poderia promover a desordem social. A psiquiatria clássica descrevia o homossexual como um perverso. Além disso, essa ciência sustentava a concepção de que a personalidade do homossexual continha traços femininos (por ser um homem invertido), o que explicava a atração que o mesmo sentia por homens viris.

De acordo com Aires (1985), tanto a igreja judaico-cristã quanto a ciência impingiram, no imaginário social, estereótipos e imagens caricaturais a respeito dos homossexuais, sobretudo por meio das práticas discursivas. Tais práticas sobre eles (os homossexuais) se constituíram como saberes institucionalizados cujos sentidos os apontavam como seres “pecaminosos”, e como seres “deformados”, porém não deveriam ser culpabilizados por isso, no entanto, deveriam ser “isolados e vigiados”. Segundo Dagnese,

Nos anos 50 a discrição e o enrustimento (ou *inside the closet*, expressão usual) era a norma, havendo cassação de políticos gays nos EUA sob a alegação [...] de que um homossexual pode poluir um escritório do governo, uma vez que se tratava de um perverso sexual (2000:22).

Assim, podemos afirmar que o preconceito que estigmatiza e rotula o homossexual até os dias atuais, foi um produto da ideologia evolucionista burguesa sustentada pelas crenças ou saberes científicos que procuraram categorizar o sexo, bem como as práticas sexuais a partir da heteronormatividade. O discurso sobre a homossexualidade se sustentou, e ainda se sustenta, no mesmo espaço de memória discursiva cujos sentidos a institui como sendo: “anormalidade”, “pecado”,

“doença”, “aberração”, “marginalidade”. Antes do século XVIII, quando as concepções judaico-cristãs determinavam a moral social e sexual vigente, os homossexuais eram denominados pela igreja como sodomitas (termo bíblico que, originalmente era utilizado para descrever qualquer relação ou ato dito “contra a natureza”, como o coito anal, por exemplo).

De acordo com Nunan (2003), a invenção médica do termo “homossexual” alterou, de certo modo, a forma de concebê-lo socialmente. Isto porque, no entendimento do autor, a palavra “homossexual” se transformou, daquela época em diante, em um rótulo que coloca os homossexuais na categoria de doentes psíquicos ou um mal social. Segundo Dagnese,

O Direito brasileiro refere-se à sodomia, tanto homossexual quanto heterossexual, pela primeira vez nas Ordenações Afonsinas (promulgadas no reinado de Afonso V), publicadas em 1446. Sua fonte era o Direito Romano e o Direito Canônico, além do Livro das Leis e Posturas, que coligiam as leis medievais dos territórios que passariam a constituir Portugal. No Livro V, Título 17 de tais Ordenações aparece a pena de fogo contra a sodomia – pecado de todos o mais *torpe, sujo e desonesto* (2000: 28).

Segundo Foucault (2009 d: 51), “a homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade, quando foi transferida da prática da sodomia para uma espécie de androgenia interior, um hemafroditismo da alma”. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie (FOUCAULT, 2009 d: 31). No entender de Dagnese,

Com a evolução dos tempos, durante o século XIX ocorre também a evolução do sistema, emergindo o poder da argumentação científica, infante do Iluminismo europeu e desencadeamento intelectual da Revolução Industrial. O Estado liberal e civilizador toma consciência das precariedades sanitárias nacionais e parte em campanhas de higienização na família, postulando o corpo saudável. Daí passar a ser defendido o casamento também da ótica do prazer sexual, evitando a copulação extraconjugal. Os médicos elegeram-se os condenadores de práticas adversárias do bem-estar biológico-social, quais sejam: celibatários, libertinos e homossexuais (2000:29).

Dito isso, “o libertino era recriminado por se expor às doenças venéreas, acarretando males tanto domésticos quanto sociais, a nível físico e moral” (TREVISAN, 2004:106). Nesse mesmo sentido, Dagnese comenta:

Embora a repressão social aos homossexuais expressava sinais de relaxamento com o advento do Iluminismo, o Direito Penal, então reformado de maneira a afastar penas fundadas em determinações divinas, o que tornou mais liberal, continuava a contrapor-se às relações homossexuais. Primeiro pela preferência à opinião de que não se tratava de direito natural e, segundo, por acreditar-se ser ameaça ao Estado, vez que poderia induzir homens sem culpa a práticas condenáveis e, em longo prazo, comprometer a força do indivíduo e, inclusive, a reprodução do povo [...] (2000:18).

Para Trevisan (2004:108-109), a homossexualidade como “desvio de conduta”, “transtorno mental” ou uma “doença” manteve-se dominante em diversas sociedades a partir do século XIX. Apenas em 1980 ela deixou de ser falada como doença pela Associação Psiquiátrica Americana. Nesse sentido, Okita tece o seguinte comentário:

Inspirados nas lutas dos negros, mulheres, heróis vietnamitas, o movimento [gay] tomou uma orientação altamente política. Nos anos seguintes o movimento forçou várias mudanças na sociedade norte-americana. Forçaram a Associação Americana de Psiquiatria a repensar sua classificação tradicional de homossexual como doente e ganhou cobertura ampla nas suas reivindicações básicas: fim da discriminação no emprego, na habitação, fim dos ataques policiais contra a comunidade homossexual, pelos direitos dos professores etc (2007: 74).

Para Eribon (2008, p.336-337), “a ‘homossexualidade’ moderna aparece no momento em que os psiquiatras descrevem em termos de ‘orientação sexual’ do indivíduo o que era anteriormente considerado ‘práticas’ ou ‘atos’ [...]”. Nessa mesma compreensão, Foucault afirma:

[...] o aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e “hemafroditismo psíquico” permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de “perversidade”; mas, também, possibilitou a constituição de um discurso “de reação”: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua “naturalidade” e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico. Não existe um discurso do poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto (2009d:112).

A partir do exposto, Dagnese comenta:

Destarte, a revolução sexual dos anos 60 trouxe consigo uma reedição mais democrática do Renascimento experimentado 400 anos antes. Hordas de homossexuais saíram em busca da determinação de modelos de comportamento, vez que tratava-se de completamente nova modalidade de vida social emergente. Sem tradições hierárquicas e culturais desejáveis, este novo nicho social em cidades como São Francisco e Nova Iorque e, resguardada a escala brasileira, Rio de Janeiro e São Paulo, que na condição de grandes metrópoles, forma vistas como acolhedoras de jovens do interior cuja coragem permitia-lhes partir em busca de seus desejos naturais, desde que sem a necessidade, ao menos imediata, de montar frentes de batalha em casa. Tais homossexuais logo passaram a vincular sua distinção social baseando-se nela, isto é, expressando-se por meio de extrema libertinagem sexual (2000:22).

Na compreensão de Weeks (2007: 68), o explosivo surgimento da liberação gay nos Estados Unidos, em 1969, desenvolveu-se a partir de redes de comunidades bem estabelecidas, dando início, então, a algo distintamente novo, isto é, o surgimento de outra forma de discursivizar a homossexualidade, colocando-a num novo patamar. Com base nisso, Weeks postula

A homossexualidade tornou-se uma categoria científica e sociológica, classificando a perversidade sexual de um novo modo, e isso teve, inevitavelmente, desde então, seus efeitos na prática médica e legal, construindo a ideia de uma natureza distintiva e, talvez, de uma natureza exclusivamente homossexual. E, possivelmente de forma ainda mais importante, iniciou uma nova fase da auto definição homossexual, em face do trabalho definidor de normas médicas e psicológicas. A partir do século XIX, um novo modelo de “homossexual” emergiu da literatura científica, embora houvesse todo tipo de disputas sobre as explicações para este estranho fenômeno: biológica, hormonal, ambiental,

psicológica. Este modelo forneceu, num certo sentido, a norma ao redor da qual as pessoas assim definidas eram constrangidas, até bem recentemente, a viver suas vidas (2007: 68).

Com o surgimento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), a homossexualidade volta a ser “discursivizada” como doença através do discurso médico, uma vez que os sintomas dessa doença foram, inicialmente, constatados em homossexuais. Assim, a prática homossexual retoma o sentido de ser uma prática associada à doença, visto que estava relacionada à AIDS. Nesse sentido, Butler comenta:

No discurso médico-jurídico que surgiu para administrar e reproduzir a epidemia de AIDS, as formas jurídicas e produtivas do poder convergem para efetuar uma produção do sujeito homossexual como um portador da morte. Esta é a matriz de poder discursivo e institucional que adjudica questões de vida e morte através da construção da homossexualidade como uma categoria do sexo. Nessa matriz, o sexo homossexual é “invertido” na morte, e um desejo ligado à morte torna-se a imagem do invertido sexual (2008:93).

Dito isso, podemos afirmar que o discurso médico sobre a homossexualidade como doença, a partir da descoberta da AIDS, surge para reforçar o sentido da homossexualidade como uma prática sexual que conduz os indivíduos “invertidos” à morte, visto que “a meta de seu desejo saiu dos trilhos da heterossexualidade” (BUTLER, 2008:103). Weeks comenta:

Numa época na qual assistimos, como nunca antes, a celebração de corpos saudáveis perfeitamente harmoniosos, uma nova síndrome emergiu e devastou o corpo. Estava estreitamente conectada com o sexo – com atos através dos quais o vírus HIV poderia ser transmitido. Muitas pessoas, e não apenas na imprensa sensacionalista, apresentavam a AIDS como efeito necessário do excesso sexual, como se os limites do corpo tivessem sido testados e não tivessem passado no teste da “perversidade sexual”. De acordo com os mais óbvios comentaristas, era a vingança da natureza contra aqueles que transgrediram seus limites (2007:37, grifos do autor).

A partir disso, podemos dizer que a AIDS seria uma “vingança” da natureza contra os homossexuais, ou, como se diria no discurso judaico-cristão, seria uma vingança de Deus em relação àqueles que transgrediram suas leis. Na visão de Soares (2006), o discurso médico sobre a homossexualidade como doença, devido sua relação com a AIDS, serviu para categorizar os homossexuais como pertencentes a um grupo denominado “grupo de risco”. Daí, os homossexuais passaram a ser vistos, socialmente, como aqueles que pertenciam a um grupo que representava o grupo de risco social, um grupo que poderia levar outros indivíduos à morte. O homossexual seria, nessa perspectiva, um indivíduo possuidor de um comportamento, essencialmente, promíscuo. No entender de Trevisan,

Em vários setores, já se cita a Aids como resultado de um descompasso entre a natureza e os costumes, pois sempre que “o homem invade o nicho ecológico, contrai novas doenças”, conforme palavras do Dr. Ricardo Veronesi, professor de medicina da USP; segundo tal interpretação, a prática homossexual estaria rompendo um equilíbrio natural, de modo que agora a natureza se vinga, atingindo a humanidade com uma nova *pandemia* (sic), através da “mutação de um vírus novo” que, no caso específico, provoca a Aids. Aceitando esse raciocínio, é espantoso que não tenha ocorrido nenhum surto de Aids na Grécia Antiga, por exemplo. Suponho que argumentos semelhantes devem ter sido usados para explicar a eclosão da sífilis no continente europeu, em fins do século XV, quando até mesmo a masturbação foi associada com a nova doença (2004:17, grifos do autor).

O discurso médico sobre a homossexualidade associada à AIDS foi sustentado, segundo Foucault (2009f), pela noção de biopolítica. Segundo Revel,

O termo ‘biopolítica’, designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica – por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas (2005: 26).

Assim, as “práticas homossexuais” associadas à AIDS viriam a ser, em termos de biopolítica, uma prática sexual que ameaçava a vida da população e que

precisava ser controlada e evitada. Nesse sentido, a mídia viria a ser o veículo ideal para que o governo pudesse exercer sua biopolítica, fazendo circular, por toda a sociedade, o discurso médico constituído pela ideia de que se deveria evitar o contato com os homossexuais. Era preciso gerir a população por meio da política de controle dos corpos dos indivíduos, a partir da estratégia de poder sustentada no interior das práticas discursivas médicas calcadas no princípio da governabilidade de si. Isto é, os indivíduos passariam a governar suas práticas sexuais a partir da técnica de governabilidade denominada como “cuidado de si”. O discurso médico que associava a homossexualidade a AIDS se constituiu como um discurso que a evidencia como uma prática sexual que conduz à morte. Portanto, deveria ser evitada pelos indivíduos. Para isso, faz-se necessário o “cuidado de si”, evitando-se o contato com homossexuais. Segundo Revel,

No início dos anos 80, que o tema ‘cuidado de si’ aparece no vocabulário de Foucault no prolongamento da ideia de governamentalidade. À análise do governo dos outros segue, com efeito, aquela do governo de si, isto é, a maneira pela qual os sujeitos se relacionam consigo mesmos e tornam possível a relação com o outro. [...] A expressão “cuidado de si” [...] indica, na verdade, um conjunto das experiências e das técnicas que o sujeito elabora e que o ajuda a transformar-se a si (2005: 33).

Para Foucault (2010: 211), a técnica de governo sustentada pelo princípio do “cuidado de si”, trata-se de uma regra de conduta social que, por meio de práticas discursivas institucionais. Essa técnica funciona como um mecanismo de controle social sustentado pelo princípio do “conduzir-se” pela moral. Sobre isso, Foucault comenta

[...] a palavra “moral” possui uma ambiguidade, uma vez que compreendida, à princípio, como um conjunto de valores e de regras de conduta que são propostas aos indivíduos e aos grupos por meio de diversos aparelhos prescritivos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas etc. [...] porém, entende-se também por “moral o comportamento real dos indivíduos em sua relação com as regras e os valores que lhes são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta, pela qual obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição, pela qual respeitam ou negligenciam um conjunto de valores (FOUCAULT, 2010: 211).

A técnica do “cuidado de si” ancorada os princípios morais passam a funcionar em micro e macro poderes que aparelham as instituições ideológicas estatais, tais quais: a família, a igreja, a escola, a jurisdição, as ciências médicas e a mídia. Podemos constatar o uso da técnica do “governo de si” por meio de campanhas de prevenção, difundidas no mundo inteiro pelos meios de comunicação. As primeiras campanhas de prevenção à AIDS, surgidas entre os anos 1980 aos anos 1990, voltavam-se quase que exclusivamente ao público homossexual. Nessa época, homossexualidade e AIDS eram vistas como palavras sinônimas que designavam “doença”, “contaminação” e “morte”. Desse modo, a relação entre homossexualidade e preconceito se intensificou nesse período de tal modo que “a homossexualidade passou a ser vista como um problema social e político e, não apenas, como um problema individual ou psicológico” (PRADO; MACHADO, 2008:44).

Neste passo, os sentidos atribuídos à homossexualidade e ao sujeito homossexual se circunscreveram em torno da díade saúde-doença. No entanto, a partir dos anos de 1990 os significados da palavra ‘homossexualidade’ passam a ser discutidos por meio de termos como homoheterotismo, HSH¹⁶ (homens que fazem sexo om homens), homoafetividade, homocultura, entre outros (GÓIS, 2003). Daí em diante, as pesquisas se diversificaram sobre a homossexualidade, termo que passou a ser substituído por homoerotismo, justamente por ser um conceito mais flexível e adequada mediante à pluralidade de práticas orientadas para o mesmo sexo.

Esse novo olhar em relação à homossexualidade e ao sujeito homossexual propiciou um deslocamento epistemológico e simbólico desses termos diante da “desconstrução” de valores sociais e morais vigentes a partir do século XX. Apesar de estarem mais visíveis e, aparentemente, mais “tolerados” socialmente, os sujeitos homossexuais ainda estão posicionados em condições subalternas no discurso hegemônico da contemporaneidade. Na opinião de Colling (2013: 89), “ainda vivemos em um período histórico em que a heterossexualidade é compulsória, mas, pelo menos, na maioria dos países ocidentais, ela não é mais considerada um crime

¹⁶ Mott (2003) critica denominações como HSH, pois podem revelar uma posição homofóbica, uma vez que negam uma identidade construída sobre a homossexualidade na história e que revela mais do que práticas sexuais entre homens. O autor salienta ainda que o termo HSH foi cunhado principalmente pelas indústrias farmacêuticas no desenvolvimento de pesquisas sobre doenças sexualmente transmissíveis (DSTs).

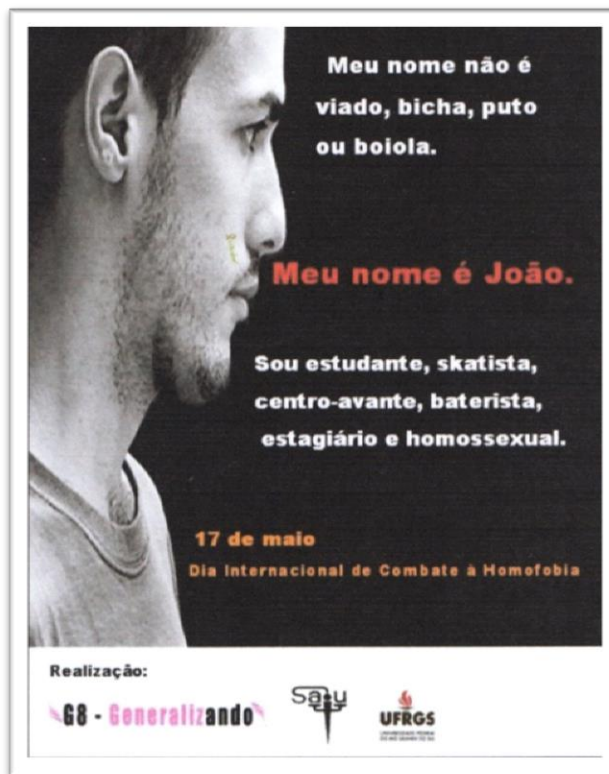
ou doença”. Para o autor, hoje, a presença da heteronormatividade é muito mais forte que a heterossexualidade compulsória, visto que aquela incide sobre todos os seres humanos, sejam heterossexuais ou não.

Na opinião de Miskolci (2012: 15), “muitos homossexuais também normalizados ajudam na estigmatização e na percepção negativa daqueles que não cabem na heteronormatividade”. De certa forma, todos nós internalizamos, ao longo da vida, prescrições e preconceitos em nossas práticas cotidianas, sobretudo as práticas discursivas atravessadas por discursos homofóbicos ou heteronormativos.

2.5 A construção da homofobia.

A homofobia, segundo Borrillo (2009), é um fenômeno recente, complexo e variado que pode ser constatado tanto por meio de piadas vulgares e de ofensas verbais quanto por meio da violência física ou o extermínio de homossexuais. A homofobia se expressa cotidianamente, de forma direta ou não, através de injúrias, insultos, violências. A homofobia se materializa, discursivamente ou fisicamente, no funcionamento de instituições como escola, família, igreja e mídia, dentre outras. A homofobia se define como um dispositivo heteronormativo que institui a prática do preconceito, da discriminação, da inferiorização e da violência. A título de ilustração, apresentamos o anúncio publicitário (ver fig.11) ¹⁷ produzido em 2011 pelo grupo de pesquisa “G 8- Generalizando” da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

¹⁷ Ver anexo XI.



(fig.11 – Stophomofobia- UFRGS, 2011)

Ao direcionarmos o nosso olhar par o anúncio, percebemos, sem atentarmos aos detalhes, que se trata de uma campanha voltada, a princípio, para a juventude, ou mesmo, a população sem geral sobre o combate à homofobia que, no momento atual, tornou-se problema social e político tão sério e grave a ponto de mobilizar a sociedade civil. A violência homofóbica ou LGBTfóbica, como muitos a atribuem tendo em vista que é algo que não só tem vitimado os homossexuais masculinos ou femininos, mas, sobretudo, a todas as pessoas que possuem outras identidades sexuais “generificadas” como bissexuais, travestis, transgêneros, dentro outros.

A variedade, hoje, de identidades sexuais e de identidades de gênero é tão grande que poderíamos fazer, segundo Facchini (2005), uma verdadeira “sopa de letrinhas”. Facchine (2005) faz alusão a “sopa de letrinhas” para dizer, de modo descontraído, sobre a complexidade e a variedade de identidades de gênero que eclodiram no mundo inteiro a partir dos movimentos de afirmação e de liberação da identidade *gay*. No entender da autora, os movimentos do *Gay Pride* passaram a visibilizar, significativamente, todas as pessoas da comunidade LGBT de tal forma que, na década de 1990, militantes brasileiros e estrangeiros resolveram criar a sigla

GLBT¹⁸ abranger Gays, Lésbicas, Bissexuais e transexuais para melhor representá-los nos movimentos de militância no mundo. Sobre isso, Facchine explica

[...] a especificação de categorias como lésbicas, travestis e transexuais pode ser compreendido como escolhas, feita a partir de um leque de possibilidades – que com o incentivo da globalização e da grande circulação de informações, passam a fazer referências criadas em outros contextos culturais ou no âmbito de iniciativas de outra natureza, como a academia [...] Há um processo de ressignificação e um contexto político-cultural local que permitem a demanda por novas categorias ou estilos e que influenciam a apropriação de determinada categoria ou estilos e não de outra (2005: 181).

A partir disso, percebe-se uma maior flexibilidade e reflexividade sobre os diferentes modos ou formas de expressar as subjetividades, as experiências afetivo-sexuais e as identidades de gênero, no panorama brasileiro da década de 1990. O entendimento do cotidiano, das identidades e das diferenças como construções sócio-históricas e culturais apontam para a elaboração de projetos de emancipação política dos grupos identitários estigmatizados que, no passado, lutaram contra o preconceito e a discriminação social de forma contundente.

Graças a isso, hoje, é possível expressar as diferentes formas de existir e de viver sob uma atmosfera mais humana e, de certa forma, mais democrática, embora saibamos que há muito chão a percorrer em solo brasileiro. Mesmo assim, não podemos dizer que o preconceito, a discriminação e a homofobia são coisas do passado. Muito pelo contrário, ainda hoje, infelizmente, esses dispositivos homofóbicos têm funcionado, significativamente, nos aparelhos e nas instituições pertencentes às sociedades heterossexistas, como a nossa. Isso justifica a produção da campanha publicitária promovida pela (UFRGS) em 2011 para divulgar o dia 17 de maio, considerado, internacionalmente, como o dia de combate à homofobia.

O anúncio publicitário da (UFRGS) tem como proposta a conscientização ao combate à homofobia de modo a desconstruí-la como um dispositivo de poder que funcionar para normalizar e homogeneizar as identidades sexuais a partir da

¹⁸ Importante dizer que na década de 1990 foi criada a sigla GLBT como uma ampliação da sigla GLS que, entre o ano 1980 ao ano de 1990 representou o primeiro grupo que marcou a cultura gay no início dos primeiros movimentos políticos do Orgulho Gay no Brasil e no mundo. A sigla GLS significa a representação da comunidade *gay* a partir da eclosão de movimentos *Gay Pride*, tendo como principais representantes Gays, Lésbicas e Simpatizantes (pessoas heterossexuais que apoiam o movimento e as lutas em prol da comunidade *gay*).

ideologia heteronormativa que engendera sua ordem discursiva. Para tanto, o anúncio se estrutura em torno de três sequências discursivas que, de forma orquestrada, destaca a categoria identitária homossexual como sendo uma, dentre outras categorias identitárias sociais, que fazem parte de qualquer ser humano. Inclusive, o “João” da campanha que se diz ser homossexual, mas não aceita ser chamado de “viado”, “bicha”, “puto” ou “boiola”, conforme vemos na (SD- 11).

Desse modo, percebemos que o “João” do anúncio não nega a sua homossexualidade, porém nega os sentidos pejorativos a ela atribuídos. Na verdade, as palavras “viado”, “bicha”, “puto” e “boiola” se configuram como injúrias e insultos que, de um modo geral, são proferidos aos homossexuais cotidianamente nas diversas esferas da vida social. O “João” do anúncio os rejeita, sobretudo quando deixa claro que deve ser chamado por seu nome e não pelos traços identitários que o constitui. É nesse sentido que, na segunda (SD-12), ele profere: “Meu nome é João”.

Ao nomear-se como “João”, o personagem da campanha demarca a sua posição-sujeito para se subjetivar como um sujeito masculino que não descaracteriza sua masculinidade, mesmo que assuma sua homossexualidade. A partir disso, podemos interpretar que nem todo o sujeito homossexual possui características efeminadas, como a maioria dos heterossexuais pensa. Na verdade, essa interpretação se estende, também, aos homossexuais que, nos últimos tempos, tem expressado uma verdadeira aversão ao compatriotas afeminados. Essa rejeição dos homossexuais em relação a outros homossexuais tem sido concebida, em estudos recentes, como uma manifestação de uma homofobia internalizada que tem os afetado no momento atual. Em relação ao homossexual “João” do anúncio publicitário, não podemos afirmar que ele sofra de homofobia internalizada.

Antunes (2016) em sua tese de doutoramento intitulada “Homofobia internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo” entende a homofobia internalizada como é um forma de introjeção da homofobia institucionalizada por homens que sentem desejo afetivo/sexual por outros homens. Na opinião do autor, a homofobia internalizada se dá quando os próprios homossexuais criticam, negam e sentem aversão aos “companheiros” homossexuais.

Para Antunes (2016), a homofobia internalizada se justifica por meio da introjeção ao preconceito, à heteronormatividade e à homofobia institucionalizada a que muitos homossexuais aderem por meio da injunção ao conjunto de crenças,

preconceitos, valores, atitudes, normas, leis, ideias, hábitos e modelos de comportamento instituídos pelo heterossexismo e pela heteronormatividade.

Com isso, os homossexuais passam a se comportar como heterossexuais, quer dizer, como heterossexuais homofóbicos. Acreditamos que o “João” representado no discurso do anúncio não se mostra avesso aos “compatriotas” homossexuais. Ele na (SD-11) discorda de alguém ser chamado de “bicha”, “viado”, inclusive ele mesmo, como uma forma de contradiscurso sobre os insultos e as injúrias a que os homossexuais são, frequentemente, vitimados. “João” não quer ser identificado com esses adjetivos. Assim, o “João” não nega a sua homossexualidade no discurso do anúncio publicitário, porém se recusa ser identificado como um homossexual caracterizado por aqueles adjetivos pejorativos.

O que, na realidade, nos faz pensar na hipótese do “João” ser um “homofóbico internalizado” é o fato dele elencar algumas atividades, comumente, desempenhadas por indivíduos heterossexuais, como vemos na terceira sequência discursiva (SD-13) em que ele diz: “Sou estudante, skatista, centroavante, baterista, estagiário e homossexual”. No momento em que “João” elenca, sequencialmente, as categorias identitárias heteronormativas às quais ele pertence, é possível dizer que, dentre todas as categorias identitárias, ele elenca a homossexualidade como a última a ser dita.

Em nossa visão, no momento em que a homossexualidade é posicionada como a última dentre todas as categorias identitárias, isso nos faz entrever que esse posicionamento subalterniza essa última categoria diante das outras. Portanto, percebe-se que esse posicionamento da homossexualidade em relação às demais categorias identitárias é uma estratégia discursiva muito utilizada pela publicidade e pela mídia na contemporaneidade. Essas instituições trabalham as sexualidades com base numa ordem discursiva calcada na ideologia heteronormativa.

Nesse sentido, a ordem discursiva publicitária atribui às primeiras categorias (ser “skatista”, “centroavante”, “baterista”, etc.) como àquelas de maior “valor” simbólico representativo que a última (ser “homossexual”). Possivelmente, isso se deve ao fato de que essas primeiras categorias identitárias sejam associadas aos “modelos” identitários heteronormativos que, em conjunto, configuram-se como categorias identitárias “dominantes”, ou seja, como “categorias” que pertencem à maioria das pessoas, portanto, pertencem a um grupo ou comunidade dominante e coletiva.

Neste passo, a última categoria identitária citada, a homossexual, é concebida como uma unidade, pois não há outras categorias que estejam a ela associadas. Acreditamos que tudo isso não foi posto de forma despreziosa ou não-intencional. Talvez, um leitor menos atento não perceba essa estratégia discursiva utilizada pela instituição que produziu o anúncio. Tal estratégia está ancorada na ordem discursiva heteronormativa que engendra a circunscrição da produção do anúncio publicitário. Isso nos faz crer que o indivíduo “João” representado no anúncio é um sujeito que se diz homossexual, no entanto, sua homossexualidade é “enquadrada”, “normalizada” por força da interpelação ideológica da heterossexualidade compulsória.

Esse recurso publicitário ou midiático é utilizado, na maioria das vezes, para que suas materialidades que versam sobre temas relacionados à homossexualidade sejam melhores aceitas pelo público em geral. De acordo com a pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade (CUS) verificou um aumento significativo de personagens gays e lésbicas nas telenovelas da Rede Globo devido ao fato de que esses personagens estavam e, ainda continuam estando, na atualidade, inscritos dentro de um modelo heteronormativo (COLLING, 2013:107). Diante disso, Colling (2003) assevera o quanto a heteronormatividade é um dispositivo da sexualidade extremamente poderoso em nossa sociedade.

Segundo a pesquisa do (CUS), a heteronormatividade se torna mais explícita a partir da década de 1990, na mídia brasileira, por meio da representação de gays e lésbicas nas telenovelas e programas globais. Para o (CUS), essa representatividade dos homossexuais na mídia os tornou mais visíveis, porém mais heteronormativo, Segundo Colling (2013). A pesquisa também comenta que a visibilidade de pessoas não-heterossexuais na mídia é algo que passou a ser avaliado de forma muito positiva pelos estudiosos e ativistas do movimento LGBT brasileiro. Na visão das pessoas LGBT, a visibilidade de suas sexualidades e de seus gêneros “dissidentes” no espaço midiático brasileiro é algo significativo, mesmo que suas representações, na mídia, sejam construídas com base na heteronormatividade.

Com base nisso, podemos afirmar que a campanha de combate à homofobia foi construída, discursivamente, em torno de um personagem, o “João”, construído por uma ordem discursiva heteronormativa. Sendo assim, a proposta do anúncio publicitário é controversa, pois, por um lado, ela visa divulgar o dia de luta contra a

homofobia, por outro, ela incita, invisivelmente, a homofobia ao veicular um personagem da campanha, caracterizado por atributos heteronormativos. Desse modo, podemos dizer que o sujeito homossexual do anúncio, o “João”, não se apresenta apenas como um sujeito que se diz ser contra a homofobia (isto porque, o sujeito “João” está vinculado a uma campanha de luta contra a homofobia); mas também como um sujeito homossexual que, por seus atributos heteronormativos, provavelmente não viria a ser uma vítima da homofobia.

Ao afirmarmos que o sujeito “João” do anúncio é um sujeito constituído pela interpelação da ideologia heteronormativa e, mesmo assim, é um sujeito que não nega sua homossexualidade. Por isso, podemos afirmar que um sujeito homossexual que ocupa uma posição-sujeito que se inscreve numa formação discursiva heteronormativa, certamente, será vinculado a práticas heterossexuais. Isso não quer dizer que um sujeito homossexual não-heteronormativo não possa ser um “skatista”, “baterista” e jogador de futebol. Logicamente que, qualquer ser humano, independentemente de sua orientação sexual, pode desenvolver qualquer prática ou atividade social. Seria uma interpretação demasiadamente preconceituosa essencializar as categorias identitárias elencadas pelo personagem “João” como sendo, só e somente só, categorias identitárias heteronormativas, com a exceção do ser “homossexual”. No entanto, o que nos faz pensar que o sujeito “João” do anúncio é heteronormativo é o fato de saber a ordem discursiva da mídia, assim como da publicidade no Brasil, ancora-se na ideologia heteronormativa.

Por isso, nessa análise discursiva podemos evidenciar um sujeito homossexual, representado na imagem do “João”, constituído por categorias identitárias que podem estar alinhadas por princípios heteronormativos. Por certo, as categorias identitárias heteronormativas reforçam e justificam a existência da homofobia como uma forma de regimentar ou normatizar os corpos e as sexualidades com base no modelo de vida heterossexual. Portanto, o anúncio nos deixa entrever que os homossexuais que estejam alinhados ao modelo heteronormativo de vida, com certeza, está menos propenso a ser uma vítima da homofobia. Logicamente, o anúncio publicitário não foi produzido para que houvesse diferentes gestos de interpretação. É óbvio que o anúncio foi feito para que houvesse apenas um direcionamento interpretativo que seria a divulgação do dia contra homofobia. O objetivo do anúncio não é só o de divulgar o dia contra a homofobia, como também “convidar” o público-alvo a aderir à campanha com base

em argumentos identitários conscientizadores. Um leitor comum jamais interpreta o sujeito “João” do anúncio como um sujeito que não seja essencialmente homossexual, visto que o próprio sujeito do anúncio diz isso.

Com base em uma leitura discursiva, observamos que tanto os dizeres quanto a aparência física de “João” nos leva a pensar que ele seja mais heterossexual do que homossexual, embora ele diga o contrário. Nesse sentido, o sujeito “João” embora faça parte de uma campanha em prol do combate à homofobia sabe, em seu íntimo, que dificilmente sofrerá algum tipo de manifestação de violência homofóbica enquanto mantiver o seu *way of life* heterossexual.

Em gesto de leitura mais superficial, possivelmente diríamos que o objetivo do anúncio publicitário seria impactar o público-leitor por meio da apresentação dos insultos que violentam, cotidianamente, milhares de pessoas LGBT por meio da violência simbólica. A violência simbólica se manifesta por meio da linguagem através da prática discursiva em torno de insultos, piadinhas, injúrias e difamação. Segundo Eribon (2008:27), o uso das palavras “viado nojento”, “bicha”, “puto”, “boiola”, “sapatão”, não são simples palavras lançadas à toa. Para o autor, essas palavras são agressões verbais que marcam a consciência de quem os ouve, ou conforme nos diz Eribon

São traumatismos sentidos de modo mais ou menos violento no instante, mas que inscrevem na memória e no corpo (pois a timidez, o constrangimento, a vergonha são atitudes corporais produzidas pela hostilidade do mundo exterior). E uma das consequências da injúria é moldar a relação com os outros e com o mundo. E, por conseguinte, moldar a personalidade, a subjetividade, o próprio ser de um indivíduo (2008: 27).

De acordo com Eribon (2008), a injúria nos faz saber que somos alguém que não é como os outros, que não se encaixa na norma. Alguém que é viado [queer]: estranho, bizarro, doente, anormal. Portanto, percebemos na (SD-1) a presença de palavras injuriosas como “viado”, “bicha”, “boiola” que representam manifestações homofóbicas simbólicas. No entanto, essas palavras são proferidas por um interlocutor (sem dúvida, a imagem do rapaz representado no anúncio publicitário) que, ao dizê-las, marca a sua posição-sujeito que o constitui como um sujeito que não aceita ser insultado por meio de termos pejorativos e preconceituosos por conta

de sua sexualidade não normativa. Ao nomear-se “João”, na segunda (SD-2), o enunciador (João) deixa claro que os termos pejorativos não o definem, nem constituem sua identidade homossexual.

De certa forma, a negação dos insultos, presentes na (SD-1), se sustenta por meio de uma linguagem *queer*. Isto é, uma linguagem que objetiva “desconstruir” os insultos, os xingamentos, as ofensas, não as negando, mas, pondo-as em discurso. Ao ser postos em discurso, os insultos perdem, de certo modo, sua força pejorativa, negativa e preconceituosa, justamente porque se tornam entidades públicas e políticas. Com efeito, os insultos, ao serem postos discursivamente, produzem efeitos de sentidos que “convidam” pessoas homossexuais ou não a aderirem à campanha contra a homofobia. Podemos, também, realizar outro gesto de leitura sobre o anúncio publicitário a partir das contribuições teóricas, atuais, dos estudos culturais. Esses estudos nos apontam para uma nova forma de pensar sobre as identidades culturais na pós-modernidade.

Nessa acepção, as identidades sociais, culturais, sexuais contemporâneas devem ser vistas como múltiplas, fluidas, moventes e clivadas. É com base nisso que o anúncio publicitário sobre o dia internacional contra a homofobia se estrutura discursivamente, a partir da citação sequenciada de diversas categorias identitárias que fazem parte do sujeito “João”, tal qual um sujeito da contemporaneidade. Nesse sentido, podemos dizer que o sujeito “João” do anúncio é um sujeito possuidor de diversas demarcações identitárias, o que faz do “João” um sujeito heterogêneo, clivado, movente. Assim, podemos afirmar que o anúncio publicitário objetiva, dentre outras coisas, a “desconstrução” da concepção essencialista que se pauta na visão de que as identidades sociais devem ser vistas como únicas, fixas e normalizadoras.

Por outro lado, na perspectiva da teorização *queer*, o anúncio publicitário é provocativo, incomoda, desestabiliza, perturba. Isto porque, produz uma quebra do parâmetro não normativo, institucionalizado pelas sociedades heterossexistas. De modo inverso, a imagem masculina do sujeito “João” representado na campanha faz alusão ao homem macho, branco e de classe média. Essas características sustentam e reforçam o poder hegemônico heteronormativo pertencente às sociedades heterossexistas. Assim, o sujeito homossexual “João” representado na imagem do anúncio publicitário é um sujeito homossexual que adere à injunção da heterossexualidade compulsória.

Assim sendo, podemos supor que, embora o sujeito homossexual, João, do anúncio colabore com a campanha sobre o dia internacional contra a homofobia, ele, provavelmente, não se vê como uma pessoa que possivelmente seria uma vítima da homofobia. Mas, para “ocultar” ou “marcarar” esse aspecto, os produtores do anúncio citam os insultos “viado”, “bicha”, “boilola” que caracterizam a violência simbólica homofóbica. Ao citar esses insultos, o “João” do anúncio diz “não” a homofobia, como um exemplo a ser seguido por outras pessoas que se identificam com ele, tanto por meio do que ele diz, quanto por meio do que ele não disse, dizendo.

O não-dito de “João” é o fato dele se sentir mais heterossexual do que homossexual, embora ele não negue a sua homossexualidade “normalizada”, “enquadrada” por uma ordem discursiva heteronormativa que circunscreve o anúncio publicitário. O discurso social, imbuído de códigos simbólicos que referenciam a heterossexualidade como “norma” sexual, constrói sujeitos homossexuais cujos traços identitários os revelam como sujeitos compulsoriamente heterossexuais. Sob essa análise, podemos afirmar que o discurso do anúncio publicitário que enfatiza o dia internacional contra a homofobia se constitui por um discurso que põe a homofobia como um dispositivo da sexualidade.

O dispositivo “homofobia” pode ser compreendido como uma estratégia do biopoder que visa à coerção das pessoas de sexualidades dissidentes à injunção da heterossexualidade compulsória. Desse modo, a homofobia é um dispositivo que visa normalizar àqueles que “transgridem” à heteronorma, ou mesmo, resistem à injunção da heterossexualidade compulsória. Como punição de sua transgressão ou de sua resistência à heteronorma, esses indivíduos acabam sendo alvo de agressões verbais, físicas, chegando ao extremo absurdo, da prática do homicídio.

As manifestações homofóbicas ou LGBTfóbicas produziram e, continuam produzindo, efeitos de “normalização” sobre os corpos, as sexualidades, as identidades e os gêneros. As manifestações homofóbicas objetivam o reforço e a manutenção das hierarquias sociais e sexuais ancoradas em princípios heteronormativos. A lógica heteronormativa tem sido na contemporaneidade, materializada em códigos penais que criminalizam comportamentos e práticas

homoeróticas em 88 países no mundo (ILGA, 2009) ¹⁹. Segundo a (ILGA), apenas sete desses países, esse crime é punido com a pena de morte. Nesse sentido, podemos dizer que as normas existem para marcar e delimitar o lugar do transgressor. Já a transgressão só é marcada porque existe uma punição. Essa marcação se dá por meio da diferença. No Brasil, segundo Mott (2002), não é crime ser homossexual desde a independência do Brasil, no entanto, é o país campeão mundial de assassinatos de homossexuais, tendo em média uma morte a cada 48 horas. É uma contradição enorme, haja vista que não é crime, mas as pessoas são mortas justamente por serem homossexuais.

Caso não sejam mortos, muito provavelmente, os homossexuais podem ser castigados de morte em forma de criminalização ou de violência homofóbica. Nesse sentido, podemos afirmar que a campanha publicitária tem como propósito a conscientização das pessoas sobre o problema social da homofobia, mas o faz utilizando recursos discursivos e argumentativos que, sutilmente, deixam entrever que o problema da homofobia se associa à questão da não adesão ao modelo de vida heterossexual. Dessa forma, podemos dizer que, de um lado, a campanha se propõe a divulgar o dia de combate à homofobia, de outro, promove a própria homofobia como um dispositivo heteronormativo que produz subjetividades e identidades sexuais pautadas num modelo de ser e de viver heterossexual.

Segundo Miskolci (2012:15), gays e lésbicas “normalizados” que aderem a um padrão heterossexual também podem ser agentes da heteronormatividade. Na visão de Miskolci (2012), atualmente, as violências chamadas de homofobia não se dirigem a todos (as) homossexuais igualmente. A homofobia é um fenômeno que atinge, mais frequentemente, àqueles que não seguem ao padrão heteronormativo de vida. Nesse sentido, quer sejam heterossexuais ou homossexuais, todos podem ser normalizados e preconceituosos com o Outro, aquele que vive se comporta ou pensa diferentemente (MISKOLCI, 2012). Compreendemos a homofobia como uma miríade de processos regulatórios das identidades de gênero, desejo e orientação sexual com intuito de manter a ideologia heteronormativa, nas sociedades ocidentais. Nesse sentido, entendemos a homofobia como um mecanismo de poder

¹⁹ A sigla ILGA significa Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexos (ILGA, 2009).

heteronormativo que funciona por meio do dispositivo da sexualidade. Segundo Cassal e Bicalho,

A homofobia produz efeitos diretamente relacionados com estratégias do biopoder. A agressão a um indivíduo é uma forma de tentar regular (tanto de performances de gênero quanto demonstrações de afeto entre pessoas do mesmo sexo) e serve de exemplo para toda a comunidade homossexual – ‘transgrida e corra risco’. Este elo entre a agressão do outro e a possibilidade de ser o ‘próximo’ se dá através da identidade sexual; ela se torna, então, uma estratégia de controle dos sujeitos. Falar em homofobia significa falar de medo; não o medo patológico individual, a que o termo ‘fobia’ se refere, mas a produção social de insegurança e temor (2011:60, grifos dos autores).

Com base nisso, Batista (2003) nos diz que a homofobia produz, no seio da vida social, discursos cujos efeitos de sentidos evidenciam medo, insegurança, violência e morte. Por conta disso, muitos homossexuais são assujeitados à interpelação ideológica heteronormativa, tornando-os sujeitos homossexuais moldados, “generificados” como sujeitos “heterossexuais”. Para Lewis (2017:172), “a heterossexualidade compulsória contribui para produzir não somente sujeitos homossexuais “modelados”, “direcionados”, mas também para reforçar diferenças e hierarquias entre homossexualidades e heterossexualidades”. Neste passo, Lewis comenta

Uma pessoa homossexual em um relacionamento monogâmico, por exemplo, ao se aproximar mais ao modelo heteronormativo burguês de relacionamentos, frequentemente será bem-vista do que uma pessoa homossexual solteira e supostamente promíscua. Além disso, a heterossexualidade compulsória também contribui para estabelecer o que conta como um ‘heterossexual normal’ ou um ‘heterossexual desviante’ (por exemplo, trabalhadores e trabalhadoras de sexo e pornografia, heterossexuais que praticam todo tipo de modalidade sexual com pessoas diversificadas, sejam elas do mesmo gênero ou não etc. que também sofrem preconceito) (2017:172, grifos da autora).

De acordo com Avelar (2014), os grupos LGBT, assim como outros pertencentes as “minorias sociais”, são o que mais sofrem violações de seus direitos

humanos²⁰ e constitucionais²¹. Com efeito, esses grupos têm sido alvo de constantes situações de discriminação, preconceito e violência, tanto no espaço público quanto no privado, na sociedade brasileira contemporânea. Para Bourdieu (2014), a dominação simbólica é uma violência simbólica, por meio da qual o dominado, neste caso, o homossexual, só podia viver sua sexualidade de maneira oculta, “equilibrando-se entre o medo de ser visto, desmascarado, e o desejo de ser reconhecido pelos demais homossexuais” (BOURDIEU, 2014:144).

Muito mais que isso, os homossexuais, assim como os negros, as mulheres, os pobres, os deficientes físicos etc., têm sido vítimas, na atualidade, de situações de vulnerabilidade à violência de toda a natureza. Decerto, a homossexualidade vista como categoria identitária subversiva é, ainda hoje, uma categoria passível de ser, não só discriminada socialmente, mas, sobretudo, de sofrer algum tipo de violência física ou simbólica. Por isso, a maioria dos homossexuais ou quaisquer pessoas da comunidade LGBT “optam” por não revelar sua sexualidade, isto é, “optam” por entrar ou permanecer dentro do “armário”.

2.6. O poder do “Armário Epistemológico”.

O armário é definido por Sedgwick (2007:19) como “um dispositivo de regulação da vida de gays e lésbicas e que, também, concerne aos heterossexuais os seus privilégios de visibilidade e hegemonia de valores”. Na opinião de Sedgwick,

O armário *gay* não é uma característica apenas das vidas de pessoas *gays*. Mas, para muitas delas, ainda é a característica fundamental da vida social, e há poucas pessoas *gays*, por mais corajosas e sinceras

²⁰ Avelar (2004) cita a Carta das Nações Unidas, em seu art. 3º, em que afirma “todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (BRASIL, 2010). Porém, em algumas partes do mundo e também no Brasil, esse direito nem sempre é garantido a todas as pessoas, sobretudo as pessoas pertencentes ao grupo LGBT.

²¹ Na Constituição Federal do Brasil de 1988 [1989], em art. 226, §7º, cita-se a consagração do direito à dignidade da pessoa humana, partindo do princípio de que “todos são iguais perante a lei”. Portanto, constitucionalmente, ninguém, nenhum brasileiro, independente das diferenças classe social, raça, religião, orientação sexual etc., deve ser tratado desigualmente em relação aos seus semelhantes. Mas, infelizmente, não é isso que acontece nas diversas práticas sociais, cotidianamente, no Brasil contemporâneo.

que sejam de hábito, por mais afortunadas pelo apoio das comunidades imediatas, em cujas vidas o armário não seja ainda uma presença formadora (2007:22)

Na visão de Miskolci (2013: 302-303), “o armário se caracteriza por um conjunto de normas nem sempre explícitas, mas rigidamente instituídas que faz do espaço público sinônimo de heterossexualidade”. Com efeito, as relações entre pessoas do mesmo sexo só são possível no espaço do privado, da clandestinidade, do segredo, do sigilo. Segundo Sedgwick, o sigilo pode funcionar como

uma prática subjetiva na qual as oposições privado/público, dentro/fora, sujeito/objeto são estabelecidas e a santidade do primeiro termo permanece inviolada. E o fenômeno do “segredo aberto” não produz, como se poderia pensar, o colapso desses binarismos e de seus efeitos ideológicos, mas, ao contrário, atesta sua recuperação fantasmática (2007:21, grifo da autora).

Por meio disso, entendemos o sigilo como uma estratégia a que os homossexuais recorrem como uma forma de se preservar do alvo da discriminação, do preconceito e da violência, produzido por pessoas homofóbicas. Com efeito, o sigilo, de certa forma, remete-nos a visão sobre a importância da existência do “armário”. Assim, quem está ou se mantém no “armário”, mantém, por conseguinte, sua sexualidade ou sua prática sexual no sigilo. Isto nos faz entrever que a única forma de alguém vivenciar plenamente sua sexualidade, principalmente a homossexualidade, é por meio do sigilo, do segredo.

Para tanto, faz-se necessário estar ou permanecer dentro do “armário” e, não, fora dele. Desse modo, por meio do sigilo, o “armário” se fortalece e se mantém até o momento presente, a partir da manutenção do privado, do que não se pode ou não se deve revelar, muito menos, ousar dizer o seu nome. Além disso, o sigilo, segundo Sedgwick (2007), também serve para preservar os heterossexuais (mantendo intácteis, sua virilidade e seu machismo), principalmente quando eles praticam relações homossexuais (homoeróticas). Para eles, essas relações são possíveis, desde que sejam mantidas no sigilo, ou mesmo, em segredo. Para Miskolci (2013: 316), mesmo mantidas em segredo e ocupando menos tempo na

vida cotidiana, as relações secretas realmente desempenham um papel fundamental para as pessoas que praticam relações homoeróticas.

Em sua “Epistemologia do Armário”, Sedgwick (2007) apresenta importantes contribuições teóricas para a compreensão dos aspectos estruturais que engendram o processo do *coming out*, isto é, da “saída do armário”. De acordo com Sedgwick (2007:80), durante o processo de revelação da identidade homossexual surgem questões de autoridade e de evidência, como: “Como sabes que és mesmo *gay*? Por que tanta pressa para tirar essas conclusões, apenas o dizes com base em alguns sentimentos e não em ações, não é melhor falares com o médico para tirar as dúvidas?”. No entender da autora, essas questões nos levam a pensar o quão problemático é o conceito de identidade homossexual, sobretudo quando relacionado ao processo do *coming out*.

Segundo Sedgwick (2007), quando as pessoas fazem o *coming out* (“saem do armário”) numa sociedade homofóbica, fazem-no com consciência de que é um processo demasiadamente danoso. O potencial danoso do *coming out*, segundo Sedgwick (2007), resulta do fato de que a identidade erótica da pessoa que “autorevela” sua sexualidade não heterossexual está mais propensa a sofrer retaliações ou algum tipo de violência homofóbica ou LGBTfóbica. Saggese (2008:5) afirma que no ato de “revelar sua homossexualidade, o indivíduo põe em xeque valores e crenças extremamente arraigadas na sociedade”. Portanto, mesmo que o indivíduo venha a sentir um alívio pós sua autorevelação, por certo, por vir a ser submetido ao processo de estigmatização, ou mesmo, vir a sofrer agressões físicas ou verbais.

Segundo Goffman (1988), há uma diferença entre o que vem a ser o estigma e o processo de estigmatização. Para o autor, o estigma é comumente definido como um atributo psicológico ou físico, aparente ou não, que está relacionado a uma marca social de vergonha, a qual deprecia o indivíduo no convívio social. Já a estigmatização é o processo ao qual é atribuída uma dimensão depreciativa em relação a um ou mais atributos da identidade. Em outros termos, a estigmatização é o efeito negativo do rótulo, do estereótipo de subalternização e de marginalização que se estabelece no processo de constituição das identidades ditas como “anormais”, “desviantes” ou “subversivas”. De todo modo, o estigma vem sempre na companhia do preconceito e da discriminação.

Na concepção de Rios (2007:27-28), o preconceito é qualquer forma de “percepções mentais negativas em face de indivíduos e de grupos socialmente inferiorizados, bem como as representações sociais relacionadas a tais percepções”. Para o mesmo autor, o termo discriminação significa a “materialização, no plano concreto das relações sociais, de atitudes arbitrárias, comissivas ou omissivas e de grupos” (RIOS, 2007:28). Na visão de Guimarães (2004), o ato de “discriminar” é algo que é concebido e vendido, por pessoas ou por instituições, como um ato “banal”, ou mesmo, um “direito de liberdade de expressão”.

Entretanto, o autor argumenta que discriminar pessoas não é e jamais será um “direito”, é e será sim, sempre, um ato de violência contra a dignidade de seus semelhantes. Todos os conceitos (estigma, preconceito e discriminação) se entrelaçam na construção da homofobia e no funcionamento do “armário gay”. O preconceito e a discriminação são fatores que estão intimamente ligadas aos processos de rejeição, de violência física e simbólica que circunscrevem as manifestações de ódio e de raiva em relação às pessoas de sexualidade não heterossexuais. Em vista disso, há uma maior incidência de pessoas “dentro do armário” que fora dele, como podemos observar nas sequências discursivas presentes na seguinte ilustração (ver fig.12) ²²:

²² Ver anexo XII



(Fig.12 – Huffpostbrasil.com, junho de 2016).

Tanto a primeira (SD-14) “O mundo não é um lugar seguro para LGBTs” quanto a segunda (SD – 15) “ Mas a principal razão pela qual muitas optam por não revelar ao mundo os seus reais desejos e atrações está na discriminação que a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais sofre diariamente” são (SD) argumentativas que justificam o porquê que a população LGBT “preferem, atualmente, viver “dentro do armário”.

Essa assertiva é evidenciada na terceira sequência discursiva (SD-16) “O mundo não é um lugar seguro para LGBTs, e, de certa forma, viver ‘dentro do armário’ é uma saída encontrada por muitos para não sofrer”. O armário é definido por Sedgwick (2007:19) como “um dispositivo de regulação da vida de gays e lésbicas e que, também, concerne aos heterossexuais os seus privilégios de visibilidade e hegemonia de valores”. Na visão de Miskolci (2013: 302-303), “o armário se caracteriza por um conjunto de normas nem sempre explícitas, mas rigidamente instituídas que faz do espaço público sinônimo de heterossexualidade”. Com efeito, as relações entre pessoas do mesmo sexo só são possível no espaço do privado, da clandestinidade, do segredo, do sigilo. Segundo Sedgwick, o sigilo pode funcionar como

uma prática subjetiva na qual as oposições privado/público, dentro/fora, sujeito/objeto são estabelecidas e a santidade do primeiro termo permanece inviolada. E o fenômeno do “segredo aberto” não produz, como se poderia pensar, o colapso desses binarismos e de seus efeitos ideológicos, mas, ao contrário, atesta sua recuperação fantasmática (2007:21, grifo da autora).

Por meio disso, entendemos o sigilo como uma estratégia a que os homossexuais recorrem como uma forma de se preservar do alvo da discriminação, do preconceito e da violência, produzido por pessoas homofóbicas. Com efeito, o sigilo, de certa forma, remete-nos a visão sobre a importância da existência do “armário”. Assim, quem está ou se mantém no “armário”, mantém, por conseguinte, sua sexualidade ou sua prática sexual no sigilo. Isto nos faz entrever que a única forma de alguém vivenciar plenamente sua sexualidade, principalmente a homossexualidade, é por meio do sigilo, do segredo. Para tanto, faz-se necessário estar ou permanecer dentro do “armário” e, não, fora dele. Desse modo, por meio do sigilo, o “armário” se fortalece e se mantém até o momento presente, a partir da manutenção do privado, do que não se pode ou não se deve revelar, muito menos, ousar dizer o seu nome.

Em sua “Epistemologia do Armário”, Sedgwick (2007) apresenta importantes contribuições teóricas para a compreensão dos aspectos estruturais que engendram o processo do *coming out*, isto é, da “saída do armário”. Para Eribon (2008:140-141) a expressão “sair do armário” equivale ao “sair fora” (*coming out*) que diz respeito ao “assumir-se” *gay*. Para ele, não deve existir *gay*, por mais “aberto” que seja que não tenha um dia ou outro transigido com a questão do armário: por isso é que a “saída do armário” não é um gesto único, unívoco: é, a um só tempo, um ponto de partida e uma espécie de “ideal regulador” que orienta as condutas, mas não pode nunca ser atingido.

A estrutura do armário é tal que ninguém jamais está simplesmente fora ou dentro, mas sempre, ao mesmo tempo, fora e dentro, mais ou menos fora ou mais ou menos dentro conforme os casos e as evoluções pessoais. Ninguém jamais está totalmente dentro, na medida em que, o “armário” sempre é suscetível de ser um “segredo público”, e sempre há pelo menos uma pessoa que sabe e de quem sabe ou se imagina que sabe. Ninguém jamais está totalmente fora, pois sempre é possível, num momento ou noutro, ser obrigado a calar sobre o que é. Por

consequente, a decisão de não se esconder mais e de se assumir, na verdade, não passa do início de um processo propriamente falando interminável no sentido em que Freud podia falar de “psicanálise interminável”.

De acordo com Sedgwick (2007:80), durante o processo de revelação da identidade homossexual surgem questões de autoridade e de evidência, como: “Como sabes que és mesmo *gay*? Por que tanta pressa para tirar essas conclusões, apenas o dizes com base em alguns sentimentos e não em ações, não é melhor falares com o médico para tirar as dúvidas?”. No entender da autora, essas questões nos levam a pensar o quão problemático é o conceito de identidade homossexual, sobretudo quando relacionado ao processo do *coming out*. Na visão de Sedgwick (2007), quando as pessoas fazem o *coming out* (“saem do armário”) numa sociedade homofóbica, fazem-no com consciência de que é um processo demasiadamente danoso. O potencial danoso do *coming out*, segundo Sedgwick (2007), resulta do fato de que a identidade erótica da pessoa que “autorevela” sua sexualidade não heterossexual está mais propensa a sofrer retaliações ou algum tipo de violência homofóbica ou LGBTfóbica.

Saggese (2008:5) afirma que no ato de “revelar sua homossexualidade, o indivíduo põe em xeque valores e crenças extremamente arraigadas na sociedade”. Portanto, mesmo que o indivíduo venha a sentir um alívio pós sua autorevelação, por certo, esse processo deflagra a produção do estigma, do preconceito, da discriminação e de agressões físicas ou verbais. Todos esses elementos fenomenológicos são, por nós, compreendidos como dispositivos de poder heteronormativo que engatilham o processo de violência homofóbica.

2.7. Preconceito, discriminação e estigma: dispositivos homofóbicos.

A homossexualidade sempre foi um assunto tratado de maneira preconceituosa nos diversos seguimentos sociais, sendo considerado na maioria das vezes como um transtorno médico ou psiquiátrico. Na realidade, esse tema é, contudo, um aspecto da condição humana que tem profundos efeitos sobre a vida dos indivíduos, das comunidades e da sociedade como um todo. A escolha dos membros do próprio sexo para relações sexuais e parceria doméstica íntima é

ocorrência relativamente comum no mundo e, através dos tempos, vem sendo apresentada como uma representação de uma resposta particular a fatores biológicos, psicológicos e sociais inter-relacionados que dão origem à identidade pessoal e ao comportamento interpessoal. Apesar da presença universal de indivíduos homossexuais na história e na sociedade, o tema homossexualidade continua trazendo disputa e controvérsia. Discussões sobre homossexualidade costumam ser influenciadas por ignorância, medo e fuga, colidindo com dogmas morais e religiosos e contrastando com intuítos políticos.

No contexto social, há notavelmente pouca tolerância com as variáveis expressões de orientação sexual e tende a haver uma obrigação em identificar os indivíduos como sendo heterossexuais ou homossexuais. Por vezes, as instituições educativas, religiosas, jurídicas, políticas e militares, tem demonstrado, na contemporaneidade, um grande interesse em saber se um ou mais de seus membros possui uma sexualidade não normativa. Nestas instituições, é muito comum e reincidente a prática do preconceito, da discriminação e da estigmatização em relação aos sujeitos não heterossexuais. Essas práticas funcionam, visível ou invisivelmente, com intuito de inferiorizar, subalternizar e marginalizar os sujeitos homossexuais em todas as esferas estruturais e funcionais das sociedades ocidentais heteronormativas.

A heteronormatividade, nesse contexto, é concebida como um processo social e político que, de modo reiterado e sutil, busca alinhar a relação entre sexo, gênero e identidade. Esse alinhamento ocorre tendo como parâmetro epistemológico essencialista, a heterossexualidade como único e legítimo modelo de vida. Nesta base, considera-se o sexo, a sexualidade e o gênero como construções “naturais” e “biológicas” estabelecidas com base nas diferenças anatômicas das genitálias masculina (o pênis) e feminina (a vagina) pertencentes ao corpo humano desde o seu nascimento. Com isso, o Ocidente passou a instituir o binarismo heterossexista (homem/mulher; macho/fêmea) para hierarquizar a sexualidade, o gênero, a subjetividade e a constituição das categorias identitárias sociais. Neste passo, as sociedades ocidentais do século XIX instituem a naturalização da heterossexualidade, a qual passa a ser vista como a única sexualidade capaz de promover a reprodução humana, logo, a única e legítima sexualidade. Portanto, as sexualidades que não promovem a reprodução são consideradas como estéreis, inúteis e anormais, tais quais as sexualidade não-heterossexuais.

Na visão de Eribon (2008), as manifestações de violência, sejam elas físicas, verbais, morais, sexuais ou psicológicas que se apresentam no cotidiano daqueles que desviam da norma heterossexual, visam, entre outros aspectos, a produzir nesses sujeitos a conformidade às regras e hierarquias sociais. É a hierarquização que produz as desigualdades de toda natureza, os binarismos sexistas, os rótulos, os estereótipos e os estigmas, a fim de “enquadrarem” àqueles que não aderem a padronização heteronormativa. É a padronização heteronormativa que institui os “modelos” ou os “parâmetros” sociais de normalidade que categorizam e classificam as pessoas no mundo social.

As regras e as normas de um sistema de classificação e de categorização identitária culturalmente demarcados por princípios heteronormativos imprimem nos sujeitos não normativos determinados rótulos, estigmas e estereótipos que os negativizam, os discriminam e os marginalizam. Em uma sociedade tradicionalmente patriarcal e machista como é a brasileira, no sistema classificatório referente à sexualidade, considera-se a categoria heterossexual como referência de normalidade e de naturalidade. Em contrapartida, a categoria homossexual ou das sexualidades “dissidentes”, não normativas passa a ser vista como categoria anômala, desviante e transgressiva, logo, uma categoria alvo de rechaços, humilhações e injúrias. A esse respeito, Eribon comenta

A injúria verbal é repetida, reforçada, pela imagem e a caricatura. A homossexualidade há tempos vem dando lugar a uma proliferação de imagens que desvalorizam, degradam, principalmente na caricatura (mas também no cinema, na televisão, que, em geral, só fazem fornecer, com novos meios, imagens bem próximas da tradição caricaturista). Ora, a caricatura tem parentesco com a injúria. [...] A caricatura homófoba (como a caricatura anti-semita) é uma “difamação”; ela faz “alusão” à injúria, inscreve-se no horizonte da injúria e apela para os esquemas mentais que permitem fazer rir a propósito dos homossexuais. Exprime a inferioridade atribuída à homossexualidade na sociedade e perpetua as estruturas mentais que fundam essa inferioridade. Faz “alusão” à condenação imemorial da homossexualidade e chama, por conseguinte, a atenção de toda a violência social, cultural, política e jurídica de que os gays são objeto. Mas ela não se exerce apenas contra indivíduos ridicularizados em sua pessoa (ridículo cuja força costuma ser a representação de tal ou tal sob os traços de um personagem efeminado), ela pretende dizer a “verdade” objetiva de todo um grupo sob a lente de aumento estendida ao leitor ou ao espectador pela imagem humorística (2008:90-91, grifos da autora).

No entender de Eribon (2008:93), a injúria é vista, a um só tempo, como um insulto que se dirige a uma pessoa ou a uma coletividade. Segundo o autor, “o insulto opera por generalização, e não por particularização; ela globaliza mais que singulariza” (ERIBON, 2008). Na visão de Eribon, o processo de usar a injúria de forma generalizada objetiva degradar ou inferiorizar a categoria homossexual coletivamente de tal modo que

[...] o efeito da injúria se perpetua e se reproduz sem cessar, com as feridas que ela provoca e as submissões e as revoltas que se seguem (às vezes, as duas, a um só tempo, no mesmo indivíduo). Mas igualmente é por isso que os indivíduos que pertencem a uma categoria estigmatizada fazem de tudo o que podem para se dissociar do “grupo” constituído pela injúria. Embora pertençam a um “coletivo” de fato, constituído como tal pelo efeito da injúria (isto é, como vimos, por todo o processo de subjetivação e de constituição das identidades pessoais), os membros de um tal “coletivo” procuram dele se dissociar para conseguir ver os outros membros desse grupo com os olhos daqueles que lançam a injúria ou as zombarias. O homossexual que quer esconder que é “viado”, ou do qual se sabe que é, mas que faz questão de dar mostra de sua normalidade, rirá junto com aqueles que lançam brincadeiras duvidosas ou grosseiras sobre as “bichas”. Com a ilusão de que é poupado pela injúria se ele mesmo a pronunciar ou se rir dela junto com aqueles que a pronunciam. Ou, então, de que será percebido como diferente daqueles dos quais se pode rir (imaginamos todos os esforços – de roupas, de palavras, de gestos – necessários para persuadir os outros e a si mesmo de sua conformidade com a “normalidade”). Ora, a injúria, de qualquer modo, se endereça a eles, ainda que a profiram contra os outros, já que é deles (também) que ela fala, e que é ela que, em sua função social, os constitui como o que são. Já que o princípio da injúria é globalizar, apagar as singularidades pessoais, seu poder desfez de antemão e desfaz em permanência as estratégias individuais para se dissociar do grupo ao qual ela coletivamente se endereça e do qual, *volens nolens*, aquele que quer dele se dissociar faz parte. Ao rir dos outros homossexuais, um homossexual ri de si mesmo (2008: 93-94, grifos do autor).

Essa citação trata de uma das questões mais discutidas por estudiosos e pesquisadores sobre o preconceito, a discriminação e a homofobia, os quais são engendrados por meio do “choque da injúria” (ERIBON, 2008:27). Para o autor, a injúria é considerada um símbolo da vulnerabilidade psicológica e social a que os homossexuais estão expostos cotidianamente nas sociedades heteronormativas. A injúria é a manifestação verbal do preconceito e da discriminação contra pessoas não-heterossexuais. O preconceito é definido, conforme Aronson (1999), como uma manifestação simbólica que promove a hostilização, a inferiorização ou a

invisibilidade contra um grupo intuído como “transgressor” às normas socialmente estabelecidas. O preconceito, assim como a injúria, baseia-se em generalizações deformadas, incoerentes ou incompletas, denominadas estereótipos.

Os estereótipos dizem respeito à atribuição de características pessoais ou aspectos idênticos a qualquer pessoa de um grupo, sem levar em consideração as suas variações particulares. Nesse sentido, os estereótipos são a um só tempo, causa e efeito do preconceito. Os efeitos dos estereótipos residem nas generalizações incorretas ou inadequadas que são atribuídas sobre determinada pessoa. Com efeito, essa pessoa passa a ser vista não como um indivíduo singular, constituído por uma subjetividade própria e particular, mas, sim, como um indivíduo constituído por generalizações categóricas relacionadas ao grupo dito “estigmatizado” a que ele pertence.

Segundo Goffman (1988), o termo “estigma” refere-se a qualquer atributo que pode tornar uma pessoa profundamente desacreditada perante a sociedade. Assim, uma pessoa estigmatizada é aquela que características que a diminuem ou a depreciam socialmente. O estigma é geralmente associado a uma qualidade física ou mental desvalorizada socialmente. No entanto, no entender de Goffman (1988), os estigmas são socialmente e discursivamente construídos. E isso significa que o que é estigmatizado em uma sociedade, pode não o ser em outra. Assim sendo, o que é depreciado não é o estigma em si, mas, sim, o que ele simboliza ou representa. De acordo com Mott (1996), no Brasil, gays, lésbicas e transgêneros contam com uma rejeição numa média de 78% entre a população geral e 82% entre os formadores de opinião (incluindo aí, políticos, religiosos, educadores, juristas e comunicadores). No mesmo passo, Nunan diz

Os homossexuais são frequentemente taxados de anormais, imorais, pecadores, marginais, pedófilos, promíscuos, doentes, efeminados, complicados e pouco confiáveis. A AIDS é considerada uma “doença gay”, e é comum ouvir dizer que a epidemia “veio para punir esses perversos”. Assim, são justamente essas características, impressionantes e inquantificáveis, que definem a maioria dos estereótipos contra os homossexuais, e após a ativação do estereótipo, o indivíduo preconceituoso com frequência sente repugnância, desconforto e confusão (2003: 79-80, grifos do autor).

Em razão disso, os homossexuais são, ao longo da história, profundamente discriminados e, por consequência, acabam tendo os seus direitos humanos violados em diversos setores da sociedade, inclusive no acesso ao trabalho, à moradia, à escola, entre outros. Para Mott (2001), nestes últimos quatro mil anos de história humana, o ocidente repetiu que o amor e o erotismo entre pessoas do mesmo sexo eram o mais “torpe, sujo e desonesto pecado”, e que por causa dele Deus castigava a humanidade com pestes, inundações, terremotos etc. No momento atual, a mídia impressa e/ou eletrônica (internet) tem falado sobre as homossexualidades a partir de sentidos, historicamente instituídos como uma “doença”, “pecado” ou “aberração”. Esses sentidos esses reforçam ou incitam a prática do preconceito, da discriminação e da violência homofóbica ou LGBTfóbica em todas as esferas da vida social na sociedade brasileira da contemporaneidade. Portanto, os gays, as lésbicas, os bissexuais, os travestis, os transgêneros, logo, os querr no Brasil convivem num universo social polarizado entre o amor e o ódio, conforme vemos na composição verbal e não verbal da capa da revista *Época*, publicada em março de 2011²³:



(Fig. 13 – *Época*, março de 2011).

²³ Ver anexo XIII.

A capa de *Época* intitulada como a (SD-17): “Amor e ódio aos gays” foi produzida de forma muito criativa e impactante. Podemos observar que a imagem de capa da revista *Época* se configura como uma denúncia sobre a violência homofóbica que tem vitimado os gays no Brasil. A denúncia contra os crimes contra os gays no Brasil podem ser imaginados na leitura interpretativa que realizar em torno dos elementos imagéticos e verbais presentes na capa da revista. Observamos que a imagem de fundo da composição da capa da revista faz alusão à bandeira do Orgulho LGBT, contendo as cores do arco-íris.

No entanto, a cor final da composição do plano de fundo da capa de *Época* é vermelha que, por si só, nos remete aos sentidos de amor, sensualidade e sangue. Dentre esses sentidos, com certeza, a cor vermelha se refere à palavra “sangue”, tanto que em sua configuração essa cor, diferente das outras, possui um movimento de caída vertical para baixo simulando um “derramamento” de sangue. A simulação de derramamento de sangue faz referência ao sangue de milhares de homossexuais mortos, no Brasil, por homofobia ou LGBTfobia. No encadeamento de palavras da manchete da capa de *Época* (ver fig.13) há palavras como “amor” e “ódio” que nos remetem à ideia de oposição e contradição.

De fato, uma contradição que faz alusão à controvérsia existente no Brasil, um país que, por um lado enaltece a figura do sujeito *gay* ou LGBT em algumas ocasiões, como no carnaval e nas mega Paradas LGBT; por outro, é um país que possui um alto índice de mortalidade de pessoas da comunidade LGBT por causa da violência homofóbica ou LGBTfobia. Assim, as duas realidades, a do amor e a do ódio, coexistem, harmoniosamente, na sociedade brasileira. Essas diferentes realidades coexistem na sociedade brasileira durante todo o todo, infelizmente. Geralmente, os crimes por homofobia ou LGBTfobia são motivados por preconceito, discriminação, estigmatização e machismo. Certamente, são esses fatos que fazem com que a maioria dos homossexuais²⁴, no Brasil, “prefira” viver ou sobreviver dentro do “armário”. Por outro lado, há outros que “preferem” viver fora dele, mesmo que, para isso, tenha que enfrentar com dignidade o preconceito, a discriminação e todas as formas de violência homofóbicas. A história nos mostra o quanto isso é

²⁴ Importante pontuar que, em muitos escritos deste trabalho, utilizamos a expressão “homossexuais” para englobar gays, lésbicas, bissexuais, entre outros, como um tempo generalizador para as sexualidades não normativas, embora saibamos que há em cada uma especificidades que os distinguem e o que os assemelham é o fato de estabelecerem relações sexuais entre pessoas de mesmo gênero sexual.

possível e importante para garantir os direitos sociais e políticos dos homossexuais tanto no Brasil quando no mundo após o evento do *Stonewall Inn*.

2.8. O *Stonewall Inn* e seus efeitos sobre o movimento do *Gay Pride*.

50 anos da Batalha de Stonewall, a origem do orgulho LGBT

Um marco histórico da luta pelos direitos da população LGBTQ chega hoje aos 50 anos. Entenda por que esse confronto entre policiais e pessoas trans, lésbicas e gays mudou o mundo



50 anos de Stonewall (Foto: Cristiane Frota)



MÊS DO ORGULHO LGBT

ESPECIAL. (Foto: O POVO ONLINE)

Na noite de 28 de junho de 1969 o inimaginável aconteceu num bar em Nova York, nos Estados Unidos. Uma rotineira batida policial não terminou. A reação segue viva até hoje. E está replicada nas Paradas do Orgulho LGBT que acontecem mundo afora, tem papel determinante na conquista de direitos de cidadania para esta população e fez desta data o Dia Mundial do Orgulho LGBT.

(Fig. 14 – O povo online, junho de 2019).

A ilustração (fig.14) ²⁵ que introduz essa subseção é usada para fazer uma apresentação breve sobre o bar nova-iorquino, o *Stonewall Inn*, que se tornou um marco histórico de grande representatividade na vida de pessoas LGBTs no mundo inteiro. O *Stonewall Inn* é um bar do bairro nova-iorquino de Greenwich Village que foi e, ainda é, referência para gays, lésbicas, travestis, transexuais, bem como para as pessoas discriminadas por questões raciais, sociais e econômicas. Este bar

²⁵ Ver anexo XIV.

representa um marco da revolução sexual e do *Gay Pride* não só nos Estados Unidos, mas também no mundo inteiro.

Foi em *Stonewall Inn* que em 28 de junho de 1969 homens e mulheres homossexuais resistiram à violência de um grupo de policiais armados que adentraram o bar para agredi-los, expulsá-los ou exterminá-los do recinto. Os homossexuais responderam aos ataques usando pedras, garrafas e pedaços de madeira. A rebelião tomou as ruas de Nova Iorque que, durante quatro dias foi ocupada por barricadas e protestos dos homossexuais, em uma consistente demonstração de resistência, capacidade de organização e manifestação contra a degradante situação em que se encontravam. Este confronto ficou conhecido internacionalmente como Rebelião de *Stonewall*, evento reconhecido mundialmente como um evento catalizador dos modernos movimentos em defesa dos direitos civis de LGBTs.

O *Stonewall Inn* é um acontecimento que representa um marco histórico que simboliza a libertação da opressão e da repressão vivida, ao longo de toda a história da humanidade. Esse acontecimento se torna o início de um movimento das minorias sociais que, a partir da década de 1970, começa a se fortalecer e se constituir em diversas formas, objetivando lutar pela dignidade e pelo respeito às diferenças. Assim, após o acontecimento de *Stonewall*, grupos de gays e lésbicas passam a se organizar para constituir as primeiras instituições conjuntas em prol dos direitos homossexuais de tal sorte que, um ano depois, essas instituições promovem uma marcha pública na rua onde ocorreu a rebelião de *Stonewall*. Essa marcha representa a primeira passeata do orgulho gay que, na época, chamava-se de Passeata da Rua Christopher (endereço de *The Stonewall Inn*).

Nos anos posteriores, a passeata em prol do orgulho gay passou a ocorrer em inúmeros países, na mesma data do conflito de *Stonewall*. No Brasil, essas passeatas iniciam-se pela primeira vez no Rio de Janeiro no ano de 1995. A partir daí, começam a surgir às primeiras paradas do Orgulho Gay nos Estados Unidos, no Brasil e em vários outros países do mundo. Hoje no Brasil, a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo é considerada a maior do mundo. Desde 2004, a Parada LGBT de São Paulo é um evento que tem atraído milhões de pessoas, tanto que hoje esse evento faz parte do calendário oficial cultural da maior cidade da América Latina.

O movimento do orgulho gay tem como missão incitar os homossexuais para que eles expressem verdadeiramente um sentimento de orgulho em relação à sua

identidade sexual. O movimento também defende que a diversidade é uma dádiva e que a identidade sexual é inerente ao indivíduo, não podendo ser alterada propositalmente. Além desses princípios, o movimento do orgulho gay tem como ícones a bandeira do arco-íris, em que cada cor representa um valor da cultura gay. Além da bandeira do arco-íris, temos outro símbolo da cultura gay que é o triângulo rosa invertido, símbolo usado nos campos de concentração nazista para identificar os homossexuais. Podemos ver na ilustração seguinte (ver fig. 14) ²⁶ os significados da bandeira do arco-íris, bem como a simbologia do triângulo rosa invertido, usado nos campos de concentração nazista alemães.



(Fig. 15 – Stophomofobia.wordpress.com, março de 2011)

A bandeira do arco-íris tem se feito presente em todos os movimentos do Orgulho Gay, ocorridos no mundo a fora. Foi por meio dos primeiros movimentos do orgulho gay nos Estados Unidos que o uso do termo “gay” foi cada vez mais incentivado como substituto a terminologias como “homossexuais” e “invertidos”. Essas terminologias foram construídas pelo discurso médico para definir os

²⁶ Ver anexo XV.

“doentes” afetados pelo homossexualismo. Assim, o termo “gay” representa um homem satisfeito e orgulhoso de sua identidade sexual, portanto, não deve sentir vergonha ou qualquer sentimento de inferioridade em relação a ela. A preferência por esta nomenclatura denota o desejo entre os homossexuais de se valorizarem diante de si próprios e da sociedade em geral.

2.9. O Surgimento do Movimento do Orgulho Gay no Brasil.



(Fig.16 – Stophomofobia.wordpress.com, janeiro de 2011).

A história da emergência do movimento do orgulho gay ou do que se chama, hoje, modernamente de “Parada Gay ou Parada LGBT” está intrinsecamente ligada ao evento de *Stonewall Inn* em 1969 nos Estados Unidos. A ilustração acima (Fig.16)²⁷ assevera essa informação ao comentar como surgiu o movimento LGBT

²⁷ Ver anexo XVI.

no mundo e no Brasil por meio da (SD-18) “Como surgiu” e, em seguida a (SD-19) “Uma batida policial no bar Stonewall em NY, um dos principais bares da década de 60 que servia de ponto de encontro entre gays e lésbicas, cujos frequentadores cansados de abusos e repreensões de autoridades locais, rebelaram-se em 1969”.

Castells (1999) afirma que na década de 1960 havia uma atmosfera favorável para a emergência dos movimentos de constestação gay e lésbico devido: ao pessimismo pós-guerra fria que impunha moralidade e repressão; a crítica da juventude dos anos 1960 acerca do consumismo; ao movimento de questionamento sobre a liberdade sexual em maio de 1968 na França; ao impacto dos movimentos feministas que eclodiram nos Estados Unidos e em outras partes do mundo; e, aos impactos de outros movimentos sociais que surgiram no mesmo contexto dos anos 1960, como o movimento contra o racismo, contra a exploração laboral, contra a repressão sexual, contra os valores morais rígidos, contra os padrões estéticos.

A rebelião de *Stonewall Inn* ocorre nesse contexto histórico dos anos 1960. Nesta época, eram frequentes os casos de repressão policial a homossexuais nos Estados Unidos onde as práticas homossexuais eram legalmente proibidas até 1967 (exceto no estado de Illinois, onde o comportamento foi descriminalizado em 1961). Na década de 1960 os homossexuais nos Estados Unidos eram vistos como “doentes”, por isso, eram-lhes proibido a venda de bebidas alcoólicas, pois, poderiam alterar suas consciências, o que poderia vulnerabilizar a vida social dos “normais” daquele país. Nesta mesma época, no Brasil, a população vivia dias de terror em uma ambiência social e política estruturada sob os ditames da ditadura militar. A ditadura militar no Brasil caracterizava-se, sobremaneira, pelas fortes repressões políticas e morais, apesar da existência dos movimentos de contracultura e dos movimentos sociais das classes subalternizadas em 1968.

Dentre eles, destacamos o movimento feminista que teve grande repercussão na sociedade brasileira, fato que favoreceu o surgimento, *a posteriori*, do movimento LGBT. O Brasil da década de 1960 viveu os anos mais pesados da ditadura militar, sob forte censura, sobretudo após a promulgação do AI-5, ato institucional que suspendeu diversos direitos civis constitucionais. Com o AI-5, houve o cerceamento das liberdades individuais, a proibição de manifestações sociais e políticas justamente para fortalecer e empoderar cada vez mais o campo Executivo do governo daquela época. Nesse panorama, os grupos gays brasileiros, incipientes

naquela década, sobreviviam por meio de pequenas reuniões que ocorriam entre amigos em ambientes clandestinos e secretos.

Numa atmosfera de total censura e repressão protagonizada pela ditadura militar, os homossexuais brasileiros tinham receio e medo de se expor publicamente, pois tinham consciência de que sua sexualidade já era motivo suficiente para que fossem repreendidos, castigados e até mortos. Além disso, os homossexuais receavam ser intitulados como “subversivos” numa sociedade totalmente circunscrita por princípios e valores morais e conservadores postos pela ditadura militar. Com efeito, nessa época, houve uma diminuição das poucas atividades promovidas pelos poucos grupos gay brasileiros que sobreviveram no contexto ditatorial no país. A atuação *gay* mais significativa no Brasil só ocorreu a partir de 1978, momento em que se percebe certa flexibilidade ou “relaxamento” no governo militar. A fundação do Jornal *Lampião da Esquina* (RJ) e a criação do grupo Somos (SP) são considerados marcos históricos na construção do movimento homossexual organizado no Brasil. Desse momento em diante, o movimento LGBT começa a tomar uma forma definida e a se organizar politicamente. Câmara, demarca dois marcos históricos que promoveram a emergência do movimento gay no Brasil que, em seu entendimento,

A primeira expressão efetiva do movimento gay no Brasil foi caracterizada pelo jornal *Lampião de Esquina* – publicado em 1978 e pouco tempo depois em 1979, pela formação do Grupo Somos de Afirmação Homossexual/SP. Nesse período de ‘abertura’ política no país, muitas vozes ocultas começaram a aflorar. Os participantes do movimento gay desejavam assumir sua orientação sexual e encontrar os seus iguais. Precisavam dizer ao mundo que não eram criminosos ou doentes, eram gays. Era o momento de afirmação da homossexualidade (2002:35).

Já Facchini (2005) em seu livro “Sopa de Letrinhas?”, propõe-nos pensar sobre uma periodização do movimento homossexual, considerando uma “primeira onda” caracterizada pela criação do Jornal *O Lampião* e do Grupo SOMOS, e uma “segunda onda” caracterizada pelo surgimento dos Grupos “Triângulo Rosa” e “Atobá”, ambos no Rio de Janeiro, e do Grupo Gay da Bahia (GGB), nos anos 1980. O grupo Somos incentivou a criação de mais de 300 entidades parecidas, algumas

delas com vida curta. Hoje, existem no Brasil cerca de 170 organizações não-governamentais de apoio à causa gay, das quais a mais antiga é o (GGB).

Segundo Mott (2005: 100) nos diz que, em 1995, durante o VII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, 31 organizações decidiram se unir para fundar a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), que hoje é a maior associação gay da América Latina, com mais de 150 grupos filiados. Importante salientar que, nos encontros gays brasileiros ocorridos entre o ano de 1989 ao ano de 1991, o tema “AIDS” se torna o centro das atenções, de tal modo que surge a necessidade de organização do movimento homossexual tendo como tema de mobilização a questão da prevenção dessa doença.

O advento da Aids, que em seu início, atingiu preponderantemente a comunidade homossexual masculina, fez com que esse grupo minoritário passasse a ser visto não só por sua orientação sexual, mas, sobretudo, por ser visto como um grupo de “risco” instituído pela contaminação e pela transmissão da doença. A partir daquele momento em diante, toda vez que o vírus HIV fosse detectado no corpo de alguém, inevitavelmente, esse alguém passava a ser visto como homossexual. Desse modo, ter o vírus HIV era sinônimo de ter a “doença” da homossexualidade. Assim, o sentido atribuído à homossexualidade, historicamente insituído como “doença” pelas ciências médicas no século XIX, é retomado com o advento da Aids no século XX.

Facchini (2005) sinaliza uma “crise” nos primeiros anos da epidemia AIDS e, a um só tempo, um “reflorescimento” do ativismo nos anos 1990. Mesmo considerando que no período da eclosão da AIDS no Brasil, o Conselho Federal de Medicina já tinha retirado a homossexualidade da Classificação internacional de Doenças (CID), deixando de considerá-la como uma “doença” caracterizada como “desvio e transtornos sexuais”. Além disso, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia pronunciou-se oficialmente, por meio da Resolução CFP n.01/99, de 22/03/99, que define como antiética a postura de psicólogos que tratam a homossexualidade como desvio de comportamento ou doença.

Em âmbito Internacional, em 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) também retira a homossexualidade do rol de doenças. Todas essas medidas contribuíram, significativamente, para que a homossexualidade deixasse de ser vista como doença ou distúrbio mental que poderia vir a ser “curada”, tanto por meio da psicoterapia quanto pela fé ou pelos rituais religiosos. No momento atual, podemos

verificar uma grande quantidade e variedade de entidades, instituições, organizações que constituem, de modo heterogêneo, o “movimento homossexual brasileiro”. Nesse sentido, compreendemos como “movimento homossexual”, uma organização composta por grupos e entidades representativas que cuidam de debates e de discussões acerca das questões relacionadas às homossexualidades, ou melhor, acerca das questões relacionadas às sexualidades dissidentes e aos gêneros enquanto categorias identitárias.

Isso nos faz compreender que o que hoje se denomina como “movimento homossexual brasileiro” não diz respeito a uma organização que possui uma dinâmica política definida e direcionada para um fim específico, mas, sim, uma organização que possui dispersão discursiva de dinâmicas políticas em prol das questões LGBTs no país. Na contemporaneidade, o movimento homossexual centra-se na discussão social em torno da positivação da visibilidade das sexualidades dissidentes na sociedade brasileira com o intuito de conquistar os mesmos direitos civis garantidos, constitucionalmente, aos heterossexuais como: o direito à herança, a partilha de bens, a declaração conjunta do imposto de renda, a inclusão do parceiro como dependente em planos de saúde e previdência, a aquisição de nacionalidade (em se tratando dos casos em que o parceiro seja um estrangeiro), entre outros.

Em verdade, no Brasil, muitos desses direitos já são garantidos aos homossexuais de forma legal. Inclusive, mais recentemente, foi aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil a lei distrital 2.615/2000 que caracteriza a homofobia como crime de racismo no Distrito Federal. Segundo a Procuradoria Geral da República (PGR) a regulamentação da lei anti-homofobia no Distrito Federal brasileiro é uma medida legal e que não extrapola o seu propósito. Sobre isso, o *site* “G1notícias” publica em 16 de maio de 2019 o seguinte noticiário:



(Fig.17 – PortalG1.com, maio de 2019)²⁸.

Vejamos que a sequência discursiva (SD-20), pertencente à manchete do noticiário (fig.17) é “Lei anti-homofobia: PGR defende no Supremo regulamentação da norma no DF” se refere a promulgação desta lei que, segundo o texto jornalístico, mostra-se como lei promulgada e divulgada no diário oficial da união. (ver a ilustração posta ao lado). A aprovação dessa lei em 13 de maio de 2019 é um marco historico na agenda de conquistas da população LGBT no Brasil. Com efeito, a cidade de São Paulo comemora a promulgação da lei anti-homofobia por meio da vigésima terceira Parada do Orgulho LGBT que levou milhares de pessoas à avenida Paulista nesta ano de 2019. O jornal Estadão, reporta sobre esse evento na reportagem exibida ao lado (ver fig.16)²⁹ :

²⁸ Ver anexo XVII.

²⁹ Ver anexo XVIII.



(Fig. 18 - Estadão, junho de 2019).

A ilustração acima (fig.18) serve para nos mostrar a dimensão que o Movimento LGBT alcançou no Brasil nas últimas décadas, sobretudo nas Paradas do Orgulho LGBT que ocorrem, anualmente, na cidade de São Paulo. A sequência discursiva (SD-21): "Parada do Orgulho LGBT tem tom político e reúne famílias na Paulista" que constitui a manchete da matéria jornalística do Jornal *Estadão*, publicada em 23 de junho de 2019, nos faz entrever o quão grandioso se tornou esse evento em São Paulo, de modo que, hoje, é considerada a maior Parada do Orgulho LGBT no mundo.

As Paradas se transformaram em produções mercadológicas, tanto que a Parada Gay de São Paulo já faz parte da agenda cultural da cidade como um dos principais eventos mais rentáveis promovidos na cidade. No Brasil, as Paradas do Orgulho LGBT surgiram nas principais capitais dos estados na metade dos anos 1990. Em São Paulo, em 2008, a 12ª Parada do Orgulho GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), segundo informações fornecidas pela São Paulo

Turismo (SPTuris), e de jornais de grande circulação como a Folha de São Paulo, foi considerada a maior parada gay do mundo pelo terceiro ano seguido, tendo aproximadamente 3,5 milhões de participantes.

Segundo Green e Polito (2004) essas Paradas da diversidade sexual realizadas no Brasil e no mundo inteiro deram aos homossexuais o direito de proferirem seus discursos reivindicatórios, para que fossem garantidos alguns direitos políticos e sociais, como: a legalização do casamento entre indivíduos do mesmo sexo, adoção de crianças por pais homossexuais, a assistência judiciária para casos de violência contra os gays e a concessão de cirurgia para troca de sexo.

A vigésima terceira edição da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, reportada pelo jornal *Estadão*, recebeu um contorno político instado pelos discursos de “resistência” e de “repúdio” dos participantes do evento em relação ao governo do Presidente da República, Jair Bolsonaro. Segundo o jornal *Estadão*, os participantes da Parada do Orgulho LGBT de 2019 se opunham ao histórico de declarações consideradas “homofóbicas” proferidas pelo atual Presidente da República. Por outro lado, o tom político da Parada LGBT, de 2019, em São Paulo, relaciona-se, também, a recém-promulgada lei anti-homofobia, a qual demarca um novo momento histórico para a população LGBT no país.

Segundo esta lei a homofobia passa a ser considerada como crime de racismo. Sem dúvida, essa lei muda à história de um país que tem sido considerado, há anos, o que possui um dos maiores índices de homicídios acometidos a pessoas LGBT no mundo inteiro. Esses índices ou dados estatísticos têm sido divulgados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), anualmente. Com a aplicação desta lei anti-homofobia, podemos inferir que, muito em breve, o (GGB) possa nos apresentar novos dados estatísticos que sinalizem uma diminuição considerável de vítimas de homofobia em nosso país.

De igual maneira, aguardamos outros dados estatísticos, fornecidos pelo (GGB) que nos atestem sobre o funcionamento da lei-antihomofobia no Brasil. Certamente, o (GGB) pode nos apresentar dados estatísticos relevantes sobre um número significativo de pessoas homofóbicas que tenham sido enquadradas e julgadas, judicialmente, por terem cometido o crime de racismo. Sem dúvida, a sociedade brasileira, sobretudo a população LGBT, esperam que tal lei funcione efetivamente de modo a coibir futuras manifestações homofóbicas que violam o

direito de existência da pessoa humana, independentemente de suas diferenças, sejam elas quais forem.

2.10. A “saída do armário da mídia brasileira” em o *Lampião na Esquina*.

Na contemporaneidade, as discussões sobre gênero e sexualidade têm firmado um lugar de destaque nos meios de comunicação em geral, sobretudo quando assunto a ser discutido trata-se das sexualidades dissidentes, tais quais as homossexualidades. A mídia brasileira tem colaborado, desde os anos 1960, com a visibilidade dos sujeitos homossexuais a partir de diferentes discursos e sentidos, instituídos, de acordo com suas condições de produção. Assim, quando pensamos sobre a construção discursiva da mídia brasileira sobre a homossexualidade e o sujeito homossexual a partir do final dos anos 1970, inevitavelmente direcionamos o nosso pensamento para o contexto histórico dessa época. Em nossa memória, os anos de 1970 representa uma época fortemente marcada pela censura, pela repressão, pela opressão, instituídas pela ditadura militar no Brasil.

Diante disso, seria quase impossível pensar sobre a possibilidade de que surgisse no contexto da ditadura militar, uma mídia impressa alternativa criada exclusivamente para o público gay. Assim sendo, é pertinente pensar que a mídia brasileira neste período estava completamente “dentro do armário”, isto é, a mídia estava sob o controle e a vigilância do olhar do poder ditatorial. A mídia desta época não podia estar longe dos olhos do poder. Desse modo, a mídia passa a se autovigiar, a seguir das regras e normas ditatoriais e isto fez com que a mídia sobrevivesse no claustro, na clandestinidade, na ocultação e no mascaramento. Entretanto, esse engessamento da mídia se quebra com o surgimento ousado e irreverente do Jornal *Lampião da Esquina*, um jornal produzido exclusivamente para o público totalmente discriminado e marginalizado na época, o público homossexual.

O surgimento do jornal *Lampião na Esquina* marca o momento em que a mídia impressa brasileira sai, de fato, de “dentro do armário”. O primeiro exemplar do *Lampião na Esquina* é publicado em 1978, e o seu último em outubro de 1981, publicando um total de 37 edições periódicas, além de mais três extras. O jornal *Lampião* é considerado um marco histórico de grande representatividade para a

imprensa gay de circulação nacional, surgido no Brasil no momento de declínio da ditadura militar nos anos 1970. O *Lampião na Esquina* é o jornal percussor da imprensa gay no Brasil que, juntamente com a criação do Grupo Somos, incita significativamente a construção do movimento homossexual organizado no Brasil. Muito se deve ao jornal o *Lampião* sobre a visibilidade de temáticas homossexuais produzidas e publicadas abertamente em vários lugares da sociedade brasileira, principalmente na sociedade carioca. No entanto, é importante dizer que apesar de proporcionar uma maior visibilidade dos homossexuais na sociedade brasileira, boa parte das capas³⁰ do *Lampião*, noticiava os homossexuais a partir de sentidos pejorativos, caricaturais e marginais, como podemos observar nas ilustrações que seguem:



(Fig.19 – *Lampião*. Ed 06, nov /1978).



(Fig. 20 – *Lampião*. Ed 32, mar/ 1981).



(Fig.21 – *Lampião*. Ed.37, jun/ 1981).

Segundo Green e Polito (2006), os homossexuais noticiados pela mídia, nas décadas de 1960 e 1970, eram geralmente representados por meio de imagens cujos sentidos os evidenciam como: marginais, promíscuos, violentos, conforme vemos nas sequências discursivas presentes nas manchetes presentes nas três capas do jornal *O Lampião na Esquina*, acima citados. Podemos perceber na (SD-22) “Crimes Sexuais”, presente na capa do jornal *Lampião* de novembro de 1978

³⁰ Todas as imagens das capas do Jornal *Lampião na Esquina* foram selecionadas e coletas na internet, por meio do site http://www.grupodignidade.org.br/blog/?page_id=53 ; acessado em março de 2011.

(ver fig.19), que há um discurso sobre a homossexualidade como algo que está vinculado à violência e à criminalidade. Portanto, há na (SD- 22), efeitos de sentidos que impingem, no imaginário social, a imagem dos homossexuais, ou mesmo, de suas práticas sexuais como construções vinculadas ao crime ou ao perigo. Logicamente, que esses efeitos de sentido podem construir a imagem do sujeito homossexual, não só como àquele que, em suas relações sexuais, é o praticante de um crime (possivelmente, por matar o seu parceiro), como também ele pode ser tratado como a vítima de um crime sexual. A esse respeito, Okita comenta

Na grande imprensa, a questão da homossexualidade está sempre ligada à criminalidade. Os jornais dedicados ao noticiário policial, principalmente, colocam-se claramente anti-homossexuais, promovendo os crimes praticados por eles e usando uma linguagem desmoralizante e agressiva ao se referir a estes casos. Jamais se lê uma manchete: "Heterossexual mata amante". Poucos noticiam crimes praticados contra os homossexuais, que são agredidos nas ruas, moral e fisicamente, fazendo aumentar mais ainda o desinteresse da sociedade, a qual além de não dar a mínima atenção para estes fatos recebe com maior simpatia e humor essas agressões (2007:85-86).

Diante disso, podemos dizer que o discurso da mídia *O Lampião na Esquina*, produzido na sociedade carioca entre os anos de 1978 a 1981, produz representações que instituem os sujeitos homossexuais por identidades sexuais demarcadas por sentidos vinculados à prática da violência, ao homicídio e à marginalidade. Já na (SD-23) "Hotéis de pegação: homem com homem" (ver fig.20) há um discurso que evidencia a homossexualidade como algo que está diretamente relacionado à promiscuidade.

Assim sendo, o sujeito homossexual, representado na segunda capa do *Lampião*, publicado em março de 1981 (fig.20), é um sujeito cuja imagem e identidade vincula-se a uma prática sexual promíscua. Logo, o homossexual é sujeito visto como promíscuo e perverso. De acordo com Aires (1985), tanto a igreja judaico-cristã quanto a ciência médica impingiram, no imaginário social, estereótipos e imagens acerca dos homossexuais como indivíduos doentes e pecadores. Esses estereótipos e essas imagens são produzidos a partir dos saberes, institucionalizados e legitimados, pela ciência médica e pela Igreja Católica. Na visão dessas instituições, os homossexuais são indivíduos visto como "deformados", "desviados" e "doentes" e, a despeito disso, não devem ser

culpabilizados por serem assim. Todavia, devem ser isolados e “vigiados” e “controlados”, constantemente.

Já na (SD-24) “Viado gosta de apanhar” (ver fig.21) presente na terceira capa do jornal *Lampião* de junho de 1981, percebemos constatar a presença de um discurso sobre a homossexualidade como um tipo de sexualidade que incita a violência, seja ela física ou simbólica. A violência física é representada pelo ato de apanhar a que os homossexuais estão, a todo instante, submetidos. Já a violência simbólica, compreendida como um tipo de violência que se dá através do uso da linguagem verbal, por meio de piadinhas, insultos e provocações irônicas, usados para discriminar, menosprezar, ironizar os homossexuais.

A violência simbólica pode ser percebida na (SD-24) por meio do uso do vocábulo “viado”. De um modo geral, esse vocábulo é utilizado, até hoje, por muitas pessoas de diferentes faixas etárias, em suas conversas corriqueiras, ao se referirem aos homossexuais. Em verdade, esse vocábulo é usado como um xingamento, um termo que é atribuído a um indivíduo que não é, de fato, masculino e viril. Em nossa compreensão, o vocábulo “viado” faz à alusão ao animal viado, cujas características são marcadas pela fragilidade, pela passividade, pela leveza. Nesse sentido, o animal “viado” é descrito, por meio de seus aspectos físicos e comportamentais, mais como um ser feminino do que um ser masculino, independentemente de seu sexo biológico. Por esse viés, Bourdieu postula

A particularidade desta relação de dominação simbólica é que ela não está ligada aos signos sexuais visíveis, e sim à prática sexual. A definição dominante da forma legítima desta prática, vista como relação de dominação do princípio masculino (ativo, penetrante) sobre o princípio feminino (passivo, penetrado), implica o tabu da feminilização, sacrilégio do masculino, isto é, do princípio dominante, que está inscrito na relação homossexual (2014:166)

Por isso, podemos inferir que o uso do vocábulo “viado” presente na (SD-24), trata-se de uma forma de ridicularizar, menosprezar, discriminar o sujeito homossexual, justamente por ser um indivíduo que subverte à norma socialmente estabelecida pela heteronorma. Por esse viés, o sujeito homossexual é visto como “subversivo”, “transgressivo”, “desviante”, pois é um sujeito que vai de encontro à heteronormatividade. Além disso, Green e Polito (2004) menciona o trabalho do

jornalista americano, Allen Young, ao publicar em São Francisco o livro *The gay liberation*, em 1973. Nesse livro, o autor publica um texto intitulado “Gay gringo in Brazil”, texto em que Allen aborda a homossexualidade masculina em nosso país. Nesse texto, Young (1973) faz uma reflexão sobre o significado de alguns termos pejorativos atribuídos aos gays no Brasil, tais como: “veado” e “bicha”. Sobre isso, o autor explica

Tomemos a palavra veado. No Brasil, há um jogo muito popular com os números chamado jogo do bicho. As apostas são feitas na base de números de um a vinte e cinco, com cada número correspondendo a uma animal, de A a Z. Isso ajuda as pessoas analfabetas – mais da metade da população do Brasil não sabe ler ou escrever – a participar do jogo. No jogo do bicho, o número um é o avestruz, e o número vinte e cinco é a zebra [sic]. O número vinte e quatro é veado e conseqüentemente esse número tem a mesma conotação – *faggot*. Quando um jovem tem vinte e quatro anos, é provável que ele diga que tem vinte e três ou vinte e cinco. Muitos edifícios vão do vigésimo terceiro para o vigésimo quinto andar. [...]. A outra palavra mais hostil na gíria brasileira é bicha, que realmente não tem nenhum outro significado, e é a palavra usada para descrever o homossexual efeminado, ou, mais especificamente, um cara que gosta de ser folido. Sua equivalente em inglês é uma combinação de *femme/faggot/queen/fairy*. [...]. A população gay brasileira tem sua própria palavra para descrever a si mesma – entendido (entendida para as lésbicas). Entendido significa “alguém que é bem informado” ou “alguém que entende”. É muito mais do que uma palavra do gueto gay, talvez da maneira como era a palavra gay vinte e cinco anos atrás nos Estados Unidos. O heterossexual brasileiro médio não conhece esse especial sentido de entendido, já que entendido é também usado na linguagem de outros modos (1973:60-67, grifos do autor).

Apesar de todos os estigmas e do preconceito, podemos afirmar que o jornal *Lampião* é um veículo de comunicação que promoveu uma visibilidade significativa dos homossexuais na sociedade brasileira. Sem dúvida, essa visibilidade deu abertura para o surgimento do movimento emancipatório dos homossexuais, assim como de outros grupos minoritários representados por mulheres, negros, operários, índios, como podemos constatar nas manchetes presentes nas seguintes capas do *Lampião* (ver figuras 22, 23 e 24):



(Fig.22 - Lampião. Ed.20, jan/ 1980).



(Fig.23 - Lampião. Ed 01, dez/1979).



(Fig.24 - Lampião. Ed.15, ago/ 1979).

Segundo Green e Polito (2006), o número zero do *Lampião na Esquina*, publicado em abril de 1978, vem a ser o primeiro editorial cuja proposta é retirar os gays dos “guetos sociais”³¹, tornando-os reais como sujeitos de direito. Isto é, um sujeito que tem o direito ao livre exercício da liberdade de expressão e da sexualidade, portanto, um sujeito que tem voz ativa na sociedade brasileira, conforme nos diz Trevisan

Em abril de 1978, aparecia o número 0 do jornal *Lampião* – fato quase escandaloso para as pudicas esquerda e direita brasileiras, acostumados ao recato, acima de tudo. Com sua redação instalada no Rio de Janeiro, mas mantendo uma equipe editorial também em São Paulo, *Lampião* vinha, bem ou mal, significar uma ruptura: onze homens maduros, alguns muito reconhecidos e respeitados intelectualmente, metiam-se num projeto em que os temas tratados eram aqueles considerados “secundários” – tais como sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia, machismo – e a linguagem empregada era comumente a mesma linguagem desmunhecada e desabusada do gueto homossexual. Além de publicar roteiros locais de pegação *guei* nas principais cidades do país, nele começaram a ser empregadas palavras proibidas ao vocabulário bem-pensante (como *viado* e *bicha*), de modo que seu discurso gozava de uma saudável independência e de uma difícil equidistância inclusive frente aos diversos grupos de esquerda institucionalizada. Tratava-se de um jornal que desobedecia em várias direções (2004:376, grifos do autor).

³¹ Importante mencionar que o termo “gueto homossexual” é apropriado ao contexto brasileiro à medida que se o compreende por meio de uma noção fluida de circulação e visibilidade das homossexualidades. Segundo Facchini (2005:154) o termo “gueto” é algo que só pode ser delimitado ao acompanharmos os deslocamentos desses sujeitos por lugares (comerciais ou não) em que exercem atividades relacionadas à sua prática sexual, como bares, boates, “pontos” de pegação etc.

Diante disso, podemos afirmar que o *Lampião* é considerado um marco, na história do jornalismo brasileiro, por sua audácia em dar visibilidade e voz às minorias sociais, sobretudo aos homossexuais, num período de ditadura e de grande censura. Isso nos faz entrever que o *Lampião* é um porta-voz dos discursos “abafados”, “inflamados” das minorias sociais, principalmente dos homossexuais que, há tempos, lutam para serem aceitos e reconhecidos no mundo social. Portanto, o discurso jornalístico do *Lampião* é um discurso de defesa da visibilidade, da cidadania e dos direitos civis dos homossexuais brasileiros.

Do *Lampião* em diante, os homossexuais passam a se agrupar e a se organizar para a formação do primeiro movimento de ativismo gay, na sociedade, no final da década de 1970. Importante ressaltar, segundo Green e Polito (2004:159), que em 1969 chega ao Brasil, pela grande imprensa, a informação do surgimento de um grupo de ativismo gay norte-americano, fato que veio a incentivar a formação de grupos semelhantes na América Latina. No Brasil, o primeiro grupo de ativismo gay no Brasil surge somente em 1978, com a formação do movimento *Somos: Grupo de Afirmação Homossexual*, período em que a ditadura militar mostra fortes sinais de enfraquecimento político.

Diante dessa conjuntura política, Green e Polito (2004:182) relatam “em 1979 a ditadura fecha o jornal *Lampião na Esquina*, sendo acusado de ofender ‘a moral e os bons costumes’ da sociedade brasileira”. Neste texto, analisamos sobre a homossexualidade como uma construção social, histórica, cultural, heterogênea e, principalmente, discursiva. Essas características não nos permitem pensar a homossexualidade, assim como qualquer outra sexualidade, como uma construção homogênea. Por essa via, foi possível perceber a retomada de alguns sentidos, historicamente, atribuídos à homossexualidade e ao sujeito homossexual, tais quais: o sentido de marginalidade, de promiscuidade, de perversão, de pecado, de desvio de conduta e de subversão. A nosso ver, esses mesmos sentidos continuam sendo retomados, pela memória discursiva, por meio dos já-ditos e esquecidos e dos pré-construídos, que atravessam a constituição de todo dizer.

3. SEÇÃO III – DO FEMINISMO À TEORIA QUEER.

Esta seção objetiva discutir sobre a constituição epistemológica da Teoria *Queer* que surge, nos Estados Unidos na década de 1990, por meio da confluência dos estudos feministas, dos estudos culturais norte-americanos e do pós-estruturalismo francês. Os estudos *queer* surgem da reflexão, da análise crítica e da desconstrução de autores pós-estruturalistas como Michel Foucault e Jacques Derrida, especialmente em seus livros *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber* (2009 d) e *Gramatologia* (2004). Esses teóricos discutem e desmistificam a hegemonia da heterossexualidade como sexualidade normativa e naturalizante.

A naturalização da heterossexualidade advém da visão patriarcal, a qual se sustenta em uma corrente hetero-centrada baseada no princípio da reprodução humana. Esses teóricos insistem e mantêm a ideia de que a noção de sujeito sexuado é criada por meio de discursos produzidos por meio da inter-relação entre linguagem e cultura. De acordo com o sociólogo Richard Miskolci (2009a), a teoria *queer* ganha notoriedade como contraponto crítico à política de identidades dos movimentos sociais, visto que a perspectiva de minoria social termina por manter e naturalizar a norma heterossexual.

A teoria *queer* tem por objetivo interrogar e refletir sob o viés “desconstrutivista” derrideano sobre algumas questões cruciais como: o essencialismo do gênero em relação ao sexo; a concepção naturalizante da heterossexualidade; os processos por meio dos quais uma forma de sexualidade (a heterossexualidade) passa a ser concebida como uma sexualidade “norma”; a desconstrução da heteronormatividade; a hierarquia sexual preconizada pelo binarismo sexo/gênero; e a desconstrução de sentidos pejorativos atribuídos, historicamente, aos sujeitos de sexualidades dissidentes, os quais, muitas vezes, foram instituídos como seres “abjetos”.

A teoria *queer* utiliza-se do “discurso inverso”, o qual preconiza a defesa de seus interesses pelos homossexuais por meio do uso de categorias e terminologias criadas pelos diversos dispositivos da sexualidade a fim de estigmatizá-los e de marginalizá-los. Neste ponto, a teoria *queer* concorda com a visão de Foucault (2009

d) no que se refere à sexualidade não fundada na natureza, mas por meio das relações de poder as quais possibilitam a construção de novas subjetividades e de identidades sexuais e as de gênero.

Portanto, nesta seção, discorreremos, inicialmente, sobre os estudos feministas abordados em seus três momentos constitutivos. Além disso, tecemos algumas considerações importantes sobre a díade sexo/gênero, partindo da tradição até os estudos sobre a performatividade de gênero de Judith Butler (2003). Depois disso, discorreremos sobre a Teoria *Queer*. Por fim, encerramos a seção com a subseção intitulada “Os Estudos Culturais e a teorização *queer*”. Nesta subseção, empreendemos uma reflexão sobre algumas contribuições teóricas dos Estudos Culturais sobre os estudos *queer*.

3.1. O Movimento Feminista em suas três fases.

Os estudos feministas são teorizados a partir de três momentos constitutivos dos movimentos feministas conhecidos como “ondas do feminismo”. Esses três momentos são de suma importância para a construção da teoria *queer*. O primeiro momento ou primeira “onda feminista” se caracteriza pela luta das mulheres pelo direito ao voto. Essa luta se deu no âmbito do movimento sufragista, o qual reivindicava os direitos políticos das mulheres por meio da conquista da igualdade política assegurada a todo e qualquer cidadão independentemente do gênero. O segundo momento ou “segunda onda” se caracteriza pela luta contra a hegemonia masculina e o patriarcado, preocupando-se, também, com as demandas sociais e políticas e com as questões teóricas que buscam problematizar as questões de gênero. Nesta segunda “onda”, as mulheres feministas se preocupam com sua visibilidade no mundo social, de tal modo que promoveram diversas marchas e protestos públicos em prol da valorização e do reconhecimento das mulheres a partir de uma concepção política que assegura a igualdade dos gêneros.

O terceiro momento ou “terceira onda” caracteriza-se como um movimento feminista pautado na questão da diferença. Neste momento, o movimento feminista sugere a desnaturalização dos essencialismos ancorados em bases biológicas, aos quais subalternizam as mulheres ao colocá-las num lugar de passividade e de

opressão. É, neste contexto, que surgem as contribuições teóricas de Judith Butler que visam “desconstruir” os essencialismos biologizantes. Para tanto, Butler (2003) faz uma releitura sobre as questões relacionadas às sexualidades e aos gêneros, a partir das contribuições foucaultianas sobre as relações de poder que se relacionam a tais questões. Essa “terceira onda” feminista iniciou-se na década de 1990 e continua presente nos dias atuais.

3.2. Desconstruindo o sexo e o gênero a partir da metafísica da tradição.

Na perspectiva da metafísica tradição, o conceito de gênero fora compreendido a partir das diferenças biológicas existentes entre o homem e a mulher que os caracterizam como indivíduo masculino e o feminino. Desse modo, o gênero se correlaciona, linearmente, ao sexo biológico do indivíduo. Com efeito, as diferenças entre o sexo masculino e o feminino são estabelecidas a partir de uma concepção naturalizante que incide na constituição direta dos gêneros, masculino e feminino. Nesta acepção, as relações de poder se dão no sentido de garantir a hierarquização dos indivíduos com base nas suas diferenças sexuais. Essas diferenças possibilitam uma melhor organização dos papéis sociais pertencentes a cada indivíduo no mundo social, de acordo com suas diferenças sexuais, logo, suas diferenças de gênero.

Por esse viés, compreendemos a lógica inteligível que justifica a diferença de papéis e funções sociais atribuídos aos homens e às mulheres nas sociedades heterossexistas, como na sociedade brasileira. É a partir dessa lógica que podemos entender a influência das relações de poder que instituem a desigualdade dos gêneros. Além disso, é essa mesma lógica hierarquizante dos gêneros que institui o sexismo que é a relação de poder que o sexo masculino exerce sobre o feminino. O sexismo consiste num conjunto de práticas discursivas e não discursivas que estabelece a discriminação dos homens em relação às mulheres, a qual se fortalece pela recusa da igualdade de direitos devido às diferenças sexuais.

É o sexismo que instaura o machismo no seio da vida social. O sexismo preconiza o estabelecimento de estereótipos culturais que são atribuídos aos homens e às mulheres que passam a ser vistos como seres assimétricos devido às

diferenças de suas funções sexuais. Nesse sentido, as diferenças culturais entre homens e mulheres, baseadas na divisão biológica entre machos e fêmeas, dicotomizam a vida humana e limita as particularidades pertencentes a cada indivíduo. Com efeito, essas diferenças culturais referenciam a diferença constitutiva de cada gênero, segundo a função sexual que cada indivíduo exerce com base em seu sexo biológico.

Foucault (2009e) foi o primeiro teórico a contestar sobre o binarismo (sexo/gênero) como construções biológicas produzidas simetricamente, ou mesmo, linearmente. Na visão de Foucault (2009e) o sexo e o gênero não são elementos sinônimos instituídos pela diferença biológica entre os sexos, com base nas diferenças entre as genitálias sexuais humanas. No entender de Foucault (2009e) a sexualidade e o gênero não são construções produzidas como fatos naturais da vida humana. Na visão do autor, a sexualidade e o gênero são construções históricas, sociais, culturais e discursivas. Portanto, essas construções se dão por meio das relações de poder que as atravessam e as constituem discursivamente. Foucault (2009e) contesta a concepção naturalizante do sexo biológico e, a um só tempo, contesta também a divisão sexual binária que hierarquiza as sexualidades com base na heteronormatividade.

Nesse sentido, Foucault (2009e) colabora com a terrorização *queer* ao dizer que a identidade de gênero não se constitui a partir do aparelho sexual biológico. Para Foucault (2009e) a identidade de gênero se constitui por meio da enunciação de um discurso que o qualifica e o institui como categoria identitária sexuada. Nesse passo, as postulações de Foucault (2009e) dialogam com os estudos feministas no momento em que contesta sobre o exercício de poder hegemônico heteronormativo sobre os corpos sexuados e as sexualidades a fim de normatizá-los. Os corpos que fogem ao padrão heteronormativos são submetidos a mecanismos de poder que visam desqualificá-los ou marginalizá-los de modo que venham a sofrer discriminação em todas as esferas da vida social.

Ao desenvolver seus estudos sobre gênero, sexo, sexualidade, corpo e sujeito, Judith Butler (2003) faz uma releitura das postulações teóricas de Foucault e de outros teóricos que se ocupam dos mesmos assuntos que lhe interessa e, daí, começa a traçar alguns caminhos epistemológicos rumo à construção da teoria *queer*. Butler (2003) formula a sua teoria a partir de questionamentos sobre as noções de sexo, concebido como algo natural e de gênero como uma construção

social. Nesta acepção, o gênero se constitui a partir de significados culturais que atravessam, constitutivamente, os corpos sexuados. Com base nisso, Butler (2004) desconstrói a divisão binária (sexo/gênero) a partir da noção de performatividade.

3.3. A performatividade de gênero por Judith Butler.

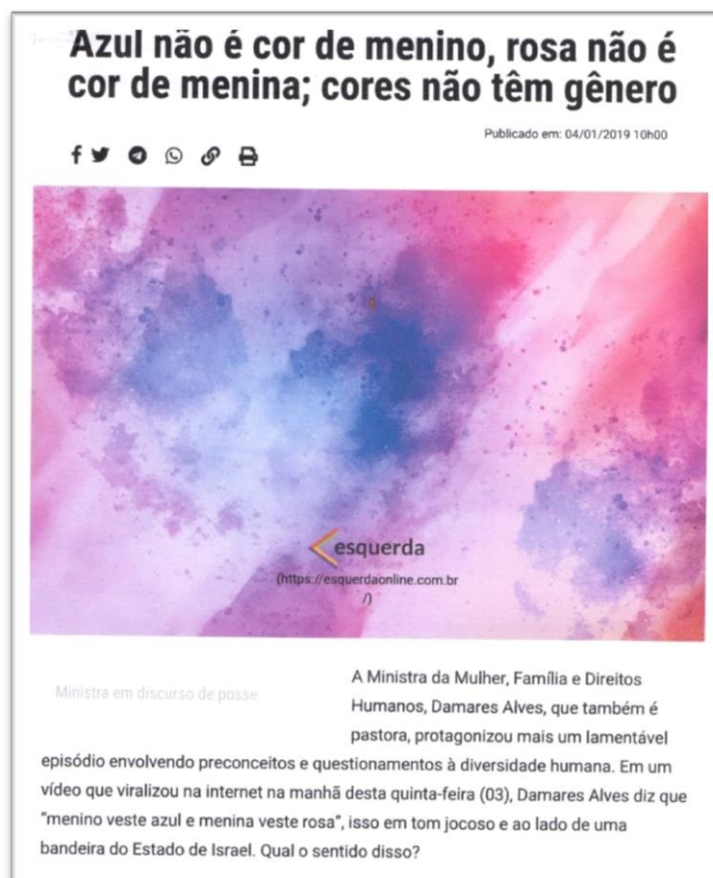
Notadamente, não se pode estudar o discurso de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros de forma transcultural ou trans-histórica se os termos forem definidos de forma tão culturalmente específica a ponto de tornarem-se não generalizáveis. É nesse aspecto que a noção de performatividade de gênero, articulada por Judith Butler, mostra sua utilidade.

(Lívia e Hall, 2010).

Em sua obra *Problemas de Gênero*, a teórica *queer*, Judith Butler (2003), propõe uma definição de gênero a partir da noção de performatividade da linguagem, termo que ela tomou emprestado de Austin (1990). Butler (2003) retoma o conceito de performatividade a partir da reflexão sobre os atos de fala teorizados por Austin (1990), o qual pensa a identidade como uma construção discursiva dada entre o dizer e o fazer. Austin (1990) empreendeu uma discussão sobre os enunciados performativos, em seus estudos linguístico-pragmáticos, concebendo-os como enunciados que ao serem ditos promovem o desencadeamento de uma ação.

O autor entende que, no momento em que dizemos algo, nós não só dizemos sobre esse algo, mas desenvolvemos um fazer sobre ele. Por exemplo, o enunciado “menino veste azul e menina veste rosa” proferido pela ministra da mulher, família e direitos humanos, Damarens Alves, em janeiro de 2019 por meio de um vídeo na internet, provocou reações diversas sobre quem o assistiu. Segundo o *site* <https://esquerdaonline.com.br>, essa fala, da então ministra dos direitos humanos, protagonizou um lamentável episódio envolvendo preconceitos e questionamentos à diversidade humana, conforme vemos na seguinte reportagem (ver fig.24) ³²:

³² Ver anexo XIX.



(Fig. 25 - Esquerdaonline, janeiro de 2019).

No momento em que a ministra, Damare Alves, diz “menino veste azul e menina veste rosa” na (SD-25), ela desencadeia um dizer que institui o gênero masculino e o gênero feminino a partir das cores, azul e rosa. Essas cores instituem as marcas discursivas identitárias que categorizam o ser menino ou ser menina, segundo o ato performativo proferido pela fala da ministra, Damare Alves. Ao associar as cores, azul e rosa, aos sexos masculino e feminino, Damare entende que as identidades de gênero são definidas pela diferença entre os sexos biológicos dos indivíduos.

Por meio do dizer da ministra, podemos afirmar que os gêneros (menino/menina) são definidos por meio da demarcação identitárias de gênero, instituída discursivamente, pelas cores, azul e rosa. A cor azul é associada ao gênero menino e a cor rosa é associada ao gênero menina. Assim sendo, cada indivíduo deve se vestir com roupas cujas cores correspondam aos seus gêneros, quer dizer, aos gêneros que correspondem aos seus sexos biológicos.

No momento em que a ministra diz “menino veste azul” (SD-25) significa que o gênero menino para ser concebido como tal, isto é, como masculino não pode vestir-se de rosa, pois não estaria de acordo com a marca identitária que se refere ao seu gênero, tal qual o seu sexo biológico. Nesse sentido, podemos entrever que se um menino vestir-se de rosa significa dizer que ele está subvertendo a norma identitária que o preenscreve como ser masculino. O mesmo pode ser pensado no caso do dizer “menina vestir-se azul” (SD-25). O dizer da ministra, Damares Alves, é um ato performativo de linguagem. De acordo com Butler (2003), esse ato performativo, realizado por Damares Alves, é um ato que institui a construção binária de gênero, segundo a reprodução das “normas regulatórias” impostas pelas sociedades heteronormativas, como é a sociedade brasileira.

São as normas regulatórias que regem as sexualidades e os gêneros com base na heteronormatividade. Butler “argumenta que quem enuncia um ato de fala performativo pensa que está somente iniciando uma ação, quando, na verdade, está meramente reproduzindo normas regulatórias” (Livia e Hall, 2010: 122). No entender de Butler (2003) é o discurso que produz os sujeitos falantes, e não o contrário. Assim, para Butler (2003), o gênero é construído no discurso, logo, o gênero é uma construção discursiva. Construção essa que se dá por meio da performatividade, compreendida por Butler (2003), como um pronunciamento “feliz”. Segundo Livia e Hall,

Este pronunciamento é feliz, como podemos retomar a partir do pequeno livro de Austin, se ele for feito dentro das circunstâncias sociais esperadas. Uma cerimônia de casamento será performada com sucesso pela declaração “Eu vos declaro marido e mulher” se o enunciatário for um membro do clero devidamente investido do poder de realizar uma cerimônia de casamento, e se o casal a quem ele declara essas palavras constitui-se de um homem e de uma mulher, não casados com nenhuma outra pessoa, em sã consciência e em idade mínima exigida. A declaração é performativa porque é pelo pronunciamento das palavras que a cerimônia é realizada. “Eu vos declaro marido e mulher” não é um comentário sobre a cerimônia; é a cerimônia em si (2010:121, grifos das autoras).

No entender de Butler (2003), o gênero é performativo porque é um tipo de elocução que não é meramente descritiva, mas sim, prescritiva, exigindo a quem é endereçada que aja de acordo com as normas vinculadas ao gênero. Assim, ao se

dizer “É uma menina!”, espera-se que a criança a que essa declaração está direcionada, aja e se comporte como uma menina. Isto é, que aja e se comporte como uma criança que irá gostar de brincar com bonecas e, futuramente, irá se relacionar com pessoas do sexo oposto. Butler (2003), como uma teórica *queer*, questiona a divisão binária existente entre os gêneros masculino e feminino, dados e naturalizados de acordo com os sexos biológicos que diferem às pessoas. Nesse sentido, Butler postula

Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla do sexo. [...] Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos. [...] Quando o status construído do gênero é teorizado radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino (2003: 24-25).

Na concepção de Butler (2003), o gênero e sua divisão binária e oposicional, concebidos como constructos universais e estáveis, são performativamente constituídos, no sentido de que só existem no momento em que são proferidos. Assim sendo, o gênero não é uma construção que se define, essencialmente, de acordo com determinado corpo ou alma, mas é construído, a todo instante, pela repetição de uma *performance* estilizada de atos. No entender de Butler (2003) a *performance* não se trata de uma representação teatral, mas sim, uma construção discursiva estilizada por marcas identitárias, masculinas ou femininas.

Butler (2003) se recusa a compreender o gênero a partir de um modelo de identidade substantiva. Portanto, a autora insiste na ideia de que o gênero é construído por meio de práticas, de atos (de fala) que, repetidamente, constitui a “ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero” (BUTLER, 2003: 200). Para Butler (2003), não há referente para o “eu” que preceda o momento da produção discursiva. Essa assertiva de Butler (2003) contrapõe a noção de sujeito

“assujeitado” empreendido por Pêcheux (1997a), ou a ideia de um pré-construído que o sujeito se identifica para se tornar sujeito de seu discurso. A esse respeito, Butler afirma

Na conjuntura atual, já está claro que colocar a dualidade do sexo no domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas. Essa produção do sexo como pré-discursivo deve ser compreendida como efeito do aparato de construção cultural que designamos por gênero (2003:25-26).

Na visão de Butler (2003), o gênero é uma realização performativa compelida pela sanção social e o tabu. Dessa forma, o gênero é compreendido por Butler (2003) como um ato discursivo, performativo, que se realiza por meio do dispositivo da sexualidade heteronormativo. Dessa forma, a gênese do gênero reside no alinhamento coercitivo do sexo biológico. Por essa via, compreende-se a sexualidade e o gênero como construções discursivas que se dão de acordo com os sexos biológicos dos indivíduos.

Nesta base, a identidade de gênero que se constitui fora do padrão heteronormativo é vista como “instável”, “desviante” e “excludente”. A lógica binarista entende as sexualidades e os gêneros não normativos como sendo “marginais”, “anormais” e “ininteligíveis”, pois não correspondem ao ideal heteronormativo. Butler (2003) busca “desconstruir” as identidades de gênero padronizadas pela heteronormatividade. Na opinião da autora, há uma “incoerência” sobre a construção das identidades de gênero performativizadas de acordo com as normas que regem o sexo. No entender de Bulter (2003), há identidades de gênero que são construídas por *performances* estilizadas fora das normas regulatórias impostas por discursos hegemônicos heteronormativos.

Segundo Butler (2003), os sujeitos que instituem suas identidades de gênero fora do padrão heteronormativo, são vistos como “abjetos”, isto é, como sujeitos de identidade sexual “transgressiva” que, por essa razão, não pode ser dada como “existente” no mundo social. Assim, as identidades de gênero de pessoas travestis e transexuais são vistas como formas mais “subversivas” e “transgressivas” em relação às dos gays, lésbicas e bissexuais. Isto porque, seus gêneros são

construídos pelos atos performativos caracterizados por estilos identitários que passeiam entre os universos do masculino e do feminino.

Os atos performativos são estilizados por meio de gestos corporais, de falas, de movimentos e encenações que, reiteradamente, constituem as identidades de gênero, de acordo com o ideal heteronormativo ou não. Com base nisso, Butler (2003), certamente, teria dito “Azul não é cor de menino, rosa não é cor de menina; cores não têm gênero” (SD-26), pertencente à manchete da reportagem do site “esquerdaonline” (ver fig. 25). Butler (2003), assim como qualquer teórico(a) *queer*, busca desconstruir a categorização de gênero a partir da lógica binária que estabelece a diferença entre os sexos biológicos.

Butler (2003) recusa-se a compreender o gênero como uma categoria identitária derivada de uma concepção essencializadora e naturalizante da norma heterossexual. Por meio desta concepção só existiriam, apenas, dois gêneros que correspondem ao ser menino/homem/masculino e ao ser menina/mulher/feminina. Com efeito, não há espaço para se pensar na existência de outras categorias identitárias de gênero que não sejam àquelas constituídas binariamente. Butler (2003) não pensa o gênero como uma categoria identitária una, fixa e estável. No entender da autora, as identidades de gênero, assim como as identidades sexuais e sociais, não se constituem por um ato performativo e, sim, por vários atos.

Esses atos performativos são instituídos por práticas culturais que impingem, no imaginário social, demarcações discursivas que, por meio da repetição, constituem as identidades de gênero. Dessa forma, ao dizer que o gênero é performativo significa dizer que ele não se constitui a partir do que somos, mas, sim, do que fazemos com o que é dito sobre ele. Ou seja, o gênero se constitui pela performatividade, quer dizer, pela repetição discursiva, pela reiteração de significados retomados pela memória do dizer e “pela forma mundana e ritualizada de sua legitimação” (BUTLER, 2003: 200). Nesse sentido, Butler (2003) compreende a produção das identidades de gênero como uma produção discursiva ritualizada por atos performativos de linguagem.

3.4. A Teoria *Queer*.

Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário, esquisito. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais. Um insulto tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homófobos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto àqueles a quem é dirigido. Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Queer representa a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora.

(LOURO, 2008).

A epígrafe que abre esse texto nos apresenta, de forma pontual, noções conceituais introdutórias do que vem a ser a teorização “*queer*”, apontando o queer que, de insulto torna-se uma palavra que o “desconstrói” politicamente. Segundo Pino (2007), o termo *queer* faz parte do vocabulário semântico usado para se compreender a homossexualidade desde o século XIX. Foi Teresa de Lauretis (1996) que denominou pela primeira vez, nos anos 1990, a “teoria *queer*” como proposta política pós-identitária desconstrutivista. A teoria queer se constitui, epistemologicamente, da confluência dos aportes teóricos dos estudos culturais norte-americanos, dos estudos pós-estruturalistas de Michel Foucault e Jacques Derrida e dos estudos de gênero de Judith Butler.

Os estudos culturais alicerçam as bases epistemológicas do pensamento *queer* que entende as identidades sociais, sexuais e as de gênero como construções sócio-discursivas e culturais de natureza heterogênea. As identidades, sob o viés dos estudos culturais, são concebidas como múltiplas, fluidas e moventes, que, estão sempre se constituindo, por meio de suas discursividades.

Os estudos de Foucault (2009e) sobre a construção histórico-discursiva das sexualidades no interior das relações de poder é algo fundamental para a teorização queer que busca questionar e desconstruir as hierarquias entre os gêneros/sexos. Essas hierarquias são estabelecidas pelos binarismos essencialistas: homem/mulher, masculino/feminino, macho/fêmea, heterossexual/homossexual. Foucault (2009e), em sua *História da Sexualidade I*, foi um dos primeiros a descartar o binarismo sexo/natureza a partir do qual se o gênero viria a se constituir como categoria identitária. Para tanto, Foucault (2009e) aborda o sexo e a sexualidade como construções histórico-discursivas. No entender de Foucault (2009e), tanto o sexo quanto a sexualidade devem ser analisados sob a ótica de um dispositivo que os constroem e os historicizam.

A história da sexualidade foucaultiana é de fundamental importância aos estudos *queer* por romper com a hipótese repressiva das sexualidades. No entender de Foucault (2009e), a ideia de que as sexualidades são, ao longo da história, essencialmente reprimidas é, para o filósofo, uma ideia ilusória. Isto porque, “a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da idade moderna” (FOUCAULT, 2009e: 17).

Os/As teóricos (as) *queer*, com base nas contribuições teóricas foucaultianas, compreendem o sexo e a sexualidade como um dispositivo teórico de poder, isto é, compreendem o sexo e a sexualidade como resultantes da ação do dispositivo da sexualidade. O dispositivo da sexualidade é um conjunto heterogêneo de discursos e de práticas sociais instituídos sobre a base ideológica que o constitui. A base ideológica constitutiva do dispositivo da sexualidade é de natureza heteronormativa. É esta base que opera no funcionamento do dispositivo de modo que sejam produzidas as desigualdades e as hierarquias que instituem os sexos, as sexualidades e os gêneros. É o funcionamento discursivo da ideologia heteronormativa que faz com que a sociedade passe a acreditar na total coerência, linearidade e inteligibilidade existente entre sexo biológico, gênero e desejo (orientação sexual).

Com base nisso, compreende-se que um bebê, que nasce com pênis, passa a ser considerado menino/homem/masculino e que, inexoravelmente, vai sentir atração por uma mulher, logo, sua orientação sexual é heterossexual. O mesmo ocorre com um bebê, que nasce com vagina, está destinado a ser compreendido

como menina/mulher/feminina e, certamente, sentirá atração por homens. Assim, sua orientação sexual é, também, de origem heterossexual. Os/ As teóricos (as) *queer* questionam e descontroem a ideologia heteronormativa que sustenta a ideia da naturalização da heterossexualidade. Na visão de Pino (2007:5), a “Teoria *Queer* dá continuidade ao projeto foucaultiano de analisar os dispositivos de poder que normalizam a sexualidade e criam as perversões sexuais”.

Jacques Derrida, em sua *Gramatologia* (2004), trabalha com os conceitos de desconstrução e complementaridade. Para Derrida (2004), “desconstruir” é uma prática discursiva que se dá por meio do jogo simbólico constituído entre a presença e a ausência. Segundo Miskolci (2009a), é a desconstrução que nos permite compreender as oposições binárias (homem/mulher/heterossexual/ homossexual) como elementos simbólicos que se contrastam, discursivamente, por meio do dispositivo de poder heteronormativo. É o dispositivo de poder heteronormativo que opera a lógica binária que estabelece as hierarquias sexuais, logo, as desigualdades sexuais e as de gênero. Já a complementaridade é o “efeito da interpretação que nos permite entrever as oposições binárias não como construções repressoras e hierárquicas, mas sim, como construções relacionais”.

De acordo com Derrida (2004), todos os binarismos partem do princípio de uma complementaridade, isto é, partem da ideia de que um depende do outro para existir. Por esse viés, compreende-se que a heterossexualidade só existe porque existe a homossexualidade. Uma sexualidade depende da outra para existir. No entender de Derrida (2004), a lógica binária é o alvo da “desconstrução” que passa a deslocar como a lógica inteligível que explica a linearidade existente entre sexo/gênero e a essencialização existente entre sexo/natureza.

É a “desconstrução” que desloca a ideia do sexo biológico como origem e causa da diferença entre os gêneros. Para tanto, a desconstrução se dá por meio do ato performativo de linguagem, postulado do Butler (2003), em sua obra *Problemas de Gênero*. vincula-se ao sexo biológico dado como “natural” aos indivíduos, desde o momento da concepção. Butler (2003) postula a noção de performatividade como uma propriedade de linguagem constitutiva do gênero. Na visão da autora, a performatividade opera por meio da repetição, ou seja, por meio da prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia (MISKOLCI, 2007).

No entender de Butler (2003), as sociedades constroem normas que regulam e materializam o sexo dos sujeitos e que essas normas regulatórias precisam ser constantemente repetidas e reiteradas para que tal materialização se concretize. Entretanto, segundo Butler (2003:54), “os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta”. Por isso que elas precisam ser, constantemente, reconhecidas em sua autoridade, para que possam exercer o seus efeitos. As normas regulatórias do sexo têm, portanto, caráter performativo, isto é, tem o poder continuado e repetitivo de produzir aquilo que nomeiam.

De acordo com Butler (2003), o ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica binária que supõe o sexo como um “dado” anterior à cultura e lhe atribui um caráter fixo, único e a-histórico. Butler (2003) discorda disso e propõe “desconstruir” o binarismo que sustenta a oposição, desigual e classificatória, dos sexos e, por conseguinte, dos gêneros. Na perspectiva butleriana, o sexo e o gênero são, discursivamente, construídos. Assim, compreende-se o sexo e o gênero como construções performativas, as quais se dão por meio da citação e da repetição. É a citação e a repetição que produzem aquilo que nomeiam. Por exemplo, quando alguém é chamado de “negro”, “viado”, “traveco”, esse alguém é intimado a se reconhecer nessa posição.

Há atos performativos que constituem a identidade de uma pessoa a partir de *performances* (gestos, movimentos, formas de pensar e de ser) baseadas em uma ideologia normativa. São essas *performances* que constituem identidades de gênero a partir da lógica binária que opera por meio da diferença existente entre os sexos biológicos dos indivíduos. Por outro lado, Butler (2003) vem nos dizer que há performatividades que escapam da norma essencialista, fundamentalista.

Ao levar a noção de *différance* de Derrida (2004) na discussão sobre performatividade de gênero, Butler (2003) percebe que há, na ação do “repetível”, significados outros que denunciam a existência de *performances* que fogem do ideal normativo. Com isso, Butler (2003) constata a existência de performatividades que “escapam” à norma regulatória, à lógica binarista. É a escapatória ou deslocamento da “ordem discursiva normalizadora” que produz identidades de gênero vistas como “bizarras”, “confusas”, “ininteligíveis”, isto é, produz identidades de gênero *queer*.

Por identidades de gênero *queer* contemplam-se as identidades de gênero dos travestis, dos transexuais e dos transgêneros como sendo os mais “bizarros”,

“estranhos” e “transgressivos”. Os gays, as lésbicas e os bissexuais também são considerados, também, a partir de identidades *queer*, porém, essas categorias identitárias possuem uma carga semântica que os revelam de modo “menos” pejorativo e discriminatório. Importante deixar claro que os estudos *queer* não ignoram a concepção essencialista que instituem os gêneros a partir da lógica binária. Os estudos *queer* a questionam, objetivando mostrar que essa concepção não explica a multiplicidade ou a heterogeneidade de gênero existente no mundo contemporâneo.

A teoria *queer* se interessa pelo mundo heterogêneo e fluido que permeiam a constituição das identidades sexuais e as de gênero. Os estudos *queer* se interessa pelo o universo das “bichas”, dos “viados”, das “sapatões caminhoneiras”, das travestis, das “drag-queens”, e dos trans. A teoria *queer* ancora-se na visão de que as identidades sociais, sexuais e as de gênero se constituem, por meio das discursividades contemporâneas, segundo seu caráter heterogêneo, múltiplo e movente. Nesse sentido, importa-nos mencionar sobre a importância dos *Estudos Culturais* norte-americanos na constituição teórica dos estudos *queer*.

3.5 Os Estudos Culturais e a teorização *queer*.

No entender de Miskolci (2009a), os Estudos Culturais dão origem a duas vertentes: os Estudos Pós-coloniais e os Estudos *Queer*, ambos os estudos concebidos como teorizações subalternas que criticam os discursos hegemônicos produzidos pela cultura ocidental. Os Estudos Pós-coloniais se ocupam com a “desconstrução” dos efeitos que as ações colonizadoras deixaram nas culturas dos “países do sul”. Para tanto, baseiam-se no processo de releitura da história hegemônica contada a partir da visão dos colonizadores. Nesse processo, reconstrói-se a história real, levando-se em consideração a história construída a partir do ponto de vista dos colonizados. A partir deste ponto de vista contempla-se o exercício de poder do colonizador sobre o colonizado e isso, logicamente, interfere na reconstituição da ordem discursiva que produz a historicidade dos fatos narrados.

Os Estudos *Queer* também se propõem a criticar a cultura ocidental a partir da normalização engendrada pela visão essencialista e fundamentalista do sexo/

gênero e do sexo/ natureza. Os dois estudos visam contestar a ideia de que os sujeitos e as identidades como construções discursivas essencializadas, fixas e estáveis. Ambos os estudos se interessam pela multiplicidade social e cultural que incidem na formação de sujeitos históricos marcados pelas relações de poder instituídas pelas civilizações ocidentais. Essas civilizações produzem, no decorrer da história, sujeitos sociais marcados pela exploração, estigmatização e subalternidade.

Por meio desses dois campos do saber, entrelaçam-se as contribuições teóricas de alguns expoentes dos Estudos Culturais, tais como Hall (2009), Silva (2009), Woodward (2009) com o pensamento *queer* de Judith Butler (2003). Essas teorizações partem do princípio de que as identidades culturais, na pós-modernidade, não podem ser vistas com unas, fixas e essenciais. De acordo com Hall (2009:12), o sujeito da contemporaneidade é um sujeito fragmentado, “composto não de uma, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias, ou não resolvidas”. Para chegar a essa tese, Hall (2009) postula a noção de sujeito a partir da concepção iluminista e da concepção sociológica. Segundo Hall, o sujeito na concepção iluminista é

Centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo ‘centro’ consistia em um núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo e ‘idêntico’ a ele – ao longo da existência do indivíduo (2006:10-11, grifos do autor).

De certo modo, o “sujeito sociológico” relaciona-se à concepção iluminista, à medida que é concebido como um sujeito dotado de um núcleo, o “eu real”. No entanto, diferentemente da ideia de um núcleo fixado, unificado “do sujeito do iluminismo”, o núcleo do “sujeito sociológico” é algo que se dá por meio da interatividade. Isto é, o núcleo do sujeito sociológico é formado e, constantemente modificado, pelas interações do sujeito com os mundos, social e cultural, dos quais faz parte. Assim sendo, o “sujeito sociológico” é aquele que se constitui e se reconstitui, necessariamente, por meio da interação e da determinação imposta pelo ambiente social. Para Hall (2006), o “sujeito sociológico” é aquele que se constitui não somente por sua interação com os mundos, social e cultural, mas também por sua relação consigo mesmo.

Disso, resulta, o surgimento de um sujeito cingido, fragmentado, “composto não de uma, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias, ou não resolvidas” (HALL, 2006:12). Hall (2009) afirma que as velhas identidades, ditas como únicas e fixas, estão em declínio. Por esse motivo, o sujeito, antes visto como unificado e fixo, passa, agora, a ser visto como fragmentado e mutável. Assim sendo, o sujeito tem a possibilidade de identificar-se com diversas identificações. Dito de outra forma, o sujeito tem a possibilidade de se subjetivar de diversas formas e, com isso, tem a possibilidade de construir diferentes identidades. Nessa perspectiva, entende-se que a construção da identidade de um indivíduo se dá de acordo com o modo como ele se subjetiva nas diversas práticas sociais, sobretudo nas práticas de linguagem.

Orlandi (2007b: 122) afirma “identidade é um movimento na história (e na relação com o social)”. Ao afirmar isso, Orlandi (2007b), nos faz compreender que a identidade é algo que se constitui no movimento dos sentidos e dos sujeitos, produzido na relação da língua com a história. Com base nisso, Orlandi (2007b) nos diz que a identidade não é sempre igual a si mesma, isto é, ela não é homogênea e ela sempre se transforma. Rajagopalan (1998:41), por sua vez, nos diz que “a identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela”, portanto, para o autor, o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua, ou conforme ele nos diz

[...] a construção da identidade de um indivíduo na língua e através dela depende do fato de a própria língua em si ser uma atividade em evolução e vice-versa. Em outras palavras, as identidades da língua e do indivíduo têm implicações mútuas. Isso por sua vez significa que as identidades em questão estão sempre num estado de fluxo (1998:41-42).

Woodward (2009:17) afirma “os discursos e os sistemas de representação constroem lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar”. São as posições-sujeito que os indivíduos ocupam, no funcionamento do discurso, que nos mostram de que modo eles constituem suas subjetividades, isto é, tornam-se sujeitos de seus discursos e, a um só tempo, constituem suas identidades. Woodward (2009, p.55) afirma: “nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado

à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade”. Woodward (2009:55) afirma “conceito de subjetividade permite uma exploração dos sentimentos que estão envolvidos no processo de produção da identidade e do investimento pessoal que fazemos em posições identitárias”. Para a autora, é a subjetividade “que nos explica as razões pelas quais nós nos apegamos a identidades particulares” (WOODWARD, 2009:56).

Na visão de Woodward (2009), há diferentes abordagens que explica o conceito de identidade. Uma primeira delas, parte da concepção de que a “identidade envolve reivindicações *essencialistas* sobre quem pertence e quem não pertence a um determinado grupo identitário, nas quais a identidade é vista como fixa e imutável” (WOODWARD, 2009:13). A segunda, calcada numa concepção teórica mais atual, compreende a identidade como algo se constitui a partir de sua relação com os sistemas simbólicos, tais quais as representações e os discursos. Nessa concepção, a identidade é relacional e, portanto, necessita de símbolos, imagens, palavras, gestos, que a promovem e fortalecem a sua existência. A terceira abordagem compreende a identidade como algo que se constitui pela diferença. Na opinião de, Silva (2009:74), “[...] identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência”, ou seja, para o autor, a identidade depende, necessariamente, da diferença para ser definida. Sobre isso, Silva explica

A forma afirmativa como expressamos a identidade tende a esconder essa relação. Quando digo “sou brasileiro” parece que estou fazendo referência a uma identidade que se esgota e si mesma. “Sou brasileiro” – ponto. Entretanto, eu só preciso fazer essa afirmação porque existem outros seres humanos que *não* são brasileiros. Em um mundo imaginário totalmente homogêneo, no qual todas as pessoas partilhassem da mesma identidade, as afirmações de identidade não fariam sentido. De certa forma, é exatamente isto que ocorre com a nossa identidade de “humanos”. É apenas em circunstâncias muito raras e especiais que precisamos afirmar que “somos humanos”. [...] A afirmação “sou brasileiro”, na verdade, é parte de uma extensa cadeia de “negações”, de expressões negativas de identidade, de diferenças. Por trás da afirmação “sou brasileiro” deve-se ler: “não sou argentino”, “não sou chinês”, “não sou japonês” e assim por diante, numa cadeia, neste caso, quase interminável. (2009:74-75, grifos do autor).

No dizer de Silva (2009:91) “a identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação”. Para Woodward,

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. [...] A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (2009:17).

Segundo Hall (2009), o processo que produz tanto a identidade quanto a diferença ocorre por meio dos sistemas simbólicos, como os discursos e as representações. Dito isso, Silva (2009:76) nos propõe “considerar a diferença não simplesmente como resultado de um processo, mas como processo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença são produzidas”. Woodward esclarece

A diferença é marcada por representações simbólicas que atribuem significado às relações sociais, mas a exploração da diferença não nos diz por que as pessoas investem nas posições que elas investem nem por que existe esse investimento pessoal na identidade. Descrevemos alguns dos processos envolvidos na construção das posições de identidade, mas não explicamos *por que* as pessoas assumem essas identidades (2009:34-35, grifo da autora).

A marcação da diferença se dá por meio das operações de inclusão ou de exclusão. Essas operações são formas de exercício de poder, por meio das quais se determinam quais identidades devem ou podem ser produzidas e/ou reconhecidas e, quais não. A marcação da diferença se dá por meio das relações de poder que funcionam através dos sistemas classificatórios e dos sistemas simbólicos de representação, tais quais os discursos. Com efeito, as relações de poder hierarquizam a identidade e a diferença dos indivíduos por meio das representações discursivas. Essas representações organizam a estrutura e o funcionamento do mundo social, sobretudo as práticas e as e relações sociais.

As relações sociais não são relações simétricas e igualitárias. Pelo contrário, as relações sociais são construídas, historicamente, por meio da desigualdade e das diferenciações de ordem social, política, econômica, cultural, étnica e sexual, entre outras. Nessa lógica, entendemos que a identidade e a diferença se constituem, por

meio das relações sociais e, essas relações, por sua vez, são produzidas por relações de poder. Essas relações de poder se exercem ou são exercidas em todas as esferas da vida social, por meio dos sistemas simbólicos, portanto, das práticas discursivas.

Desse modo, depreendemos que as representações do mundo social se dão por meio das relações de poder que perpassam a constituição dos discursos. Neste trabalho, a representação é vista não como um reflexo da realidade e sim como um processo de construção de sentidos. O significado é, portanto, como observa Hall (2000), produzido pela prática, pelo trabalho da representação. As representações constituem-se em categorias importantes na medida em que, por seu intermédio, podemos observar as relações de poder, os elementos de dominação e de resistência.

Nesse sentido, falar de identidade é procurar analisar os efeitos de sentidos produzidos e atribuídos a ele em nossa formação social, sentidos com os quais os sujeitos se identificam e reconhecem-se como pertencentes a um dado grupo ou comunidade social. Os teóricos pós-estruturalistas, como os (as) teóricos (as) *queer*, insistem e mantêm a ideia de que a noção de sujeito é criada por meio de discursos da linguagem e da cultura, dados a partir de um lugar e momento sócio-históricos. A identidade, por sua vez, é construída nos/pelos discursos, por meio de sentidos que se produzem e circulam em diferentes esferas da vida social, sobretudo nos discursos produzidos pela mídia.

4. SEÇÃO IV – MÍDIA, DISCURSO E ARMÁRIO.

Nesta seção, tecemos algumas considerações sobre a mídia *online* brasileira como um lugar privilegiado de produção e circulação de discursividades sobre a temática em torno da “saída ou não do armário”. Essas discursividades se constituem por meio do gesto performativo de “saída do armário”, isto é, do ato discursivo por meio do qual alguém, famoso ou não, visibiliza sua sexualidade não normativa. Tal visibilidade é materializada, discursivamente, nos textos jornalísticos da mídia *online* brasileira, na contemporaneidade. A visibilidade de gays e lésbicas, na mídia brasileira, sempre foi e ainda é marcada por estereótipos que os instituem como pessoas afeminadas e masculinizadas, sobretudo na mídia televisiva. Sobre isso, Colling postula

[...] a representação das personagens não-heterossexuais esteve associada com pelo menos três formas e temas. Na década de 1970, as primeiras obras ligaram as personagens com a criminalidade. Depois, construíram as personagens baseados nos chamados estereótipos da “bicha louca”/ afetada e/ ou afeminados ou das lésbicas masculinizadas “sapatonas”, representações muitas vezes criticadas por ativistas e pesquisadores (as). A partir da década de 1990, as tramas começam a apagar as diferenças entre héteros e não-heterossexuais e o modelo da família nuclear burguesa passa a ser uma das principais aspirações de gays, em especial (2013: 87-88, grifos do autor).

Em seu trabalho sobre a visibilidade de personagens LGBT representados nas novelas da Rede Globo de Televisão, Colling (2003) chega à conclusão de que, a partir da década de 1990, esses personagens passam a ser vistos por meio de sentidos menos estereotipados, porém mais heteronormativos. Segundo o autor, a “heteronormatividade fica apenas mais explícita a partir da década de 1990 e essa representação, em geral, é elogiada por alguns estudiosos e boa parte do movimento LGBT brasileiro” (COLLING, 2013: 88). De acordo com Miskolci (2012), a heteronormatividade funciona por meio da ordem discursiva que engendra a produção de discursos da atualidade, sobretudo a produção de discursos midiáticos.

Além da heteronormatividade, Colling (2013:89) afirma “ainda vivemos em um período histórico em que a heterossexualidade é compulsória”, isto é, em um período em que [...] “a obrigação em ser heterossexual se mostra mais forte”. Neste trabalho, acreditamos, também, que a mídia *online* brasileira contemporânea, produz seus discursos sobre as pessoas não-heterossexuais a partir de uma ordem discursiva heteronormativa. Como os discursos, em seu funcionamento, podem se tornar outros, assim, podemos dizer que a interpelação ideológica da heteronormatividade não se sem “falha ou deslize”. Pêcheux (1997a) retoma sua tese da interpelação ideológica, comentando que há “falhas” no assujeitamento, quer dizer, na interpelação ideológica. Por essa via, Pêcheux (1997a) percebe que o sujeito do discurso pode se tornar outro no funcionamento do discurso. Assim, o discurso pode se tornar outro, no interior de seu funcionamento.

Apesar da constatação de que há “falhas” no assujeitamento, Pêcheux (1997a) mantém seu postulado em torno do sujeito assujeitado, porém o redimensiona, epistemologicamente, compreendendo a interpelação ideológica como um ritual. E, como em todo ritual há falhas, não seria diferente com o assujeitamento. Nesse sentido, Orlandi (2010: 20) afirma: “a ideologia é um ritual com falhas e a língua não funciona fechada sobre si mesma: abre para o equívoco”. E é o equívoco que, no interior do funcionamento do discurso, possibilita a interpretação. Orlandi (2010: 20) comenta que “a interpretação tem suas formas e condições, ela não se dá da mesma maneira nos diferentes momentos da história”.

Nesse sentido, concebemos a mídia *online* brasileira como um lugar onde são produzidos as representações e os discursos sobre os sujeitos LGBT que “resolvem” sair ou não do “armário”, enquanto acontecimento discursivo. A nosso ver, o ato de “sair do armário”, ou mesmo, o ato de “assumir-se” *gay*, *lésbica*, *bissexual*, *transexual*, *transgênero*, etc, é um ato discursivo midiático, concebido como um acontecimento. Além disso, entendemos a “saída ou do armário” de alguém no discurso da mídia *online* brasileira como um “fato histórico” em que o privado é posto em público. Assim, o ato de “declarar-se” *gay* ou “assumir-se” *gay* é um ato discursivo, performativo, que se configura como acontecimento discursivo midiático. Esse acontecimento discursivo se materializa pela língua e se manifesta, simbolicamente, no imaginário social, como efeito de realidade. Nesta perspectiva, compreende-se o discurso da mídia como uma estrutura e acontecimento.

4.1. O discurso da mídia: o encontro entre a estrutura e o acontecimento.

Pêcheux (2008) discute em termos metodológicos como a AD analisa o discurso a partir de seu funcionamento, ou seja, como os sentidos são construídos no/pelo discurso através da relação entre suas dimensões constituintes: a dimensão da língua - como estrutura; e a dimensão da história – como acontecimento. Ele toma como ponto de partida o enunciado *on a gagné* [“ganhamos”], da TV de Paris, no dia 10 de maio de 1981, quando François Mitterrand venceu as eleições para a presidência na França.

Pêcheux (2008) observou que o sentido evidenciado no funcionamento do discurso político em torno da vitória de Mitterrand não se dava apenas pelo viés de sua materialidade linguística, constituída pelo enunciado *on a gagné*. Se assim o fosse, todos os franceses interpretariam o termo “ganhamos” a partir do sentido comumente atribuído pelos torcedores nos estádios esportivos, quando há vitória do time pelo qual torcem. Assim, o sentido logicamente estabilizado (isto é, o sentido de vitória coletiva dos torcedores esportivos) tinha a pretensão de fazer da vitória eleitoral de Mitterrand a vitória real e totalizante de todos os franceses.

No entanto, Pêcheux (2008) observa que, no momento em que a mídia proferiu o enunciado *on a gagné*, houve um confronto discursivo, pois nem todos franceses interpretaram a vitória de Mitterrand como uma vitória coletiva. Desse modo, naquela conjuntura socio-política da França de 1981, não houve apenas um sentido evidenciado no funcionamento do discurso midiático, porque não havia um sujeito que “falava” nesse discurso como se fosse um “porta-voz” de todos os franceses. Ao contrário, foram evidenciados vários sujeitos no funcionamento do discurso midiático, marcados por suas diferenças sócio-ideológicas. Isto é, por seus diferentes discursos e sentidos, mostrados a partir de seus diferentes “gestos de interpretação”. Desse modo, Pêcheux (2008) postula que não há uma só palavra original, de sentido único. Para o autor, os sentidos são sempre evidenciados pela fala do outro que os atravessa e os constitui, no cruzamento entre uma atualidade e uma memória. Nesse sentido,

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação (PÉCHEUX, 2008:53).

Segundo Gregolin (2003:97), a criação dessa ilusão de ‘unidade’ do sentido é um recurso discursivo que fica evidente nos textos da mídia, desempenhando o papel de mediação entre seus leitores e a realidade. Na visão da autora,

[...] como construtora de imagens simbólicas – a mídia participa ativamente, na sociedade atual, da construção do imaginário, no interior do qual os indivíduos percebem-se em relação a si mesmos e em relação ao outros (GREGOLIN, 2003:97).

A mídia trabalha com discursos que possam produzir suas “verdades” no imaginário social. Assim, os fatos imediatos do cotidiano transformados em notícia, são compreendidos como “naturais”, e não socialmente construídos por meio de múltiplos discursos. O discurso jornalístico “hierarquiza os sentidos e os valores [...] preconiza condutas [...] os modos de falar e separa o que é dizível e o que é indizível” (GOMES, 2003:10). No funcionamento do discurso da mídia, há sentidos que são censurados, silenciados, outros que, pela força da repetição, tornam-se naturalizados, mas, ainda que legitimados, estão sujeitos a deslizamentos, por conta da influência da história e do jogo das relações ideológicas entre sujeitos. É a ideologia que regula os sentidos possíveis para o sujeito em determinadas condições de produção discursivas. Isto é, em sua ordem discursiva midiática.

4.2. A ordem discursiva midiática.

Navarro (2003:113) afirma: “no discurso jornalístico, o lugar midiático articula-se também com o saber e o poder. O jornalista não pode falar como quiser, pois, tem de submeter-se a certas regras internas e externas da instituição midiática”. Por esse viés, o autor acrescenta:

Quanto ao poder, a relação entre a chamada grande imprensa, as elites e os detentores do poder aparecem na forma [...] de “denuncismo”: o uso da imprensa para legitimar as atitudes de uma autoridade política ou conferir tratamento pejorativo aos fatos a ela relacionados. A mídia cria, portanto, mocinhos e bandidos, heróis e derrotados (NAVARRO, 2003:113).

No entender de Foucault (2009a), o discurso expressa um saber, pelo qual exerce um poder. Para o autor, há em todo discurso uma “vontade de verdade” que, ao trazer em si a oposição entre o verdadeiro e o falso, classifica algo como verdadeiro. Essa oposição entre o verdadeiro e o falso é o que sustenta o sistema de exclusão de que a mídia se utiliza em suas produções jornalísticas. O discurso da mídia é um produto que só se torna possível por meio de condições e procedimentos que ela mesma estabelece, baseada em sua própria “ordem do discurso”. Assim, a mídia institui seu discurso como verdadeiro. É nessa perspectiva que Foucault (2009b: 205) afirma: “[...] não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma”. Para Navarro (2010:84), “a mídia é um campo institucional em que o sujeito que nela fala é, ao mesmo tempo, aquele que pode dizer a verdade dos fatos – pelo saber que detém sobre eles – e aquele que pode produzir os fatos na sua verdade e submetê-los à realidade – pelo poder que exerce na sociedade”. Assim, a mídia funciona “como um jogo de legitimação e controle”. Marcondes Filho argumenta:

[...] na produção da notícia entram em cena dois sujeitos: o jornalista, cuja tarefa é selecionar da realidade o fato que lhe interessa para transformá-lo em acontecimento, e o editor, que tem o poder de decidir qual será o enfoque dado à matéria, a quantidade de linhas destinadas ao seu desenvolvimento, o tamanho e os tipos do título e a colocação na página. Ao editor cabe, portanto, a missão de definir a política de como o fato deverá repercutir na sociedade, de como “um acontecimento pequeno pode fazer um escândalo, de como suprimir naturalmente a divulgação de ocorrências, como se elas simplesmente não tivessem realmente existido” (1989:50).

Um exemplo disso é a matéria jornalística (ver fig. 25)³³, divulgada pela *Folha online* cuja (SD-27) título é “Revista da Globo evita capa com beijo entre sargentos gays do Exército” .



(Fig. 26 – Revista Época, junho de 2008).

Em linhas gerais, a *Revista Época* (número 524, de junho de 2008) analisa, por meio de sua ordem discursiva, sobre qual imagem de capa seria vinculado o noticiário sobre o caso dos militares. Por meio do discurso de *Época*, os militares “resolvem” assumir, publicamente, suas sexualidades não-heterossexuais, sobretudo sua relação homoafetiva. Em relação à decisão de *Época* sobre qual imagem iria ser vinculada à materialidade jornalística sobre o caso dos militares, a revista recorre à sua ordem discursiva. Por conta de seu controle discursivo, instituído por sua ordem discursiva, a revista “Época” resolve escolher a imagem de capa, dada “sem o beijo entre os militares” como a opção mais “adequada”. Desse

³³ Ver anexo XX.

modo, podemos afirmar que mídia de “Época” interditou a imagem que continha o “beijo entre os militares”. Segundo Foucault (2009a), a “interdição” é o procedimento de exclusão mais utilizado na sociedade contemporânea, caracterizado por um sistema de controle e de vigilância dos “fazer/dizeres” dos indivíduos. A “interdição”, como um procedimento de controle dos discursos da mídia. Esse procedimento funciona como um mecanismo de controle e de vigilância social, a partir do qual a sociedade disciplinar impõe aos indivíduos, suas leis, suas regras e seus valores.

A “interdição” evidencia-se, no funcionamento discursivo da mídia, quando se intenciona a produzir imagens sobre os sujeitos LGBT, que “resolvem” sair ou não do “armário”, a partir da ação da ordem discursiva heteronormativa. Dessa forma, a interdição pode ser compreendida como o “enquadramento” dos sujeitos LGBT que a mídia *online* brasileira, discursiviza, de modo que eles sejam vistos como heterossexuais.

4.3. De repente na mídia brasileira, um acontecimento... Alguém “sai do armário”.

Quem “saiu do armário”? Se essa pergunta tivesse sido feita a qualquer pessoa que tivesse visto a capa da revista *Exame* (ver fig. 28)³⁴, ilustrada ao lado, poderia ter respondido que pode ter sido um funcionário ou um executivo de uma dada empresa. De fato, qualquer pessoa diria isso, sobretudo ao interpretar a sequência discursiva (SD-28) “Chefe, sou gay” correlacionada à imagem fotográfica de pessoas que,



(Fig. 28 – Exame, abril de 2015).

³⁴ Ver anexo XXI.

em sua *performance*, mostram-se como representantes de um discurso de “revelação” identitária homossexual. Num primeiro momento, a imagem associada à (SD-28) da manchete de capa de *Exame* causa certo impacto aos olhos de quem a tenha visto. Segundo Cruz (2009), a imagem, ao lado da notícia, cria efeitos de sentido e opera na produção de verdades cristalizadas socialmente. Assim, em uma análise sobre o discurso da mídia acerca de uma dada temática, devem-se contemplar as diferentes linguagens que povoam os textos jornalísticos, seja a verbal seja a não verbal. A mídia imprime em sua materialidade textual e/ou imagética, determinados discursos que funcionam através de uma lógica estabilizada que ela institui pelos “efeitos de verdade”.

Os “efeitos de verdade” como “efeitos de real” veiculados pelo discurso midiático têm uma relação com o real construído discursivamente. O “espelho do real” equivale ao “efeito evidência” ou “efeito ilusório” do sujeito da AD, que no funcionamento do discurso tem a ilusão de ser a fonte de seu dizer. Assim, os sujeitos sociais, interpelados pela ideologia a que a mídia se filia, produzem discursos e sentidos de tal maneira que têm a impressão de que são a origem dos mesmos. Essa lógica estabilizadora dos discursos e sentidos veiculados pelos textos midiáticos é uma estratégia de poder, enquanto “estratégia de comunicação”³⁵ que a mídia utiliza para produzir suas “verdades” no imaginário social. Nesse sentido, Gregolin afirma

[...] como construtora de imagens simbólicas, a mídia participa ativamente, na sociedade atual, da construção do imaginário social, no interior do qual os indivíduos percebem-se em relação a si mesmos e em relação aos outros. (2003:97)

Assim, no entender da autora, o que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta. Assim sendo, podemos

³⁵ As estratégias de comunicação são aqui compreendidas como elementos simbólicos próprios da linguagem midiática utilizados nas produções jornalísticas. Assim sendo, Navarro (2010:86) explica que na produção das matérias jornalísticas, as citações, entrevistas, imagens fotográficas, depoimento de testemunhas, quadros e tabelas de porcentagens são sinais que remetem o leitor ao real – recursos utilizados pela imprensa para representar uma realidade apreensível e descritível são *efeitos de real*. Essa noção designa o conjunto de estratégias de que se valem os chamados discursos realistas para a construção de uma realidade.

dizer que a correlação entre a imagem da capa de *Exame* com a manchete “Chefe, sou *gay*” (SD-28), produz, no imaginário do público-leitor. Um efeito de sentido que institui a “revelação” *gay* como um “efeito de realidade”. Nesse sentido, pode-se dizer que a existência de homossexuais no ambiente empresarial é um fato de “realidade” onipresente aos anos 2000. Mesmo nesse período, a capa de *Exame* de abril de 2015, certamente, pode ter causado impacto, curiosidade, interesse, crítica, aprovação, negação, dentre outros efeitos de sentidos. Portanto, o discurso veiculado por *Exame*, em sua materialidade de capa, é um discurso que se dá no encontro entre a estrutura e o acontecimento. Assim, o discurso de *Exame* é um acontecimento discursivo. Segundo Charaudeau,

O acontecimento se encontra nesse “mundo a comentar” como surgimento de uma fenomenalidade que se impõe ao sujeito, em estado bruto, antes de sua captura perceptiva e interpretativa. Assim sendo, o acontecimento nunca é transmitido à instância da recepção em seu estado bruto; para a sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o interpreta num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível (2009: 95).

Pêcheux (2008), afirma que, no momento em que o discurso ocorre, em seu acontecimento, é que há a produção do sentido. Por meio da noção de discurso como acontecimento, Pêcheux (2008) nos diz que o sentido se estabelece na enunciação e não no enunciado, mesmo repetindo o discurso já dito, um novo valor pode ser agregado. O sentido de um discurso é sempre dado por sua relação com a historicidade, isto é, o sentido de um discurso se dá na relação entre o contexto social, econômico, político e ideológico em que se dá esse discurso, operando a linguagem como meio de representação.

Com efeito, o discurso como um acontecimento nos remete a fato de que todo dizer é um momento de irrupção histórica. Isto é, torna-se um fato histórico que tem existência linguística, embora o seu referente (o real) seja exterior ao discurso. Portanto, na imprensa, quando um texto jornalístico é produzido, ele terá a marca do autor, a marca da empresa na qual trabalha o jornalista e irá defender um discurso já dito. Esse discurso se atualiza por meio da memória. Assim, no momento de redizer, a criação discursiva acontece pela escolha das citações, dos verbos, muitas vezes ancorando o novo em algo já conhecido.

De certo modo, na mídia a escolha do que se diz está marcada histórica ideológica e estruturalmente, não sendo um ato de total liberdade, mas depende do repertório do autor e de sua inscrição social. Ao fomentar algumas ideias do senso comum, rechaça outras, deixando que os excluídos somente entrem em seu temário através de concessões. Desse modo, a revista *Exame*, como veículo de comunicação de massa, não usou, obviamente, a sequência discursiva “Chefe, sou gay” por um acaso. Uma manchete dessa natureza, em uma capa de revista como *Exame*, é algo que causa impacto aos olhos do grande público. Esse efeito de impactação faz do discurso veiculado por *Exame* um acontecimento discursivo. Segundo Silva,

[...] enquanto instituição social, cultural e linguística, a mídia digital constrói, através da linguagem, imagens de si mesma, de seu público e da relação que se estabelece entre esses participantes. Dentre os papéis exercidos pela mídia digital, percebo que, como formadora de opinião, ela não só interfere na construção de identidades, positiva ou não, como também contribui para criar e/ou reforçar certos tipos de preconceitos e para incluir ou excluir indivíduos de determinados grupos sociais (2008: 71).

Dito isto, podemos dizer que o discurso da mídia *online* é um discurso passível de interpretações. Certamente, podem-se evidenciar, no funcionamento do discurso de *Exame*, efeitos de sentidos diversos, que se revelam como “aceitabilidade”, “negação”, “crítica”, “preconceito”, dentre outros. Quando alguém diz “Chefe, sou gay” (SD-28), entende-se que esse alguém está fazendo uma “declaração” performativa sobre sua identidade sexual, logo, sua identidade de gênero, em seu ambiente de trabalho. Há, nessa “declaração”, um discurso de afirmação da identidade *gay* no mundo das empresas. O sujeito que “assume” sua identidade *gay* no ambiente de trabalho é aquele que ocupa a posição-sujeito que “rompe” com a formação discursiva heteronormativa.

Assim, o sujeito que “fala” no discurso de *Exame* é aquele que se inscreve num lugar sócio-histórico que lhe permite dizer sobre sexualidade, a partir de uma posição de ruptura de padrões e normas, idealizados, socialmente. O sujeito que “fala” no discurso de *Exame* é um sujeito que “assume” sua homossexualidade, mesmo sabendo que muitos a veem como uma sexualidade “desviante” e “anormal”.

O ato de “assumir-se” homossexual em seu ambiente de trabalho, não é apenas um ato de subversão à norma sexual, mas também é um ato de coragem. Desse modo, “assumir-se” *gay* deflagra um movimento de sentido que aponta um gesto de “subversão” à norma sexual socialmente aceita. Nesse sentido, o ato de “assumir” *gay* pode ser compreendido como um gesto performativo que institui a sexualidade não-heterossexual como sendo uma sexualidade “subversiva”. Nesses termos, o “assumir-se” *gay* no discurso de *Exame* é um ato performativo que institui a identidade *gay* como resultante do efeito de sentido “subversivo”.

Esse efeito de sentido opera em um discurso “inverso”, segundo Butler (2003). O discurso “inverso” se refere a um tipo de discurso que se constitui por atos performativos que se “subvertem” à heteronorma. No entanto, quando analisamos o discurso da imagem de *Exame* percebemos que esse discurso da revista não é, assim, tão subversivo como achamos ser. Ao analisarmos a imagem de *Exame*, notamos que seu discurso aponta para uma representação dos sujeitos não-heterossexuais como sendo, compulsoriamente, heterossexuais.

Além de heterossexuais, os sujeitos representados na imagem de *Exame*, constituem-se de outras categorias identitárias instituídas pelo discurso hegemônico, tais quais ser “branco”, pertencer a uma “classe social mais favorecida” e adotar um “modo de ser e de viver heteronormativo”. Vejamos que os sujeitos representados no discurso de *Exame* são “brancos”, parecem pertencer a uma “classe social mais favorecida” e aparentam ser “heterossexuais” pela forma de “vestir-se”, de “portar-se”. Com base nisso, podemos dizer que há, no funcionamento discursivo de *Exame*, um discurso sobre a afirmação da identidade *gay* atravessado por um discurso que o “subverte”. Um atravessamento dado pela convergência entre um discurso heteronormativo (materializado na imagem) e um discurso *queer* (materializado na textualidade “Chefe, sou *gay*”).

Com efeito, podemos dizer que, embora haja certa “contradição” entre os dois discursos de *Exame* (o da imagem de capa e o da sequência discursiva da manchete de capa), essa contradição se “oculta” por meio do efeito “harmonização”. O efeito “harmonização” se dá no processo de associação, o “efeito evidência” entre os dois discursos, tal qual um “efeito de realidade”. O “efeito evidência” promove a identificação do público, que consome *Exame*, com o discurso heteronormativo da revista, que supomos, ser, em sua maioria, heterossexual.

Percebemos, também, que há no discurso de afirmação da identidade sexual de *Exame* a retomada de outro discurso, o discurso religioso. Nesse sentido, Orlandi (1987:26) afirma que “todo discurso nasce de outro discurso”. Tal afirmação nos faz pensar que o discurso que a mídia veicula em suas matérias jornalísticas sobre a homossexualidade não é um discurso “inédito”, “original” no sentido literal dos termos. E, sim, um discurso que se constitui por meio da retomada de outros discursos já-ditos e institucionalizados, em algum lugar e momento da história.

Dessa forma, evidencia-se o ato performativo em torno da discursividade “Chefe, sou gay” como um ato de “confissão” empreendido no discurso da moral católica. Por esse viés, o “assumir-se” gay ao chefe pode evidenciar um sujeito que realiza uma confissão a alguém que lhe é superior, em um dado ambiente de trabalho. Sob a ótica, o “assumir-se” gay evoca um “lugar” de subserviência de alguém que “assume” sua identidade em relação àquele que “ouve” essa assunção. Em outros termos, o sujeito que “confessa” sua sexualidade o faz de modo a permitir que seu interlocutor possa julgá-lo acerca de sua identidade sexual.

Esse interlocutor ou “ouvinte” da confissão vê a homossexualidade de quem a confessa como uma prática “pecaminosa”. Assim, o interlocutor passa a ter o poder de julgar essa prática sexual, tal qual uma prática “pecaminosa”. Dessa forma, o interlocutor passa a exercer certo poder sobre a pessoa “confessante”. O exercício de poder do interlocutor se dá por meio do “julgamento” da prática sexual do confessante. Nesses termos, o interlocutor passa a julgar a “atividade” sexual do sujeito “confessante” com vista a instituí-la como um “castigo” divino ou uma “redenção”. Como “castigo” divino, a homossexualidade confessada deve ser “eliminada”, logo, o sujeito que a confessa deve ser “eliminado”, “demitido”. Como “redenção”, a homossexualidade confessada deve ser “endireitada”, logo, o sujeito que a confessa deve se comportar, o máximo possível, como um heterossexual. Com efeito, passa-se a exigir do sujeito “confessante” uma postura mais heteronormativa, quer dizer, uma postura menos *queer*.

4.4. O “armário” no discurso da mídia *online* brasileira: uma discussão queer.

O discurso serve para comunicar e para não-comunicar, pois é a um só tempo, um objeto simbólico e político. Simbólico no sentido de que não é uma etiqueta que representa um determinado objeto cuja ordenação, categorização, interpretação preexiste à significação e político no sentido de que é uma luta de poder, “afrontamento, relação de força, situação estratégica”.

(Baronas, 2003).

Essa citação de Baronas (2003) foi bem posta aqui quando nos propomos a fazer uma discussão sobre a mídia enquanto lugar onde se opera o gesto de interpretação. Segundo Orlandi (2007b: 16), “a mídia é um lugar da interpretação”, visto que é, também, um lugar de construção das práticas discursivas. Assim, o discurso da mídia é o lugar que nos possibilita compreender como se dão os efeitos de sentido sobre o que ela noticia, enquanto acontecimento discursivo, em sua materialidade jornalística. Diante disso, Gregolin afirma

A análise do discurso (AD) é um campo de estudo que oferece ferramentas conceituais para a análise dos acontecimentos discursivos, na medida em que toma como objeto de estudos a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade de linguagem e estão inseridos na história. Por isso, os campos da AD e dos estudos de mídia podem estabelecer um diálogo extremamente rico, a fim de compreender o papel dos discursos na produção das identidades sociais (2007: 13, grifo da autora).

Dito isto, a autora, com base em Foucault (2009b), define o discurso como uma prática social, historicamente determinada, que constitui os sujeitos e os objetos. E, em seguida, ela nos propõe pensar “a mídia como prática discursiva, produto de linguagem e processo histórico” (GREGOLIN, 2007:13). A partir disso, compreendemos que analisar o discurso da mídia, sob o viés da AD, é analisar o seu funcionamento. A análise do funcionamento discursivo se realiza na percepção

da constituição dos sentidos que são evidenciados em tal funcionamento. Na visão de Orlandi (2007b), a questão do sentido está intrinsecamente associada à questão da interpretação. Para Orlandi (2007b: 21) “não há sentido sem interpretação”, ou conforme ela postula

A relação com o simbólico [...] é uma relação com a interpretação. Ela está na base da própria constituição dos sentidos, já que, diante de qualquer objeto simbólico, o sujeito é instado a interpretar (a dar sentido) determinado pela história, pela natureza do fato simbólico, pela língua (2007b: 133).

Dito isso, Orlandi (2007b: 16) nos acrescenta “a mídia é um lugar da interpretação e que funciona pelo ibope, que rege o predomínio da audiência”. No entanto, a autora nos diz que “a mídia rege a interpretação para imobilizá-la” (ORLANDI, 2007b: 16). Nesse sentido, Orlandi comenta

Ao mesmo tempo em que a mídia produz esse esvaziamento pela estabilização dos percursos, por essa imobilização (censura) pelo ibope, nela o político não tem lugar próprio. Há, atualmente, um silenciamento do discurso político, que desliza para o discurso empresarial, neoliberal, em que tudo é igual a tudo (o político, o jurídico, o empresarial) (2007b: 16, grifos da autora).

Assim, compreende-se que mesmo que a mídia tente estabilizar, cristalizar, imobilizar os sentidos de uma dada materialidade de linguagem que ela produz e veicula na vida social, sempre há algo que lhe escapa no jogo de sentidos. É exatamente aquilo que escapa, que falha, que desliza, que produz diferentes formas de significar, quer dizer, que produz diferentes gestos de interpretação. No entender de Gregolin (2007) a mídia, na atualidade, é o principal elemento discursivo em que a sociedade constrói uma história ficcional como sendo real.

Nesse sentido, a mídia constrói a história do presente, por meio de textos verbais e não verbais, levando em consideração o papel de mediação realizado entre os leitores e a realidade. Essa mediação se constitui por valores, crenças, ideologias e sentidos que incidem, cotidianamente, no imaginário do público leitor. A mídia produz discursos sobre a sexualidade a partir de uma ordem discursiva que

institui a heterossexualidade como referência. Com efeito, a mídia produz discursos de acordo com a ordem discursiva heteronormativa.

Uma análise do discurso, pois, vai perguntar-se por aquilo que um texto silenciou e por que o fez. A análise discursiva se interessa pela ordem ideológica, a qual não só organiza a hierarquia dos lugares sociais de fala, mas também, institui o que deve ou pode ser “dito” em uma determinada formação social. É por meio de sua ordem discursiva que a mídia constrói “realidades”, sentidos e identidades. É por essa ordem que a mídia “fala” sobre os sujeitos “sexuados” em suas materialidades. Portanto, é por meio da AD que se é possível analisar o discurso da mídia sobre os sujeitos de sexualidades não-heterossexuais.

Ao representar esses sujeitos, a mídia constrói, projeta e estabiliza suas identidades sociais, sobretudo suas identidades sexuais e as de gênero, a partir de sentidos que as instituem como identidades “essencializadas”. Essas identidades se constituem de acordo com a lógica binária estabelecida na relação sexo/gênero. Apesar disso, a análise discursiva nos possibilita entrever, no funcionamento do discurso da mídia, sentidos “outros” que revelam as identidades culturais como sendo “outras”, as quais se dão fora da lógica binária sexo/gênero. Esses sentidos podem ser considerados como *queer*, uma vez que vai de encontro aos sentidos logicamente estabilizados no discurso midiático.

Assim, a AD é o lugar teórico em que se torna possível realizar a análise discursiva sobre a temática em torno da “saída ou não do armário”. Segundo Sedgwick (2007: 27), o “armário epistemológico” é um lugar onde se dá o movimento metafórico preconizado pela “saída” ou pela “entrada ou permanência” do/no armário. Os movimentos efetuados em torno do “armário” são movimentos que efetivam o seu efeito metafórico no discurso onde é empregado. De acordo com Pêcheux (1969), o efeito metafórico é produzido por uma substituição contextual e histórica, que produz um deslizamento de sentido entre palavras e expressões. Em outras palavras Pêcheux (1969) nos diz que o “efeito metafórico” é um fenômeno semântico, característico das línguas naturais, que nos mostra como os sentidos se constituem no funcionamento do discurso pelo deslizamento. Na compreensão de Orlandi (2010:27), “o deslize é próprio da ordem simbólica”. Isto é, o deslize, segundo a autora, “é o lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade”. Desse modo, podemos dizer que o efeito metafórico se revela em torno das imagens que

são produzidas em torno dos movimentos efetuados do/no “armário”. Na opinião de Sedgwick,

A imagem do assumir-se confronta regularmente a imagem do armário, e sua posição pública sem ambivalência pode ser contraposta como uma certeza epistemológica salvadora contra privacidade equívoca oferecida pelo armário: “ Se cada pessoa gay que assumisse para sua família”, continua o mesmo artigo, “cem milhões de americanos poderiam ser trazidos para o nosso lado. [...] Pensadores gays do século XX, como veremos, nunca foram cegos para as danosas contradições dessa metáfora comprometida do dentro e fora do armário da privacidade (2007: 27).

O “armário” é um “lugar” onde os sujeitos de sexualidades dissidentes se subjetivam e constroem suas identidades de gênero LGBT. A expressão “sair do armário” refere-se ao momento em que alguém sai da dimensão privado e se subjetiva num “lugar” da dimensão pública para visibilizar sua sexualidade não-heterossexual. A “saída do armário” (ou *coming out*) é um gesto performático-discursivo que representa o momento em que determinada pessoa resolve “revelar” ou “assumir”, publicamente, sua sexualidade não heterossexual.

Desse jeito, o “estar ou ficar dentro do armário” (ou *in closed*) é um gesto performático-discursivo que representa a “preferência” de alguém em manter sua sexualidade não-heterossexual em segredo. A nosso ver, a “saída ou não do armário” é o mesmo que “ocupar” certo lugar, no interdiscurso, para poder “assumir-se” ou não como sujeito de uma sexualidade dissidente. Segundo Sedgwick (2007:21), o reino do segredo revelado tem despertado o interesse do público em gera, justamente porque visibiliza “o amor que é famoso por não ousar dizer o seu nome”.

5. SEÇÃO V – ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA.

Esta pesquisa visa analisar os aspectos do funcionamento discursivo da mídia online brasileira sobre a temática “a saída ou não do armário”, enquanto acontecimento discursivo. Além disso, esta pesquisa visa, também, compreender como se dá a constituição identitária dos sujeitos LGBT que se discursivizam, na materialidade textual midiática, para visibilizar suas sexualidades não normativas. Para tanto, precisamos empreender um percurso metodológico que viabilize o alcance dos objetivos aqui propostos. Assim, nesta seção, tecemos algumas considerações fundamentais sobre a metodologia que norteia o desenvolvimento deste trabalho em analisar o discurso da mídia *online* brasileira, na contemporaneidade. Inicialmente, tecemos algumas considerações sobre a pesquisa qualitativa e seu elo com a Análise do Discurso pechetiana. Como esses dois campos epistemológicos se ocupam da interpretação, logicamente, abordamos, na subseção seguinte, sobre o dispositivo da interpretação, postulado por Orlandi (2009 b). Em seguida, comentamos sobre as etapas de coleta e de seleção de dados.

A subseção seguinte trata da constituição de nosso *corpus* analítico, composto por oitenta sequências discursivas, recortadas do interior de dez matérias jornalísticas, coletadas e selecionadas, na etapa anterior. Por conseguinte, comentaremos sobre o agrupamento e a organização das sequências discursivas realizadas de acordo com as formações discursivas e, por conseguinte, de acordo com os trajetos temáticos. É na etapa de organização que observamos as regularidades dos discursos pertencentes ao campo interdiscursivo da mídia sobre a temática em torno da “saída ou não do armário”. Depois disso, faremos uma distribuição relacional das (SD) em quatro trajetos temáticos: o primeiro sobre a “saída do armário” como uma ação positivadora, favorável aos sujeitos LGBT, e o segundo sobre a “saída do armário” como uma ação negativadora, desfavorável aos sujeitos LGBT; a terceira refere-se à “entrada ou permanência no armário” como uma ação positivadora, favorável aos sujeitos LGBT, e a quarta, refere-se à “entrada ou permanência no armário” como uma ação negativadora, desfavorável aos

sujeitos LGBT. Terminamos a seção, fazendo uma discussão analítica preliminar sobre os dois agrupamentos das (SD) pertencentes ao *corpus* analítico.

5.1. A Pesquisa Qualitativa e a AD.

Essa pesquisa estrutura-se na metodologia qualitativa. Essa metodologia não trabalha, sobretudo, com dados numéricos, estatísticos, e, sim, com dados construídos na relação dinâmica entre o mundo real e o mundo das representações. A metodologia que trata seus dados analíticos a partir do método indutivo baseado no processo de interpretação. Desse modo, a interpretação e a atribuição de seus significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. A interpretação de dados de um objeto da pesquisa qualitativa se dá pelo método indutivo utilizado por pesquisadores qualitativos, sobretudo pelos linguistas.

Segundo Bauer e Gaskell (2002:47), “os linguistas que lidam com *corpus* são, em sua maioria, indutivistas”. Na compreensão dos autores, a pesquisa qualitativa “é intrinsecamente uma forma de pesquisa mais crítica e potencialmente emancipatória por se constituir de técnicas de compreensão sobre um determinado fenômeno social” (BAUER e Gaskell, 2002:32). Por esse viés, podemos afirmar que a análise discursiva sobre as sexualidades e as identidades de gênero é um processo que se dá em um movimento interpretativo uníssono metodológico entre os procedimentos da pesquisa qualitativa com os da AD. Nesse sentido, desde já, deixamos claro que é a AD pechetiana a base teórica que norteia o desenvolvimento desta pesquisa que, como se interessa pela interpretação, dialoga diretamente com a metodologia qualitativa que também se interessa pela interpretação dos dados. Orlandi (2010:24) nos diz que a interpretação ocorre em duas instâncias: primeiro como parte da atividade do analista; e, segundo, enquanto parte da atividade do sujeito. Sobre isso, Orlandi nos diz:

Enquanto parte da atividade do analista devemos dizer que a análise de discurso dá um estatuto diferente do que a hermenêutica dá à interpretação. Na análise de discurso há um batimento entre descrição e interpretação. Na análise de discurso, a linguagem não é transparente, e interpretar não é atribuir sentido, mas expor-se à opacidade do texto, ou seja, é explicitar como um objeto simbólico produz sentidos. Se atentarmos para o modo de existência da interpretação no sujeito podemos dizer que a interpretação é uma injunção. Em face de qualquer objeto simbólico o sujeito é instado a interpretar, pois ele se encontra na necessidade de “dar” sentido. O que é dar sentido? Para o sujeito que fala, é construir sítios de significação, é tornar possíveis gestos de interpretação. (2010:24, grifos da autora)

Diante disso, podemos dizer que o nosso trabalho, baseado na AD, visa mostrar como um objeto simbólico, tal qual o discurso da mídia sobre a homossexualidade, produz sentidos, produz gestos de interpretação. Para tanto, situamos o texto (as matérias jornalísticas), o objeto simbólico no qual o discurso se materializa para produzir sentidos e evidenciar os gestos de interpretação sobre a homossexualidade. De acordo com Orlandi (2007b: 83), “o trabalho do analista é, em grande medida, situar (compreender) – e não refletir – o gesto de interpretação do sujeito e expor seus efeitos de sentido”. Para Orlandi,

a análise de discurso aponta, pois, para novas formas de ler, para outros gestos de leitura, outra escuta, sustentada por dispositivos teóricos e analíticos que nos permitem não apenas nos reconhecermos no que lemos (ou ouvimos) mas que conheçamos o modo como os sentidos estão sendo produzidos e as posições sujeito se constituindo na relação do simbólico com o político (2010:28).

Assim, em termos metodológicos, podemos dizer, segundo Orlandi (2010: 25), que “a análise de discurso leva em conta a tomada em consideração da materialidade do texto e a construção de dispositivos de interpretação”. Essa assertiva é importante porque nos deixa claro que é o discurso e não o texto, a unidade de análise da AD. O texto para AD é “uma superfície discursiva, uma manifestação aqui e agora de um processo discursivo específico” (MUSSALIN; BENTES, 2005:364). No entender de Orlandi,

O texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele faz parte. O que ele faz diante de um texto? Ele o remete imediatamente a um discurso que, por sua vez, se explicita em suas regularidades pela referência a uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura (2007a: 63).

Nessa perspectiva, a AD procura ver o texto em sua discursividade, isto é, como um texto produz sentidos a partir de seu funcionamento. Para tanto, é preciso “compreender como o texto se constitui em discurso e como este pode ser compreendido em função das formações discursivas que se constituem em função da formação ideológica que as determina” (ORLANDI, 2010:16). Orlandi (2010) nos propõe pensar o texto em seu funcionamento, isto é, propõe-nos pensá-lo a partir de condições de produção. Desse modo, faz-se necessário pensar o texto em sua discursividade, ou seja, em sua historicidade.

De acordo com Orlandi (2007a: 77), os procedimentos da AD têm a noção de funcionamento como central, levando o analista a compreendê-lo pela observação dos processos e mecanismos de constituição dos sentidos e de sujeitos, lançando mão da paráfrase e da metáfora. Desse modo, o procedimento de análise, baseado no dispositivo de interpretação, tem em vista remeter os textos ao discurso, esclarecendo a relação desses textos com as formações discursivas e, por sua vez, a relação dessas formações discursivas com a ideologia. Orlandi, explica

Em um primeiro passo da análise, o analista toma o material bruto linguístico como tal (o *corpus*, os textos) e por um primeiro lance de análise ele procederá à de-superficialização desse material, sua de-sintagmatização. Obterá assim o que chamamos o objeto discursivo. O objeto discursivo corresponde ao material analisado, mas já resulta de um passo da análise. Nele já começamos a pressentir o desenho das formações discursivas que presidem a organização do material. Em um segundo passo da análise agora o analista trabalha o objeto discursivo procurando determinar que relação este estabelece com as formações ideológicas. Chegamos assim ao processo discursivo. Passamos, pois, do material bruto de análise ao objeto discursivo e deste ao processo discursivo. Quando conhecemos o processo discursivo podemos dispensar o material de análise inicial, pois estaremos de posse do funcionamento discursivo que pode ser generalizado para outros conjuntos de materiais, outros textos. (2010:16-17)

Essa citação nos mostra o percurso metodológico que devemos nos basear para desenvolver o nosso trabalho acerca da análise do funcionamento do discurso da mídia sobre a homossexualidade. O processo de análise, conforme nos diz Orlandi (2007a: 64), é “um processo que começa pelo estabelecimento do *corpus*, pela organização do material de análise face à sua natureza e pela pergunta (ponto de vista) que o organiza”. A mídia enquanto veículo de comunicação trabalha com uma linguagem estrategicamente elaborada, organizada e selecionada. Essa linguagem produz seus discursos que visam representar a realidade e o pensamento da sociedade contemporânea, no entremeio do real da língua e o real da história. Portanto, a mídia enquanto espaço discursivo legitima determinados discursos por meio de seus textos e/ou imagens de maneira que os sujeitos sociais os apreendem e os interpretam de forma realística. Nesse sentido, Orlandi (2007a) nos atenta para a necessidade de que a teoria intervenha, a todo o momento, para “reger” a relação do analista com o seu objeto, o discurso, e observe o seu funcionamento. Para tanto, o analista precisa construir o seu dispositivo de interpretação.

5.2. O Dispositivo de Interpretação.

A Análise de discurso é uma disciplina que se ocupa dos gestos de leitura e dos gestos de interpretação que se manifestam na tessitura textual. Portanto, a AD se propõe compreender como um texto funciona, ou seja, como ele produz sentido. Para Orlandi (2008:23), “o objetivo da análise de discurso é descrever o funcionamento do texto”. Com efeito, o trabalho do analista consiste em “mostrar os mecanismos dos processos de significação que presidem a textualização da discursividade” (ORLANDI, 2008:28). Para tanto, a autora nos apresenta a noção de dispositivo de interpretação, um tipo de escuta discursiva. No entender de Orlandi,

o dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras (2007a:59).

Segundo Orlandi (2010: 26), “os dispositivos são de dois tipos: dispositivo teórico da interpretação e dispositivo analítico da interpretação”. Em relação a esses dois dispositivos, Orlandi explica:

O dispositivo teórico é constituído pelas noções e conceitos que constituem os princípios da análise de discurso: a noção de discurso como efeito de sentidos, a noção de formação discursiva, a de formação ideológica, o interdiscurso etc. dispositivo teórico vai determinar o dispositivo analítico. Ele orienta o analista em como observar o funcionamento discursivo. É o dispositivo teórico que faz o deslocamento de uma leitura tradicional para uma leitura que chamamos sintomática: a que se estabelece uma escuta que coloca em relação o dizer com outros dizeres e com aquilo que ele não é, mas poderia ser. Já o dispositivo analítico da interpretação é o dispositivo que cada analista constrói em cada análise específica. Determinado pelo dispositivo teórico, o dispositivo analítico por sua vez vai depender da questão do analista, da natureza do material analisado, do objeto do analista e da região teórica em que se inscreve o analista (linguística, história, antropologia, literatura etc.) (2010:26).

Assim, nosso dispositivo de interpretação é constituído por dois dispositivos: o teórico, circunscrito pela AD, objetivando mediar o movimento entre a descrição e a interpretação, por meio dos princípios e procedimentos da AD, seus conceitos e métodos, levando-se em conta a questão da significação e da ideologia; e o analítico, constituído por elementos teóricos referentes às questões sobre sexualidades e gêneros. Para realizarmos as análises aqui pretendidas, precisamos, antes de tudo, abordarmos sobre o nosso *corpus* analítico. Portanto, de agora em diante, apresentamos as etapas de constituição e de organização do *corpus* analítico.

5.3. Seleção e coleta de dados da pesquisa.

Na visão de Martin (2003:17), “a primeira tarefa do linguista é observar e descrever: como seu estudo incide sobre um objeto do mundo que preexiste à sua investigação, este objeto se presta, por natureza, a um tratamento empírico”. Portanto, o ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados e o pesquisador

é o instrumento-chave. No entender de Bauer e Gaskell (2002:20), “a pesquisa social apoia-se em dados sociais – dados sobre o mundo social – que são resultado, e são construídos nos processos de comunicação”. Para os autores, “há dois modos de dados sociais: comunicação informal e comunicação formal”. Em nosso caso, os nossos dados sociais são as matérias jornalísticas, provenientes da mídia eletrônica (internet), publicadas nos anos 2000 aos anos 2016. De fato, esses dados ou registros são provenientes da comunicação formal. Em relação aos dados, Bauer e Gaskell nos diz

Os dados formais reconstróem as maneiras pelas quais a realidade social é representada por um grupo social. Um jornalista representa até certo ponto o mundo para um grupo de pessoas, caso contrário elas não o comprariam. Nesse contexto, o jornal se torna um indicador dessa visão de mundo. O mesmo pode ser verdade para desenhos que as pessoas consideram interessantes e desejáveis, ou para uma música que é apreciada como agradável. O que uma pessoa lê, olha, ou escuta, coloca esta pessoa em determinada categoria, e pode indicar o que a pessoa pode fazer no futuro. Categorizar o presente e, às vezes, prever futuras trajetórias é o objetivo de toda pesquisa social (2002: 22).

Assim, os dados iniciais de nossa pesquisa foram coletados no processo de seleção em que escolhemos matérias jornalísticas que versam sobre a temática em torno da “saída ou não do armário”, como acontecimento discursivo da mídia *online*. *A priori*, coletamos as matérias jornalísticas sobre a “saída ou não do armário” publicadas em diferentes décadas do século XXI. A nosso ver, a mídia *online* brasileira contemporânea é um *lócus* bastante fértil para encontrarmos as matérias jornalísticas sobre a temática em torno do “armário”. Antes do processo de coleta de dados, fizemos uma pesquisa para saber como iríamos encontrar as matérias jornalísticas de que precisávamos.

A mídia *online* foi eleita como um lugar mais viável para obter as matérias jornalísticas de que precisávamos, tanto em termos de quantidade quanto de qualidade das matérias jornalísticas, tendo em vista suas fontes de origem. Na mídia online brasileira encontramos textos jornalísticos contemporâneos sobre a temática “a saída ou não do armário”. São esses textos que tornam viável a análise dos aspectos do funcionamento discursivo midiático sobre a temática da “saída ou não do armário”. No momento em que partimos para a coleta e seleção de dados,

percebemos que a temática a "saída ou não do armário" estava atravessada por outros discursos, no mesmo capô discursivo midiático. Para Maingueneau,

É no interior do campo discursivo que se constitui um discurso e fazemos a hipótese de que essa constituição pode deixa-se descrever em termos de operações regulares sobre formações discursivas existentes. O que não significa, entretanto, que um discurso se constitua da mesma forma com *todos* os discursos desse campo; e isso em razão de sua evidente heterogeneidade: uma hierarquia instável opõe discursos dominantes e dominados e eles não se situam todos necessariamente no mesmo plano. Não é possível, pois, determinar *a priori* as modalidades das relações entre as diversas formações discursivas de um campo. (2005: 36, grifos do autor).

Desta feita, o autor nos propõe pensar em espaços discursivos ou "subconjuntos de formações discursivas" que funcionam no interior de determinado campo discursivo, os quais o analista julga relevantes em seu propósito de análise (MAINGUENEAU, 2005:37). Por esse viés, compreendemos dentro da temática da "saída ou não do armário" há subtemas que circunscrevem os espaços discursivos constitutivos do campo discursivo da mídia *online* brasileira o campo discursivo da mídia sobre a temática proposta. Assim, a partir dessas considerações, coletamos e selecionamos 10 matérias jornalísticas, a saber:

QUADRO 1 – TEXTOS JORNALÍSTICOS SELECIONADOS E COLETADOS		
TEXTO Nº	DATA	MANCHETES – TÍTULOS
T1	04/ 2015	"Devo assumir que sou gay no ambiente de Trabalho?";
T2	13/02/2018	"Ator da Globo assume ser gay publicamente: 'estava maltratado, humilhado'";
T3	10/04/ 2013	"Gays enfrentam dilema para sair do armário em Brasil 'polarizado'";
T4	16/10/2015	"Cresce no número de gays que usam o Facebook para 'sair do armário'";
T5	Em 2018	"Bisavô sai do armário aos 95 anos: 'Eu nasci gay e fui gay a vida inteira'";
T6	19/01/2018	"Ricky Martin revela porque decidiu sair do armário e assumir a sua sexualidade";

T7	16/04/2019	“Soldado que denunciou homofobia em batalhão é expulso da corporação”;
T8	07/06/2019	“O caminho de Ludmilla para sair do armário”;
T9	16/12/2016	“‘Macho, discreto e fora do meio’: o preconceito dentro do armário”;
T10	30/04/2018	“O jogador que pagou caro por sair do armário”;

Acreditamos que essa diversidade temática encontrada nos textos da mídia *online* sobre as sexualidades não-heterossexuais. De certa forma a diversidade de textos encontrada no campo discursivo da mídia *online* brasileira nos possibilita realizar uma análise discursiva de forma mais rica e mais significativa. Isso decorre do fato de que as diferentes formas em que um texto se textualiza e se discursiviza nos permite lançar um olhar à história e aos saberes constituídos em uma dada época. A historicidade presente em textos que possuem textualidade, isto é, textos que se constituem na relação da língua com a história, possibilita-nos compreender sobre os diversos saberes que são postos em circulação, em condições dadas. Ao nos propor lançar um olhar sobre a história, Foucault (2009b) nos propõe olhar de modo especial para o sujeito.

Na concepção do autor, o sujeito é definido em torno de posições-sujeitos. São essas posições que nos revelam a partir de qual lugar discursivo o sujeito se filia para “dizer” sobre algo sob um ponto de vista e não de outro. É observando sobre as inscrições dos sujeitos a determinadas formações discursivas, com base em suas posições-sujeitos, que podemos observar entrever não somente sobre suas informações históricas, mas também, sobre seu conjunto de filiações em diferentes formações discursivas. O conjunto de filiações se dá por meio da percepção de regularidades (certa ordem, correlações, recorrências, posicionamentos, funcionamentos) presentes em diferentes formações discursivas.

Ao se constituir como sujeito de seu dizer, a partir das regularidades que a ele se agregam e se filiam em diferentes formações discursivas que esses sujeitos passam a ser vistos, interpretado e falado em diferentes formas. Foucault (2009b: 43) entende a regularidade como “uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas”. Embora

estejamos expostos a uma dispersão de sequências discursivas, oriundas de diferentes materialidades textuais, é possível encontrar suas regularidades a partir da presença do armário como lugar do mesmo e do diferente, do que se repete e do que se diferencia, do que desliza, do que desloca, do equívoco, enfim, um lugar das discursividades, da produção de sentidos e dos diferentes gestos de interpretação. Segundo Maingueneau (2005:27), “a interpretação forte exige mais, já que coloca o interdiscurso como o espaço de regularidade pertinente, do qual diversos discursos são apenas componentes”.

5.4. O *Corpus* Analítico

Para Bauer e Gaskell (2002:39), “toda pesquisa social empírica seleciona evidência para argumentar e necessita justificar a seleção que é a base de investigação, descrição, demonstração, prova ou refutação de uma afirmação específica”. No entender dos autores,

A orientação mais elaborada para selecionar a evidência nas ciências sociais, além da amostragem estatística aleatória. (que não nos interessa por razões teóricas que caracterizam a pesquisa qualitativa pelo não uso de métodos e técnicas estatísticas), é a “construção de um *corpus*”, como um princípio alternativo de coleta de dados. (2002:39).

Na visão de Bauer e Gaskell (2002:40), “a construção de um *corpus*³⁶ e a amostragem representativa são funcionalmente equivalentes, embora sejam estruturalmente diferentes”. De certo modo, os autores defendem que a construção do *corpus* é a mais indicada para as pesquisas sociais qualitativas, desenvolvidas no campo da Linguística. Mais adiante, Bauer e Gaskell (2002:45) nos diz que os *corpora*, no sentido linguístico, “são coleções de dados de linguagem que servem

³⁶ Segundo Bauer e Gaskell (2002:44), nos afirma que a palavra *corpus* (latim; plural *corpora*) significa simplesmente corpo. Nas ciências históricas, ela se refere a uma coleção de textos. Pode ser definida como “um corpo de uma coleção completa de escritos ou coisas parecidas; o conjunto completo de literatura sobre algum assunto de vários trabalhos da mesma natureza, coletados e organizados”

para vários tipos de pesquisa, os quais [...] uma vez construídos podem ser usados como banco de dados para pesquisa linguística”. Nessa mesma discussão, Martin nos diz

A escolha do *corpus* nunca é indiferente. Ela depende do fato a se estudar: se a descrição incide sobre o vocabulário de informática, o resultado não será o mesmo se o *corpus* escolhido for um conjunto de textos técnicos ou então obras de divulgação ou somente a imprensa diária. Para ser utilizável, um *corpus* tem de ser “representativo” – representativo, por exemplo, da língua dos técnicos de informática, ou representativo do público, cada vez mais amplo, dos usuários da informática (2003:23, grifos do autor).

Desse modo, temos um *corpus* constituído por uma materialidade discursiva (as matérias jornalísticas da mídia eletrônica), já que temos o discurso da mídia sobre a homossexualidade como o objeto de investigação de nossa pesquisa. Portanto, temos um *corpus* discursivo. A esse respeito, Courtine (2009:32) nos esclarece que o *corpus* discursivo não deve ser compreendido como um conjunto fechado de sequências discursivas estruturadas conforme um plano definido, mas como um campo aberto de articulações, cuja construção só será concluída no final da análise.

Assim, para a constituição do nosso *corpus* representativo, buscamos por semelhanças e diferenças, isto é, por paráfrases e polissemias, considerando os efeitos discursivos implicados, a fim de identificarmos as formações discursivas. Apenas uma parte das sequências discursivas, recortadas do interior das matérias jornalísticas, é submetida à análise discursiva. Isto porque a AD não se ocupa da totalidade de sequências discursivas, o que não significa dizer que o que ficou de fora das análises não seja relevante.

Apenas que são as perguntas, os objetivos e o objeto do discurso que norteiam e delimitam o recorte para análise. Como a amostra representativa não exige quantificação dos dados para comprovação dos fatos houve um processo gradual de seleção dos dados que não almejou a exaustividade horizontal (referente à extensão dos dados), e sim, a exaustividade vertical (referente à profundidade dos fatos, à relação dos objetivos da análise e à sua temática).

Da coleta e da seleção de dados, os quais se constituem de dez textos jornalísticos que serão submetidos à análise, partimos para a etapa de constituição de nosso *corpus* de investigação. Para isso, selecionamos como corpus diferentes sequências discursivas (SD) que circulam na dispersão dos textos jornalísticos, coletados e selecionados. Para tanto, buscamos, na mídia *online* brasileira, as matérias jornalísticas que versam sobre a temática “a saída ou não do armário”. Escolhemos 10 matérias jornalísticas publicadas em diferentes décadas do século XXI. Esse período representa um recorte sincrônico para descrever e analisar o tema “a saída ou não do armário” no discurso midiático materializado em dezesseis textos jornalísticos, publicadas nos anos 2000. A delimitação desse corte sincrônico do período de publicação dos textos jornalísticos confere-nos em um trabalho mais detalhado e significativo das análises aqui pretendidas. Num primeiro momento, as nossas análises se centram em investigar sobre os aspectos do funcionamento discursivo midiático sobre a “saída ou não do armário” nos textos jornalísticos selecionados.

Uma noção importante a ser frisada é a noção discursiva de recorte. Definidos por Orlandi (1987: 63) como “fragmentos correlacionados de linguagem e situação”, os recortes resultam numa montagem de sequências discursivas estabelecidas e organizadas pelo analista, cujo parâmetro não é o signo, mas uma cadeia significativa. Dessa forma, decidir o que faria parte do *corpus* foi decidir também sobre suas propriedades discursivas e sobre o funcionamento dos discursos em foco e como estes (discursos) produzem efeitos de sentidos. Teve-se o cuidado de, no recorte, não deturpar nem a estrutura linguística nem a linearidade construída pelo sujeito no “fio do discurso” (PÊCHEUX, 1997a); um recorte aleatório poderia causar algum tipo de estranhamento entre o que o sujeito, em sua posição discursiva, materializou linguisticamente e o que o analista recortou, sob o risco de comprometer ou induzir o resultado da análise. Desta feita, o nosso *corpus* discursivo de referência é 80 por sequências discursivas, recortadas no interior das 10 textos jornalísticos, provenientes da mídia *online* brasileira contemporânea, saber:

QUADRO 2 – SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS DO CORPUS ANALÍTICO	
TEXTO Nº	SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS
T1	<p>(SD-29): “Para profissionais homossexuais, assumir sua identidade no trabalho nunca foi fácil, mas, nos últimos anos, alguns avanços sociais amenizaram o dilema. Em primeiro lugar, a união estável homoafetiva virou uma realidade no Brasil”;</p> <p>(SD-30): “‘O cenário melhorou muito nos últimos dez anos, mas não significa que todas as organizações tenham programas de diversidade’, diz o psicólogo Klecius Borges, de São Paulo, que deixou 11 anos a vida corporativa para montar uma clínica de terapia para homossexuais e seus familiares”;</p> <p>(SD-31): “‘Dentro do mesmo ambiente começaram a conviver pessoas de lugares diferentes, com outras línguas, culturas e comportamentos’, diz Borges”.</p> <p>(SD-32): “O dinheiro também motiva a criação de políticas de promoção da diversidade. A população homossexual brasileira é estimada em 18 milhões de pessoas, maior que toda a população do Chile, e gasta até 30% mais do que os heterossexuais, segundo a consultoria <i>InSearch</i>, de São Paulo”;</p> <p>(SD-33): “Ou seja, é um excelente público consumidor. Para falar com essa audiência é preciso ter profissionais que atendam as necessidades e as aspirações desse público”;</p> <p>(SD-34): “Apesar das boas intenções das organizações, a discriminação não desapareceu. De acordo com uma pesquisa do site de empregos <i>Trabalhando.com</i> com 400 profissionais brasileiros de todos os níveis, homossexuais ou não, 54% afirmaram que existe preconceito sexual dentro das empresas, mas não assumido”;</p> <p>(SD-35): “‘As empresas são homofóbicas, afinal a sociedade brasileira é homofóbica e uma empresa é formada por pessoas’, diz Eloisio Moulin, professor de administração da Universidade Federal do Espírito Santo, que em seu doutorado estudou a discriminação de homossexuais masculinos em bancos públicos”.</p>
T2	<p>(SD-36): “Trabalhando na TV Globo desde 1998, o ator Luís Miranda tomou coragem e assumiu ser homossexual, um tabu no meio artístico, já que declarar sua orientação sexual pode atrapalhar a carreira profissional e gerar exclusão”;</p>

	(SD-37): “Para o canal Universo da Cris no Youtube, Luís contou um pouco sobre esse momento. ‘Toda vez que alguém sai do armário automaticamente ajuda o outro a sair de lá também’. Alguém que estava maltratado, humilhado ou se machucando”.
T3	<p>(SD-38): “A decisão da cantora baiana Daniela Mercury de assumir um relacionamento afetivo com uma mulher trouxe à tona um dilema enfrentado pelos gays brasileiros atualmente. Se por um lado mudanças recentes criaram um ambiente mais aberto para que homossexuais possam ‘sair do armário’, por outro, a sociedade brasileira vive hoje um cenário de crescente polarização sobre o assunto”;</p> <p>(SD-39): “O quadro atual inclui a conquista de direitos pelos gays, como a decisão do STF que aprovou a união civil estável, e a mobilização dos movimentos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) para mantê-los e ampliá-los. Mas há também confrontos acirrados com grupos religiosos e uma preocupação cada vez maior com assassinatos de membros desta comunidade”;</p>
T4	<p>(SD-40): “Cresce o número de gays que usam o <i>Facebook</i> para ‘sair do armário’”;</p> <p>(SD-41): “O <i>Facebook</i> considera que uma pessoa saiu do armário quando ela atualiza seu perfil para informar que tem interesse em pessoas do mesmo sexo ou quando ela adota um gênero personalizado com a ferramenta introduzida em fevereiro de 2014 e que chegou ao Brasil esse ano”;</p> <p>(SD-42): “Atualmente, mais de 6 milhões de americanos com conta no <i>site</i> se declaram homossexuais, e 800 mil deles explicitaram isso ao longo dos últimos doze meses”.</p>
T5	<p>(SD-43): “Bisavô sai do armário aos 95 anos: ‘Eu nasci gay e fui gay a vida inteira’”;</p> <p>(SD-44): “Roman Blank, um bisavô de 96 anos, sabe o quanto é doloroso não poder falar abertamente sobre sua orientação sexual por temer o julgamento das pessoas”;</p> <p>(SD-45): “Ele só assumiu ser gay para sua família há um ano. A história veio à tona no programa do youtuber Davey Wavey”;</p> <p>(SD-46): “Blank descobriu-se homossexual aos 5 anos. ‘Você pode imaginar o que é ficar 90 anos no armário?’, perguntou Blank”;</p> <p>(SD-47): “Todos esses anos dentro do armário causaram muita dor e sofrimento. A única pessoa que sabia era sua esposa, com quem Blank foi casado por 67 anos e teve dois filhos. Ele também tem cinco netos e um bisneto”;</p>

	<p>(SD-48): “Os parentes souberam de uma vez: ‘Contei toda a tragédia da minha vida””;</p> <p>(SD-49): “Agora, com 96 anos, você quer um namorado?’ ‘Um companheiro?’ Roman foi preciso na resposta: ‘Sim!’. O youtuber quis saber mais, que tipo de homem agrada o idoso. ‘Eu não ligo!’, respondeu Blank”.</p>
T6	<p>(SD- 50): “O cantor Ricky Martin se tornou um dos grandes defensores da comunidade LGBTQ depois que, há sete anos, decidiu confirmar os rumores sobre sua orientação sexual e assumir que é gay”;</p> <p>(SD-51): “‘Meu amigo, você não faz ideia... demorou muito tempo’, lembrou o porto-riquenho no programa ‘The Daily Show with Trevor Noah’ sobre esse momento decisivo em sua vida. ‘O ponto é que eu estava cercado por amigos que disseram para não fazê-lo, que seria o fim da minha carreira’, explicou o cantor”;</p> <p>(SD-52): “Embora estivessem completamente errados, o cantor disse saber que os conselhos para que ele não tornasse sua homossexualidade pública vinham com boa intenção”;</p> <p>(SD-53): “A justificativa, segundo ele, é que aquelas pessoas também cresceram no mesmo ambiente repressivo que ele”;</p> <p>(SD-54): “‘Estas eram pessoas que realmente me amavam, que tinham boas intenções e que também tinham sido vítimas de homofobia”;</p> <p>(SD-55): “Você tem que entender que cresci em uma cultura onde me disseram que o que eu estava sentindo estava errado, era maligno”;</p> <p>(SD-56): “‘E se você adicionar que eu era... bem, uma espécie de símbolo sexual, imagine. E todos me disseram que seria meu fim’, revelou Ricky”;</p> <p>(SD-57): “Um dos motivos que o estimulou a assumir sua sexualidade foi o nascimento de seus gêmeos Matteo e Valentino, gerados através de uma barriga de aluguel”;</p> <p>(SD-58): “Por eles, o cantor – que agora está casado com o artista Jwan Yosef – decidiu que deveria viver abertamente para garantir seu próprio bem-estar emocional e, por extensão, o de seus filhos”;</p> <p>(SD-59): “‘Foi muito doloroso para mim, até que eu decidi que não poderia suportar nenhum segundo mais”;</p> <p>(SD-60): “Agora se tratava só de mim, não do que poderia acontecer ao meu redor, o importante era o que eu precisava para ser feliz”;</p>

	<p>(SD-61): “Então eu tive meus filhos, e soube que tinha que sair do armário, porque não podia mentir para essas crianças maravilhosas, declarou Ricky, emocionado”.</p>
<p>T7</p>	<p>(SD-62): “Seis meses após denunciar oficiais do 39º Batalhão da Polícia Militar de São Paulo, por perseguição, tortura e homofobia, o soldado Adriell Rodrigues Alves da Costa, de 35 anos, foi expulso da corporação”;</p> <p>(SD-63): “A decisão foi publicada no Diário Oficial e ele afirmou estar com medo de ser morto”;</p> <p>(SD-64): “Em um vídeo publicado em setembro que viralizou nas redes sociais, o agora ex-militar alerta para episódios discriminatórios que aconteciam no quartel”;</p> <p>(SD-65): “‘Se algo acontecer com a minha vida, com a minha integridade física, a responsabilidade é do comandante do batalhão da Polícia Militar e do Estado, que nada fizeram para apurar as minhas denúncias’, relatou nas imagens”;</p> <p>(SD-66): “Apesar da acusação, a PM afirma que o afastamento de Costa não tem ligação com o post, e sim por cometer uma ‘transgressão disciplinar de natureza grave’. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), ele acabou agredindo uma equipe de saúde, além de outros policiais durante uma avaliação clínica”;</p> <p>(SD-67): “Em entrevista ao G1, o ex-soldado se mostrou indignado com o seu desligamento da corporação. ‘Fiquei dentro de minha casa esperando atendimento médico durante oito dias’”;</p> <p>(SD-68): “Me convenceram a ir dizendo que ia para São Paulo. Era mentira, revelou acrescentando que ficou preso por 34 dias, vítima de um crime forjado, segundo ele”;</p> <p>(SD-69): “O servidor também contou que era obrigado a trabalhar em condições delicadas de saúde, pois os seus superiores não aceitavam os atestados médicos que apresentava, além de não receber o seu salário desde novembro de 2017”;</p> <p>(SD-70): “‘Eles me faziam trabalhar engessado e medicado, pois meus laudos não valiam’, relatou;</p> <p>(SD-71): “‘A PM destruiu a minha vida. Temo pela minha integridade física. Temo que me mate para calar todo o mal que me fizeram. Eles provaram não ter escrúpulos algum. Se alguma coisa acontecer comigo, foi o Estado de São Paulo e a Polícia Militar que me fizeram mal’, completou”.</p>

<p>T8</p>	<p>(SD-72): “Uma das mais populares cantoras do pop nacional, Ludmilla anunciou na semana passada seu romance com Brunna Gonçalves, dançarina de sua equipe. Trata-se de uma decisão importante, pensada com muita antecedência”;</p> <p>(SD-73): “Lud, como os amigos a conhecem, tinha receio de sofrer preconceito de fãs e patrocinadores”;</p> <p>(SD-74): “Também tinha medo de ser vista apenas como uma artista voltada para o público LGBTQ+”;</p> <p>(SD-75): “A aceitação, no entanto, foi geral. A cantora, de 24 anos, relaciona-se com mulheres há algum tempo, mas não falava abertamente sobre sua sexualidade nem mesmo com parentes”;</p> <p>(SD-76): “Há dois anos, ela trocou o primeiro beijo com Bruna, em meio a um romance de muitas idas e vindas”.</p>
<p>T9</p>	<p>(SD-77): “‘Macho, discreto e fora do meio’: o preconceito dentro do armário”;</p> <p>(SD-78): “Aplicativos possibilitam encontros de todos os tipos de finalidades de modo cada vez mais objetivo e direto. A intensidade das interações parece perder em profundidade para ganhar em amplitude, com trocas cada vez mais fortuitas e menos duradouras”;</p> <p>(SD-79): “No caso dos homossexuais, proliferaram os aplicativos de pegação, substituindo, em grande escala, as outras formas mais tradicionais de sociabilidade e de interação dentro dessa comunidade. E uma das figuras mais frequentes nas telas dos celulares navegando por essa modalidade de aplicativos é o famoso tipo ‘macho, discreto e fora do meio’”;</p> <p>(SD-80): “Diversas razões estruturais ainda dificultam que as pessoas homossexuais vivam com naturalidade sua orientação sexual. A reprovação da família, a dificuldade no trabalho, o preconceito dos amigos, o bullying nas escolas, a representação caricata na televisão, enfim, uma série de instrumentos de que se vale uma sociedade machista e homofóbica para restringir as possibilidades de vivência mais plena da sexualidade e do desejo”;</p> <p>(SD-81): “Assim, fazer uma crítica a esse tipo ‘macho, discreto e fora do meio’ não tem objetivo de querer tirar todo mundo do armário. Assumir-se, sem dúvida, é um dos atos políticos mais importantes para uma pessoa homossexual”;</p> <p>(SD-82): “Isso facilita a auto-aceitação e o respeito dos que estão à sua volta”;</p>

	<p>(SD-83): “Mas cada um tem um tempo e um processo próprio. Essa trajetória de cada subjetividade precisa ser lida em seu contexto e há que se ter tolerância para esse diálogo, pois a culpa geralmente é da pessoa, mas das estruturas que a oprimem”;</p> <p>(SD-84): “O que não se justifica, em hipótese alguma, é a propagação de preconceitos por trás de enunciados machistas e homofóbicos”;</p> <p>(SD-85): “É fato que os aplicativos de pegação não inventaram os preconceitos, mas eles potencializaram e expuseram de modo mais escancarado essa dimensão tão preconceituosa no interior do universo gay”;</p> <p>(SD-86): “O confinamento de sexo furtivo, sigiloso, discreto e fora de meio não foi uma escolha, mas uma imposição de uma sociedade que não aceitava a homossexualidade e não tolerava a vivência pública de outras formas de desejo e de afeto que não fossem aquelas reconhecidas pela heteronormatividade”;</p> <p>(SD-87): “O que era ‘normal’ para os gays nessa época eram as saunas, os banheiros públicos, a escuridão de becos e parques, enfim, os lugares em que eram isolados a uma distância segura e sob a vigilância de uma sociedade que não os acolhia e que não permitia sua circulação em espaços tradicionais”;</p> <p>(SD-88): “Assim, não há do que se orgulhar dessa condição histórica de isolamento, felizmente cada vez menos presente, ainda que persistente”;</p> <p>(SD-89): “É verdade também que os homossexuais não viveram apenas passivamente essa condição que lhes foi imposta; antes, eles resignificaram o gueto como espaço da sociabilidade gay, das trocas e aprendizado mútuos, da realização do desejo e dos fetiches, da transgressão das cercas impostas”;</p> <p>(SD-90): “Enfim, transformaram essas ‘prisões’ em um locus de construção de identidade, de reinvenção do corpo e de solidariedade de grupo. Foi essa união que permitiu, em última instância, romper os muros do gueto e a ocupação de espaços outrora interditados para os que desejavam pessoas do mesmo sexo”.</p>
T10	<p>(SD-91): “Nesta segunda, a revista Sports Illustrated publicou um depoimento em que Jason Collins, pivô que defendeu o Washington Wizards na última temporada, revela ser gay”;</p> <p>(SD-92): “Ele se tornou o primeiro atleta de uma grande liga norte-americana a revelar sua homossexualidade ainda na ativa”;</p>

(SD-93): “Algo que ninguém teve coragem de fazer em um grande time de futebol. Bom momento para resgatar um texto no Balípodó (meu site pessoal que ainda em hibernação) sobre Justin Fashamu, jogador inglês que sofreu muito em sua carreira pelos tabus sobre sua orientação sexual no futebol dos anos 80”;

(SD-94): “Há gays no futebol. Isso é um fato, sabido por todos no meio. A ponto do ano passado, a revista alemã Rund publicar uma reportagem em que afirmava, sem citar nomes, que um em cada 11 jogadores da Bundesliga seria homossexual”;

(SD-95): “Pois, mesmo sendo um tema conhecido por todos, ninguém fala nisso publicamente. Nem os próprios gays. Não sem razão”;

(SD-96): “Se for tomado o exemplo de Justin Fashanu, um dos poucos jogadores que revelaram sua homossexualidade, a perspectiva é bastante negativa para os que tentarem enfrentar o preconceito”;

(SD-97): “Foi justamente nesta época que sua preferência sexual o trouxe problemas. Fashanu ainda estava descobrindo que era gay, passando a frequentar alguns bares e casas noturnas GLS em Nottingham. A notícia chegou aos ouvidos de Brian Clough, mítico treinador do Forest.”;

(SD-98): “O técnico nunca escondeu seu desconforto com a situação. Aos poucos, foi tirando o espaço do atacante, que, ainda jovem, sentiu o revés e caiu bruscamente de rendimento. O ápice da crise foi quando Clough mandou Fashanu treinar separadamente do resto do elenco. A diretoria do Nottingham Forest decidiu emprestar o jogador para o Southampton”;

(SD-99): “No meio do futebol inglês, sua fama já se espalhara e poucos lhe davam espaço. Depois de meia temporada no saints, o atacante foi vendido ao Notts Country. No segundo time de Nottingham, Fashanu recuperou um pouco de sua forma, com 20 gols em três temporadas. Em seguida, foi cedido ao Brighton & Hove Albion, mas uma grave contusão quase encerrou sua carreira”;

(SD-100): “Devido às perseguições sofridas no início da carreira, Fashanu buscou abrigo na religião. No entanto, sua crença o levava a condenar a homossexualidade, o que lhe causava sérias crises existenciais”;

(SD-101): “O jogador tentou várias vezes ter relacionamento com mulheres, mas não resistia e voltava a sair com homens. Tal conflito interno impediu que ele tivesse namorados fixos e que pudessem lhe trazer paz de espírito”;

(SD-102): “Em 1990, depois de um amigo se suicidar após ser expulso de casa por contar aos pais que era gay, Fashanu decidiu que era momento de revelar sua preferência sexual ao público. O atacante deu uma entrevista ao tablóide The Sun na qual dizia claramente que era homossexual. Foi à primeira vez – e até hoje única – vez que um atleta da primeira divisão inglesa ‘saiu do armário’ publicamente”;

(SD-103): “Na reportagem, Fashanu contou que muitos de seus colegas de time conheciam sua preferência sexual e faziam brincadeiras com isso. Sua coragem o transformou em símbolo da causa e lhe rendeu espaço de destaque em diversos veículos”;

(SD-104): “Ele acreditava que, revelando sua homossexualidade, a sociedade veria com menos preconceito para os gays. Ledo engano. Assim que a entrevista foi publicada, vários jogadores afirmaram que não havia lugar para homossexuais em esportes coletivos”;

(SD-105): “A reação dos colegas de profissão poderia ser esperada por Fashanu. O que o atacante não suportou foi à rejeição de quem lhe era próximo. Seu irmão John, também jogador profissional, afirmou que Justin era um pária. Depois, pediu desculpas e retirou o que disse, mas já era tarde”;

(SD-106): “Outra traição para o atacante foi de parte da comunidade negra, que considerou a atitude do atleta reprovável e que isso sujava a imagem dos negros na Inglaterra”;

(SD-107): “O único clube que lhe deu lugar nessa fase foi o Torquay United. Fashanu ficou em duas temporadas no Gulls e iniciou uma grande peregrinação por clubes pequenos e quase sempre anônimos”;

(SD-108): “Depois de encerrar a carreira em 1997, Fashanu se tornou treinador do Maryland Mania. Em março do ano seguinte, um garoto de 17 anos disse ter acordado na cama do ex-atacante com sinais de molestamento sexual depois de ter sido embebedado. O ex-jogador prestou depoimento e não foi preso durante as investigações. Pouco depois, Fashanu fugiu para a Inglaterra”;

(SD-109): “Em maio de 1998, o primeiro jogador de destaque na Inglaterra a se dizer homossexual se enforcou em uma garagem em Shoreditch. Na nota de suicídio, deixou evidente que achava que seria culpado pela acusação do garoto nos Estados Unidos”.

5.5. Análise e discussão sobre formação ideológica (FI).

Antes de efetuarmos as nossas análises discursivas, precisamos saber se a temática “a saída ou não do armário” trata-se de uma formação ideológica, ou seja, se apresenta tomadas de posições diferentes. Relembrando Pêcheux ao afirmar que formação ideológica é: “[...] um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente às posições de classe em conflito umas as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997c: 166). Assim, podemos dizer, a partir das seguintes formações discursivas, selecionadas do *corpus*, sobre o tema em questão trata-se de uma formação ideológica, pois nos mostram posicionamentos diferentes, divergentes, em relação à questão da “decisão” de “assumir-se gay, lésbica, bissexual, trans, etc”, ou não, conforme vemos nas (SD) que se seguem:

(SD-29): “Para profissionais homossexuais, assumir sua identidade no trabalho nunca foi fácil, mas, nos últimos anos, alguns avanços sociais amenizaram o dilema. Em primeiro lugar, a união estável homoafetiva virou uma realidade no Brasil”;

(SD-36): “Trabalhando na TV Globo desde 1998, o ator Luís Miranda tomou coragem e assumiu ser homossexual, um tabu no meio artístico, já que declarar sua orientação sexual pode atrapalhar a carreira profissional e gerar exclusão”;

(SD-75): “A aceitação, no entanto, foi geral. A cantora, de 24 anos, relaciona-se com mulheres há algum tempo, mas não falava abertamente sobre sua sexualidade nem mesmo com parentes”;

(SD-100): “Devido às perseguições sofridas no início da carreira, Fashanu buscou abrigo na religião. No entanto, sua crença o levava a condenar a homossexualidade, o que lhe causava sérias crises existenciais”;

É possível perceber nas sequências discursivas (SD-29) e (SD-75) posições de classes em conflito em relação às sequências discursivas (SD-36) e (SD-100), que estabelecem duas formações discursivas para o tema da “saída do armário” na mídia online brasileira contemporânea. E, como são as formações discursivas (doravante, FD) que, dentro de uma formação ideológica (doravante, FI), determinam “o que pode e o que deve ser dito” (PÊCHEUX, 1997a: 160), podemos estabelecer, de acordo com os enunciados exemplificados, uma formação discursiva definida em torno da concepção da heterossexualidade como norma sexual (isto é, a heteronormatividade), que rege o funcionamento das instituições de trabalho; e outra, concebida como não-heteronormativa, ou seja, uma formação discursiva não construída em torno da ideia da heterossexualidade como norma sexual instituída pela “aceitabilidade” da revelação homossexual da cantora Ludmilla e sobre a, atual preocupação, de algumas empresas em lidar com pessoas de sexualidades não-heterossexuais.

Lembrando que a noção de heteronormatividade é construída em torno do princípio da heterossexualidade como norma social, oprimindo, assim, qualquer comportamento que fuja a essa norma (OKITA, 2007:51). Para Butler (1993: 239), a heteronormatividade é “a matriz heterossexual imposta aos indivíduos da sociedade, e que não é natural, mas sim ‘imaginária’[...]”. Louro (2007: 27) reitera a noção de heteronormatividade afirmando: “a produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade”. No entender de Butler (1993: 51-52), não somente a heteronormatividade, mas também a instituição masculina e a homofobia não são “a origem, mas o efeito” da proibição da homossexualidade.

Desse modo, as (SD-36) e (SD-100) são dominadas pela FD da heteronormatividade relacionadas ao ambiente de trabalho ou a vida profissional, pois, são (SD) cujos encadeamentos de palavras que evidenciam sentido de exclusão ou rejeição em relação aos homossexuais que vivenciaram os problemas de “assumir-se”, como em “[...] o ator Luís Miranda tomou coragem e assumiu ser homossexual, um tabu no meio artístico, já que declarar sua orientação sexual pode

atrapalhar a carreira profissional e gerar exclusão” (SD-36), como em “Devido às perseguições sofridas no início da carreira, Fashanu buscou abrigo na religião” (SD-100).

Vemos nas duas (SD) citadas o uso dos vocábulos “exclusão” e “perseguição”, tipicamente utilizados quando alguém relata sobre os problemas que a “autorevelação” da identidade sexual pode acarretar na vida dos sujeitos declarantes. Já as (SD-29) e (SD-75) são dominadas pela FD da não-heteronormatividade, isto é, por uma formação discursiva não circunscrita em torno da heteronormatividade. Vejamos na (SD-29) relata que há uma suavização diante dos dilemas vivenciados pelos homossexuais nos ambientes de trabalho. Tal suavização se deve às conquistas recentes dos homossexuais na sociedade brasileira, como o direito à adoção, entre outros.

Já na (SD-75) observamos o discurso da cantora Ludimilla ao relatar que, após sua “revelação” homossexual, diferentemente do que ela esperava, houve uma “aceitação” total. Portanto, esse discurso da cantora se constitui de uma formação discursiva não-heteronormativa. Na visão de uma possível “não-heteronormatividade”, como denominamos, compreendem-se os estudos relacionados à disputa de poder entre as relações de gênero e sexualidade. Segundo Louro (2008b: 26), o gênero é um conceito socio-cultural que assinala o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, e a sexualidade tem a ver com a forma como socialmente vivemos nossos prazeres e desejos, com a forma como usamos nossos corpos.

Nesse sentido, a autora explica que homens e mulheres não deixam de ser masculinos e femininos por exercerem sua sexualidade com parceiros do mesmo sexo. Assim, Essas duas formações discursivas, divergentes, nos mostram que, de fato, o tema “homossexualidade em instituições militares” constitui uma formação ideológica, dando origem a dois discursos distintos.

5.6. Distribuição e organização do *corpus* de acordo com as FDs.

Após o recorte, chegamos ao ponto no qual as sequências discursivas são agrupadas conforme estejam sob o domínio de uma formação discursiva, que, neste

trabalho, são concebidas como: a primeira, heteronormativa e, outra, a não-heteronormativa. Em cada formação discursiva são identificados aspectos de seu funcionamento, por meio da análise parafrástica das sequências discursivas. É preciso atentar, especialmente, para a paráfrase presente nos discursos, pois é a família parafrástica de um determinado *corpus* que constitui o que poderíamos chamar, conforme Pêcheux (1997a: 160), de “matriz de sentido”, percebida na repetição do dito característico e caracterizador dos grupos sociais.

Lembramos que, na medida em que a repetição do dizível apresenta-se como a base do sentido, abre-se também a possibilidade do equívoco dessa continuidade, manifesta por meio da ruptura desse dizer, nas polissemias. Nesse momento, é fundamental para a realização das análises, a compreensão da enunciação como resultado da soma de fatores internos e externos ao sujeito que a produz. Para a interpretação desse fenômeno, foi preciso retirar o sujeito do discurso da posição de único responsável pelo que diz, para atingir o sentido que realmente foi impresso ao seu dizer, do qual, na maioria das vezes, nem mesmo o sujeito possui total clareza.

A AD se constitui em uma disciplina que objetiva a investigação dos processos discursivos, levando-se em consideração o aspecto linguístico, histórico e ideológico. Para Pêcheux (1997a: 161), o processo discursivo “passará a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias que funcionam entre elementos linguísticos ‘significantes’ em uma formação discursiva dada”. Portanto, a AD se ocupa com os processos que descortinam os sentidos: a paráfrase e polissemia. Desse modo, compreendemos que é por meio das formações discursivas a que a mídia se filia, que podemos analisar quais dizeres e sentidos são evidenciados no funcionamento do discurso da mídia *online* sobre a “saída ou não do armário”. Antes tudo, faz-se necessário tecer o conceito de formação discursiva que, para Pêcheux vem a ser:

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (1997a: 160, grifo do autor).

Corroborando também com Pêcheux, Orlandi (2007a: 43) afirma que a formação discursiva é que “permite compreender o processo de produção os sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso”. Para Pêcheux, cada formação discursiva está ancorada a um conjunto de paráfrases, ou conforme ele explica:

Acrescentaremos que a “verdade” desse mito idealista consiste precisamente no funcionamento (concebido como autônomo) de uma *formação discursiva* no sentido em que a definimos, isto é, como espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma “intersubjetividade falante” pela qual cada um sabe o que o “outro” vai pensar e dizer..., e com razão, já que o discurso de cada um reproduz o discurso do outro [...] (1997a: 185, grifos do autor).

Assim, a noção de formação discursiva se constitui por um sistema de paráfrases, isto é, “por um espaço em que enunciados são retomados e reformulados num esforço constante de fechamento de suas fronteiras, em busca da preservação de sua identidade” (BRANDÃO, 2004: 48). Segundo Orlandi (2007a: 36), “os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”. Para ela, “a paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer”. Segundo a autora, “a paráfrase está do lado da estabilização”.

Além da paráfrase, Orlandi (2007a: 36) também explicita a noção de polissemia que contrapõe o sentido da primeira. Segundo ela, a polissemia envolve o deslocamento de sentidos, ou mesmo, a ruptura de processos de significação. A polissemia joga com o equívoco. Enquanto a paráfrase é um mecanismo de fechamento, de delimitação das fronteiras de uma formação discursiva, “a polissemia rompe essas fronteiras, ‘embaralhando’ os limites entre diferentes formações discursivas, instalando a pluralidade, a multiplicidade de sentidos” (BRANDÃO, 2004: 48). Assim sendo, no quadro que se segue, agrupamos os enunciados que apresentam um sistema de dispersão semelhante, definido por uma regularidade que os inserem numa mesma formação discursiva (FD):

1- Sequências discursivas inscritas na **formação discursiva da heteronormatividade**:

(SD-29), (SD-30), (SD-31), (SD-21), (SD-33), (SD-34), (SD-35), (SD-36), (SD-39), (SD-44), (SD-45), (SD-46), (SD-47), (SD-48), (SD-51), (SD-52), (SD-53), (SD-54), (SD-55), (SD-56), (SD-57), (SD-59), (SD-62), (SD-63), (SD-64), (SD-66), (SD-67), (SD-68), (SD-69), (SD-70), (SD-71), (SD-73), (SD-74), (SD-77), (SD-79), (SD-80), (SD-87), (SD-88), (SD-89), (SD-90), (SD-95), (SD-96), (SD-98), (SD-99), (SD-100), (SD-101),(SD-104),(SD-105), (SD-106), (SD-107), (SD-108) e (SD-109).

2- Sequências discursivas inscritas na **formação discursiva da não-heteronormatividade**:

(SD-37), (SD-38), (SD-39), (SD-40), (SD-41), (SD-42), (SD-43), (SD-49), (SD-50), (SD-58), (SD-60), (SD-61), (SD-72), (SD-75), (SD-76), (SD-78), (SD-81), (SD-82), (SD-83), (SD-84), (SD-85), (SD-86), (SD-91), (SD-92), (SD-93), (SD-94), (SD-97) e (SD-102).

Ao analisar os agrupamentos, podemos dizer que as sequências discursivas que a mídia online brasileira se utiliza para “falar” sobre a “saída ou não do armário”, filiam-se, de modo mais significativo, na FD da heteronormatividade que na FD da não-heteronormatividade. Isto quer dizer que os sentidos que a mídia “quis” ou “pode” evidenciar em relação às sexualidades não-heterossexuais, são aqueles foram constituídos através da “interpelação” ideológica heteronormativa.

Esta ideologia norteia-se na concepção da heterossexualidade como a sexualidade que normatiza os indivíduos, os discursos e as instituições. Assim, os sentidos que a mídia veicula, por meio das sequências discursivas analisadas, se constituem através da retomada dos “já-ditos” sobre a homossexualidade, levando em consideração de que ela é aquilo que contrapõe o padrão normativo sexual, a heteronormatividade.

A ideologia heteronormatividade, interpela os indivíduos (informantes) em sujeitos que, no funcionamento do discurso da mídia, “dizem” ou “não” sobre suas sexualidades dissidentes a partir das posições-sujeitos que eles ocupam para

preferirem os seus discursos. Por outro lado, temos em uma parcela menor aqueles que se subjetivam nos discursos não heteronormativos. Estas pessoas “decidem” revelar suas sexualidades não-heterossexuais publicamente na mídia *online* brasileira, na contemporaneidade.

Importante dizer que em algumas (SD) a ideologia heteronormativa não estava totalmente explícita nos discursos das sequências discursivas, porém percebemos a existência de elementos coercitivos que operam quando a heteronormativa é “desobedecida”, como “exclusão”, “expulsão”, “preconceito”, “humilhações”, “homofobia”, entre outros. As principais vítimas da ideologia heteronormativa são as pessoas LGBT e mulheres heterossexuais *cis*, devido ao gênero e sexualidade não condizerem com a norma e por conta do machismo que oprime não somente as mulheres, mas também as pessoas de sexualidades dissidentes.

5.7. Distribuição e organização das sequências discursivas de acordo com os trajetos temáticos:

Antes de comentarmos sobre o que vem a ser um trajeto temático, faz-se necessário recorrer ao conceito de arquivo por qual do qual se torna viável falar sobre aquele. Para Pêcheux (2010:51). O arquivo é, no sentido amplo, um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. O arquivo postulado por Foucault, em sua Arqueologia do saber, é

De início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos [...]. O arquivo define um nível particular o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares (2009b: 147).

A partir dessa noção, podemos entender que o arquivo é um sistema geral de formação e transformação de enunciados, o que permite o retorno do discurso configurado em novo acontecimento. Em nosso trabalho, o agrupamento de sequências discursivas sobre o gesto performático de “saída ou não do armário” se constitui a partir do que “pode ser dito”, do que é (trans) formado, no que pode chamar de domínio de memória de tais sequências. O arquivo é um elemento partícipe do processo que se estabelece na atualização de uma memória no momento constitutivo de um dado dizer. Nesse sentido, o arquivo pode se compreendido como um lugar onde a memória se aloja e passa a se manifestar na instância de produção dos dizeres.

Para que possamos comentar sobre a noção de trajeto temático, devemos recorrer ao trabalho de Guilhaumour e Maldidier (2010) sobre os “Efeitos do Arquivo”. No entender de Guilhaumou e Maldidier (2010: 164-165), o trajeto temático trata-se de um conjunto de configurações textuais que, de um acontecimento a outro, articula os temas e opera o “novo na repetição”. Em sentido analítico, o trajeto temático nos permite visualizar, no interior da dispersão do arquivo, momentos de regularidade, de sistematicidade de certas escolhas temáticas num dado momento histórico.

Na visão de Guilhaumour e Maldidier (2010: 166), “a análise de um trajeto temático remete ao conhecimento de tradições retóricas, de formas de escrita, de usos de linguagem, mas, sobretudo, interessa-se pelo novo no interior da repetição”. A análise do trajeto temático nos possibilita ir além da escrita, reconstruindo os caminhos que constituem o acontecimento na história, isto é, que constituem o discurso. Em sentido analítico, o trajeto temático nos permite visualizar, no interior da dispersão do arquivo, momentos de regularidade, de sistematicidade de certas escolhas temáticas num dado momento histórico.

Todas essas leituras nos conduziram a reanalisar o *corpus* que já tinha sido constituído nos escritos da tese que tinha sido submetida ao exame de qualificação. Ao fazer isso, percebemos que havia um tema-pivô, uma temática, trajetões temáticas que poderiam nos ajudar a reconfigurar o *corpus* da pesquisa e, logicamente, todo o percurso teórico-metodológico de seu desenvolvimento. Percebemos que, em muitas das matérias jornalísticas coletadas da mídia *online* brasileira, publicadas em diferentes décadas do século XXI, versam sobre a questão da “auto-revelação” de pessoas LGBT noticiadas publicamente. Em vez de tratarem formalmente da “auto-

revelação gay ou LGBT”, as matérias utilizam em suas manchetes jornalísticas, bem como nos conteúdos das matérias, o uso do termo “sair do armário”, “ficar no armário”, bem como “sair e permanecer do/no armário”. Assim, delimitamos a temática de nosso trabalho em torno de quatro trajetões temáticas, a saber:

TJ -1: A “saída do armário” como uma ação positivadora e favorável aos sujeitos LGBT é constatada nas seguintes sequências discursivas:

(SD-37), (SD-38), (SD-40), (SD-41), (SD-42), (SD-43), (SD-45), (SD-49), (SD-50), (SD-57), (SD-58), (SD-60), (SD-61), (SD-72), (SD-75), (SD-76), (SD-82), (SD-82), (SD-91), (SD-92), (SD-93), (SD-94), (SD-102) e (SD-103).

TJ – 2: A “saída do armário” como uma ação negativadora e desfavorável aos sujeitos LGBT é constatada nas seguintes sequências discursivas:

(SD-29), (SD-30), (SD-31), (SD-35), (SD-36), (SD-54), (SD-56), (SD-62), (SD-63), (SD-64), (SD-67), (SD-68), (SD-69), (SD-70), (SD-71), (SD-73), (SD-74), (SD-83), (SD-95), (SD-96), (SD-97), (SD-98), (SD-99), (SD-102), (SD-105), (SD-106), (SD-107), (SD-108) e (SD-109).

TJ – 3: A “entrada ou permanência no armário” como uma ação positivadora e favorável aos sujeitos LGBT é constatada nas seguintes sequências discursivas:

(SD-39), (SD-51), (SD-52) e (SD-78).

TJ – 4: A “entrada ou permanência no armário” como uma ação negativadora e desfavorável aos sujeitos LGBT é constatada nas seguintes sequências discursivas:

(SD-44), (SD-46), (SD-47), (SD-48), (SD-53), (SD-55), (SD-59), (SD-77), (SD-79), (SD-80), (SD-84), (SD-85), (SD-86), (SD-87), (SD-88), (SD-89), (SD-90), (SD-100), (SD-101).

Podemos observar que há regularidades (vistas no TJ1) em torno de 24 sequências discursivas que positivizam a ação de “sair do armário”, enquanto há

regularidades (vistas no TJ2) em torno de 29 sequências discursivas que negativizam a ação de “sair do armário”. Por outro lado, há regularidades (vistas no TJ3) em torno de 4 sequências discursivas que positivizam o “entrar ou o permanecer no armário”, enquanto há regularidades (vistas no TJ4) em torno de 19 sequências discursivas que negativizam a ação de “entrar ou permanecer no armário”.

De modo mais detalhado, podemos observar que, na (SD- 50): “O cantor Ricky Martin se tornou um dos grandes defensores da comunidade LGBTQ depois que, há sete anos, decidiu confirmar os rumores sobre sua orientação sexual e assumir que é gay”, o cantor Ricky Martin decidiu se reconhecer como homossexual, quer dizer, “assumiu-se” gay depois de sete anos de vivenciar conflitos sociais, envolvendo amigos e colegas profissionais, os quais o aconselhavam a não “sair do armário” por conta de sua carreira profissional. O cantor diz que tomou a decisão de “sair do armário” como uma ação positiva e favorável à sua felicidade e a de todos que o rodeiam.

Já na (SD-104): “Ele acreditava que, revelando sua homossexualidade, a sociedade veria com menos preconceito para os gays. Ledo engano”. “Assim que a entrevista foi publicada, vários jogadores afirmaram que não havia lugar para homossexuais em esportes coletivos”, que trata do relato do jogador de futebol, Justin Fashanu, que após ter revelado publicamente sua homossexualidade pensou que não iria sofrer rechaços e retaliações. “Ledo engano”, como diz na (SD-104), o jogador atacante percebeu que a revelação de sua sexualidade não lhe foi favorável, visto que, após ter feito isso, sofreu preconceito e homofobia de colegas do futebol, do treinador e, até do irmão, também, jogador de futebol. Assim, a “saída do armário” do jogador negativou e foi desfavorável à pessoa de Justin.

Segundo a análise desse agrupamento, percebe-se que há poucas ocorrências de pessoas que consideram o “ficar ou o permanecer no armário” como ações positivadoras e favoráveis, conforme constatamos nas (SD-39), (SD-51), (SD-52) e (SD-78). Já em relação ao “sair ou permanecer no armário” como uma ação negativadora, constata-se uma parcela mais significativa que como uma ação positivadora. Observamos na (SD-48): “Os parentes souberam de uma vez: ‘Contei toda a tragédia da minha vida’” que se refere ao relato do bisavô que decidiu sair do armário aos 95 anos. Antes disso, o bisavô relata que ter estado no armário por muito tempo se configurou, em sua vida, como uma verdadeira tragédia. Assim, o ter

“estado” no “armário” para o bisavô não foi uma ação favorável e positivadora para ele.

Importante mencionar que os estudos de linguagem, sobretudo os discursivos, tem possibilitado uma nova perspectiva de análise da construção da subjetividade³⁷ produzida pela mídia. Segundo Charaudeau (2009, p.29), a mídia é “uma máquina de fabricar o sentido social”, ou seja, é um campo fecundo de práticas discursivas que produzem e fazem circular infinitos efeitos de sentido na sociedade. Desse modo, podemos dizer que a análise dos efeitos de sentidos evidenciados no discurso da mídia impressa brasileira sobre a homossexualidade nos propõe outras formas de compreendê-lo, interpretá-lo e discursivizá-lo, em diferentes lugares e momentos sócio-históricos. Portanto, os estudos de gênero social sob o viés discursivo contribuem de forma significativa para o conhecimento do ser humano, do mundo em que vivemos e dos valores que regem nossas atitudes e comportamentos.

³⁷ Para Woodward (2009:55), os termos ‘identidade’ e ‘subjetividade’ são, às vezes, utilizados de forma intercambiável. Existe, na verdade, uma considerável sobreposição entre os dois. ‘Subjetividade’ sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre ‘quem nós somos’.

6. SEÇÃO VI – ANÁLISE DOS ASPECTOS DO FUNCIONAMENTO DO DISCURSO DA MÍDIA ONLINE BRASILEIRA.

A efeito de análise, fizemos um recorte de algumas sequências discursivas do *corpus*, objetivando mostrar de que forma a mídia *online* brasileira atualiza os já-ditos sobre os sujeitos LGBT que decidem “sair ou não do armário”. Para tanto, retomemos a noção de memória discursiva que, segundo Courtine (2009: 106) diz respeito à existência histórica dos enunciados cujos encadeamentos se dão através de mecanismos de retomada dos “já-ditos” na história, como: as repetições, citações e recitações. É a memória discursiva que funciona nos encadeamentos dos enunciados de forma a possibilitar “as remissões de discursos a outros discursos” (COURTINE, 2009: 90).

Tais remissões dos discursos são, em verdade, paráfrases. No entender de Orlandi (2007a: 36) “os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória”. Assim, elegemos os seguintes (SD) para que possamos compreender como os “já-ditos” são retomados no movimento entre a memória e a atualidade nos dizeres da mídia *online* sobre o assunto em questão:

(SD-29): “Para profissionais homossexuais, assumir sua identidade no trabalho nunca foi fácil, mas, nos últimos anos, alguns avanços sociais amenizaram o dilema. Em primeiro lugar, a união estável homoafetiva virou uma realidade no Brasil”;

(SD-34): “Apesar das boas intenções das organizações, a discriminação não desapareceu. De acordo com uma pesquisa do site de empregos Trabalhando.com com 400 profissionais brasileiros de todos os níveis, homossexuais ou não, 54% afirmaram que existe preconceito sexual dentro das empresas, mas não assumido”;

(SD-35): “As empresas são homofóbicas, afinal a sociedade brasileira é homofóbica e uma empresa é formada por pessoas’, diz Eloisio Moulin, professor de administração da Universidade Federal do Espírito Santo, que em seu doutorado estudou a discriminação de homossexuais masculinos em bancos públicos”.

Essas três sequências discursivas (SD-29), (SD-34) e (SD-35) tratam da questão da “saída ou não do armário” no ambiente de trabalho. Na primeira (SD-28), podemos observar que, apesar do enunciador usar de certo eufemismo para dizer que o dilema enfrentado por homossexuais nas empresas está ameno em virtude de que hoje há algumas conquistas sócio-políticas da comunidade LGBT que a sociedade, em geral, não pode ignorar. No entanto, o sujeito que fala nesse discurso se posiciona em uma formação discursiva heteronormativa, para “dizer” que o “assumir-se” LGBT nas empresas ainda é um grande tabu.

Por essa razão, há uma atmosfera de conflito e tensão nos ambientes de trabalho dos homossexuais. Essa assertiva fica muito mais evidente nas (SD-34) e (SD-35) quando o assunto é a discriminação e o preconceito nos ambientes de trabalho. Embora já existam algumas empresas preocupadas com a questão das sexualidades dissidentes de seus funcionários. Tanto que algumas já possuem treinamento com todos os funcionários para aprenderem a lidar e a tratar com as pessoas não-heterossexuais, mesmo assim, muitos dizem que isso não elimina, efetivamente, o preconceito e a discriminação do interior das empresas.

Segundo a (SD-35) as empresas são tão homofóbicas quanto à própria sociedade, quer dizer, as empresas são instituições pertencentes à sociedade e, como a sociedade é homofóbica, assim também serão as empresas. Isto forma um tipo de corolário em que uma é consequência da outra. A nosso ver, o preconceito contra homossexuais no ambiente de trabalho é reflexo da discriminação enfrentada por esses indivíduos na sociedade em geral, a qual ainda vê a homossexualidade como “anormal” e “desviante”. O que subjaz a esse fato é que a nossa sociedade, assim como as sociedades ocidentais capitalistas contemporâneas, funciona com base na ideologia heteronormativa. Portanto, àqueles que subvertem à heteronorma são facilmente alvos de preconceito, discriminação e homofobia. Por conta disso,

muitos homossexuais preferem não revelar sua sexualidade no ambiente de trabalho para evitarem possíveis manifestações discriminatórias ou homofóbicas.

De certa forma, há homossexuais que ficam “dentro do armário” nos ambientes onde trabalham, porém, em outras situações como na presença de amigos e familiares que “sabem”, eles “saem do armário”. Desse modo, acabam convivendo com uma vida dupla, o que acarreta muita tensão e stress. Mas, para não perderem os seus empregos, muitos homossexuais transitam, cotidianamente, pelo “armário”. Há outros homossexuais que por introjetar a heteronormatividade como seu modelo de vida, acabam por se comportarem como se fossem heterossexuais, inclusive heterossexuais homofóbicos. Estes homossexuais podem ser diagnosticados com homofobia internalizada.

Segundo Ferreira e Siqueira (2007) o processo de sair ou permanecer no armário e seus efeitos na carreira do indivíduo é algo vital para a análise da homossexualidade nas ambiências de trabalho. Os pesquisadores defendem que os gays assumidos são mais voltados para a carreira que lhes permita expressar a orientação sexual no trabalho, enquanto que os gays enrustidos estão mais voltados para os ambientes de trabalho mais conservadores e tradicionais que se relacionam a status, compromisso e estabilidade. Portanto, segundo os autores, os homossexuais assumidos, em empresas tradicionais, são alvo de manifestações homofóbicas, as quais criam barreiras para sua ascensão profissional. Além disso, criam barreiras nas relações interpessoais com o restante da equipe.

Para Irigaray (2007), há indivíduos parcialmente assumidos que “negociam” sua convivência com os demais no ambiente de trabalho, utilizando-se da estratégia “gente boa”, tal qual uma estratégia pacificadora para uma boa convivência com o grupo. De modo inverso, Irigaray (2007) aponta os indivíduos que não se assumem, de forma alguma, e, utiliza-se da estratégia “machão” para evitar contato com qualquer pessoa que se pareça gay. Por conta de sua postura “machão” esses indivíduos tratam os “compatriotas” homossexuais de forma ríspida e pejorativa. Além disso, tais indivíduos evitam, de toda a forma, assuntos que se relacionem a temas homossexuais gay, preferindo conversar sobre assuntos heterossexuais, como futebol e mulheres. Sem dúvida, esses indivíduos sofrem de homofobia internalizada.

(SD-40): “Cresce o número de gays que usam o Facebook para ‘sair do armário’”;

(SD-41): “O Facebook considera que uma pessoa saiu do armário quando ela atualiza seu perfil para informar que tem interesse em pessoas do mesmo sexo ou quando ela adota um gênero personalizado com a ferramenta introduzida em fevereiro de 2014 e que chegou ao Brasil esse ano”;

(SD-42): “Atualmente, mais de 6 milhões de americanos com conta no *site* se declaram homossexuais, e 800 mil deles explicitaram isso ao longo dos últimos doze meses”.

Todas as três sequências discursivas (SD-40; SD-41; SD-42) estão inter-relacionadas, e tratam do fenômeno da “saída do armário” no ambiente virtual, através o *site Facebook*. Em uma leitura inicial, podemos esse fenômeno sob o ponto de vista positivo e construtivo, pois, afinal de contas o *site* está sendo utilizado por pessoas que “preferem” revelar sua identidade sexual por meio do ambiente virtual. O problema é que, ao sitiarem um ambiente virtual, longe da realidade, para poderem revelar sua orientação sexual e seu desejo, as pessoas acabam recriando um *gueto*.

O *gueto* é oriundo de um movimento de isolamento e segregação, circunscritos em torno de um espaço à parte do mundo social (*o gueto*) para se efetivarem a *homossociabilidade*. O termo *gueto* tem origem no italiano “*Ghetto*”, que determinava a vizinhança fechada, em uma cidade, onde os judeus eram obrigados a morarem separados dos demais. O conceito de *gueto* foi amplamente reutilizado ao longo da História, principalmente para definir, como em Veneza, locais específicos para isolamento e segregação. No entender de Miskolci,

Historicamente alijadas da maior parte do espaço público, sexualidades marginalizadas tenderam a se restringir a locais de encontro e espaços reduzidos das grandes cidades, deixando pouca ou nenhuma opção para a maioria que vivia (e vive) em cidades médias, pequenas, na zona rural ou mesmo na periferia das metrópoles. A despeito das polêmicas e imprecisões, estes territórios foram chamados de *guetos* e, após a rebelião de Stonewall em 1969, de bairros gays. Estes floresceram durante as décadas seguintes na América do Norte e na Europa, mas na

maior parte do mundo jamais se constituíram. Tal restrição espacial incentivou o cruising, a paquera gay itinerante, um resultado do caráter “sem lugar” da homossexualidade em sociedades conservadoras como a brasileira (2009b: 175, grifos do autor).

Na década de 1990, os bairros gays começaram a decair nos países centrais como no Brasil. Em seu lugar, o “gueto” ou o “meio” passaram a dar lugar a um espaço mais comercial e geograficamente mais amplo, a internet. Sobre isso Miskolci (2009b: 175) afirma “Associada a este circuito, a partir de 1997, a internet comercial iniciou o seu processo de expansão no Brasil transferindo, ampliando e até mesmo recriando o espaço para a socialização de sexualidades dissidentes”. De acordo com Miskolci,

A *web* estendeu o código-território da homossexualidade para mais pessoas nas metrópoles e nos recantos do interior do país. Nestes locais, a maioria jamais quis (ou pôde) se expor de forma a frequentar algum local claramente *gay* ou lésbico. Estes indivíduos, os quais, pelas razões as mais diversas (geográficas, econômicas, puro e simples preconceito), se consideram “fora do meio”, encontraram na *web* uma forma de conhecer parceiros e até fazer amizades sem o ônus da exposição de seus interesses eróticos no espaço público. [...] Vista dessa forma, a internet revela sua dupla face: facilitadora de contatos e constituição de redes, mas mantenedora da imagem dominante do espaço público como sinônimo de heterossexualidade. Se ela, de um lado, permitiu o rompimento do isolamento de homens e mulheres que tendiam a emergir em crises existenciais profundas pela falta de alguém para compartilhar temores, dores e sonhos, de outro, auxiliou a manter a visão dominante de que qualquer “meio” compartilhado por homo-orientados seria moralmente duvidoso. Em outras palavras, a internet tomou o lugar dos antigos guetos urbanos ou o “mito” cultural do “meio” e se tornou passagem quase obrigatória para sujeitos que nutrem desejos homoeróticos em sua autodescoberta, contatos sexuais ou amorosos e a criação de redes de apoio (2009b: 176, grifos do autor).

Na contemporaneidade, o termo *gueto* assume um contorno mais abstrato significando uma segregação espacial não definida por muralhas ou pontes, mas sim, por espaços virtuais. Para Miskolci (2009b: 176), são recorrentes em anúncios sexuais, na apresentação de bate-papos ou em perfis de redes de relacionamento, como no *Facebook* (ver as SD-40 e SD-41) afirmações como “sou fora do meio” ou “procuro alguém fora do meio [como eu]”. Podemos trazer para essa discussão as seguintes sequências discursivas:

(SD-79): “No caso dos homossexuais, proliferaram os aplicativos de pegação, substituindo, em grande escala, as outras formas mais tradicionais de sociabilidade e de interação dentro dessa comunidade. E uma das figuras mais frequentes nas telas dos celulares navegando por essa modalidade de aplicativos é o famoso tipo ‘macho, discreto e fora do meio’”;

(SD-80): “Diversas razões estruturais ainda dificultam que as pessoas homossexuais vivam com naturalidade sua orientação sexual. A reprovação da família, a dificuldade no trabalho, o preconceito dos amigos, o bullying nas escolas, a representação caricata na televisão, enfim, uma série de instrumentos de que se vale uma sociedade machista e homofóbica para restringir as possibilidades de vivência mais plena da sexualidade e do desejo”;

Podemos observar na (SD-79), ao modelo de anúncio que os gays heteronormativos utilizam na internet para expor que tipo de pessoa eles querem conhecer, assim como eles, “macho, discreto e fora do meio”. A esse respeito Miskolci assevera

Um olhar mais atento revela que estas autoapresentações denotam uma valorização dupla: da rede como forma de socialização “limpa” e de seu papel na manutenção da crença de que a vida em sociedade é (ou deveria permanecer) heterossexual. O privilégio do contato pela *web* se mescla à percepção – não necessariamente articulada em palavras – de que deve ser ou estar “fora do meio” é ser “normal” e expressar a capacidade de desaparecer como parte da maioria (compreendida como hetero). Trata-se de um paradoxo, pois a rede já se constitui – ao menos em parte – como o próprio meio em que tais culturas sexuais se desenvolvem. Além disso, a valorização da capacidade de “desaparecer” discretamente na sociedade oblitera o fato de que em busca de proteção se reforça a mesma ordem simbólica que historicamente oprimiu e relegou às margens (ao “meio”) as sexualidades em desacordo com as normas dominantes (2009b: 176-177, grifos do autor).

Desse modo, podemos afirmar que os homossexuais na internet estão mais visíveis e mais heteronormativos. No momento em que as pessoas não-

heterossexuais se dizem “fora do meio” e querem pessoas também “fora do meio” significa dizer que essas pessoas são homossexuais, porém são interpeladas pela heterossexualidade compulsória e, assim, passam a ser e a pensar como heterossexuais. Entretanto, heterossexuais que se interessam por pessoas do mesmo sexo. É como se ao dizer-se “fora do meio” é o mesmo que dizer que não se subjetivam no lugar das sexualidades dissidentes e, sim, no lugar da heterossexualidade como norma.

Nesse sentido, podemos fazer uma leitura da internet como um “armário” virtual. Nele as pessoas se escondem se performatizam, criam um universo próprio que é, muitas vezes, compartilhado por aqueles que simpatizam ou se identificam. Segundo Miskolci (2009b: 185), o caráter secreto do contato *online* passa da vivência individual para a compartilhada no espaço público. Ao temor da exposição a conhecidos se soma a dependência no outro para a manutenção do segredo, isto é, para a manutenção do armário *online*.

Segundo Sedgwick (2007), o segredo também serve para preservar os heterossexuais (mantendo intácteis, sua virilidade e seu machismo), principalmente quando eles praticam relações homossexuais (homoeróticas). Para eles, essas relações são possíveis, desde que sejam mantidas no sigilo, ou mesmo, em segredo. Para Miskolci (2013: 316), mesmo mantidas em segredo e ocupando menos tempo na vida cotidiana, as relações secretas realmente desempenham um papel fundamental para as pessoas que praticam relações homoeróticas.

(SD-62): “Seis meses após denunciar oficiais do 39º Batalhão da Polícia Militar de São Paulo, por perseguição, tortura e homofobia, o soldado Adriell Rodrigues Alves da Costa, de 35 anos, foi expulso da corporação”;

(SD-64): “Em um vídeo publicado em setembro que viralizou nas redes sociais, o agora ex-militar alerta para episódios discriminatórios que aconteciam no quartel”;

Ao analisar as (SD-62 e SD-64), percebemos nos encadeamentos de palavras “[...] por perseguição, tortura e homofobia [...] o soldado Adriell Rodrigues [...] foi expulso da corporação”, da (SD-62), e “[...] episódios discriminatórios que

aconteciam no quartel”, da (SD-64), o quanto a homossexualidade é “rechaçada”, “rejeitada” e “interditada quando se torna pública, visível, no contexto militar. As interdições em nossa sociedade revelam o que Foucault (2009a: 9), em outros termos, explica como: “tabu” do objeto (não se tem o direito de dizer tudo), ritual da circunstância (não se pode falar de tudo em qualquer circunstância), direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala (qualquer um não pode falar de qualquer coisa). Nessa compreensão, a interdição é um mecanismo de poder que serve para controlar ou suprimir determinados discursos em determinado lugar e circunstâncias, por razões ideológicas.

Assim, há, no funcionamento discursivo das duas (SD) um sujeito que “fala” e “denuncia” sobre o preconceito, a discriminação e homofobia existente na Polícia Militar de São Paulo. O discurso da instituição militar é um discurso heteronormativo. Portanto, é um discurso que se pauta na recusa de que haja na corporação militar um indivíduo cuja sexualidade representa “desvio da norma” sexual. A ideologia conservadora da instituição militar está calcada na heterossexualidade como sexualidade “norma”. O discurso ideológico militar é revestido por mecanismos de controle e de poder estatal que ditam as regras, regulam e normatizam os corpos e as práticas discursivas dos indivíduos que fazem parte ou que farão parte das corporações militares.

Dito de outro modo, a heteronorma pode ser compreendida a partir do que Michel Foucault (2009 d: 244) postulou por dispositivo da sexualidade, que age nos corpos, regulam suas práticas e seus discursos. O dispositivo da sexualidade é mecanismo de poder disciplinar, interdita ou silencia o que pode e deve ou não ser dito sobre o sexo no âmbito militar, sobretudo quando se trata da homossexualidade. Nesse sentido, o sexo passa a ser regulado a partir da heteronormatividade. Com efeito, todo indivíduo, toda prática (sexual) e todo discurso que se contrapõem a essa norma, precisa ser “expulso, negada e reduzido ao silêncio” (FOUCAULT, 2009 d: 10). Em relação ao sexo e o poder, Foucault (2009e: 93-94) tece algumas considerações, como:

- a) *A relação negativa* – “o poder jamais estabelece relação que não seja de modo negativo em relação ao sexo: rejeição, recusa, barragem ou, ainda, ocultação e mascaramento”;

- b) *A instância da regra* – “o poder seria, essencialmente, aquilo que dita a lei, no que diz respeito ao sexo; este fica reduzido a aquele através de um regime binário: lícito e ilícito, permitido e proibido”;
- c) *O ciclo da interdição* – “[...] Sobre o sexo, o poder só faria funcionar uma lei de proibição. Seu objetivo: que o sexo renunciasse a si mesmo. Seu instrumento: a ameaça de algum castigo que nada mais é do que sua supressão”;
- d) *A lógica da censura* – “Supõe-se que essa interdição tome três formas: afirmar que não é permitido, impedir que se diga, negar que exista”;
- e) *A unidade do dispositivo* – “O poder sobre o sexo se exerceria do mesmo modo a todos os níveis. De alto a baixo, em suas decisões globais como em suas intervenções capilares, não importando os aparelhos ou instituições em que se apoie, agiria de maneira uniforme e maciça”;
- f) *O sujeito* – “Em face de um poder, que é lei, o sujeito é constituído como sujeito – que é ‘sujeitado’ – e aquele que obedece”; o poder é coercitivo.

A partir disso, por dispositivo da sexualidade, entendem-se práticas discursivas e não discursivas, saberes e poderes que visam normatizar, controlar e estabelecer “verdades” a respeito do corpo e seus prazeres. Assim, podemos dizer que as instituições militares possuem o dispositivo da sexualidade, engendrado pela ideologia heteronormativa. Desse modo, o dispositivo possui a heterossexualidade como norma, que rege a instituição militar. E tudo aquilo que se opõe à norma, deve ser interdito e extinto, principalmente a homossexualidade. Segundo Dagnese,

Trata-se de tabu a homossexualidade no ambiente militar, onde evita-se tocar no assunto, segundo as palavras de Carlos Pereira (1997), na melhor da prática do *finja que não és, finjo que não sei* (2000: 33, grifo do autor).

Sendo a homossexualidade um tabu, muitos militares homossexuais preferem não revelar sua intimidade, seus desejos, sua verdadeira identidade. Os homossexuais militares preferem, em geral, se “preservar” de manifestações de

violência verbal (como piadinhas, insultos, injúrias³⁸) e de violência físico-simbólica (como ameaças, perseguições, retaliações e deserções). Mas, aqueles que “decidem” revelar sua homossexualidade em uma instituição militar passam a ser alvo de perseguições, discriminações e deserções. Isto é, os homossexuais “militares” que “decidem” sair do armário passam a ser alvo de manifestações homofóbicas, assim como ocorreu com o militar, Rodrigues Alves da Costa, que foi “expulso da corporação” (SD-62).

(SD-104): “Ele acreditava que, revelando sua homossexualidade, a sociedade veria com menos preconceito para os gays. Ledo engano. Assim que a entrevista foi publicada, vários jogadores afirmaram que não havia lugar para homossexuais em esportes coletivos”;

(SD-105): “A reação dos colegas de profissão poderia ser esperada por Fashanu. O que o atacante não suportou foi à rejeição de quem lhe era próximo. Seu irmão John, também jogador profissional, afirmou que Justin era um pária. Depois, pediu desculpas e retirou o que disse, mas já era tarde”

Ao analisarmos essas duas (SD), percebemos, nos encadeamentos de palavras “Ele acreditava que, revelando sua homossexualidade, a sociedade veria com menos preconceito [...]” da (SD-104), e “[...] o atacante não suportou a rejeição de quem lhe era próximo [...]” da (SD-105), conflitos existenciais e desafios enfrentados pelo jogador, Justin Fashanu, que tece a coragem de assumir sua homossexualidade no mundo do futebol. Essa não é uma realidade “dura” e “difícil” enfrentada apenas pelo jogador de futebol, Justin Fashanu, mas sim, por todos homossexuais que se ousam a “sair do armário”.

Em verdade, o desafio de “sair do armário” ou “assumir-se gay” ou “assumir-se LGBT” não é algo que se dá antes de se realizar a “saída do armário”, mas também na instância do “pós-armário”. Nesse sentido, podemos dizer que o

³⁸ Para Eribon (2008:75), os *gays* vivem um mundo de injúrias. A linguagem os cerca, os encerra, os designa. O mundo os insulta, fala deles, do que dizem de si. As palavras da vida cotidiana tanto quanto as do discurso psiquiátrico, político, jurídico, atribuem a cada um deles e a todos coletivamente um lugar – inferiorizado – na ordem social. Bem jovem se aprende que há pessoas que podem ser xingadas de “viado” ou de “sapatão”, e um dos efeitos mais temíveis e mais eficazes dessa injúria é que ela opera como um ato de censura, como a formulação de um interdito que se endereça a todos pelo fato de editar, garantir e reforçar a norma heterossexual, barrando o acesso àquilo que é estigmatizado pela linguagem (ERIBON, 2008:83).

processo de “saída do armário” não seja suficiente para solucionar todos os problemas, conflitos e dificuldades que as pessoas LGBT enfrentam, cotidianamente, sem que tenham realizado tal processo.

Decerto, “dentro ou fora do armário”, as pessoas de sexualidades dissidentes estão quase sempre sujeitas ao preconceito, à discriminação, aos conflitos e à rejeição. No entender de Louro (2007:27), “a produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade”. “Uma rejeição que se expressa, muitas vezes, por declarada homofobia”. Para Junqueira (2007), a homofobia está associada a mecanismos de controle social que operam por meio de discriminações, preconceitos, violências para com os homossexuais. Segundo Prado e Machado (2008: 71) “o preconceito é fundamental na estruturação das hierarquias e na manutenção das inferiorizações sociais”.

Assim, o preconceito, a discriminação e a exclusão social, manifestados por meio da homofobia ou LGBTfobia, demonstram uma hierarquia entre as sexualidades. De tal modo que à heterossexualidade é atribuída um *status* de superioridade em relação às outras sexualidades não-heterossexuais. Nesta perspectiva, a homofobia ou a LGBTfobia podem ser consideradas instrumentos de dominação através dos quais sujeitos e grupos sociais disputam o poder, tendo como justificativa a heteronormatização de comportamentos sociais.

(SD- 50): “O cantor Ricky Martin se tornou um dos grandes defensores da comunidade LGBTQ depois que, há sete anos, decidiu confirmar os rumores sobre sua orientação sexual e assumir que é gay”;

(SD-51): “‘Meu amigo, você não faz ideia... demorou muito tempo’, lembrou o porto-riquenho no programa ‘The Daily Show with Trevor Noah’ sobre esse momento decisivo em sua vida. ‘O ponto é que eu estava cercado por amigos que disseram para não fazê-lo, que seria o fim da minha carreira’, explicou o cantor”;

(SD-52): “Embora estivessem completamente errados, o cantor disse saber que os conselhos para que ele não tornasse sua homossexualidade pública vinham com boa intenção”;

As sequências discursivas (SD-50; SD-51; SD-52) tratam da “saída do armário” do cantor Ricky Martin, realizada há sete anos (ver SD-50). O processo de “saída do armário” não é fácil para ninguém, sobretudo para alguém que tem uma vida pública como o cantor, Ricky Martin. Por conta dos problemas e conflitos que cerceiam a vida de uma pessoa de sexualidade dissidente, a “saída do armário” pode representar a libertação disso tudo, mesmo que parcialmente. Por isso, Ricky Martin, “[...] decidiu confirmar os rumores sobre sua orientação sexual e assumir que é gay”, como vemos na (SD-50). Para Eribon,

O “armário” foi com tanta frequência denunciado pelos militantes homossexuais como o símbolo da “vergonha” e da submissão à opressão que se acabou esquecendo ou negligenciando do que ele também pode ser, e ao mesmo tempo, um espaço de liberdade e um meio – o único – de resistir e de não se submeter às injunções normativas. E que, para muitos *gays*, ele ainda o é. Num sentido, e talvez de modo paradoxal, ele foi o meio de ter “orgulho”, quando tudo levava a ter vergonha. Ainda que se tratasse de um orgulho secreto e intermitente, talvez até fugaz. E é esse extraordinário sentimento de orgulho e de liberdade conquistada e mantida como um segredo partilhado com vários que os *gays* das gerações precedentes talvez não encontrem mais na liberdade e no orgulho ostentados à luz do dia e que lhes parecem fáceis demais e, num certo sentido, um pouco insossos, uma vez que perderam o sabor do jogo com o interdito (2008: 67-68, grifos do autor).

A expressão “sair do armário” refere-se ao momento em que o indivíduo sai da dimensão na qual se mantém isolado em sua subjetividade em meio às representações simbólicas da reprodução do sistema sexo-gênero-heterossexual. Essa dimensão se configura no contexto de muitas violações coletivas, que podem se manifestar em termos de violência simbólica ou física sobre aqueles que se ousam se afirmar como homossexuais em determinados ambientes públicos.

Por conta disso, alguns amigos do cantor Ricky Martin o aconselharam a não “sair do armário”, conforme podemos atestar no encadeamento de palavras “[...] O ponto é que eu estava cercado por amigos que disseram para não fazê-lo, que seria o fim da minha carreira [...]”, presentes na (SD-51), e “[...] conselhos para que ele não tornasse sua homossexualidade pública [...]”, presente na (SD-52). Na visão dos amigos de Ricky Martin, a revelação pública de sua homossexualidade poderia lhe trazer sérias consequências, sobretudo encerrar sua carreira como cantor. Em vista

disso, o melhor seria manter sua homossexualidade em segredo, isto é, no armário. Mesmo assim, o cantor resolveu investir em sua liberdade, “saindo do armário”, como vemos na (SD-50).

7. CONCLUSÃO

Esta pesquisa objetivou analisar alguns aspectos do funcionamento do discurso da mídia *online* brasileira sobre o gesto performativo-discursivo instado em torno de movimentos simbólicos em torno da “saída ou não do armário”. Percebemos, em nossas análises, que o jogo de “assumir-se” ou de “sair do armário” implica em ritos, registros e espaços diferenciados. Neste estudo, consideramos o gesto de “sair do armário” ou de “entrar ou permanecer no armário” como fenômenos de linguagem que produzem múltiplas discursividades contemporâneas. Essas discursividades são acontecimentos discursivos, portanto, são acontecimentos históricos que, emergem na mídia *online* de *sites* brasileiros, por meio da materialidade da língua (estrutura).

A mídia tem se configurado como uma poderosa ferramenta construtora de opiniões, saberes, normas, valores e subjetividades. Utilizando-se de mecanismos de controle discursivo, a mídia *online* brasileira produz os seus discursos sobre as homossexualidades com base na ideologia heteronormativa. Por heteronormatividade entende-se como um dispositivo de poder que impõe aos indivíduos um modelo de ser e de viver baseado na heterossexualidade. A heteronormatividade é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle que incide sobre todos os indivíduos, homo ou heterossexuais. Assim, a heteronormatividade não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade foucaultiano. Sendo um dispositivo de poder, a heteronormatividade funciona com o objetivo de fazer com que todas as pessoas organizem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e ‘natural’ da heterossexualidade (MISKOLCI, 2009a: 156).

Percebemos, em nossas análises, que a ordem discursiva da mídia *online* brasileira funciona com base no dispositivo da sexualidade (Foucault, 2009 e), circunscrita em torno da ordem sexual baseada na heterossexualidade, isto é, na heteronormatividade. Nesse sentido, Trevisan comenta:

[...] são as ideologias que procuram estabelecer padrões e normas. Nesse sentido, o “assumir-se” homossexual poderia acabar criando uma nova forma de categorizar o desejo, justamente, por outorgar-lhe uma outra naturalidade e legitimidade, inaugurando novos parâmetros de normalidade – exatamente como faz o ordem médico-psiquiátrica, ao pretender reprimir desejos considerados desviantes (2004:19).

Assim, na análise do *corpus*, constatamos que o número de sequências discursivas sobre a “saída ou não do armário” inscritas na formação discursiva da “heteronormativa” foi muito maior que na formação discursiva “não-heteronormativa”. Isto justifica o fato de termos evidenciado, de forma significativa, em nossas análises, sentidos que revelaram as sexualidades dissidentes, no funcionamento discursivo midiático, como sendo “desvio da norma sexual”, baseada na heterossexualidade. Nesse sentido, entendemos o porquê que a formação discursiva é a “matriz do sentido” (PÊCHEUX, 2007a: 160).

No tocante à heteronormatividade, percebemos que ela surge como uma das formas da ideologia dominante que “interpela” os indivíduos homossexuais em sujeitos que, no funcionamento do discurso, mostram-se como, compulsoriamente, heterossexuais. Assim, evidenciamos, no funcionamento do discurso midiático, sujeitos LGBT mais visíveis, no entanto, mais heteronormativos. Portanto, há, no funcionamento do discurso midiático, sujeitos que resolvem “sair do armário” e esse movimento é considerado, na sociedade brasileira contemporânea, “subversivo” ou “transgressivo”. Isto porque, é um movimento que vai de encontro à heteronorma, instituída pelo poder hegemônico das sociedades ocidentais capitalistas, como a sociedade brasileira. Nesse sentido, a homossexualidade deve ser interdita (silenciada, reprimida, excluída), no seio da vida social, tanto em “atos” quanto nas práticas discursivas.

Na análise do funcionamento discursivo da mídia *online* brasileira, percebemos que os efeitos de sentidos, por meio dele, evidenciados, são efeitos constitutivos das identidades de gênero LGBT dos sujeitos que assumem publicamente suas sexualidades não normativas. Portanto, são os efeitos de sentido, produzidos no funcionamento do discurso midiático, que constroem ou reconstroem, afirmam ou negam, visibilizam ou invisibilizam, evidenciando ou

silenciando, as marcas identitárias dos sujeitos homossexuais. O Brasil, seguindo o modelo europeu, passa a buscar abordagens científicas para abordar a questão sobre a homossexualidade.

Os médicos a veem como “inversão congênita ou psíquica” estudam suas origens e prescrevem os tratamentos (TREVISAN, 2004:179). Portanto, tanto na Europa quando aqui no Brasil, a homossexualidade passa a ser vista não somente como uma sexualidade “anormal” “subversiva” e “doente”, mas também como uma categoria identitária sexual. Entretanto, como a heterossexualidade é considerada a categoria identitária padrão, aceitável e legítima em todos os âmbitos da vida social, a homossexualidade passa a ser vista como uma categoria identitária não-padrão, inaceitável e ilegítima. Dessa forma, a homossexualidade passa a ser vista como categoria identitária minoritária, portanto, uma categoria passível de ser discriminada socialmente.

Observamos, na análise de algumas sequências discursivas, que muitos homossexuais são penalizados por “assumir” sua orientação sexual não heterossexual. Dentre as penalidades relatadas, evidenciamos: perseguições, retaliações, ameaças, rechaços e deserções. Por isso que, a boa parte dos homossexuais relatados nos textos jornalísticos midiáticos, ainda “prefere” manter suas sexualidades dissidentes “dentro do armário”.

Notamos que a mídia constrói e reforça representações do discurso social hegemônico da heteronormatividade, cujos efeitos de sentido revelam a homossexualidade de forma estigmatizada, reforçando a segregação e o preconceito que acabam se manifestando como homofobia ou LGBTfobia, não só no contexto discursivo midiático, como também no contexto social em geral. Nesse sentido, podemos afirmar que a heteronormatividade, por meio da mídia, agencia o que deve ser mostrado e consumido pela sociedade através das representações de linguagem. Desse modo, observamos que a mídia produz e reafirma discursos heteronormativos que são “consumidos” sem nenhuma problematização ou questionamentos por parte dos sujeitos, levando-os a uma consciência “naturalizada” da realidade. Esse fato não interfere apenas na conduta e nos padrões de vida dos indivíduos considerados normais no seio social, mas também apresenta incidência nas relações e na visão de que os ditos “anormais” têm de si próprios e dos modos de subjetivação do qual fazem parte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, P. *Reflexões Sobre a História da homossexualidade*. In: AIRES, P & BEJIN, A. (Orgs.) *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ALMEIDA, N. F. de. *A diversidade entra na escola: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação. Orientadora: Maria Veranilda Soares Mota 2009. Dispon[í]vel em <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>. Acesso em 16/06/2015.

ALTHUSSER, L. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editora Presença Ltda. 3ª ed, 1969.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA (1995). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-IV*. 4ª ED. Porto Alegre: (RS) Artmed.

ANTUNES, P. P. S. Homofobia internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo. 2016. 434f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC –SP, 2016.

AUSTIN, J. *Quando dizer é fazer: Palavras e ações*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AVELAR, B. R. *Políticas Públicas de Segurança no Brasil: para pensar os Direitos Humanos de LGBT*. 2014. 189f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Sociologia, Universidade Federal de Goiás, 2014.

BACZKO, B. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

BATISTA, V. M. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUER, W. M.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático*/ Martin W. Bauer, George Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BORBA, R. Linguística *queer*: uma perspectiva pós-identitária para os estudos da linguagem. *Revista Entrelinhas*, v. 9, n. 1, jan./jun. 2015.

BORGES NETO, J. *Ensaios de filosofia linguística* / José Borges Neto – São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORRILLO, D. A homofobia. In: LIONÇO, T. *Homofobia e educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: Ed. UNB, 2009.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

BRANDÃO, H. N. *Introdução à análise do discurso*. 2 ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

BRASIL. *Constituição: República Federativa do Brasil, 1988*. Brasília: Ministério da Educação, 1989.

BRITTOS, C. V. e GASTALDO, E. *Mídia, poder e controle social*. Alceu – v.7, n.13, p.121 a 133 – jul./dez.2006.

BRITZMAN, D. O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.21, n.1, p.71-96, jan./jun. 1996.

BUTLER, J. P. *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. London: Routledge, 1993.

_____, J. P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade/ Judith Butler*; tradução, Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____, J. P. Inversões sexuais. In: *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade / Izabel C. Friche Passos*, (org.). – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. – (Coleção Estudos Foucaultianos).

CÂMARA, C. *Cidadania e Orientação Sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: Academia Avançada, 2002.

CASSAL, L. C. B.; BICALHO, P. P. G. “Não importa ser ou não ser, importa parecer”: pistas sobre violência homofóbica e educação. In: Bortolini, A. (org.). *Diversidade Sexual e de Gênero na Escola: Educação, Cultura, Violência e Ética*. Rio de Janeiro: Pró-reitoria da Extensão/UFRJ, 2011. P.78-93.

CASTAÑEDA, M. *A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas/ Marina Castañeda*. – São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias/ Patrick Charaudeau*; tradução Ângela S. M. Corrêa. 1. Ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

COLLING, L. Mais visíveis e mais heteronormativos: a performatividade de gênero das personagens não-heterossexuais nas telenovelas da Rede Globo. In: *Estudos e política do CUS – Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade/ Leandro Colling e Djalma Thurler* (organizadores). – Salvador: Edufba, 2013. – (Coleção CULT; n.15). p. 87-110.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP (1999, 22 de março). Resolução CEP nº. 001/1999. Recuperado em 26 de junho de 2014: <http://www.pol.org.br/legislacao/resolucoes.cfm?ano=1999>.

COSTA, S.I. A Mulher do Século XXI: (IN) Alterada? In: *Entre o texto e o discurso*/ Palmira Heine (Org.); Lícia Maria Bahia Heine (Org.); Jaqueline Barreto Lé; Iraneide Santos Costa; Marta Maria Nery. – Simões Filho: Kalango, 2011.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político*. Derivas da fala pública. Org. e trad. Nilton Milanez e Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____, J.J. *Análise do discurso político*. O discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCAR, 2009.

CRUZ, P. M. A representação do eu: a imagem como elemento discursivo na construção de identidades feminina. *Revista eletrônica Temática*, Ano V, n.12, p.4, dezembro. , 2009.

DAGNESE, N. *Cidadania no armário – Uma abordagem sócio-jurídica acerca da homossexualidade* -/ Napoleão Dagnese. – São Paulo: Ltr, 2000.

DE LAURETIS, T. “A Tecnologia do Gênero”. In: HOLANDA, H. B. (org.). *Tendências e impasses: o feminino como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

DERRIDA, J. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

DOMINGOS, J. J. *Discurso, poder e subjetividade: uma discussão foucaultiana*./ J. J. Domingos. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2009.

_____, J.J. *Do armário ao altar: a constituição do sujeito homoafetivo no discurso midiático* / J.J. Domingos. - Paraíba: Marca de Fantasia, 2015.

DOUGLAS, A. *Two Lovers*. The Chameleon, December, 1984.

ERIBON, D. *Reflexões sobre a questão gay* / Didier Eribon; tradução Procopio Abreu; editor José Nazar. – Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____, M. *A ordem do discurso; aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 18ª ed, 2009a.

_____, M. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009b.

_____, M. *A verdade e as formas jurídicas*/Michel Foucault, (tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes... et al.J. – Rio de Janeiro: NAU Editora. 3ª ed. 5ª reimpressão, 2009c.

_____, M. *Microfísica do poder*/Michel Foucault; organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 27ª reimpressão, 2009d.

_____, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*, tradução de Maria Tereza da Costa Alburquerque e J. A. Guilhon Alburquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal. 19ª ed, 2009e.

_____, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. 36. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009f.

_____, M, 1926-1984. *Ética, sexualidade, política* / Michel Foucault; organização e seleção de textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. – 2ª. Ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a. (Ditos e escritos; V).

_____. Sexualidade e Poder. In: MOTTA, Manoel Barros (org). *Michel Foucault: Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b. (Ditos & Escritos V, p.56-76).

FACCHINI, R. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERREIRA, R.C.; SIQUEIRA, M.V.S. O gay no ambiente de trabalho: análise dos efeitos de ser gay nas organizações contemporâneas. In: ENANPAD, 32, 2008, Rio de Janeiro. *Trabalhos apresentados*. Rio de Janeiro, 2007.

FOSTER, D. W. *Consideraciones sobre el estudio de la heteronormatividade en la literatura latinoamericana*. *Letras: literatura e autoritarismo*, Santa Maria, n.22, jan./jun. 2001.

FRY, P.; MACRAE, E. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GÓIS, J. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 11, n. 1, jan. / jun. 2003.

GUILHAUMOU, J. ; MALDIDER, D. Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: *Gestos de leitura: da história no discurso*/ Eni P. Orlandi (org.) [et al.] 3ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. P. 161 – 183.

GUIMARÃES, C. D. *O homossexualismo visto por entendidos*. Rio de Janeiro: Garamont, 2004.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Trad.: Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

GREGOLIN, R. M, do. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: Gregolin, M. Rosário. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*/ [organizado por] Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Claraluz, 2003. 135p

GREEN, J. N.; POLITO, R. *Frescos trópicos: fontes sobre homossexualidade masculina no Brasil (1870-1980)*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2006. (Baú de Histórias).

HALL, Stuart. “Quem precisa de identidade?”. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*/ Tomaz Tadeu da Silva (org.). 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ILGA – Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexos. (2009). Homofobia do Estado: Uma pesquisa mundial sobre legislações que proíbem relações consensuais entre adultos do mesmo sexo. Disponível em: <http://ilga.org.br>. Acessado em: 30 de dezembro de 2018.

IRIGARAY, H. A. A Estratégia de sobrevivência dos gays no ambiente de trabalho. In: ENANPAD, 31, 2007, Rio de Janeiro. *Trabalhos apresentados*. Rio de Janeiro, 2007.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Bagoas – Estudos gays: gênero e sexualidade*. Periódicos eletrônicos da UFRN. V.01. N.01. , p.1-21, 2007.

KATZ, J. N. *A invenção da heterossexualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

LEWIS, S. E. Teoria(s) Queer e performatividade: mudança social na matriz heteronormativa. In: *Currículo, sexualidade e ação docente*/ organização Elizabeth Macedo; Thiago Ranniery / 1ª ed. – Petrópolis, RJ: DP et Alii, 2017.

LIVIA, A.; HALL, K. “É uma menina: a volta da performatividade à linguística. In: *Linguagem, Gênero, Sexualidade: clássicos traduzidos* / Robin Lakoff... [et al.]; organização e tradução, Ana Cristina Ostermann, Beatriz Fontana. – São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

LOURO, G. L. Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação. In: *Revista Estudos Feministas*. V.9 n.2. Florianópolis, 2001.

_____, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*/ Guacira Lopes Louro (Org.); Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____, G. L. *Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008 a.

_____, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista* / Guacira Lopes Louro. 10. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008b.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos Discursos*; Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MARCONDES FILHO, C. *O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza*. 2ª Ed. São Paulo: Ática, 1989.

MAZIÈRE, F. *A Análise do Discurso: história e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

MISKOLCI, R. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

_____, R. *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*. In: *Sociologias*, n. 21, Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2009a, p.150 - 182.

_____, R. *O Armário ampliado – notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet*. *Gênero*. Niterói, v.9, n.2, p.171 – 190, 1. Sem. 2009b.

_____, R. *Machos e brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas on-line*. *Estudos Feministas*, 21 (1), 2013, p.301-324.

MOITA LOPES, L. P. da. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva da raça, gênero e sexualidade em sala de aula*/ Luiz Paulo da Moita Lopes. – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002. – (Coleção Letramento, Educação e Sociedade).

_____, L. P da.(org.). *Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, sexualidade e profissão na escola e na família*. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2003.

MOTT, L. Os homossexuais: as vítimas principais da violência. In: VELHO, G.; ALVITO, M. (Orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 99-146.

_____, L. Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias? In: CORRÊA, M. (Org.). *Gênero & Cidadania*. Campinas: Pagu/ Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP. 2001.p. 143 -256.

_____, L. *Homossexualidade: mitos e verdades*. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2003.

_____, L. A construção da cidadania homossexual no Brasil. In: *Democracia Viva*, ed. 25. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 2005. Disponível em: http://www.ibase.br/pubibase/media/ibasenet_dv25_espaco_aberto.pdf, acessado em janeiro de 2019.

MUSSALIN, Fernanda. A Análise do Discurso. In: __; BENTES, Ana Christina (Orgs.). *Introdução à Linguística fundamentos epistemológicos*. V.1. São Paulo: Cortez, 2005.

NAVARRO, P. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo* [organizado por] Maria do Rosário Gregolin. São Carlos: Claraluz, 2003. 135p.

_____, P. O Pesquisador da mídia: entre a “aventura do discurso” e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. In: NAVARRO, Pedro (org). *Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos*. São Carlos: Claraluz, 2006.

_____, P. Uma definição da ordem discursiva midiática. In: *A (des)ordem do discurso*/ Nilton Milanez, Nádea Regina Gaspar, (orgs.). São Paulo: Contexto, 2010. p. 79-93.

NUNAN, A. *Homossexualidade: do Preconceito aos Padrões de Consumo*. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

OLIVEIRA, A. L. Gramsci. In: *Estudos do discurso: perspectivas teóricas/ organização Luciano Amaral Oliveira*. – 1. Ed. – São Paulo: Parábola, 2013.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso* / Eni P. Orlandi. – 2. Ed. ver. e aum. – Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____, E. P. *Análise de discurso: Princípios & Procedimentos*. Campinas SP: Pontes, 2007 a.

_____, E. P. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*/ Eni P. Orlandi – 5ª Edição, Campinas, SP: Pontes, 2007b.

_____, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos* / Eni Puccinelli Orlandi. – 6ª ed. – Campinas. SP: Editora da Unicamp, 2007c.

_____, E. P. *Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos*/ Eni P.Orlandi – Campinas, SP: 3ª Edição Pontes Editores, 2008.

_____, E. P. *Introdução às ciências da linguagem – Discurso e textualidade* / Suy Lagazzi-Rodrigues e Eni P. Orlandi (orgs.) – Pontes Editores, 2010 – 2ª Edição: Campinas, SP.

OKITA, H. *Homossexualidade: da opressão à libertação*. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

PRADO, M. A. M; MACHADO, F. V. *Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo. Editora Cortez, 2008. – (Preconceitos; v.6).

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997a.

_____, M. Análise Automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*; tradutores Bethania S. Mariani... [ET al.]- 3. Ed.- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997b.

_____, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualizações e Perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*; tradutores Bethania S. Mariani... [ET al.]- 3. Ed.- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997c.

_____, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad.: Eni P. Orlandi. 5ª Ed.: Campinas, SP, Pontes Editores, 2008.

_____, M. Ler o arquivo hoje. In: *Gestos de leitura: da história no discurso/ Eni P. Orlandi (org.) [et al.] 3ª ed.* – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. P. 49 – 59.

PINO, N. P. A. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos desfeitos. In: *Cadernos Pagu*. Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, Inês. *Lingua(gem) e Identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado de Letras, São Paulo: Fapesp, 1998.

REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*/Judith Revel; Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, I. R. *A TV no armário: a identidade gay nos programas e telejornais brasileiros*/ Irineu Ramos Ribeiro. – São Paulo: GLS, 2010.

RIOS, R. R. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: POCAHY, F. *Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea*. Políticas, teoria e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*/ Elisabeth Roudinesco, Michel Plon; tradução Vera Ribeiro, Lucy Magalhães; supervisão da edição brasileira Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

SAEZ, J. *Pelo cu: políticas anais* / Javier Saez, Sejo Carrascosa; Tradução Rafael Leopoldo – Belo Horizonte, MG: Letramento, 2016.

SAGGESE, G. S. R. *Quando o armário é aberto: visibilidade, percepções de risco e construção de identidades no coming out de homens homossexuais*. Seminário Fazendo Gênero – corpo, violência e poder, Florianópolis, SC, Brasil, 8, 2008.

SALIH, S. *Judith Butler e a Teoria Queer* / Sara Salih: tradução e notas: Guacira Lopes Louro. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SEDGWICK, E. K. *A epistemologia do armário* (P. Dentzien, trad., S. Miskolci & J. A. Simões, rev.). Cadernos Pagu, 28, p. 19-54, 2007.

SEIDMAN, S. *Critique of Compulsory Heterosexuality: Sexuality Research & Social Policy*, v.6, n.1, p. 18-28, mar, 2009.

SILVA, A. F. da. *Pelo sentido da vista: um olhar gay na escola*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação. Orientador: Jarbas Santos Vieira, 2008. Disponível em <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>. Acesso em 16/05/2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*/ Tomaz Tadeu da Silva (org.). 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SOARES, A. S. F. *A homossexualidade e a AIDS no imaginário de revistas semanais (1985-1990)*. Tese de doutorado defendida no programa de pós-graduação em letras da UFF, 2006.

SPARGO, T. *Foucault e a teoria queer: seguido de Águape e êxtase: orientações pós-seculares* / Tamsin Spargo: tradução Heci Regina Candiani: posfácil Richard Miskolci. – 1ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. – (Argos, 2).

SPENCER, C. *Homossexualidade: uma história*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1955.

_____, J. B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade*. 6 eds. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2004.

WARNER, M. *Fear of a queen planet: queer politics and social theory*. Minneapolis University of Minnesota, 1993.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* / Guacira Lopes Louro (organizadora); Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva – 2. Ed., 3ª reimpressão – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

WEINBERG, G. *Society and the healthy homosexual*. New York: Saint Martin's, 1972.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*/ Tomaz Tadeu da Silva (org.). 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (Org.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, p. 10-64, 1996.

ANEXOS

ANEXO I

Mulher é morta na frente da namorada após reagir a ofensas homofóbicas

ESTADÃO conteúdo
Em São Paulo 25/02/2016 12h14



Ouvir texto Imprimir Comunicar erro

Priscila Aparecida Santos da Costa, 25, foi morta com dois tiros na madrugada de segunda-feira (22), em uma praça no Jardim Guapiranga, em Itanhaém, no litoral sul de **São Paulo** (<http://noticias.uol.com.br/sao-paulo>), após reagir a ofensas homofóbicas em um bar. Ela foi baleada na frente da namorada e de um irmão. O acusado, Fabiano da Silva Gregório, 19, teria confessado o crime e está foragido.

Segundo a Polícia Militar, Priscila estava com a namorada e um irmão no Bar do Pudim, onde o suspeito teria atacado o grupo com ofensas homofóbicas. Testemunhas informaram à polícia que a jovem reagiu às ofensas. Houve uma discussão e ela chegou a desferir alguns tapas no suspeito, antes de deixar o estabelecimento.



Priscila Aparecida Santos da Costa, que foi morta após ofensas homofóbicas

Por volta das 5h20, o suspeito foi à praça onde os três estavam e atirou duas vezes em Priscila, que morreu enquanto recebia atendimento na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Itanhaém.

Com passagem por roubo, Gregório foi identificado por pessoas que presenciaram o crime. Os policiais estiveram na residência do suspeito, conversaram com parentes e descobriram que ele teria confessado o homicídio a familiares. Ele permanece foragido. O caso está sendo apurado na Delegacia de Investigações Gerais (DIG).

Fonte: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/02/25/mulher-e-morta-na-frente-da-namorada-apos-reagir-a-ofensas-homotobicas.htm>

ANEXO II

Polícia investiga morte de dois professores por homofobia na Bahia

ESTADÃO conteúdo
Em Salvador 15/06/2016 21h13

f t p in e Ouvir texto Imprimir Comunicar erro

Uoston Pereira/BBC



Professores gays carbonizados em carro levam cidade do sertão baiano às ruas

A Polícia Civil da Bahia (<http://noticias.uol.com.br/bahia/>) está investigando o que motivou a morte de dois professores em Santa Luz, a 265 quilômetros de Salvador. Edivaldo Silva Oliveira, o Nino, e Jeovan Bandeira mantinham um relacionamento e os investigadores querem saber se os assassinatos foram motivados por homofobia.

Na sexta-feira, 10, dois corpos carbonizados foram encontrados no porta-malas de um veículo abandonado às margens da Rodovia BA-120. O corpo de Oliveira foi menos atingido pelo fogo e o seu reconhecimento ocorreu de forma mais rápida. A polícia ainda investiga se o outro corpo pertence a Bandeira e deverá requerer exame de DNA para obter a confirmação.

Os dois professores lecionavam no Colégio Estadual José Leitão, onde foram vistos juntos pela última vez na noite de sexta, no fim do expediente.

O delegado João Oliveira Farias Filho, que está à frente do inquérito do caso, ainda busca informações para identificar a motivação e autoria dos crimes. A polícia confirmou já ter ouvido cerca de 20 pessoas; dois rapazes chegaram a ser conduzidos até a delegacia, mas foram liberados após os depoimentos.

Fonte: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/06/15/policia-investiga-morte-de-dois-professores-por-homofobia-na-bahia.htm>

ANEXO III

NOTÍCIAS

24/03/2016 00:02 -03 | Atualizado 26/01/2017 22:52 -02

Como a LGBTfobia se esconde no Brasil?

HuffPost Brasil, com CAJ



Você já imaginou ser agredido apenas por existir? E por abraçar, beijar ou andar de mãos dadas com alguém que você ama?

A população **LGBT** já. Na verdade, não apenas imagina como sente na pele todos os dias a violência física e verbal e a discriminação.

Some a isso o despreparo policial e a falta de uma lei que trate desses tipos de agressão, e você terá um mar de casos não resolvidos, subnotificados e uma sociedade que, em boa parte, acredita que homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia não existem e, conseqüentemente, não precisam ser combatidas.

O HuffPost Brasil e o Curso Abril de Jornalismo se uniram para investigar o labirinto das denúncias de LGBTfobia no País, entender a disparidade das estatísticas existentes e, sobretudo, ouvir a voz das vítimas do ódio pelo diferente.

O resultado é a nossa matéria: **Como a LGBTfobia se esconde no Brasil?**.



Somos a nação que mais mata pessoas trans no mundo. De acordo com a ONG alemã Transgender Europe e seu mapa de monitoramento, foram 546 casos entre 2011 e 2015. Para se ter uma ideia, o segundo lugar, o México, teve 190 no mesmo período.

Quando contamos os assassinatos de lésbicas, gays e bissexuais nestes últimos quatro anos, o número, contabilizado pelo Grupo Gay da Bahia, salta para 1.560. Já as denúncias de violência reportadas ao poder público federal por meio do Disque 100 totalizam 8.099.

Fonte: https://www.huffpostbrasil.com/2016/03/23/como-a-lgbtfobia-se-esconde-no-brasil_a_21689167/

ANEXO IV
NOTÍCIAS

11 estados aderiram ao Pacto Nacional de Combate à LGBTfobia. O que isso significa?

Ideia é fortalecer ações regionais de enfrentamento à violência contra população LGBTI+.



AFP/GETTY IMAGES Até o momento 11 Estados já assinaram o pacto; Amapá e Rio Grande do Norte também devem aderir em breve.

O preconceito contra **lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais** matou uma pessoa a cada 19 horas no Brasil em 2017. Segundo levantamento do Grupo Gay da Bahia, o número de mortes motivados pela **LGBTfobia** chegou a 445 no ano passado, um aumento de 30% em relação a 2016. Também no ano passado, o Disque 100, do Ministério dos Direitos Humanos (MDH), recebeu 1.720 denúncias de violações contra LGBTs.

Fonte: https://www.huffpostbrasil.com/2018/06/11/11-estados-ja-aderiram-ao-pacto-nacional-de-combate-a-lgbtphobia-mas-o-que-isso-significa_a_23456278/

ANEXO V

EXAME.COM

CARREIRA - VOCÊ S/A

Devo assumir que sou gay no ambiente de trabalho?

Nos últimos anos as empresas abriram as portas para a diversidade. Veja o que avaliar antes de sair do armário

Por **Lucas Rossi**

access_time 14 mar 2013, 16h07

Alessandre Cadette, da Skygraf: para ele a sexualidade não muda nada no trabalho (Paulo Pampolin / VOCÊ S/A)



São Paulo – Para profissionais homossexuais, assumir sua identidade no trabalho nunca foi fácil, mas, nos últimos anos, alguns avanços sociais amenizaram o dilema. Em primeiro lugar, a união estável homoafetiva virou uma realidade no Brasil.

PUBLICIDADE

No mercado de trabalho, muitas empresas adotaram políticas de diversidade — atualmente, 66% delas aceitam que os funcionários incluam companheiros do mesmo sexo no plano de saúde, segundo pesquisa da consultoria Towers Watson feita com 200 companhias nacionais e multinacionais.

“O cenário melhorou muito nos últimos dez anos, mas não significa que todas as organizações tenham programas de diversidade”, diz o psicólogo Klecius Borges, de São Paulo, que deixou há 11 anos a vida corporativa para montar uma clínica de terapia para homossexuais e seus familiares.

Diante de um cenário mais favorável, surgem duas questões: será que o preconceito acabou mesmo? E, agora que a empresa apoia, sair do armário vai trazer algum benefício profissional?

A aceitação da diversidade nas companhias se dá por questões de ordem prática. Ao disputar talentos, elas perceberam que não poderiam perder um funcionário por causa de sua identidade — sexual, racial ou religiosa. As multinacionais globalizadas puxam o movimento.

“Dentro do mesmo ambiente começaram a conviver pessoas de lugares diferentes, com outras línguas, culturas e comportamentos”, diz Borges.

O dinheiro também motiva a criação de políticas de promoção da diversidade. A população homossexual brasileira é estimada em 18 milhões de pessoas, maior do que toda a população do Chile, e gasta até 30% mais do que os heterossexuais, segundo a consultoria InSearch, de São Paulo.

Ou seja, é um excelente público consumidor. Para falar com essa audiência é preciso ter profissionais que entendam as necessidades e as aspirações desse público.

Apesar das boas intenções das organizações, a discriminação não desapareceu. De acordo com uma pesquisa do site de empregos Trabalhando.com com 400 profissionais brasileiros de todos os níveis, homossexuais ou não, 54% afirmaram que existe preconceito sexual dentro das empresas, mas não assumido.

O mesmo levantamento, feito com 30 companhias de médio e grande porte, mostra que para 38% delas a decisão de contratar ou não um homossexual depende do cargo e da área de atuação.

“As empresas são homofóbicas, afinal a sociedade brasileira é homofóbica e uma empresa é formada por pessoas”, diz Eloisio Moulin, professor de administração da Universidade Federal do Espírito Santo, que em seu doutorado estudou a discriminação de homossexuais masculinos em bancos públicos.

Fonte: <https://exame.abril.com.br/carreira/devo-assumir/>

ANEXO VI

Ator da Globo assume ser gay publicamente: 'estava maltratado, humilhado'

Terça-Feira, 13/02/2018, 08:56:47 - Atualizado em 13/02/2018, 08:57:16



Trabalhando na TV Globo desde 1998, o ator Luís Miranda tomou coragem e assumiu ser homossexual, um tabu no meio artístico, já que declarar a sua orientação sexual pode atrapalhar a carreira profissional e gerar exclusão.

Para o canal Universo da Cris no Youtube, Luís contou um pouco sobre esse momento. "Toda vez que alguém sai do armário automaticamente ajuda o outro a sair de lá também. Alguém que estava maltratado, humilhado ou se machucando. Ainda julgam que a posição sexual de alguém pode interferir no rendimento, crescimento, trabalho e vida social e isso não existe", afirmou.

Fonte: <http://www.diarioonline.com.br/entretenimento/fama/noticia-486576-ator-da-globo-assume-ser-gay-publicamente-estava-maltratado-humilhado.html>

ANEXO VII



Gays enfrentam dilema para sair do armário em Brasil 'polarizado'

10 abril 2013



A decisão da cantora baiana Daniela Mercury de assumir um relacionamento afetivo com uma mulher trouxe à tona um dilema frentado pelos gays brasileiros atualmente. Se por um lado mudanças recentes criaram um ambiente mais aberto para que homossexuais possam "sair do armário", por outro, a sociedade brasileira vive hoje um cenário de crescente polarização sobre o assunto.

O quadro atual inclui a conquista de direitos pelos gays, como a decisão do STF que aprovou a união civil estável, e a mobilização dos movimentos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) para mantê-los e ampliá-los. Mas há também confrontos acirrados com grupos religiosos e uma preocupação cada vez maior com assassinatos de membros desta comunidade.

Segundo o Relatório de Assassinatos de LGBTs de 2012, publicado pelo Grupo Gay da Bahia, um homossexual, lésbica, bissexual ou transexual é morto a cada 26 horas no país. Não fica claro no documento, no entanto, quantas dessas mortes estão diretamente relacionadas a ataques homofóbicos, configurando o que o grupo convencionou chamar de "homocídios".

Outro relatório, focado em violência homofóbica no Brasil e divulgado no ano passado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, revela que os órgãos federais receberam em 2011 uma média de 19 denúncias por dia de discriminação ou violência contra homossexuais.

Fonte: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2013/04/10/gays-enfrentam-dilema-para-sair-do-armario-em-brasil-polarizado.htm>

ANEXO VIII



Cresce o número de gays que usam o Facebook para 'sair do armário'

LEONARDO PEREIRA 16/10/2015 05H55



Um [levantamento](#) realizado pelo Facebook revela que a quantidade de pessoas nos Estados Unidos que usaram a rede social para “sair do armário” quase triplicou ao longo do último ano.

O Facebook considera que uma pessoa saiu do armário quando ela atualiza seu perfil para informar que tem interesse em pessoas do mesmo sexo ou quando ela adota um gênero personalizado com a ferramenta introduzida em fevereiro de 2014 e que [chegou ao Brasil neste ano](#).

Atualmente, mais de 6 milhões de americanos com conta no site se declaram homossexuais, e 800 mil deles explicitaram isso ao longo dos últimos doze meses.

Houve ainda alguns picos em 2015. Em 26 de junho, quando a Suprema Corte decidiu que todos os Estados deveriam respeitar o casamento entre pessoas de mesmo sexo, o número de pessoas que se assumiram disparou em 250%, percentual 2,5 vezes maior que o visto em 11 de outubro do ano anterior, quando o país comemorava o National Coming Out Day.

Além disso, no dia da decisão histórica mais de 26 milhões de usuários no mundo inteiro trocaram suas fotos de perfil por uma com as cores do arco-íris, símbolo de apoio à causa LGBT.

Fonte: <https://olhardigital.com.br/noticia/cresce-o-numero-de-gays-que-usam-o-facebook-para-sair-do-armario/52206>

ANEXO IX

REPRESENTATIVIDADE

Bisavô sai do armário aos 95 anos: “Eu nasci gay e fui gay a vida inteira”

“Você pode imaginar o que é ficar 90 anos no armário?”

Por Redação RPA

1 ano atrás | 1 ano atrás



Roman Blank, um bisavô de 96 anos, sabe o quanto é doloroso não poder falar abertamente sobre sua orientação sexual por temer o julgamento das pessoas.

Ele só assumiu ser gay para sua família há um ano. A história veio à tona no programa do youtuber [Davey Wavey](#). “Eu nasci gay e fui gay a vida inteira”, disse o Blank, que já é bisavô.

Blank descobriu-se homossexual aos 5 anos. “**Você pode imaginar o que é ficar 90 anos no armário?**”, perguntou Blank.

Todos esses anos dentro do armário causaram muita dor e sofrimento. A única pessoa que sabia era sua esposa, com quem Blank foi casado por 67 anos e teve dois filhos. Ele também tem cinco netos e um bisneto.

Os parentes souberam de uma vez: "Contei toda a tragédia da minha vida".

A reação que todos pais deveriam ter quando o filho sai do armário

O youtuber fez a pergunta que todos esperavam:

"Agora, com 96 anos, você quer um namorado? Um companheiro?" Roman foi preciso na resposta: "Sim!". O youtuber quis saber mais, que tipo de homem agrada o idoso. "**Eu não ligo!**", respondeu Blank.

Ele continuou:

"Eu não olho para o rosto, eu olho para o coração. Alguém para se apoiar, alguém que sinta o coração... batendo. E ninguém pode fazer isso a não ser pelo amor. E o amor é o bastante, como sempre deveria ser, não importa de que jeito você nasceu.

Vou ser bem sincero sobre isso. Eu não preciso de nenhuma ligação física ou mental. Não preciso. Mas eu quero... Eu quero ir dormir e ter alguém perto de mim. Por nada a não ser a certeza de que alguém se preocupa comigo. Você entende? É só isso".

Wayey encerrou a entrevista agradecendo Blank por sua coragem: "Eu estou orgulhoso por você!". "Obrigado", respondeu Blank. "**Eu estou orgulhoso**".

Fonte: <https://razoesparaacreditar.com/representatividade-2/bisavo-sai-do-armario-95-anos/>

ANEXO X

Ricky Martin revela porque decidiu sair do armário e assumir a sua sexualidade

Por Metro Internacional
Sexta, 19 janeiro 2018, às 16:48

Reprodução / starobserver



O cantor Ricky Martin se tornou um dos grandes defensores da comunidade LGBTQ depois que, há sete anos, decidiu confirmar os rumores sobre sua orientação sexual e assumir que é gay.

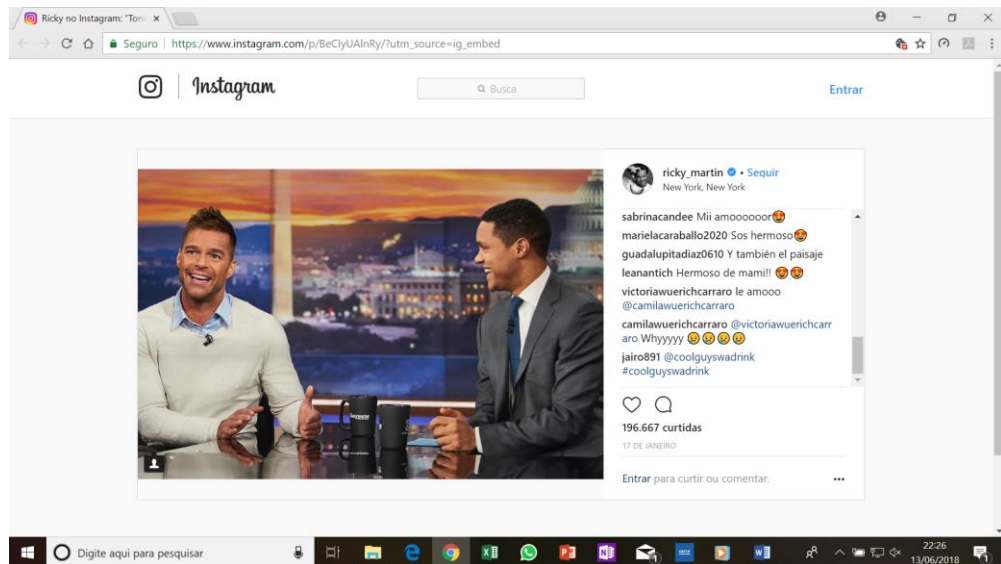
"Meu amigo, você não faz ideia... demorou muito tempo", lembrou o porto-riquenho no programa "The Daily Show with Trevor Noah" sobre esse momento decisivo em sua vida. "O ponto é que eu estava cercado por amigos que me disseram para não fazê-lo, que seria o fim da minha carreira", explicou o cantor.

Embora estivessem completamente errados, o cantor disse saber que os conselhos para que ele não tornasse sua homossexualidade pública vinham com boa intenção. A justificativa, segundo ele, é que aquelas pessoas também cresceram no mesmo ambiente repressivo que ele.

"Estas eram pessoas que realmente me amavam, que tinham boas intenções e que também tinham sido vítimas de homofobia. Você tem que entender que cresci em uma cultura onde me disseram que o que eu estava sentindo estava errado, era maligno. E se você adicionar que eu era ... bem, uma espécie de símbolo sexual, imagine. E todos me disseram que seria meu fim", revelou Ricky.

Um dos motivos que o estimulou a assumir sua sexualidade foi o nascimento de seus gêmeos Matteo e Valentino, gerados através de uma barriga de aluguel. Por eles, o cantor – que agora está casado com o artista Jwan Yosef – decidiu que deveria viver abertamente para garantir seu próprio bem-estar emocional e, por extensão, o de seus filhos.

"Foi muito doloroso para mim, até que eu decidi que não poderia suportar nenhum segundo mais. Agora se tratava só de mim, não do que poderia acontecer ao meu redor, o importante era o que eu precisava para ser feliz. Então eu tive meus filhos, e soube que tinha que sair do armário, porque não podia mentir para essas crianças maravilhosa", declarou Ricky, emocionado.

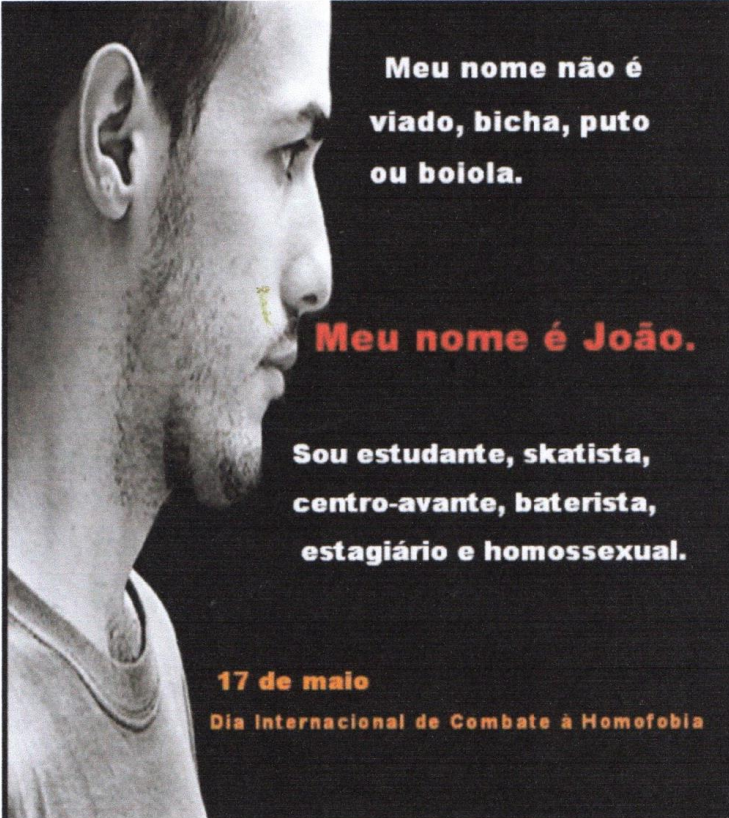


Fonte: <https://www.metrojornal.com.br/celebridades/2018/01/19/ricky-martin-revela-porque-decidiu-sair-armario-e-assumir-sua-sexualidade.html>

ANEXO XI

O que realmente é a Homofobia ?

24 JAN

Publicado por STOP HOMOFOBIA




**Meu nome não é
viado, bicha, puto
ou boiola.**

Meu nome é João.

**Sou estudante, skatista,
centro-avante, baterista,
estagiário e homossexual.**

17 de maio
Dia Internacional de Combate à Homofobia

Realização:

G8 - Generalizando   

Fonte: <https://stophomofobia.wordpress.com/2011/01/24/o-que-e-a-homofobia/>

ANEXO XII



Vinicius De Vita
Journalist and gay activist

OPINIÃO**O mundo não é um lugar seguro para LGBTs**

Mas a principal razão pela qual muitas pessoas optam por não revelar ao mundo os seus reais desejos e atrações está na discriminação que a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais sofre diariamente. O mundo não é um lugar seguro para LGBTs, e, de certa forma, viver "dentro do armário" é uma saída encontrada por muitos para não sofrer.

21/06/2016 14:14 -03 | **Atualizado** 21/06/2016 14:14 -03



ASSOCIATED PRESS

A couple hug each other as India's LGBT (Lesbians Gays Bisexuals Transgenders) community and their supporters hold a candle light vigil condemning the mass shooting at Pulse nightclub in Orlando, Florida as they gather in Mumbai, India, Thursday, June 16, 2016. Dozens of people died at the 'Pulse' gay nightclub in Orlando, making it the deadliest mass shooting in modern U.S. history. (AP Photo/Rafiq Maqbool)

Não sou muito chegado ao termo *enrustido*. Para mim, traz uma conotação negativa e imprópria para se referir a homossexuais que não assumem sua sexualidade. Digo isso

Fonte: <https://huffpostbrasil.com/vinacius-de-vita/o-mundo-nao-e-um-lugar-seguro-para-lgbts-a-21687817/>

ANEXO XIII



ANEXO XIV

50 anos da Batalha de Stonewall, a origem do orgulho LGBT

Um marco histórico da luta pelos direitos da população LGBTQ chega hoje aos 50 anos. Entenda por que esse confronto entre policiais e pessoas trans, lésbicas e gays mudou o mundo



50 anos de Stonewall (Foto: Cristiane Frota)



MÊS DO ORGULHO LGBT

ESPECIAL (Foto: O POVO ONLINE)

Na noite de 28 de junho de 1969 o inimaginável aconteceu num bar em Nova York, nos Estados Unidos. Uma rotineira batida policial não terminou. A reação segue viva até hoje. E está replicada nas Paradas do Orgulho LGBT que acontecem mundo afora, tem papel determinante na conquista de direitos de cidadania para esta população e fez desta data o Dia Mundial do Orgulho LGBT.

À época do acontecimento, a homossexualidade era considerada crime em quase todos os estados norte-americanos, com exceção de Illinois. E a polícia costumava dar "batidas" em lugares frequentados pelo público gay, lésbico e trans.

Mas neste exato dia 28, há 50 anos, os policiais não encontraram a passividade costumeira. Ao levar para o camburão algumas drag queens e travestis que estavam no bar, chamado The Stonewall In, começaram a ser revidados. Para surpresa geral. Primeiro por elas, as prisioneiras, que faziam caretas e lhes remendavam. Reagindo à provocação das moças, os policiais aumentaram o grau de violência na coerção. A multidão que acompanhava o "Salve Geral" também reagiu e começou a jogar moedas nos policiais.

Leia também:

[Primeiro homem transexual no Ceará a tem nome masculino oficializado na OAB](#)

["Brasil não disse que não quer o turista LGBT. É coisa de uma só pessoa"](#)

O espírito do levante estava posto, sem maiores explicações, e encontrou caminho fácil para vir à luz. Depois das moedas, garrafas e pedras passaram a ser arremessadas contra os policiais. E clientes e funcionários de bares vizinhos juntaram-se aos que já estavam no entorno de Stonewall.

O caldo engrossou. E transbordou. A viatura da polícia foi virada de cabeça para baixo. Trocando em miúdos, a situação se inverteu. Os policiais, eram nove, correram ao interior do bar em busca de abrigo e lá se entrineiraram. Ao tempo em que só crescia o número dos que, do lado de fora, estavam dispostos a enfrentar, fisicamente, os policiais.

A partir deste instante, os relatos são de cada um. E são muitos. O fato inegável é que a Batalha de Stonewall, como ficou conhecido o episódio, durou três dias, com reforço de ambos os lados.

"Demos uma resposta clara, um troco. Stonewall era um bar frequentado por gays, trans e lésbicas de baixa renda. Não eram apenas brancos de classe média. Eram negros, latinos que se rebelaram contra a violência policial recorrente", defende o cineasta René Guerra, diretor dos filmes Os Sapatos de Aristeu e Vaca Profana, que abordam a temática trans.

"Foi no corpo a corpo, no pedra a pedra, que Marsha (P. Johnson), e suas companheiras e companheiros conseguiram inaugurar amplamente algo muito maior que um movimento, a visibilização de um modo de existência", completa a jornalista e professora universitária Fabiana Moraes, citando a ativista negra e drag queen Marsha P. Johnson, uma das protagonistas da Batalha.

Fonte: www.opovoonline.com.br/

ANEXO XV

Significado das cores na bandeira do orgulho gay

27 MAR

Publicado por STOP HOMOFOBIA



O arco-iris é para os gays o que a lua é para as bruxas, o que o sol era para os egípcios. Não me refiro a uma característica divina ou sagrada, mas a ser o grande símbolo de uma cultura. A bandeira foi historicamente valorizada nos povos gregos e também pelos nativos norte-americanos.

Antes, o triângulo invertido rosa era usado com símbolo da "liberação gay", herança da marcação aplicada pelos nazistas em [gays durante o holocausto](#).



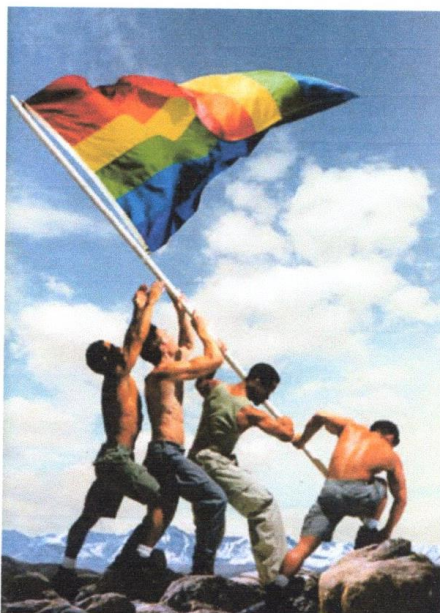
Fonte: <https://stophomofobia.wordpress.com/2011/03/27/significado-das-cores-na-bandeira-gay/>

ANEXO XVI

Parada Gay: Historia e Objetivo

23 JAN

Publicado por STOP HOMOFOBIA



O movimento que hoje é conhecido pela sigla **LGBT** – lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros – e que já foi **GLS** – gays, lésbicas e simpatizantes – é composto por diversos eventos, promovendo e mostrando o trabalho de seus colaboradores e organizadores ativistas, sempre em busca dos direitos de sua comunidade, **direitos estes negados** ou **desrespeitados** por algumas parcelas da sociedade.

Como surgiu

Uma batida policial no bar Stonewall em NY, um dos principais bares da década de 60 que servia de ponto de encontro entre gays e lésbicas, cujos freqüentadores cansados de abusos e repreensões de autoridades locais, rebelaram-se em 1969. A prisão e o espancamento de várias pessoas levaram 2.000 manifestantes às ruas da cidade no dia **28 de junho** daquele ano.

Desde então, o “28 de junho” se tornou o dia oficial do orgulho gay. As manifestações no bairro de Greenwich Village, na ilha de Manhattan, deram início a um movimento pelos direitos civis dos cidadãos homossexuais que conseguiu vários avanços nas últimas quatro décadas. A homossexualidade deixou de ser considerados crime e doença em vários países e muitos outros passaram a permitir o casamento entre pessoas de mesmo sexo.

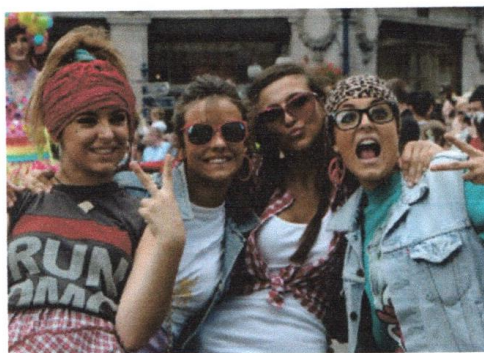
Hoje em dia, praticamente todos os países europeus e vários outros das Américas possuem suas **paradas do orgulho gay**. O Brasil é sede da maior festa do gênero desde 2007 - em São Paulo, o tema de 2010 foi **“Vote Contra a Homofobia: Defenda a Cidadania!”**.

Outros temas abordados foram:

- 1997 – “Somos muitos, estamos em todas as profissões”
- 1998 – “Os direitos de gays, lésbicas e travestis são direitos humanos”
- 1999 – “Orgulho gay no Brasil, rumo ao ano 2000”
- 2000 – “Celebrando o Orgulho de Viver a Diversidade”
- 2001 – “Abraçando a Diversidade”
- 2002 – “Educando para a Diversidade”
- 2003 – “Construindo Políticas Homossexuais”
- 2004 – “Temos Família e Orgulho”
- 2005 – “Parceria civil, já. Direitos iguais! Nem mais nem menos”
- 2006 – “Homofobia é Crime! Direitos Sexuais são Direitos Humanos”
- 2007 – “Por um mundo sem Racismo, Machismo e Homofobia”
- 2008 – “Homofobia Mata! Por um Estado Laico de Fato”
- 2009 – “Sem Homofobia, Mais Cidadania – Pela Isonomia dos Direitos!”
- 2010 – “Vote Contra a Homofobia: Defenda a Cidadania!”

São Paulo tem a maior parada gay do mundo

A 1ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo aconteceu no dia 28 de Junho de 1997, sob o tema **“Somos muitos, estamos em todas as profissões”**, contando com 2 mil participantes. Hoje representa a maior manifestação do gênero no mundo, com um público com mais de 3,5 milhões de pessoas, um recorde que bate o da cidade de São Francisco, até então considerada capital gay do mundo com aproximadamente um milhão de participantes em suas paradas.



Fonte: <https://stophomofobia.wordpress.com/2011/01/23/parada-gay-historia-e-objetivo/>

ANEXO XVII

globo.com g1 globoesporte gshow vídeos

ASSINE JÁ MINHA CONTA EMAIL ENTRAR

MENU

DISTRITO FEDERAL

Lei anti-homofobia: PGR defende no Supremo regulamentação da norma no DF

Câmara Legislativa derrubou medida em 2017 sob justificativa de 'proteção à família'. Ainda não há previsão de julgamento.

Por Pedro Alves, G1 DF

16/04/2019 16h52 - Atualizado há 2 meses



Protesto contra a homofobia na Esplanada dos Ministérios — Foto: G1 DF

A Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifestou a favor da regulamentação da lei distrital 2.615/2000, que prevê o combate à homofobia no Distrito Federal. Segundo a PGR, a medida é legal e não extrapola seu propósito.

O posicionamento, assinado pelo vice-procurador-geral da República, Luciano Mariz Maia, foi apresentado na segunda-feira (15) em ações que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF). Os processos, ajuizados pelo PSOL e o governo do DF, questionam decreto da Câmara Legislativa do DF que derrubou a regulamentação da lei.

O imbróglio envolvendo a norma teve início em junho de 2017. À época, o então governador, Rodrigo Rollemberg (PSB), **assinou decreto que colocava em vigor a lei anti-homofobia**, 17 anos após sua aprovação.

O documento previa a criação de uma Comissão Especial de Apuração, responsável por acompanhar o cumprimento da lei, além de sanções

administrativas para os agressores, como impossibilidade de ter contratos com o GDF e multa administrativa de até R\$ 10 mil.

Três dias depois, no entanto, a **Câmara Legislativa derrubou o decreto**. Com placar de nove votos a seis, os deputados distritais anularam a medida sob a justificativa de "proteção à família".

PODER LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.146, DE 2017
 (Autoria do Projeto: Deputados Delmasso, Julio Cesar, Bispo Renato Andrade e Outros)
 Suscita os efeitos do Decreto nº 38.293, de 23 de junho de 2017, que regulamenta a Lei nº 2.615, de 26 de outubro de 2000, que determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas no Distrito Federal, e dá outras providências. Faço saber que a Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:
 Art. 1º Ficam suspensos os efeitos do Decreto nº 38.293, 23 de junho de 2017.
 Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.
 Brasília, 03 de julho de 2017
 DEPUTADO JOE VALLE
 Presidente

Trecho do Diário Oficial que traz decreto legislativo anulando aplicação da lei anti-homofobia — Foto: Reprodução

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Justiça

A partir daí, o caso foi levado ao Supremo Tribunal Federal. Tanto o governo do DF quanto o PSOL ajuizaram ações questionando a posição da CLDF e argumentando que a atuação dos distritais foi inconstitucional.

Um ano e nove meses depois, a questão ainda não foi levada a julgamento. A Advocacia-Geral da União (AGU) já se manifestou favorável à regulamentação da lei. Agora, a Procuradoria-Geral da República apresenta posição similar.

Segundo o vice-procurador-geral da República, Luciano Mariz Maia, o decreto que colocou a lei em vigor "ateve-se, portanto, à estrita regulamentação dos aspectos apontados no art. 5.º da Lei n.º 2.615/2000, sem extrapolação alguma".

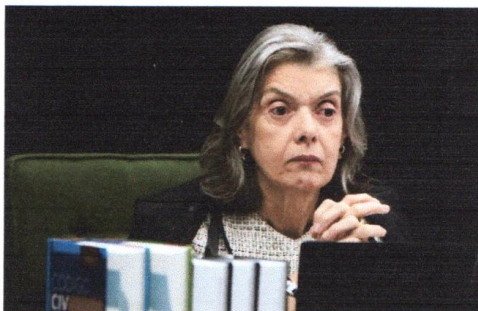
Não estando configurada hipótese que permita a atuação do Poder Legislativo com fundamento no art. 49-V da Constituição, conclui-se que o Decreto Legislativo n.º 2.146/2017 extrapola os limites do controle político repressivo.

Trecho da manifestação apresentada pela PGR — Foto: Reprodução

Maia argumenta ainda que a CLDF não apresentou argumentos válidos para derrubar o decreto, mas "bastou-se com afirmações relacionadas com o papel da família como um dos pilares de sustentação da sociedade - questão que não guarda conexão direta com o tema da Lei n.º 2.615/2000 e do seu decreto regulamentador".

Por fim, o vice-procurador-geral afirma que o decreto apenas regulamentou lei válida aprovada pela própria Câmara Legislativa. Para

ele, a única forma de derrubar a regulamentação da norma é a apresentação de um novo projeto de lei que revogue a anterior.



Ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal — Foto: Nelson Jr./SCQ/STF

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



Após o parecer da PGR, o caso foi enviado para análise da relatora, **ministra Cármen Lúcia**. Para que seja julgado no plenário do Supremo, o processo precisa ser liberado pela ministra. Não há previsão de quando isso pode acontecer.

Histórico

A lei anti-homofobia foi aprovada pela Câmara Legislativa em 2000. Para ser válida, no entanto, precisar ser regulamentada pelo GDF.

Antes de 2017, já havia ocorrido uma tentativa de colocação da regra em vigor. Em 2013, o então governador, Agnelo Queiroz (PT), **chegou regulamentar a lei**. No dia seguinte, porém, **revogou a medida** após pressão da bancada evangélica na CLDF.

Veja os pontos citados como homofóbicos e passíveis de punição, de acordo com a lei:

- constrangimento ou exposição ao ridículo
- proibição de ingresso ou permanência
- atendimento diferenciado ou selecionado
- preterimento quando da ocupação de instalações em hotéis ou similares, ou a imposição de pagamento de mais de uma unidade
- preterimento em aluguel ou aquisição de imóveis para fins residenciais, comerciais ou de lazer

Fonte: www.portalg1.noticias.com.br

ANEXO XVIII



Parada do Orgulho LGBT tem tom político e reúne famílias na Paulista

A 23ª edição do evento é realizada neste domingo, 23, na Avenida Paulista; participantes foram ao local para apoiar filhos e amigos

Gilberto Amendola e Felipe Resk, O Estado de S. Paulo

23 de junho de 2019 | 12h36

Atualizado 23 de junho de 2019 | 23h10



Evento é realizado na Avenida Paulista e concentração ocorreu no Masp Foto: Tiago Queiroz/Estadão

SÃO PAULO - A 23ª edição da **Parada do Orgulho LGBT** de São Paulo assumiu o caráter de movimento político e de oposição ao governo **Jair Bolsonaro**, que tem um histórico de declarações consideradas homofóbicas. “Resistência” era a palavra mais repetida entre os participantes do evento, que teve início por volta do meio-dia neste domingo, 23, e terminou por volta das 21 horas. Nos trios elétricos, ativistas, artistas e políticos também criticaram o governo federal.

Fonte: www.estadao.com.br/

ANEXO XIX

12/04/2019

Azul não é cor de menino, rosa não é cor de menina; cores não têm gênero - Esquerda Online

Azul não é cor de menino, rosa não é cor de menina; cores não têm gênero

Publicado em: 04/01/2019 10h00



Ministra em discurso de posse

A Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, que também é pastora, protagonizou mais um lamentável episódio envolvendo preconceitos e questionamentos à diversidade humana. Em um vídeo que viralizou na internet na manhã desta quinta-feira (03), Damares Alves diz que “menino veste azul e menina veste rosa”, isso em tom jocoso e ao lado de uma bandeira do Estado de Israel. Qual o sentido disso?

Fonte: <https://esquerdaonline.com.br/2019/01/04/azul-nao-e-cor-de-menino-rosa-nao-e-cor-de-menina-cores-nao-tem-genero/>

ANEXO XX

Revista da Globo evita capa com beijo entre sargentos gays do Exército

A revista semanal "Época", publicada pela editora Globo, cogitou colocar em sua capa a imagem de um beijo gay entre dois militares. Em sua última edição, a revista trouxe a história dos sargentos do Exército Laci Marinho de Araújo e Fernando de Alcântara de Figueiredo, que assumiram sua homossexualidade.



"Época" chegou a considerar a capa (à dir) com o beijo dos sargentos gays, mas optou por versão menos polêmica;

A opção da capa da "Época" mostrava o beijo do casal, na boca. O sargento Araújo foi preso, na madrugada da quarta-feira (4), pelo Exército, acusado de deserção. Ele e o companheiro estavam na sede da Rede TV! em Barueri (Grande SP), onde participaram do programa "SuperPop", de Luciana Gimenez;

A direção da "Época" confirmou que a capa do beijo gay era uma das alternativas.

"A foto [do beijo gay] foi considerada. Normalmente trabalhamos com duas ou três alternativas de capa. Refletimos e optamos por dar a que foi publicada por julgá-la mais adequada", informou Paulo Nogueira, diretor editorial da editora Globo, por e-mail. A capa escolhida pela revista mostra apenas Laci com a mão no ombro de Figueiredo. O blog da equipe de criação e design da revista postou as três opções de capa --a outra alternativa apenas retratava os rostos próximos dos militares, sugerindo a intenção do beijo.

A exemplo da revista "Época", a TV Globo também evita exibir beijo entre pessoas do mesmo sexo em suas produções. Foi o que aconteceu com "Duas Caras", que terminou no último sábado (31). Aguinaldo Silva, autor da novela das 21h, escreveu uma cena do beijo entre os personagens Bernardinho (Thiago Mendonça) e Carlão (Lugui Palhares), mas a emissora proibiu o beijo.

Fonte: <http://noticias.bol.uol.com.br/entretenimento/2008/06/05/revista-da-globo-evita-capa-com-beijo-entre-sargentos-gays.jhtm>

ANEXO XXI

EXAME

EDIÇÃO 1088 • ANO 49 • Nº 8

29/4/2015 • R\$ 17,00



SÉRGIO GIACOMO,
DA GE, RICARDO
YUKI, DO CITIBANK,
GISELA PINHEIRO,
DA QUÍMICA DOW,
E EZRA GELD,
DA AGÊNCIA
J.W. THOMPSON
(em sentido
horário): sem
segredos no trabalho



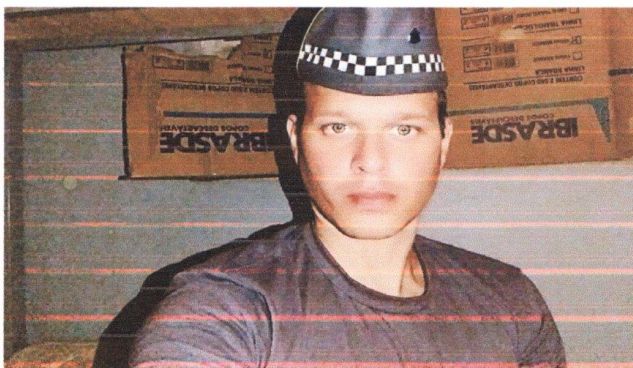
Chefe, sou gay

Surge a primeira geração de executivos brasileiros que tratam sem rodeios uma questão por muito tempo mantida como tabu nas empresas — e todos ganham com isso

ANEXO XXII

Soldado que denunciou homofobia em batalhão é expulso de corporação

Por Rangel Querino - 16 de abril de 2018



O Ex-PM Adriell Costa (Foto: Acervo Pessoal)

Seis meses após denunciar oficiais do 39º Batalhão da Polícia Militar de São Paulo, por perseguição, tortura e homofobia, o soldado do Adriell Rodrigues Alves da Costa, de 35 anos, foi expulso da corporação. A decisão foi publicada no Diário Oficial e ele afirmou estar com medo de ser morto.

Em um vídeo publicado em setembro que viralizou nas redes sociais, o agora ex-militar alerta para episódios discriminatórios que aconteciam no quartel. “Se algo acontecer com a minha vida, com a minha integridade física, a responsabilidade é do comandante do batalhão, da Polícia Militar e do Estado, que nada fizeram para apurar as minhas denúncias”, relatou nas imagens.

Apesar da acusação, a PM afirma que o afastamento de Costa não tem ligação com o post, e sim por cometer uma “transgressão disciplinar de natureza grave”. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), ele acabou agredindo uma equipe de saúde, além de outros policiais durante uma avaliação clínica.

Em entrevista ao G1, o ex-soldado se mostrou indignado com o seu desligamento da corporação. “Fiquei dentro da minha casa esperando atendimento médico durante oito dias. Eu ia entrar em deserção. Me convenceram a ir dizendo que eu ia para São Paulo. Era mentira”, revelou acrescentando que ficou preso por 34 dias, vítima de um crime forjado, segundo ele.

O servidor também contou que era obrigado a trabalhar em condições delicadas de saúde, pois os seus superiores não aceitavam os atestados médicos que apresentava, além de não receber o seu salário desde novembro de 2017. “Eles me faziam trabalhar engessado e medicado, pois meus laudos não valiam”, relatou. “A cúpula da instituição nomeou um sargento [para defendê-lo] que é subordinado aos tiranos que me perseguiram e torturaram.”

“A PM destruiu a minha vida. Temo pela minha integridade física. Temo que me matem para calar todo o mal que me fizeram. Eles provaram que não têm escrúpulos algum. Se alguma coisa acontecer comigo, foi o Estado de São Paulo e a Polícia Militar que fizeram mal”, completou.

Fonte: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/2018/04/soldado-que-denunciou-homofobia-em-batalhao-e-expulso-de-corporacao>

ANEXO XXIII



Enriqueça sua semana. Garanta o melhor do jornalismo para analisar os fatos mais importantes do Brasil e do mundo.

Powered by Pushnews



BLOG

VEJA Gente

Notícias, bastidores e conversas de quem é assunto na cultura, na política, nos negócios e em outras rodas. Editado por João Batista Jr.

Entretenimento

O caminho de Ludmilla para sair do armário

Cantora tinha receio de sofrer preconceito de fãs e patrocinadores e de ser vista apenas como uma artista voltada para o público LGBTQ+.

Por **João Batista Jr.**
 7 Jun 2019, 07h00



(//.)

Uma das mais populares cantoras do pop nacional, **Ludmilla** anunciou na semana passada seu romance com **Brunna Gonçalves**, dançarina de sua equipe. Trata-se de uma decisão importante, pensada com muita antecedência. Lud, como os amigos a conhecem, tinha receio de sofrer preconceito de fãs e patrocinadores. Também tinha medo de ser vista apenas como uma artista voltada para o público LGBTQ+. A aceitação, no entanto, foi geral. A cantora, de 24 anos, relaciona-se com mulheres há algum tempo, mas não falava abertamente sobre sua sexualidade nem mesmo com parentes. Há dois anos, ela trocou o primeiro beijo com Brunna, em meio a um romance de muitas idas e vindas. Amigos dizem que o hit *Din Din Din*, lançado em 2018, foi indireta para Brunna. Deu certo.

Publicado em VEJA de 12 de junho de 2019, edição nº 2638

Fonte: <https://vejaonline.com.br/2019/06/12/o-caminho-de-ludmilla-para-sair-do-armario/>

ANEXO XIV

“Macho, discreto e fora do meio”: o preconceito dentro do armário



Renan Quinalha

16 de dezembro de 2016



21ª Parada do Orgulho LGBT na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro (Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil)

Em um mundo inundado de smartphones e marcado pelo amplo acesso a novas tecnologias, notam-se mudanças profundas nos modos de vivência da sexualidade e dos afetos.

Para o bem e para o mal, a depender da perspectiva, aquele amor romântico da geração dos nossos avós entrou em extinção. Relações monogâmicas e exclusivas vão dando lugar a relacionamentos abertos ou poliamorosos. Aplicativos possibilitam encontros para todos os tipos de finalidades de modo cada vez mais objetivo e direto. A intensidade das interações parece perder em profundidade para ganhar em amplitude, com trocas cada vez mais fortuitas e menos duradouras.

Até aí, ninguém deveria ter saudade mesmo do amor romântico dos avós, quando a liberdade individual e a escolha pessoal eram suprimidas por convivências familiares ou imposições externas das quais era impossível de escapar, com uniões que deveriam

durar eternamente.

No caso dos homossexuais, proliferaram os aplicativos de pegação, substituindo, em grande escala, as outras formas mais tradicionais de sociabilidade e de interação dentro dessa comunidade. E uma das figuras mais frequentes nas telas dos celulares navegando por essa modalidade de aplicativos é o famoso tipo “macho, discreto e fora do meio”.

Diversas razões estruturais ainda dificultam que as pessoas homossexuais vivam com naturalidade sua orientação sexual. A reprovação da família, a dificuldade no trabalho, o preconceito dos amigos, o bullying nas escolas, a representação caricata na televisão, enfim, uma série de instrumentos de que se vale uma sociedade machista e homofóbica para restringir as possibilidades de vivência mais plena da sexualidade e do desejo.

Assim, fazer uma crítica a esse tipo “macho, discreto e fora do meio” não tem o objetivo de querer tirar todo mundo do armário. Assumir-se, sem dúvida, é um dos atos políticos mais importantes para uma pessoa homossexual. Isso facilita a auto-aceitação e o respeito dos que estão à sua volta. Mas cada um tem um tempo e um processo próprio. Essa trajetória de cada subjetividade precisa ser lida em seu contexto e há que se ter tolerância para esse diálogo, pois a culpa geralmente é da pessoa, mas das estruturas que a oprimem.

O que não se justifica, em hipótese alguma, é a propagação de preconceitos por trás de enunciados machistas e homofóbicos. É fato que os aplicativos de pegação não inventaram os preconceitos, mas eles potencializaram e expuseram de modo mais escancarado essa dimensão tão preconceituosa no interior do universo gay.

O confinamento do sexo furtivo, sigiloso, discreto e fora do meio não foi uma escolha, mas uma imposição de uma sociedade que não aceitava a homossexualidade e não tolerava a vivência pública de outras formas de desejo e de afeto que não fossem aquelas reconhecidas pela heteronormatividade.

O que era “normal” para os gays nessa época eram as saunas, os banheiros públicos, a escuridão de becos e parques, enfim, os lugares em que eram isolados a uma distância segura e sob vigilância de uma sociedade que não os acolhia e que não permitia sua circulação em espaços mais tradicionais. Assim, não há do que se orgulhar dessa condição histórica de isolamento, felizmente cada vez menos presente, ainda que persistente.

É verdade também que os homossexuais não viveram apenas passivamente essa condição que lhes foi imposta; antes, eles resignificaram o gueto como espaço da sociabilidade gay, das trocas e aprendizados mútuos, da realização do desejo e dos fetiches, da transgressão das cercas impostas. Enfim, transformaram essas “prisões” em um lócus de construção de identidade, de reinvenção do corpo e de solidariedade de grupo. Foi essa união que permitiu, em última instância, romper os muros dos gueto e a ocupação de espaços outrora interditados para os que desejavam pessoas do mesmo sexo.

Fonte: <https://revistacult.uol.com.br/home/macho-discreto-e-fora-do-meio-o-preconceito-dentro-do-armario/>

ANEXO XXV

ARQUIVO

O jogador que pagou caro por sair do armário

30 de Abril de 2013 às 2:16



Nesta segunda, a revista Sports Illustrated publicou um depoimento em que Jason Collins, pivô que defendeu o Washington Wizards na última temporada, revela ser gay. Ele se tornou o primeiro atleta de uma grande liga norte-americana a revelar sua homossexualidade ainda na ativa. Algo que ninguém teve coragem de fazer em um grande time de futebol. Bom momento para resgatar um texto no Balípedo (meu site pessoal que anda em hibernação) sobre Justin Fashanu, jogador inglês que sofreu muito em sua carreira pelos tabus sobre sua orientação sexual no futebol dos anos 80.

Há gays no futebol. Isso é um fato, sabido por todos no meio. A ponto de, no final do ano passado, a revista alemã Rund publicar uma reportagem em que afirmava, sem citar nomes, que um em cada 11 jogadores da Bundesliga seria homossexual. Pois, mesmo sendo um tema conhecido por todos, ninguém fala nisso publicamente. Nem os próprios gays. Não sem razão. Se for tomado o exemplo de Justin Fashanu, um dos poucos jogadores que revelaram sua homossexualidade, a perspectiva é bastante negativa para os que tentarem enfrentar o preconceito.

Filho de nigerianos, Justinus Soni Fashanu foi criado por uma família adotiva em Attleborough, Inglaterra. Ainda jovem, começou a mostrar seu talento e, com apenas 17 anos, estreou profissionalmente pelo Norwich City. O início de carreira do atacante foi assombroso, com uma média de gols bastante consistente nas três primeiras temporadas, o

que chamou a atenção de todo o país e lhe valeu convocações para a seleção inglesa sub-21.

Fashanu se valorizou rapidamente. Em 1981, com apenas 20 anos, o atacante foi vendido ao Nottingham Forest por £ 1 milhão (foi o primeiro futebolista negro a ser negociado por esse valor) como substituto de Trevor Francis, estrela da seleção inglesa. Era a grande oportunidade para se tornar um jogador de projeção nacional.

Foi justamente nesta época que sua preferência sexual o trouxe problemas. Fashanu ainda estava descobrindo que era gay, passando a freqüentar com assiduidade alguns bares e casas noturnas GLS em Nottingham. A notícia chegou aos ouvidos de Brian Clough, mítico treinador do Forest.

O técnico nunca escondeu seu desconforto com a situação. Aos poucos, foi tirando o espaço do atacante, que, ainda jovem, sentiu o revés e caiu bruscamente de rendimento. O ápice da crise foi quando Clough mandou Fashanu treinar separadamente do resto do elenco. A diretoria do Nottingham Forest decidiu emprestar o jogador para o Southampton.

No meio do futebol inglês, sua fama já se espalhara e poucos lhe davam espaço. Depois de meia temporada nos saints, o atacante foi vendido ao Notts County. No segundo time de Nottingham, Fashanu recuperou um pouco de sua forma, com 20 gols em três temporadas. Em seguida, foi cedido ao Brighton & Hove Albion, mas uma grave contusão quase encerrou sua carreira.

Fashanu foi aos Estados Unidos para se operar e acabou retornando aos gramados na América do Norte. Passou por Los Angeles Heat e Edmonton Brickmen antes de voltar a seu país. No entanto, não tinha espaço na Inglaterra e trocava de clube sem ter as devidas oportunidades de mostrar seu futebol. Entre 1989 e 1991, esteve em Manchester City, West Ham, Ipswich Town, Leyton Orient e Newcastle.

Nessa época, sua vida pessoal já estava em frangalhos. Devido às perseguições sofridas no início da carreira, Fashanu buscou abrigo na religião. No entanto, sua crença o levava a condenar a homossexualidade, o que lhe causava sérias crises existenciais. O jogador tentou várias vezes ter relacionamento com mulheres, mas não resistia e voltava a sair com homens. Tal conflito interno impediu que ele tivesse namorados fixos que pudessem lhe trazer paz de espírito.

Em 1990, depois de um amigo se suicidar após ser expulso de casa por contar aos pais que era gay, Fashanu decidiu que era momento de revelar sua preferência sexual ao público. O atacante deu uma entrevista ao tablóide The Sun na qual dizia claramente que era

homossexual. Foi a primeira – e até hoje única – vez em que um atleta da primeira divisão inglesa “saiu do armário” publicamente.

Na reportagem, Fashanu contou que muitos de seus colegas de time conheciam sua preferência sexual e faziam brincadeiras com isso. Sua coragem o transformou em símbolo da causa e lhe rendeu espaço de destaque em diversos veículos. Ele acreditava que, revelando sua homossexualidade, a sociedade veria com menos preconceito para os gays. Ledo engano. Assim que a entrevista foi publicada, vários jogadores afirmaram que não havia lugar para homossexuais em esportes coletivos.

A reação dos colegas de profissão poderia ser esperada por Fashanu. O que o atacante não suportou foi a rejeição de quem lhe era próximo. Seu irmão John, também jogador profissional, afirmou que Justin era um pária. Depois, pediu desculpas e retirou o que disse, mas já era tarde. Outra traição para o atacante foi de parte da comunidade negra, que considerou a atitude do atleta reprovável e que isso sujava a imagem dos negros da Inglaterra.

O único clube que lhe deu um lugar nessa fase foi o Torquay United. Fashanu ficou duas temporadas nos Gulls e iniciou uma grande peregrinação por clubes pequenos e quase sempre anônimos. O atacante defendeu Airdrieonians-ESC, Trelleborg-SUE, Heart of Midlothian-ESC, Adelaide City-AUS, Miramar Rangers-NZE e Atlanta Ruckus-EUA.

Depois de encerrar a carreira, em 1997, Fashanu se tornou treinador do Maryland Mania. Em março do ano seguinte, um garoto de 17 anos disse ter acordado na cama do ex-atacante com sinais de molestamento sexual depois de ter sido embebedado. O ex-jogador prestou depoimento e não foi preso durante as investigações. Pouco depois, Fashanu fugiu para a Inglaterra.

Em maio de 1998, o primeiro jogador de destaque na Inglaterra a se dizer homossexual se enforcou em uma garagem em Shoreditch. Na nota de suicídio, deixou evidente que achava que seria considerado culpado pela acusação do garoto nos Estados Unidos. Ele estava enganado, pois a polícia norte-americana estava arquivando o caso por falta de provas. Final melancólico para um jogador que, se não fosse o preconceito, poderia ter sido um dos mais importantes da Inglaterra na década de 1980.

Fonte: <http://trivela.uol.com.br/arquivo-o-jogador-que-pagou-carro-por-sair-do-armario/>